Realidade

Batista São Paulo

Rumo e Prumo”

“

Publicação da CBESP e da OPBB-SP

4ª Edição - novembro de 2005

Índice

Palavra do Diretor Executivo da CBESP 003
Palavra do Presidente da OPBB-ESP 004
01 - Quem São os Batistas? 005
02 - Pacto das Igrejas Batistas 010
03 - Princípios Batistas 011
04 - Declaração Doutrinária da CBB 021
05 - Filosofia da CBESP 032
06 - Estatuto da CBESP 037
07 - Regimento Interno da CBESP 049
08 - Regimento Parlamentar 059
09 - Plano Cooperativo 064
10 - Eu gosto de Ser Batista 066
11 - Estatuto da OPBB-ESP 067
12 - Regimento Interno da OPBB-SP 071
13 - Código de Ética da OPBB-SP 079
14 - Processo de Consagração para Candidatos do Min. Pastoral 095
15 - Orientações para Concílio 097
16 - Plano de Sustento da OPBB-SP 099
17 - Dos Cuidados que as Igrejas Precisam Ter na Sucessão Pastoral 102
18 - Termo de Posse de Pastor Batista 104
19 - O Prêmio da Obediência 106

Expediente

Produção - Coordenação Geral: Pr. José Vieira Rocha e Pr. Valdo Romão; Apoio editorial: Consuelo Rodrigues Santana Zeller, Joelson Batista de Souza, Harumi Gianastácio, Ivone França Lemos, Maria da Penha Reboredo; Editoração - @rteri@ - Miriam Cristina da Silva Oliveira - (0**11) 4472-0089

Capa: Miriam Cristina da Silva

Fotolitos, Impressão e Acabamento:

Convenção Batista do Estado de São Paulo
Rua João Ramalho, 440, Perdizes, CEP 05008-001, São Paulo,
Tel.: (0**11) 3801-4403 Fax: (0**11) 3673-7959,
E-mails: **secretaria** - cbesp@uol.com.br
contabilidade - contabilcbesp@uol.com.br;
missões estaduais - missoescbesp@uol.br

CBESP - Bradesco - Ag. 092-2 - C/c 12.056-1

Apresentação

Palavra do Presidente da OPBB-SP

Quem são os Batistas?

Têm os Batistas convicções em comum com outros cristãos?

Sim, os Batistas têm muitas convicções em comum com outros cristãos: acreditam em Deus como Criador de todas as coisas e como Pai Celestial que chama a si todos os homens.

Os Batistas crêem em Jesus Cristo, como Filho de Deus encarnado e como Salvador de todos aqueles que nele tem fé.

Eles crêem no Espírito Santo com guia sempre presente, que proporciona o conhecimento cristão da vontade de Deus e o poder para seguir a Cristo na vida diária.

Eles crêem que a igreja é constituida do povo de Deus que rende culto ao Onipotente, que dá testemunho do seu amor e serve aos seus semelhantes em nome de Cristo.

Os Batistas crêem na inspiração e autoridade da Bíblia.

Por que os Batistas formam à parte uma família de cristãos?

A resposta está no seguinte conjunto de convicções mantidas pelos Batistas:

Os Batistas crêem que Jesus Cristo é o Senhor e tem plena autoridade nos céus e na terra.

Os Batistas crêem que toda pessoa deve reconciliar-se com Deus mediante o arrependimento de seus pecados e a fé pessoal no Senhor Jesus Cristo.

Os Batistas crêem que o batismo segue a profissão pessoal de fé em Cristo, e introduz o crente na igreja .

Os Batistas crêem que Deus dotou cada homem de dignidade pessoal e liberdade de escolha, e que toda criatura humana deve fazer suas próprias decisões acerca de sua fé.

Os Batistas crêem que todo cristão tem responsabilidade de dar testemunho de Cristo, fazendo-o por palavras e ações.

Qual o conceito dos Batistas sobre a autoridade do Senhor Jesus Cristo?

Os Batistas crêem que a mais alta lealdade dos crentes é devida a Jesus Cristo e não a credos, tradições ou instituições religiosas. A suave vontade do Senhor Jesus Cristo está intrinsecamente ligada a todo cristão.

A autoridade de Cristo também significa que ele é Senhor da Igreja.

Nenhum ministro, sacerdote, bispo ou papa tem o direito de exercer a autoridade como se fosse o próprio Cristo *(Mateus 28:18*). Todo homem tem acesso direto a Deus e o direito de responder por si mesmo, e de alegrar-se com a presença do Senhor no culto e no serviço.

A autoridade de Cristo abrange também os valores morais. Ele satisfaz às mais profundas necessidades de cada homem e acende as mais elevadas aspirações nos seus seguidores. A experiência humana em todos os tempos confirma a verdade dos ensinos do Senhor

Jesus Cristo. Paz, justiça e compreensão só se tornam realidade quando Jesus domina.

Qual o conceito de fé pessoal?

Há muitos conceitos de fé. Alguns a consideram como um credo ou um conjunto de preceitos a que devemos obedecer. Outros vêem nela algo em que temos que acreditar, a despeito da razão. Os Batistas, porém, crêem que a fé equivale à confiança e ao compromisso individuais. A fé constitui valor espiritual que consideramos acima de nós mesmos.

Existe algo terrivelmente errado no homem. A Bíblia revela que todos os homens pecaram *(Romanos 3:23)*. Nosso mundo não se tornará melhor enquanto o homem não for mudado por dentro. Essa transformação somente será possível pela graça de Deus através da fé em Jesus Cristo *(Efésios 2:8)*.

A Bíblia também nos diz que "Deus amou o mundo de tal maneira que deu o seu Filho unigênito, para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna" *(João 3:16)*. Uma vida nova é oferecida a todos, pois Deus enviou "seu próprio Filho em semelhança de carne pecaminosa... a fim de que o preceito da lei se cumprisse em nós" *(Romanos 8:3,4)*.

Jesus Cristo é Senhor e Salvador. Sua autoridade é exercida em misericórdia.

A fé e a submissão a Cristo devem ser pessoais. Não é possível ter fé por procuração. O homem não nasce com sua fé, nem esta pode ser-lhe proporcionada por outro. Um ser humano pode ter nascido no seio de uma família cristã, ou num país considerado cristão, mas isso não o faz cristão. Uma pessoa somente é cristã por sua fé pessoal e submissão pessoal ao Senhor Jesus Cristo.

Por que os Batistas praticam o batismo só de crentes?

Os batistas crêem que a fé surge antes do batismo, e não o batismo antes da fé. Não há regeneração ou salvação no ato do batismo propriamente dito. O batismo é um ato simbólico significando a passagem do crente da vida anterior cheia de pecados, para uma vida nova (Romanos 6:4).

A simbolização do sepultamento da vida passada e a ressurreição para uma vida nova vê-se melhor na imersão, que os Batistas crêem ser a forma bíblica do batismo . Os Batistas não batizam crianças que ainda não estejam em condições de sentir a fé salvadora pessoal.

Qual o conceito batista sobre a igreja?

Os Batistas crêem que a autoridade de Cristo está diretamente relacionada com a igreja. Deus "pôs todas as coisas debaixo dos seus pés e, para ser o cabeça sobre todas as coisas, o deu à igreja, a qual é o seu corpo" *(Efésios 1:22,23)*.

A igreja total é o corpo de Cristo, compreendendo todos aqueles que consideram a Jesus Cristo como seu Senhor.

Os Batistas também crêem que a igreja aparece visivelmente nas congregações locais onde os seguidores de Cristo louvam a Deus em conjunto, propagam o evangelho, ensinam as verdades cristãs e procuram incrementar a santidade de vida e o uso cristão dos bens entre seus membros.

Uma igreja local é uma associação de cristãos que irradiam testemunho e serviço pela comunidade e, em cooperação voluntária com outras igrejas, pela humanidade inteira. É organizada conforme o princípio de que todos os membros são iguais em direitos e deveres.

A igreja é de estrutura congregacional, e utiliza o processo democrático para as decisões de assuntos administrativos, considerando o Espírito como guia sempre presente, que lhe capacita para levar avante a missão de Cristo. *(Atos 1:8).*

Como observam os Batistas a Ceia do Senhor?

Para os Batistas a ordenança da ceia do Senhor é um ato simbólico em memória da morte do Senhor Jesus Cristo, ato de que participam todos os crentes. A observância da ceia é ocasião de auto-exame, reavivamento e ações de graças dos membros da igreja. Os Batistas não crêem que o pão e o vinho sejam literalmente transformados no corpo e sangue de Cristo. Mas a cerimônia focaliza unicamente a presença transformadora do divino Mestre em Espírito.

Como as Igrejas Batistas trabalham em conjunto?

Os Batistas crêem que a igreja local deve ser livre para fazer aquilo que considera o melhor sob a orientação do Espírito Santo, com o propósito de cumprir a comissão de Cristo. Cultivando a maior camaradagem entre os crentes e desenvolvendo programas além de suas possibilidades locais, a igreja é livre para associar-se com outras de objetivos semelhantes.

Os Batistas se reúnem, portanto, em associações, conferências, convenções e uniões nacionais, culminando na Aliança Batista Mundial. Mas a igreja local permanece soberana.

Se bem que tenham suas convicções e conceitos básicos em comum, os Batistas não sustêm os mesmos pontos de vista e opiniões em cada localidade. O extraordinário entretanto, não são as divergências de práticas, mas o grau de coesão alcançado através da colaboração voluntária.

Como começou o Movimento Batista?

Os Batistas não reconhecem um líder como "fundador" do Movimento Batista. Igrejas do tipo batista surgiram à vezes espontaneamente mediante estudo da Bíblia. No século dezesseis, as igrejas anabatistas surgiram paralelamente aos movimentos de reforma da a Europa Central. No século dezessete as igrejas batistas foram instituidas com vínculos no movimento puritano da Inglaterra.

A perseguição sobreveio a esses crentes de fé não conformista em regiões onde era limitada ou negada a liberdade de consciência, e também quando a igreja oficial e o Estado prescreviam a crença a ser obedecida.

O Movimento Anabatista na Europa Continental foi cruelmente esmagado pelas igrejas oficiais. Os "separatistas" ou não conformistas da Igreja da Inglaterra foram forçados a fugir a esconderse.

Um desses grupos migrou da Inglaterra para Amsterdam (Holanda) sob a liderança de John Smith. Em 1609, eles organizaram uma nova igreja nessa cidade, onde a condição de membro se baseava na profissão de fé pessoal,

voluntária, procedendo ao batismo. Dois anos mais tarde, alguns desses membros da nova igreja, dirigidos por Thomas Hellws, retornaram à Inglaterra e lá tomaram parte no crescente Movimento Batista, que através de

Migrações se espraiou pela América.

O grande movimento missionário iniciado com William Carey, da Inglaterra, em 1792, disseminou convicções batistas até ao Extremo Oriente e, mais tarde, por quase todo o mundo. Em alguns países, como a Rússia em 1867, o Movimento Batista começou espontaneamente com pessoas que formaram suas convicções iluminadas pela leitura do Novo Testamento.

Por que estão os Batistas empenhados em Evangelização e em Missões?

Os Batistas crêem que a missão de testemunhar *(Atos 1:8)* e de conquistar novos discípulos *(Mateus 28:19,20)* é dever de cada crente. Todo cristão é uma testemunha. Sua vida e palavras revelam aos outros sua fidelidade a Cristo. O sal deve salgar, se é sal, e a luz terá que brilhar, se é luz *(Mateus 5:13,14).*

Os Batistas procuram dar testemunho de Cristo em todas as nações do mundo. Têm grande empenho em tornar a Bíblia acessível ao povo, em sua própria língua. Seu esforço missionário inclui auxílios para saúde e educação , ajuda aos que sentem fome, aos que estão sem agasalho e sem lar.

Eles crêem que todas essas obras devem ser feitas em nome de Cristo, e não apenas como um esforço humanístico, alheio ao Mestre *(João 15:5).* Batistas crêem que a pregação do evangelho deve ser irmã gêmea do serviço aos nossos semelhantes, pois Cristo devotou seu ministério terreno aos pobres, aos oprimidos e aos que sofriam *(Lucas 4:4-21).* O julgamento final de Cristo será baseado em nossa compaixão para com os outros, compaixão esta que exprime a nossa fé *(Mateus 25:31-46).*

Por que estão os Batistas interessados na liberdade religiosa?

Deus criou o homem à sua própria imagem e o dotou de inalienável direito à liberdade.

A lei moral de Deus requer que o homem seja livre para que possa tornar-se responsável.

Os Batistas crêem que todos os homens devem ser livres para seguir sua consciência em matéria de religião, e que a autoridade civil ou política não tem o direito de traçar normas para a vida religiosa dos cidadãos. Esta liberdade é mais que tolerância, porque a simples tolerância leva a cogitar sobre quem é que tem o direito de tolerar a outrem.

O Estado não tem competência para afirmar ao cidadão em que ponto sua religião está certa ou errada .Quando os homens procuram controlar as igrejas com objetivos políticos, a vida espiritual das igrejas está ameaçada, e quando uma igreja usa o Estado para impor seus credos, comete violência contra a dignidade da criatura humana, proporcionada pelo Criador.

Os Batistas não buscam essa liberdade só para si. Eles lutam por esse direito para todos os homens. Cada pessoa deve ter o privilégio de professar e propagar sua fé ou descrença, fazendo-o a seu próprio modo, contanto que não

interfira na ordem ou segurança pública, ou ainda nos direitos dos outros.

Vivem os Batistas conforme suas convicções?

Os Batistas têm vivido, até certo ponto, conforme suas próprias convicções, mas em certas ocasiões eles o fizeram de maneira heróica, chegando até ao martírio. Pelas falhas, porventura havidas, devem arrepender-se e continuar com novas energias a sua missão.

O filósofo dinamarquês Soren Kierkegaard disse: O cristianismo começa declarando o que o cristão deve ser, e não louvando-o pelo que ele é". E em outra oportunidade o mesmo filósofo escreveu: "Na graça há sempre perdão para o passado, mas nunca liberdade para deixar de lutar."

Cristo, a única Esperança.

"Quem são os Batistas?"**, mais uma particularidade deve ser lembrada. Os Batistas são um povo que abriga uma esperança.**

Eles crêem que Jesus Cristo é o Filho de Deus. Os Batistas estão convictos de que não há outro nome além de Jesus Cristo, pelo qual devemos ser salvos *(Atos 4:12)*. Eles crêem na vitória final do Senhor Ressuscitado *(Mateus 25:31; I Coríntios 15:24-25; II Pedro 3:13; Apocalipse 11:15)*.

Fonte: ***Folheto publicado pela Convenção Batista Brasileira - 1966***

2

Pacto das Igrejas Batistas

Tendo sido levado pelo Espírito Santo a aceitar a Jesus Cristo como único e suficiente Salvador, e tendo sido batizados, sob profissão de fé, em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, decidimos – nos unânimes, como um corpo em Cristo, firmado solene e alegremente, na presença de Deus e desta congregação, seguinte e Pacto:

Comprometemo-nos a, auxiliados pelo Espírito Santo, andar sempre unidos no amor cristão; trabalhar para que esta igreja cresça no conhecimento da Palavra, na santidade, no conforto mutuo a na espiritualidade; manter os seus cultos, suas doutrinas, suas ordenanças e sua disciplina; contribuir liberalmente para o sustento do ministério, para as despesas da igreja, para o auxilio dos pobres a para a propaganda do evangelho em todas as nações.

Comprometendo-nos também a manter uma devoção particular, a evitar e condenar todos os vícios, a educar religiosamente nossos filhos, a procurar a salvação de todo o mundo, a começar dos nossos parente, amigos e conhecidos; a ser corretos em nossas transações, fiéis em nossos compromissos e exemplares em nossa conduta e ser diligentes nos trabalhos seculares, evitar a detração, a difamação e a ira, sempre e em tudo visando à expansão do reino do nosso Salvador.

Além disso, comprometemo-nos a ter cuidado uns dos outro; a lembra-nos uns dos outros nas orações ; ajudar mutuamente nas enfermidades e necessidades; cultivar relações francas e a delicadeza no trato; estar prontos a perdoas as ofensas, buscando, quando possível, a paz com todos os homens.

Finalmente comprometemo-nos a, quando sairmos desta localidade para outra, unir-nos a uma outra igreja da mesma fé e ordem, em que possamos observar os princípios da Palavra de Deus e o espírito deste Pacto.

O Senhor nos abençoe e nos proteja para que sejamos fiéis e sinceros até a morte.

3

Princípios Batistas

I. Autoridade

1. Cristo como Senhor

A fonte suprema da autoridade cristã é o Senhor Jesus Cristo. Sua soberania emana da eterna divindade e poder – Como o unigênito filho de Deus Supremo – de Sua redenção vicária e ressurreição vitoriosa. Sua autoridade é a expressão de amor justo, sabedoria infinita e santidade divina, e se aplica à totalidade da vida. Dela procede a integridade do propósito cristão, o poder da dedicação cristã, a motivação de lealdade cristã. Ela exige a obediência aos mandamentos de Cristo, dedicação ao Seu serviço, fidelidade ao Seu reino e a máxima devoção à Sua Pessoa, como o Senhor vivo.

A suprema fonte de autoridade é o Senhor Jesus Cristo, e toda a esfera da vida esta sujeita a Sua soberania.

2. As Escrituras

A Bíblia fala com autoridade porque é a palavra de Deus. É a suprema regra de fé e prática porque é testemunha fidedigna e inspirada dos atos maravilhosos de Deus através da revelação de Si mesmo e da redenção, sendo tudo patenteado na vida, nos ensinamentos e na obra Salvadora de Jesus Cristo. As Escrituras revelam a mente de Cristo e ensinam o significado de seu domínio. Na sua singular e una revelação da vontade divina para humanidade, a Bíblia é a autoridade final que atrai as pessoas a Cristo e as guia em todas as questões de fé cristã e dever moral. O indivíduo tem que aceitar a responsabilidade de estudar a Bíblia, com a mente aberta e com atitude reverente, procurando o significado de sua mensagem através de pesquisa e oração, orientando a vida debaixo de sua disciplina e instrução.

A Bíblia como revelação inspirada da vontade divina, cumprida e completada na vida e nos ensinamentos de Jesus Cristo, é a nossa regra autorizada de fé e prática.

3. O Espirito Santo

O Espírito Santo é a presença ativa de Deus no mundo e, particularmente, na experiência humana. É Deus revelando Sua pessoa e vontade ao homem. O Espírito, portanto é a voz da autoridade divina. É o Espírito de Cristo, e Sua autoridade é a vontade de Cristo. Visto que as Escrituras são o produto de homens que, inspirados pelo Espírito, falaram por Deus, a verdade da Bíblia expressa a vontade do Espírito, compreendida pela iluminação do Mesmo. Ele convence os homens do pecado, da justiça e do juízo, tornando, assim, efetiva a salvação individual, através da obra salvadora de Cristo. Ele habita no coração do crente, como advogado perante Deus e intérprete para o homem. Ele atrai o fiel para a fé e a obediência e, assim, produz na sua vida os frutos da santidade e do amor.

Espírito procura alcançar vontade e propósito divinos entre os homens. Ele dá aos cristãos poder e autoridade para o trabalho do reino e santifica e preserva os redimidos, para o louvo de Cristo; exige uma submissão livre e dinâmica à

autoridade de Cristo, e uma obediência criativa e fiel à palavra de Deus.

O Espírito Santo é o próprio Deus revelando Sua pessoa e vontade aos homens. Ele, portanto interpreta e confirma a voz da autoridade divina.

II. O Indivíduo

1. Seu Valor

A Bíblia revela que cada ser humano é criado à imagem de Deus; é único, precioso e insubstituível. Criado ser racional, cada pessoa é moralmente responsável perante Deus e o próximo. O homem como indivíduo é distinto de todas as outras pessoas. Como pessoa, ele é unido aos outros no fluxo da vida, pois ninguém vive nem morre por si mesmo.

A Bíblia revela que Cristo morreu por todos os homens. O fato de ser o homem criado à imagem de Deus e de Cristo morrer para salvá-lo é a fonte da dignidade e do valor humano. Ele tem direito, outorgado por Deus, de ser reconhecido e aceito como indivíduo sem distinção de raça, cor, credo ou cultura; de ser parte digna de respeitada da comunidade; de ter a plena oportunidade de alcançar o seu potencial.

Cada indivíduo foi criado à imagem de Deus e, portanto, merece respeito e consideração como uma pessoa de valor e dignidade infinita.

2. Sua Competencia

O indivíduo, porque criado à imagem de Deus, torna-se responsável por suas decisões morais e religiosas. Ele é competente, sob a orientação do Espiríto Santo, para formular a própria resposta à chamada divina ao evangelho de Cristo, para a comunhão com Deus, para crescer na graça e conhecimento de nosso Senhor. Estreitamente ligada a essa competencia está a responsabilidade de procurar a verdade e, encontrado-a, agir conforme essa descoberta e de partilhar a verdade com outros. Embora não se admita coação no terreno religioso, o cristão não tem a liberdade de ser neutro em questões ee conciência e convicção.

Cada pessoa é competente e responsável perante Deus, nas próprias decisões e questões morais e religiosas.

3. Sua liberdade

Os batistas consideram como inalienável a liberdade de consciência, a plena liberdade de religião de todas as pessoas. O homem é livre para aceitar ou rejeitar a religião; escolher ou mudar sua crença; propagar e ensinar a verdade como a entenda, sempre respeitando direitos e convicções alheios; cultuar a Deus tanto a sós quanto publicamente; convidar outras pessoas a participarem nos cultos e outra atividades de sua religião; possuir propriedade e quaisquer outros bens necessários à propagação de sua fé. Tal liberdade não é privilégio para ser concedido, rejeitado ou meramente tolerado – nem pelo Estado, nem por qualquer outro grupo religioso – é um direito outorgado por Deus.

Cada pessoa é livre perante Deus em todas as questões de consciência e tem o direito de abraçar ou rejeitar a religião, bem como de testemunhar sua fé religiosa, respeitando os direitos dos outros.

III. A Vida Cristã

1. A Salvação pela Graça

A graça é a provisão misericordiosa de Deus para a condição do homem perdido. O homem no seu estado natu-

ral é egoísta e orgulhoso; ele está na escravidão de satanás e espiritualmente morto em transgressões e pecados. Devido à sua natureza pecaminosa, o homem não pode salvar-se a si mesmo. Mas Deus tem uma atitude benevolente em relação a todos, a pesar da corrupção moral e da rebelião. A salvação não é o resultado dos méritos humanos, antes emana de propósito e iniciativa divinos. Não vem através de mediação sacramental, nem de treinamento moral, mas como resultado da misercórdia e poder divinos. A salvação do pecado é a dádiva de Deus através de Jesus Cristo, condicionada, apenas, pelo arrependimento em relação da Deus, pela fé em Jesus Cristo, e pela entrega incondicional a Ele como Senhor.

A Salvação, que vem através da graça, pela fé, coloca o individuo em união vital e transformadora com Cristo, e se caracteriza por uma vida de santidade e boas obras. A mesma graça, por meio da qual a pessoa alcança a salvação, dá certeza e a segurança do perdão contínuo de Deus e de Seu auxilio na vida cristã.

A salvação é dádiva de Deus através de Jesus Cristo, condicionada, apenas, pela fé em cristo e rendição à Soberania Divina.

2. As Exigências do Discipulado

O aprendizado cristão inicia-se com a entrega a Cristo, como Senhor. Desenvolve-se à proporção que a pessoa tem comunhão com Cristo e obedece aos Seus mandamentos. O discípulo aprende a verdade em Cristo, somente por obedecê-la. Essa obediência exige a entrega das ambições e dos propósitos pessoais e a obediência à vontade do Pai. A obediência levou Cristo à cruz e exige de cada discípulo que se tome a própria cruz e siga a Cristo.

O levar a cruz, ou negar-se a si mesmo, expressa-se de muitas maneiras na vida do discípulo. Este procurará, primeiro, o reino de Deus. Sua lealdade suprema será a Cristo. Ele será fiel em cumpri o mandamento cristão. Sua vida pessoal manifestará autodisciplina, pureza, integridade e amor cristão em todas as relações que tem com os outros. O discipulado é completo.

As exigências do discipulado cristão estão baseadas no reconhecimento da soberania de Cristo, relacionam-se com a vida em um todo e exigem obediência e devoção completas.

3. O Sacerdócio do Crente

Cada homem pode ir diretamente a Deus em busca de perdão, através do arrependimento e da fé. Ele não necessita para isso de nenhum outro indivíduo, nem mesmo de igreja. Há um só mediador entre Deus e os homens, Jesus. Depois de tornar-se crente a pessoa tem acesso direto a Deus, através de Cristo. Ela entra no sacerdócio real que lhe outorga o privilegio de servir a humanidade em nome de Cristo. Deverá partilhar com os homens a fé que acalenta e servi-los em nome e no espírito de Cristo. O Sacerdócio do crente, portanto, significa que todos os cristãos são iguais perante Deus e na fraternidade da igreja local.

Cada cristão, tendo acesso direto a Deus através de Cristo, é seu próprio sacerdote e tem a obrigação de servir de sacerdote de Cristo em benefício de outras pessoas.

4. O Cristão e Seu Lar

O lar foi constituído por Deus como unidade básica da sociedade. A forma-

ção de lares verdadeiramente cristãos deve merecer o interesse particular de todos. Devem ser constituídos da união de dois seres cristãos, dotados de maturidade emocional, espiritual e física e unidos por um amor profundo e puro. O casal deve partilhar ideais e ambições semelhantes e ser dedicado à criação dos filhos na instrução e disciplina divinas. Isso exige o estudo regular da Bíblia e a prática do culto doméstico. Nesses lares o espírito de Cristo está presente em todas as relações da família.

As igrejas tem a obrigação de preparar jovens para o casamento, treinar e auxiliar os pais nas suas responsabilidades, orientar pais e filhos na provações e crises da vida, assistir àqueles que sofrem em lares desajustados, e ajudar os enlutado e encanecidos a encontrarem sempre um significado na vida.

O lar é básico, no propósito de Deus para o bem estar da humanidade, e o desenvolvimento da família deve ser de supremo interesse para todos os cristãos.

5. O Cristão como Cidadão

O Cristão é cidadão de dois mundos – o reino de Deus e o estado político - e deve obedecer à lei de sua pátria terrena, tanto quanto à lei suprema. No caso de ser necessária uma escolha, o cristão deve obedecer a Deus antes que ao homem. Deve mostrar respeito para com aqueles que interpretam a lei e a põem em vigor, e participar ativamente na vida social, econômica e política com o espirito e princípios cristãos. A mordomia cristã da vida inclui tais responsabilidades como o voto, o pagamento de impostos e o apoio à legislação digna. O cristão deve orar pelas autoridades e incentivar outros cristãos a aceitarem a responsabilidade cívica, como um serviço a Deus e à humanidade.

O cristão é cidadão de dois mundos – o Reino de Deus e o Estado – e deve ser obediente à lei do seus país tanto quanto a lei suprema de Deus.

IV. A Igreja

1. Sua Natureza

No Novo testamento o termo igreja é usado para designar o povo de Deus na sua totalidade, ou só uma assembléia local. A igreja é uma comunidade fraterna das pessoas redimidas por Cristo Jesus, divinamente chamadas, divinamente criadas, e feitas uma só debaixo do governo soberano de Deus. A igreja como uma entidade local – um organismo presidido pelo Espiríto Santo – é uma fraternidade de crentes em Jesus Cristo, que se batizaram e voluntariamente se uniram para o culto, estudo, a disciplina mútua, o serviço e a propagação do Evangelho, no local da Igreja e até aos confins da terra.

A igreja, no sentido lato, é a comunidade fraterna de pessoas redimidas por Cristo e tornadas uma só na família de Deus. A igreja, no sentido local é a companhia fraterna de crentes batizados, voluntariamente unidos para o culto, desenvolvimento espiritual e serviço.

2. Seus Membros

A igreja, como uma entidade, é uma companhia de crentes regenerados e Matizados que se associam num, conceito de fé e fraternidade do evangelho. Propriamente, a pessoa qualifica-se para ser membro de igreja por ser nascida de Deus e aceitar voluntariamente o batismo. Ser membro de uma igreja local, para tais pessoas, é um privilégio santo é um dever sagrado. O simples fato de arrolar-se na lista de membros de uma igreja

não torna a pessoa membro do corpo de Cristo. Cuidado extremo deve ser exercido a fim de que sejam aceitas como membros da igreja somente as pessoas que dêem evidências positivas de regeneração e verdadeiras submissão a Cristo.

Ser membro de Igreja é um privilégio, dado exclusivamente a pessoas regeneradas que voluntariamente aceitam o batismo e se entregam ao discipulado fiel, segundo o preceito cristão.

3. Suas Ordenanças

O batismo e a ceia do Senhor são as duas ordenanças da igreja. São símbolos, mas sua observância envolve fé, exame de consciência, discernimento, confissão, gratidão, comunhão e culto. O batismo é administrado pela igreja, sob a autoridade do Deus triúno, e sua forma é a imersão daquele que, pela fé, já recebeu a Jesus Cristo como Salvador e Senhor. Por esse ato o crente retrata a sua morte para o pecado e a sua ressurreição para uma vida nova.

A ceia do Senhor, observada através dos símbolos do pão e do vinho, é um profundo esquadrinhamento do coração, uma grata lembrança de Jesus Cristo e sua morte vicária na cruz, uma abençoada segurança de sua volta e uma jubilosa comunhão com o Cristo vivo e seu povo.

O batismo e a ceia do Senhor, as duas ordenanças da igreja, são símbolos da redenção, mas sua observância envolve realidades espirituais na experiência cristã.

4. Seu Governo

O princípio governante para uma igreja local é a soberania de Jesus Cristo. A autonomia da igreja tem como fundamento o fato de que Cristo está sempre presente e é a cabeça da congregação do seu povo. A igreja, portanto, não pode sujeitar-se à autoridade de qualquer outra entidade religiosa. Sua autonomia, então, é valida somente quando exercida sob o domínio de Cristo.

A democracia, o governo pela congregação, é forma certa somente na medida e" que, orientada pelo Espírito Santo, providencia e exige a participação consciente de cada um dos membros nas deliberações do trabalho da igreja. Nem a maioria, nem a minoria, nem tampouco a unanimidade, reflete necessariamente a vontade divina.

Uma igreja é um corpo autônomo, sujeito unicamente a Cristo, sua cabeça. Seu governo democrático, no sentido próprio, reflete a igualdade e responsabilidade de todos os crentes, sob a autoridade de Cristo.

5. Sua Relação Para com o Estado

Tanto a igreja como o estado são ordenados por Deus e responsáveis perante ele. Cada um é distinto; cada um tem um propósito divino; nenhum deve transgredir os direitos do outro. Devem permanecer separados, mas igualmente manter a devida relação entre si e para com Deus. Cabe ao estado o exercício da autoridade civil, a manutenção da ordem e a promoção do bem-estar público.

A igreja é uma comunhão voluntária de cristãos, unidos sob o domínio de Cristo para o culto e serviço em seu nome. O estado não pode ignorar a soberania de Deus nem rejeitar suas leis como a base da ordem moral e da justiça social. Os cristãos devem aceitar suas responsabilidades de sustentar o estado e obedecer ao poder civil, de acordo com os princípios cristãos.

O estado deve à igreja a proteção da lei e a liberdade plena, no exercício do

seu ministério espiritual. A igreja deve ao estado o reforço moral e espiritual para a lei e a ordem, bem como a proclamação clara das verdades que fundamentam a justiça e a paz. A igreja tem a responsabilidade tanto de orar pelo estado quanto de declarar o juízo divino em relação ao governo, às responsabilidades de uma soberania autêntica e consciente, e aos direitos de todas as pessoas ‘ A igreja deve praticar coerentemente os princípios que sustenta e que devem governar a relação entre ela e o estado.

A igreja e o estado são constituídos por Deus e perante Ele responsáveis. Devem permanecer distintos, mas têm a obrigação do reconhecimento e reforço mútuos, no propósito de cumprir-se a função divina.

6. Sua Relação Para com o Mundo

Jesus Cristo veio ao mundo, mas não era do mundo. Ele orou não para que seu povo fosse tirado do mundo, mas que fosse liberto do mal. Sua igreja, portanto, tem a responsabilidade de permanecer no mundo, sem ser do mundo. A igreja e o cristão, individualmente. têm a obrigação de opor-se ao mal e trabalhar para a eliminação de tudo que corrompa e degrade a vida humana. A igreja deve tomar posição definida em relação à justiça e trabalhar fervorosamente pelo respeito mútuo, a fraternidade, a retidão, a paz, em todas as relações entre os homens. Raças e nações. Ela trabalha confiante no cumprimento final do propósito divino no mundo.

Esses ideais, que têm focalizado o testemunho distintivo dos batistas, choca-se com o momento atual do mundo e em crucial significação. As forças do mundo os desafiam. Certas tendências em nossas igrejas e denominação põem-nos em perigo. Se esses ideais servirem para inspirar os batistas, com o senso da missão digna da hora presente, deverão ser relacionados com a realidade dinâmica de todo o aspecto de nossa tarefa contínua.

A igreja tem uma posição de responsabilidade no mundo; sua missão é para com o mundo; mas seu caráter e ministério são espirituais.

V. Nossa Tarefa Continua

1. A Centralidade do Indivíduo

Os batistas, historicamente, têm exaltado o valor do indivíduo, dando-lhe um lugar central no trabalho das igrejas e da denominação. Essa distinção, entretanto, está em. perigo nestes dias de automatismo e pressões para o conformismo. Alertados para esses perigos, dentro das próprias fileiras, tanto quanto no mundo, os batistas devem preservar a integridade do indivíduo.

O alto valor do indivíduo deve refletir-se nos serviços de culto, no trabalho evangelístico, nas obras missionárias, no ensino e treinamento da mordomia, em todo o programa de educação cristã. Os programas são justificados pelo que fazem pelos indivíduos por eles influenciados. Isso significa, entre outras coisas, que o indivíduo nunca deve ser usado como um meio, nunca deve ser manobrado, nem tratado como mera estatística. Esse ideal exige, antes, que seja dada primordial consideração ao indivíduo, na sua liberdade moral, nas suas necessidades urgentes e no seu valor perante Cristo.

De consideração Primordial na vida c no trabalho de nossas igrejas é o indivíduo, com seu valor, suas necessidades, sua liberdade moral, seu potencial perante Cristo.

2. Culto

O culto a Deus, pessoal ou coletivo, é a expressão mais elevada da fé e devoção cristã. É supremo tanto em privilégio' quanto em dever. Os batistas enfrentam urna necessidade urgente de melhorar a qualidade do seu culto, a fim de experimentarem coletivamente uma renovação de fé, esperança e amor, como resultado da comunhão com o Deus supremo.

O culto deve ser coerente **com** a natureza de Deus, na sua santidade: uma experiência, portanto, de adoração e confissão que se expressa com temor e humildade. O culto não é mera forma e ritual, mas uma experiência com o Deus vivo, através da meditação e da entrega pessoal. Não é simplesmente **um** serviço religioso, mas comunhão com Deus na realidade do louvor, na sinceridade do amor e na beleza da santidade.

O culto torna-se significativo quando se combinam, com reverência e ordem, a inspiração da presença de Deus, a proclamação do evangelho, a liberdade e a atuação do Espírito. O resultado de tal culto será uma consciência mais profunda da 'santidade, majestade e graça de Deus, maior devoção e mais completa dedicação à vontade de Deus.

O culto - que envolve uma experiência de comunhão com o Deus vivo e santo - exige uma apreciação maior sobre a reverência e a ordem, a confissão e a humildade, a consciência da santidade, majestade, graça e propósito de Deus.

3. O Ministério Cristão

A igreja e todos os seus membros estão no mundo, a fim de servir. Em certo sentido, cada filho de Deus é chamado como cristão. Há, entretanto, uma falta generalizada no sentido de negar o valor devido à natureza singular da chamada corno vocação ao serviço de Cristo. Maior atenção neste ponto é especialmente **necessária,** em face da pressão que recebem os jovens competentes para a escolha de algum ramo das ciências e, ainda mais devido ao número decrescente daqueles que estão atendendo à chamada divina, para o serviço de Cristo.

Os que são chamados pelo Senhor para o ministério cristão devem reconhecer que o fim da chamada é servir. São, no sentido especial, escravos de Cristo e seus ministros nas igrejas e junto ao povo. Devem exaltar suas responsabilidades, em vez de privilégios especiais. Suas funções distintas não visam a vangloria; antes, são meios de servir a Deus, à igreja e ao próximo.

As igrejas são responsáveis perante Deus por aqueles que elas consagram ao seu ministério. Devem manter padrões elevados para aqueles que aspiram à consagração, quanto à experiência e ao caráter cristãos. Devem incentivar os chamados a procurarem o preparo adequado ao seu ministério.

Cada cristão tem o dever de ministrar ou servir com abnegação completa; Deus, porém, na sua sabedoria, chama várias pessoas de um modo singular para dedicarem sua vida de tempo integral, ao ministério relacionado com a obra da igreja.

4. Evangelismo

O evangelismo é a proclamação do juízo divino sobre o pecado, e das boas novas da graça divina em Jesus

Cristo. É a resposta dos cristãos às pessoas na incidência do pecado, é a ordem de Cristo aos seus seguidores, a fim de que sejam suas testemunhas frente a todos os homens. O evangelismo declara que o evangelho, e unicamente o evangelho, é o poder de Deus para a salvação. A obra de evangelismo é básí-

ca na missão da igreja e no mister de cada cristão.

O evangelismo, **assim** concebido, exige um fundamento teológico firme e uma ênfase perene nas doutrinas básicas da salvação. O evangelismo neotestamentário é a salvação por meio do evangelho e pelo poder do Espírito. Visa a salvação do homem todo; confronta os perdidos com o preço do discipulado e as exigências da soberania de Cristo; exalta a graça divina, a fé voluntária e a realidade da experiência de conversão.

Convites feitos a pessoas não salvas nunca devem desvalorizar essa realidade imperativa. O uso de truques de psicologia das massas, os substitutivos da convicção e todos os esquemas vaidosos são pecados contra Deus e contra o indivíduo. O amor cristão, o destino dos pecadores e a força do pecado constituem uma urgência obrigatória.

A norma de evangelismo exigida pelos tempos críticos dos nossos dias é o evangelismo pessoal e coletivo, o uso de métodos sãos e dignos, o testemunho de piedade pessoal e dum espírito semelhante ao de Cristo, a intercessão pela misericórdia e pelo poder de Deus, e a dependência completa do Espírito Santo.

O evangelismo, que é básico no ministério da igreja e na vocação do crente, é a proclamação do juízo e da graça de Deus em Jesus Cristo e a chamada para aceitá-lo como Salvador e segui-lo como Senhor.

5. Missões

Missões como usamos o termo, é a extensão do propósito redentor de Deus através do evangelismo, da educação e do serviço cristão além das fronteiras da igreja local. As massas perdidas do mundo constituem um desafio comovedor para as igrejas cristãs.

Uma vez que os batistas acreditam na liberdade e competência de cada um para as próprias decisões, nas questões religiosas, temo a responsabilidade perante Deus de assegurar a cada indivíduo o conhecimento e a oportunidade de fazer a decisão certa. Estamos sob a determinação divina, no sentido de proclamar o evangelho a toda a criatura. A urgência da situação atual do mundo, o apelo agressivo de crenças e ideologias exóticas, e nosso interesse pelos transviados exigem de nós dedicação máxima em pessoal e dinheiro, a fim de proclamar-se a redenção em Cristo, para o mundo todo.

A cooperação nas missões mundiais é imperativa. Devemos utilizar os meios à nossa disposição, inclusive os de comunicação em massa, para dar o Evangelho de Cristo ao mundo. Não devemos depender exclusivamente de um grupo pequeno de missionários especialmente treinados e dedicados. Cada batista é um missionário, não importa o local onde mora ou posição que ocupa. Os atos pessoais ou de grupos, as atitudes em relação a outras nações, raças e religiões fazem parte do nosso testemunho favorável ou contrário a Cristo, o qual, em cada esfera e relação da vida, deve fortalecer nossa proclamação de que Jesus é o Senhor de todos.

As missões procuram a extensão do propósito redentor de Deus tem em toda a parte, através do evangelismo, da educação, e do serviço cristão e exige de nós dedicação máxima.

6. Mordomia

A mordomia cristã é o uso, sob a orientação divina, da vida, dos talentos, do tempo e dos bens materiais, na pro-

clamação do Evangelho e na prática respectiva. No partilhar o Evangelho a mordomia encontra seu significado mais elevado: ela é baseada no reconhecimento de tudo o que temos e somos vem de Deus, como uma responsabilidade sagrada.

Os bens materiais em si não são maus, nem bons. O amor ao dinheiro, e não o dinheiro em si, é a raiz de todas as espécies de males. Na mordomia cristã o dinheiro torna-se o meio para alcançar bens espirituais, tanto para a pessoa que dá, quanto para quem recebe. Aceito como encargo sagrado, o dinheiro torna-se não uma ameaça e sim uma oportunidade. Jesus preocupou-se em que o homem fosse liberto da tirania dos bens materiais e os empregasse para suprir tanto às necessidades próprias como às alheias.

A responsabilidade da mordomia aplica-se não somente ao cristão como indivíduo, mas, também a cada igreja local, cada convenção cada agência da denominação. Aquilo que é confiado ao indivíduo ou à instituição não deve ser guardado nem gasto egoísticamente, mas empregado no serviço da humanidade e para a glória de Deus.

A mordomia cristã concebe toda a vida como um encargo sagrado, confiado por Deus, e exige o emprego responsável de vida, tempo, talentos e bens – pessoal ou coletivamente – no serviço de Cristo.

7. O Ensino e Treinamento

O ensino e treinamento são básicos na comissão de Cristo para os seus seguidores, constituindo um imperativo divino pela natureza da fé e experiência cristãs. Eles são necessários ao desenvolvimento de atitudes cristãs, à demonstração de virtudes cristãs, ao gozo de privilégios cristãos, ao cumprimento de responsabilidades cristãs, a realização da certeza cristã. Devem começar com o nascimento do homem e continuar através de sua vida toda. São funções do lar e da igreja, divinamente ordenadas. E constituem o caminho da maturidade cristã.

Desde que a fé há de ser pessoal, e voluntária cada resposta à soberania de Cristo, o ensino e treinamento são necessários antecipadamente ao Discipulado Cristão, e a um testemunho vital. Este fato significa que a tarefa educacional da igreja deve ser o centro do programa. A prova do ministério do ensino e treinamento está no caráter semelhante ao de Cristo e na capacidade de enfrentar e resolver eficientemente os problemas sociais, morais e espirituais do mundo hodierno. Devemos treinar os indivíduos a fim de que possam conhecer a verdade que os liberta, experimentar o amor que os transforma em servos da humanidade, e alcançar a fé que lhes concede a esperança no reino de Deus.

A natureza da fé e experiência cristãs e a natureza e necessidades das pessoas fazem do ensino e treinamento um imperativo.

8. Educação Cristã

A fé e a razão aliam-se no conhecimento verdadeiro. A fé genuína procura compreensão e expressão inteligente. As escolas cristãs devem conservar a fé e a razão no equilíbrio próprio. Isto significa que não ficarão satisfeitas senão com os padrões acadêmicos elevados. Ao mesmo tempo, devem proporcionar um tipo distinto de educação – a educação infundida pelo espírito cristão, com a perspectiva cristã e dedicada aos valores cristãos.

Nossas escolas cristãs têm a responsabilidade de treinar e inspirar homens e mulheres para a liderança eficiente, lei-

ga e vocacional, em nossas igrejas e no mundo. As igrejas, por sua vez, têm a responsabilidade de sustentar condignamente todas as suas instituições educacionais.

Os membros de igrejas devem Ter interesse naqueles que ensinam em suas instituições, bem como naquilo que estes transmitem. Há limites para a liberdade acadêmica; deve ser admitido, entretanto, que os professores das nossas instituições tenham liberdade para erudição criadora, com o equilíbrio de um senso profundo de responsabilidade pessoal para com Deus, a verdade, a denominação, e as pessoas a quem servem.

A educação cristã emerge da relação da fé e da razão e exige excelência e liberdade acadêmicas que são tanto reais quanto responsáveis.

9. A Autocrítica

Tanto a igreja local quanto a denominação, a fim de permanecerem sadias e florescentes, tem que aceitar a responsabilidade da autocrítica. Seria prejudicial às igrejas e à denominação se fosse negado ao indivíduo o direito de discordar, ou se fosse considerados nossos métodos ou técnicas como finais ou perfeitos. O trabalho de nossas igrejas e de nossa denominação precisa de freqüente avaliação, a fim de evitar a esterilidade do tradicionalíssimo. Isso especialmente se torna necessário na área dos métodos, mas também se aplica aos princípios e práticas históricas em sua relação à contemporânea. Isso significa que nossas igrejas, instituições e agências devem defender e proteger o direito de o povo perguntar e criticar construtivamente.

A autocrítica construtiva deve ser centralizada em problemas básicos e assim evitar os efeitos desintegrantes de acusações e recriminações. Criticar não significa deslealdade; a crítica pode resultar de um interesse profundo do bem-estar da denominação. Tal crítica visará ao desenvolvimento à maturidade cristã, tanto para o indivíduo quanto para a denominação.

Todo grupo de cristãos, para conservar sua produtividade, terá que aceitar a responsabilidade da autocrítica construtiva.

Como batistas, revendo o progresso realizado no decorrer dos anos, temo todos inteira razão de desvanecimento ante as evidências do favor de Deus sobre nós. Os batistas podem bem cantar com alegria, “Gloria a Deus, grandes coisas Ele fez! “ Podem eles também lembrar que aqueles a quem foi dado o privilégio de gozar de tão alta herança, reconhecidos ao toque da graça, devem engrandecê-la com os seus próprios sacrifícios.

4

Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira

INTRODUÇÃO

Os discípulos de Jesus Cristo que vieram a ser designados pelo nome "batista" se caracterizavam pela sua fidelidade às Escrituras e por isso só recebiam em suas comunidades, como membros atuantes, pessoas convertidas pelo Espírito Santo de Deus. Somente essas pessoas eram por eles batizadas e não reconheciam como válido o batismo administrado na infância por qualquer grupo cristão, pois, para eles, crianças recém-nascidas não podiam ter consciência de pecado, regeneração, fé e salvação. Para adotarem essas posições eles estavam bem fundamentados nos Evangelhos e nos demais livros do Novo Testamento. A mesma fundamentação tinham todas as outras doutrinas que professavam. Mas sua exigência de batismo só de convertidos é que mais chamou a atenção do povo e das autoridades, daí derivando a designação "batista" que muitos supõem ser uma forma simplificada de "anabatista", "aquele que batiza de novo".

A designação surgiu no século XVII, mas aqueles discípulos de Jesus Cristo estavam espiritualmente ligados a todos os que, através dos séculos, procuraram permanecer fiéis aos ensinamentos das Escrituras, repudiando, mesmo com risco da própria vida, os acréscimos e corrupções de origem humana.

Através dos tempos, os batistas se têm notabilizado pela defesa destes princípios:

1º A aceitação das Escrituras Sagradas como única regra de fé e conduta.
2º O conceito de igreja como sendo uma comunidade local democrática e autônoma, formada de pessoas regeneradas e biblicamente batizadas.
3º A separação entre igreja e estado.
4º A absoluta liberdade de consciência.
5º A responsabilidade individual diante de Deus.
6º A autenticidade e apostolicidade das igrejas.

Caracterizam-se também os batistas pela intensa e ativa cooperação entre suas igrejas.

Não havendo nenhum poder que possa constranger a igreja local, a não ser a vontade de Deus, manifestada através de seu Santo Espírito, os batistas, baseados nesse princípio da cooperação voluntária das igrejas, realizam uma obra geral de missões, em que foram pioneiros entre os evangélicos nos tempos modernos; de evangelização, de educação teológica, religiosa e secular; de ação social e de beneficência. Para a execução desses fins, organizam associações regionais e convenções estaduais e nacionais, não tendo estas, no entanto, autoridade sobre as igrejas;

devendo suas resoluções ser entendidas como sugestões ou apelos.

Para os batistas, as Escrituras Sagradas, em particular o Novo Testamento, constituem a única regra de fé e conduta, mas, de quando e quando, as circunstâncias exigem que sejam feitas declarações doutrinárias que esclareçam os espíritos, dissipem dúvidas e reafirmem posições. Cremos estar vivendo um momento assim no Brasil, quando uma declaração desse tipo deve ser formulada, com a exigêcia insubstituível de ser rigorosamente fundamentada na palavra de Deus. É o que faz agora a **Convenção Batista Brasileira**, nos 19 artigos que seguem:

I – Escrituras Sagradas

A Bíblia é a palavra de Deus em linguagem humana.[1] É o registro da revelação que Deus fez de si mesmo aos homens.[2] Sendo Deus seu verdadeiro autor, foi escrita por homens inspirados e dirigidos pelo Espírito Santo.[3] Tem por finalidade revelar os propósitos de Deus, levar os pecadores à salvação, edificar os crentes, e promover a glória de Deus.[4] Seu conteúdo é a verdade, sem mescla de erro, e porisso é um perfeito tesouro de instrução divina.[5] Revela o destino final do mundo e os critérios pelo qual Deus julgará todos os homens.[6] A Bíblia é a autoridade única em matéria de religião, fiel padrão pelo qual devem ser aferidas a doutrinas e a conduta dos homens.[7] Ela deve ser interpretada sempre à luz da pessoa e dos ensinos de Jesus Cristo.[8]

1. Sl 119:89; Hb 1:1; Is. 40:8; Mt 24:35; Lc. 24:44,45; Jo. 10:35; Rm. 3:2; I Pe 1:25; II Pe. 1:21

2. Is. 40:8; Mt 22:29; Hb 1:1,2; Mt 24:35; Lc 24:44,45; 16:29; Rm 16:25,26; I Pe 1:25.

3. Êx 24:4; II Sm 23: 2; At 3:21; II Pe 1:21.

4. Lc16:29; Rm 1:16; II Tm 3:16,17; I Pe 2:2; Hb 4:12; Ef 6:17; Rm 15:4

5. Sal. 19:7-9; 119:105; Prov. 30:5; João. 10: 35; 17:17; Rom. 3:4; 15:4; Tim. 3:15-17

6. João. 12:47, 48; Rom. 2:12, 13

7. II Crôn. 24:19; Sal. 19:7-9; Isa. 34:16; Mat 5:17,18; Isa. 8:20; At. 17:11; Gál. 6:16; Fil. 3: 16; IITim. 1:13.

8. Luc. 24:44,45; Mat. 5:22,28,32,34,39; 17:5; 11:29,30, João. 5:39,40; Heb. 1:1,2; João. 1:1,2,14.

II – Deus

O único Deus vivo e verdadeiro é Espírito pessoal, eterno, infinito e imutável; é onipotente, onisciente, e onipresente; é perfeito em santidade, justiça, verdade e amor.[1] Ele é o criador, sustentador, redentor, juiz e Senhor da histótia e do universo, que governa pelo seu poder, dispondo de todas as coisas, de acordo com o seu eterno ropósito e graça.[2] Deus é infinito em santidade e em todas as demais perfeições.[3] Por isso, a ele devemos todo o amor, culto e obediência.[4] Em sua triunidade, o eterno Deus se revela como Pai, filho e Espírito Santo, pessoas distintas mas sem divisão em sua essência.[5]

1. Dt 6:4; Jr10:1; Sl 139; I Co 8:6; I Tm 2:5,6; Êx 3:14; 6:2,3; Is 43:15; Mt 6:9; Jo. 4:24; I Tm 1:17; Ml 3:6; Ti 1:17; I Pe 1:16,17

2. Gn 1:1; 17:1; Êx 15:11-18; Is.43:3; At 17:24-26; Ef 3:11; I Pe 1:17

3. Êx 15:11; Is. 6:2; 57:15; Jó. 34:10

4. Mt 22:37; Jo. 4:23,24; I Ped. 1:15,16

5. Mt 28:19; Mr. 1:9-11; I Jo. 5:7; Rm. 15:30; II Co. 13:13; Fl. 3:3.

Deus Pai

Deus, como Criador, manifesta disposição paternal para com todos os ho-

mens.[1] Historicamente ele se revelou primeiro como pai ao povo de Israel, que escolheu consoante so propósitos de sua graça.[2] Ele é Pai de Nosso Senhor Jesus Cristo, a quem enviou a este mundo para salvar os pecadores e deles fazer filhos por adoção.[3] Aqueles que aceitam a Jesus Cristo e nele crêem são feitos filhos de Deus, nascidos pelo seu espírito, e, assim, passam a tê-lo como Pai celestial, dele recebendo proteção e disciplina.[4]

1. Is. 64:8: Mat. 6:9; 7:11; At. 17:26-29; I Cor. 8:6; Heb. 12:9

2. Êx. 4:22,23; Deut. 32:6-18; Is. 1:2,3; 63:16; Jer. 31:9

3. Sal. 2:7; Mat. 3:17; 17:5; Luc. 1:35; João. 1:12

4. Mat. 23:9; João. 1:12,13; Rom. 8:14-17; Gál. 3:26; 4:4-7; Heb. 12:6-11

Deus Filho

Jesus Cristo, um em essência com o Pai, é o eterno Filho de Deus.[1] Nele, por ele e para ele, foram criadas todas as coisas.[2] Na plenitude dos tempos ele se fez carne, na pessoas real e histórica de Jesus Cristo, gerada pelo Espírito Santo e nascido da Virgem Maria, sendo, em sua pessoa, verdadeiro Deus e verdadeiro homem.[3] Jesus é a imagem expressado seu pai, a revelação suprema de Deus ao homem.[4] Ele honrou e cumpriu plenamente a lei divina e revelou e obedeceu toda a vontade de Deus.[5] Identificou-se perfeitamente com os homens, sofrendo o castigo e expiando a culpa de nossos pecados, conquanto ele mesmo não tivesse pecado.[6] Para salvar-nos do pecado, morreu na cruz, foi sepultado e ao terceiro dia ressurgiu dentre os mortos e, depois de aparecer muitas vezes a seus discípulos, ascendeu aos céus, onde à destra do Pai, exerce o se eterno sumo sacerdócio.[7] Jesus Cristo é o único Mediador entre Deus e os homens e o único e suficiente salvador e Senhor.[8] Pelo seu Espírito ele está presente e habita no coração de cada crente e na igreja.[9] Ele voltará visivelmente a este mundo em grande poder e glória, para julgar os homens e consumar sua obra redentora.[10]

1. Sl. 2:7; 110:1; Mt. 1:18-23; 3:17; 8:29; 14:33; 16:16; 27; 17:5; Mr. 1:1; Lc. 4:41; 22:70; Jo. 1:1,2; 11:27; 14:7-11; 16:28

2. Jo. 1:3; I Co. 8:6; Cl. 1:16,17

3. Is. 7:14; Lc. 1:35; Jo. 1:14; Gl. 4:4,

4. Jo. 14:7-9; Mt. 11:27; Jo. 10:30,38; 12:44-50; Cl. 1:15,19; 2:9; Hb. 1;3

5. Is. 53; Mt. 5:17; Hb. 5:7-10

6. Rm. 8:1-3; Fl. 2:1-11; Hb. 4:14,15; I Pd. 2:21-25

7. At. 1:6-14; Jo. 19:30,35; Mt. 28:1-6; Lc. 24:46; Jo. 20:1-20; At. 2:22-24; I Co. 15:4-8

8. Jo. 14:6; At. 4:12; I Tm. 2:4,5; At. 7:55,56; Hb. 4:14-16; 10:19-23

9. Mt. 28:20; Jo. 14:16,17; 15:26; 16:7; I Co. 6:19

10. At. 1:11; I Co. 15:24-28; I Ts. 4:14-18; Tt. 2:13

Deus Espírito Santo

O Espírito Santo, um em essência com o Pai e com o Filho, é pessoa divina.[1] É o Espírito da verdade.[2] Atuou na criação do mundo e inspirou os homens a escreverem as Sagradas Escrituras.[3] Ele ilumina os homens e os capacita a compreenderem a verdade divina.[4] No dia de Pentecostes, em cumprimento final da profecia e das promessas quanto à descida do Espírito Santo, ele se manifestou de maneira singular, quanto os primeiros discípulos foram batizados no Espírito, passando a fazer parte do Corpo de Cristo que é a Igreja. Suas outras manifestações, constantes no livro Atos dos Apóstolos, confirmam a evidência

de universalidade do dom do Espírito Santo a todos os que crêem em Cristo.[5] O recebimento do Espírito Santo, sempre ocorre quando os pecadores se convertem a Jesus Cristo, que os integra, regenerados pelo Espírito, à igreja.[6] Ele dá testemunho de Jesus Cristo e o glorifica.[7] Convence o mundo do pecado, da justiça e do juizo.[8] Opera a regeneração do pecador perdido.9 Sela o crente para o dia da redenção final.[10] Habita no crente.[11] Guia-o em toda a verdade.[12] Capacita-o para obedecer à vontade de Deus.[13] Distribui dons aos filhos de Deus para a edificação do Corpo de Cristo e para o ministério da Igreja no mundo.[14] Sua plenitude e seu fruto na vida do crente constituem condições para uma vida cristã vitoriosa e testemunhante.[15]

1. Gn. 1:2; Jó. 23:13; Sl. 51:11; 139:7-12; Is. 61:1-3; Lc.4:19,18 ; Jo. 4:24; 14:16,17; 15:26; Hb. 9:14; I Jo. 5:6,7; Mt. 28:19

2. Jo. 16:13; 14:17; 15:26

3. Gn. 1:2; II Tm. 3:16; II Pe. 1:21

4. Lc. 12:12; Jo. 14:16,17,26; I Co. 2:10-14; Hb. 9:8

5. Jl. 2:28-32; At. 1:5; 2:1-4; Lc. 24:29; At. 2:41; 8:14-17; 10:44-47; 19:5-7; I Co. 12:12-15

6. At. 2:38,39; I Co. 12:12-15

7. Jo. 14:16,17; 16:13,14

8. Jo. 16:8-11

9. Jo. 3:5; Rm. 8:9-11

10. Ef. 4:30

11. Rm. 8:9-11

12. Jo. 16:13

13. Ef. 5:16-25

14. I Co. 12:7,11; Ef. 4:11-13

15. Ef. 15:18-21; Gl. 5:22:23; At. 1:8

III – O Homem

Por um ato especial, o homem foi criado por Deus à sua imagem e conforme à sua semelhança e disso decorrem o seu valor e dignidade.[1] Seu corpo foi feito do pó da terra e para o mesmo pó há de voltar.[2] Seu espírito procede de Deus e para ele retornará.[3] O criador ordenou que o homem domine, desenvolva e guarde a obra criada.[4] Criado para a glorificação de Deus.[5] Seu propósito é amar, conhecer e estar em comunhão com seu Criador, bem como cumprir sua divina vontade.[6] Ser pessoal e espiritual, o homem tem capacidade de perceber, conhecer e compreender, ainda que em parte, intelectual e experimentalmente, a verdade revelada, e tomar suas dicisões em matéria religiosa, sem mediação, enterferência ou imposição de qualquer poder humano, seja civil ou religioso.[7]

1. Gn. 1:26-31; 18:22; 9:6; Sl. 8:1-9; Mt. 16:26

2. Gn. 2:7; 3:19; Ec. 3:20; 12:7

3. Ec. 12:7; Dn. 12:2,3

4. Gn. 1:21; 2:1; Sl. 8:3-8

5. At. 17:26-29; I Jo. 1:3,6,9

6. Jr. 9:23,24; Mq. 6:8; Mt. 6:33; Jo. 14:23; Rm. 8:38,39

7. Jo. 1:4-13; 17:3; Ec. 5:14,17; I Tm. 2:5; Jó. 19:25,26; Jr. 31:3; At. 5:29; Ez. 18:20; Dn. 12:2; Mt. 25:32,46; Jo. 5:29; I Co. 15; I Ts. 4:16,17; Ap. 20:11-30

IV – O Pecado

No princípio o homem vivia em estado de inocência e mantinha perfeita comunhão com Deus.[1] Mas, cedendo à tentação de Satanás, num ato livre de desobediência contra seu Criador, o homem caiu no pecado e assim perdeu a comunhão com Deus e dele ficou separado.[2] Em conseqüência da queda de nossos primeiros pais, todos semos, por natureza, pecadores e inclinados à prática do mal.[3] Todo pecado é cometido contra Deus, sua pessoa , sua vontade e sua lei.[4] Mas o mal praticado pelo ho-

mem atinge também o seu próximo.[5] O pecado maior consiste em não crer na pessoa de Jesus Cristo, ho Filho de Deus, como salvador pessoal.[6] Como resultado do pecado, da incredulidade e da desobediência do homem contra Deus, ele está sujeito à morte e à condenação eterna, além de se tornar inimigo do próximo e da própria criação de Deus.[7] Separado de Deus, o homem é absolutamente incapaz de salvar-se a si mesmo e assim depende da graça de Deus para ser salvo[8].

1. Gn. 2:15-17; 3:8-10; Ec. 7:29
2. Gn. 3; Rm. 5:12-19; Ef. 2:12; Rm. 3:23
3. Gn. 3:12; Rm. 5:12; Sl. 51:15; Is. 53:6; Jr. 17:5; Rm. 1:18-27; 3:10-19; 7:14-25; Gl. 3:22; Ef. 2:1-3
4. Sl. 51:4; Mt. 6:14; Rm. 8:7-22
5. Mt. 6:14,15; 18:21-35; I Co. 8:12; Tg. 5:16
6. Jo 3:36; 16:9; I Jo. 5:10-12
7. Rom. 5:12-19; 6:23; Ef. 2:5; Gn. 3:18; Rm. 8:22
8. Rm.3:20; Gl.3**:**10,11; Ef. 2:8,9

V – Salvação

A salvação é outorgada por Deus pela sua graça, mediante arrependimento do pecador e da sua fé em Jesus Cristo como único Salvador e Senhor.[1] O preço da redenção eterna do crente foi pago de uma vez por Jesus Cristo, pelo derramamento do seu sangue na cruz**.**[2] A salvação é individual e significa a redenção do homem na inteireza do seu ser.[3] É um dom gratuito que Deus oferece a todos os homens e que compreende a regeneração, justificação, a santificação e a glorificação.[4]

1. Sl. 37:39; Is. 55:5; Sf. 3:17; Tt. 2:9-11; Ef. 2:8,9; At. 15:11; 4:12
2. Is. 53:4-6; I Pe. 1:18-25; I Co. 6:20; Ef. 1:7; Ap. 5:7-10
3. Mt. 116:24; Rm. 10:13; I Ts. 5:23,24; Rm. 5:10
4. Rm. 6:23; Hb. 2:1-4; Jo. 3:14; I Co. 1:30; At. 11:18

A **regeneração** é o ato inicial da salvação em que Deus faz nascer de novo o pecador perdido, dele fazendo uma nova criatura em Cristo. É obra do Espírito Santo em que o pecador recebe o perdão, a justificação, a adoção como filho de Deus, a vida eterna e o dom do Espírito Santo. Nesse ato o novo crente é batizado no Espírito Santo, é por ele selado para o dia da redenção final, e é liberto do castigo eterno dos seus pecados.[1] Há duas condições para o pecador ser regenerado; arrependimento e fé. O arrependimento implica em mudança radical do homem interior, por força do que ele se afasta do pecado e se volta para Deus. A fé é a confiança e aceitação de Jesus Cristo como Salvador e a total entrega da personalidade a ele por parte do pecador.[2] Nessa experiência de conversão o homem perdido é reconciliado com Deus, que lhe concede perdão, justiça e paz.[3]

1. Dt. 30:6; Ez. 36:26; Jo. 3:3-5; I Pe. 1:3; II Cor. 5:17; Ef. 4:20-24
2. Tt. 3:5; Rm. 8:2; Jo. 1:11-13; Ef. 4:32; At. 11:17
3. II Co. 1:21,22; Ef. 4:30; Rm. 8:1; 6:22

A **justificação,** que ocorre simultaneamente com a regeneração, é o ato pelo qual Deus, considarando os méritos do sacrifício de Cristo, absorve, no perdão, o homem de seus pecados e o declara justo, capacitando-o para uma vida de retidão diante de Deus e de correção diante dos homens.[1] Essa graça é concedida não por causa de quaisquer obras meritóritas praticadas pelo homem mas por meio de sua fé em Cristo.[2]

1. Is. 53:11; Rm. 8:33; 3:24
2. Rm. 5:1; At. 13:19; Mt. 9:6; II Co. 5:31; I Co. 1:30
3. Gl. 5:22; Fl. 1:9-11

A **santificação** é o processo que, principiando na regeneração, leva o homem à realização dos propósitos de Deus para sua vida e o habilita a progredir em busca da perfeição moral e espiritual de Jesus Cristo, mediante a presença e o poder do Espírito Santo que nele habita.[1] Ela ocorre na medida da dedicação do crente e se manifesta através de um caráter marcado pela presença e pelo fruto do Espírito, bem como por uma vida de testemunho fiel e seviço consagrado a Deus e ao próximo.[2]

1. Jo. 17:17; I Ts. 4:3; 5:23; 4:7
2. Pv. 4:18; Rm. 12:1,2; Fl. 2:12,13; II Co. 7:1; 3:18; Hb. 12:14; Rm. 6:19

A **glorificação** é o ponto culminante da obra da salvação.[1] É o estado final, permanente, da felicidade dos que slão redimidos pelo sangue de Cristo.[2]

1. Rm. 8:30; II Pe. 1:10,11; I Jo. 3:2; Fl. 3:12; Hb. 6:11
2. I Co. 13:12; I Ts. 2:12; Ap. 21:3,4

VI – Eleição

Eleição é a escolha feita por Deus, em Cristo, desde a eternidade, de pessoas para a vida eterna, não por qualquer mérito, mas segundo a riqueza da sua graça.[1] Antes da criação do mundo, Deus, no exercício da sua soberania divina e à luz de sua presciência de todas as coisas, elegeu, chamou, predestinou, justificou e glorificou aqueles que, no correr dos tempos, aceitariam livremente o dom da salvação.[2] Ainda que baseada na soberania de Deus, esa eleição está em perfeita consonância com o livre-arbítrio de cada um e de todos os homens.[3] A salvação do crente é eterna. Os salvos perseveram em Cristo e estão guardados pelo poder de Deus.[4] Nenhuma força ou circunstância tem poder para separar o crente do amor de Deus em Cristo Jesus.[5] O novo nascimento, o perdão, a justificação, a adoção como filhos de Deus, a eleição e o dom do Espírito Santo asseguram aos salvos a permanência na graça da salvação.[6]

1. Gn. 12:1-3; Ex. 19:5,6; Ez. 36:22,23,32; I Pe. 1:2; Rm. 9:22-24; I Ts. 1:4
2. Rm. 8:28-30; Ef. 1:3-14; II Ts. 2:13,14
3. Dt. 30:15-20; Jo. 15:16; Rm. 8:35-39; I Pe. 5:10
4. Jo. 3:16,36; Jo. 10:28,29; I Jo. 2:19
5. Mt. 24:13; Rm. 8:35-39
6. Jo. 10:28; Rm. 8:35-39; Jd. 24

VII – Reino de Deus

O reino de Deus [e o domínio soberano e universal de Deus e é eterno.[1] É também o domínio de Deus no coração dos homens que, voluntariamente, a ele se submetem pela fé, aceitando-o com senhor e Rei. É, assim , o reino invisível nos corações regenerados que opera no mundo e se manifesta pelo testemunho dos seus súditos.[2] A consumação do reino ocorrerá com a volta de Jesus Cristo, em data que só Deus conhece, quando o mal será completamente vencido e surgirão o novo céu e a nova terra para a eterna habitação dos remidos com Deus.[3]

1. Dn. 2:37-44; Is. 9:6,7
2. Mt. 4:17; Lc. 17:20; 4:43; Jo. 18:36; 3:3-5
3. Mt. 25:31-46; I Co. 15:24; Ap. 11:15

VIII – Igreja

Igreja é uma congregação local de pessoas regeneradas e batizadas após profissão de fé. É nesse sentido que a palavra “igreja” é empregada no maior

número de vezes nos livros do Novo Testamento.[1] Tais congregação são constituídas por livre contade dessas pessoas com finalidade de prestarem culto a Deus, observarem as ordenanças de Jesus, meditarem nos ensinamentos da bíblia para a edificação mútua e para a propagação do evangelho.[2] As igrejas neotestamentárias são autônomas, têm governo democrático, praticam a disciplina e se regem em todas as questões espirituais e doutrinárias exclusivamente pelas palavras de Deus, sob a orientação do Espírito Santo.[3] Há nas igrejas, segundo as escrituras, duas espécie de de oficiais: Pastores e diáconos. As igrejas devem relacionar-se com as demais igrejas da mesma fé e ordem e cooperar, voluntariamente, nas atividades do reino de Deus. O relacionamento com outras entidades, quer seja de natureza eclesiástica ou outra, não deve envolver a violação da consciência ou o comprometimento da lealdade a Cristo e sua palavra. Cada igreja é um templo do Espírito Santo.**4** Há também no novo testamento um outro sentido da palavra "igreja" em que ela aparece com a reunião universal dos remidos de todos os tempos, estabilidade por Jesus Cristo e sobre ele edificada, constituindo-se no corpo espiritual do Senhor, do qual ele mesmo é a cabeça. Sua unidade é de natureza espiritual e se expressa pelo amor fraternal, pela harmonia e cooperação voluntária na realização dos propósitos comuns do reino de Deus.[5]

1. Mt. 18:17; At. 5:11; 20:17-28; I Co. 4:17

2. At. 2:41,42

3. Mt. 18:15-17

4. At. 20:17,28; Tito. 1:5-9; I Tm. 3:1-13

5. Mt 16:18;Cl 1:18;Hb 12:22-24; Ef 1:22,23

IX- O Batismo e a Ceia do Senhor

O batismo e a ceia do Senhor são as duas ordenanças da igreja estabelecidas pelo próprio Jesus Cristo, sendo ambas de natureza simbólica.[1] O batismo consiste na imersão do crente em água, após sua publica profissão de fé em Jesus Cristo como Salvador único, suficiênte e pessoal.[2] Simboliza a morte e sepultamento do velho homem e a ressurreissão para uma nova vida em identificação com a morte, sepultamento e a ressurreissão do Senhor Jesus Cristo é também pronúncio da ressurreissão dos remidos.[3] O batismo, que é condição para ser membro de uma igreja, deve ser ministrado sob a invocação do nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo.[4] A ceia do Senhor é uma cerimônia da igreja reunida, comemorativa e proclamadora da morte do Senhor Jesus Cristo, simbolizada por meio dos elementos utilizados: O pão e o vinho.[5] Neste memorial o pão representa seu corpo dado por nós no calvário e o vinho simboliza seu sangue derramado.[6] A ceia do Senhor deve ser celebrada pelas igrejas até a volta de Cristo e sua celebração pressupõe o batismo bíblico e o cuidadoso exame íntimo dos participantes.[7]

1. Mt. 3:5,6,13-17; Jo. 3:22,23; 4:1,2; I Co. 11:20,23-30

2. At. 2:41,42; 8:12,36-39; 10:47,48

3. Rm. 6:3-5; Gl. 3:27; Col. 2:12

4. Mt. 28:19; At. 2:38,41,42; 10:48

5 e 6. Mt. 26:26-29; I Co. 10:16,17-21; 11:23-29

7. Mt 26:29; I Co 11:26-28; At 2:42; 20:4-8

X – O Dia do Senhor

O domingo, dia do Senhor, é o dia do descanço cristão satisfazendo plenamente as exigência divina e a necessidade humana de um dia em sete para o

repouso do corpo e do espírito.[1] Com o advento do cristianismo, o primeiro dia da semana passou a ser o dia do Senhor, em virtude de haver Jesus ressussitado neste dia.[2] Deve ser para os cristãos um dia de real repouso em que pela, frequência aos cultos nas igrejas e pelo maior tempo dedicado à oração, à leitura bíblica e outras atividades religiosas eles estarão se preparando para "aquele descanso que resta para o povo de Deus". [3] Nesse dias os cristãos devem abster-se de todo trabalho secular, excetuando aquele que seja imprescindível e indispensável à vida da comunidade. Devem também abster-se de recreações que desviem a atenção das atividades espirituais.[4]

1. Gn. 2:3; Êx. 20:8-11; Is. 58:13-14
2. Jo. 20:1,19,26; At. 20:7; Ap. 1:10
3. Hb. 4:9-11; Ap. 14:12,13
4. Êx. 20:8-11; Jr. 17:21,22,27; Ez. 22:8

XI – Ministério da Palavra

Todos os crentes foram chamados por Deus para a salvação, para o serviço cristão, para testemunhar de Jesus Cristo e promover o seu reino, na medida dos talentos e dos dons concedidos pelo Espírito Santo.[1] Entretanto, Deus escolhe, chama e separa certos homens, de maneira especial, para o serviço distinto, definido e singular do ministério da sua palavra.[2] O pregador da palavra é um porta-voz de Deus entre os homens.[3] Cabe-lhe missão semelhante àquela realizada pelos profetas do Velho Testamento e pelos apóstolos do Novo Testamento, tendo o próprio Jesus como exemplo e padrão supremo.[4] A obra do porta-voz de Deus tem finalidade dupla: a de proclamar as boas novas aos perdidos e a de apascentar os salvos.[5] Quando um homem convertido dá evidências de ter sido chamado e separado por Deus para esse ministério, e de possuir as qualificações estipuladas nas Escrituras para o seu exercício, cabe à igreja local a responsabilidade de separá-lo, formal e publicamente, em reconhecimento da vocação divina já existente e verificada em sua experiencia cristã.[6] Esse ato solene de consagração é consumado quando os membos de um presbitério ou concílio de pastores, convocados pela igreja, impõe as mãos sobre o vocacionado.[7] O ministro da Palavra deve dedicar-se totalmente à obra para a qual foi chamado, dependendo em tudo do próprio Deus.[8] O pregador do evangelho deve viver do evangelho.[9] Às igrejas cabe a responsabilidade de cuidar e sustentar adequadamente e dignamente seus pastores.[10]

1. Mt. 28:19,20; At. 1:8; Rm. 1:6,7; 8:28-30; Ef. 4:1,4; II Tm. 1:9; Hb. 9:15; I Pe. 1:15; Ap. 17:14
2. Mc. 3:13,14; Lc. 1:2; At. 6:1-4; 13:2,3; 26:16-18; Rm. 1:1; I Cor. 12:28; II Co. 2:17; Gl. 1:15-17
3. Êx. 4:11,12; Is. 6:5-9; Jer. 1:5-10; At. 20:24-28
4. At. 26:19,20; Jo. 13:12-15; Ef. 4:11-17
5. Mt. 28:19,20; Jo. 21:15-17; At. 20:24-28; I Co. 1:21; Ef. 4:12-16
6. At. 13:1-3; I Tm. 3:1-7
7. At. 13:3; I Tm. 4:14
8. At. 6:1-4; I Tm. 4:11-16; II Tm. 2:3,4; 4:2,5; I Pe. 5:1-3
9. Mt. 10:9,10; Lc. 10:7; I Co. 9:13,14; I Tm. 5:17,18
10. II Co. 8:1-7; Gl. 6:6; Fl. 4:14-18

XII – Mordomia

Mordomia é a doutrina bíblica que reconhece Deus como Criador, Senhor e Dono de todas as coisas.[1] Todas as bênçãos temporais e espirituais procedem de Deus e por isso devem os ho-

mens a ele o que são e possuem e, também, o sustento.[2] O crente pertence Deus porque Deus o criou e o remiu em Jesus Cristo.[3] Pertencendo a Deus, o crente é mordomo ou administrador da vida, das aptidões, do tempo, dos bens, da influência, das oportunidade, dos recursos naturais e de tudo o que Deus lhe confia em seu infinito amor, providência e sabedoria.[4] Cabe ao crente o dever de viver e comunicar ao mundo o evangelho que recebeu de Deus.[5] As Escrituras Sagradas ensinam que o plano específico de Deus para o sustento financeiro de sua causa consiste na entrega pelos crentes de dízimos e ofertas alçadas.[6] Devem eles trazer à igreja sua contribuição sistemática e proporcional com alegria e liberdade, para o sustento do ministério, das obras de evangelização, beneficência e outras.[7]

1. Gn. 1:1; 14:17-20; Sl. 24:1; Ec. 11:9; I Co. 10:26
2. Gn. 14:20; Dt. 8:18; I Cr. 29:14-16; Tg. 1:17; II Co. 8:5
3. Gn. 1:27; At. 17:28; I Co. 6:19,20; Tg. 1:21; I Pe. 1:18-21
4. Mt. 25:14-30; 31:46
5. Rm. 1:14; I Co. 9:16; Fl. 2:16
6. Gn. 14:20; Lv. 27:30; Pv. 3:9,10; Ml. 3:8-12; Mt. 23:26
7. At. 11:27-30; I Co. 8:1-3; II Co. 8:1-15; Fl. 4:10-18

XIII – Evangelização e Missões

A missão primordial do povo de Deus é a evangelização do mundo, visando a reconciliação do homem com Deus.[1] É dever de todo discípulo de Jesus Cristo e de todas as igrejas proclamar, pelo exemplo e pelas palavras, a realidade do evangelho, procurando fazer novos discípulos de Jesus Cristo em todas as nações, cabendo às igrejas batizá-los a observar todas as coisas que Jesus ordenou.[2] A responsabilidade da evangelização estende-se até aos confins da terra e por isso as igrejas devem promover a obra de missões, rogando sempre ao Senhor que envie obreiros para a sua seara.[3]

1. Mt. 28:19,20; Jo. 17:30; At. 1:8; 13:2,3
2. Mt. 28:18-20; Lc. 24:46-49; Jo. 17:20
3. Mt. 28:19; At. 1:8; Rm. 10:13-15

XIV – Educação Religiosa

O ministério docente da igreja, sob a égide do Espírito Santo, compreende o relacionamento de Mestre e discípulo, entre Jesus Cristo e o crente.[1] A palavra de Deus é o conteúdo essencial e fundamental nesse processo e no programa de aprendizagem cristã.[2] O programa de educação religiosa nas igrejas é necessário para a instrução e desenvolvimento de seus membros, a fim de "crescerem em tudo naquele que é a cabeça, Cristo". Às igrejas cabe cuidar do doutrinamento adequado dos crentes, visando sua formação e desenvolvimento espiritual, moral e eclesiático, bem como motivação e capacitação sua para o serviço cristão e o desempenho de suas tarefas no cumprimento da missão da igreja no mundo.[3]

1. Mt. 11:29,30; Jo. 13:14-17
2. Jo. 14:26; I Co. 3:1,2; II Tm. 2:15
3. Sl. 119; II Tm. 3:16,17; Cl. 1:28; Mt. 28:19,20

XV – Liberdade Religiosa

Deus e somente Deus é o Senhor da consciência.[1] A liberdade religiosa é um dos direitos fundamentais do homem, inerente à sua natureza moral e espiritual.[2] Por força dessa natureza, a liberdade religiosa não deve sofrer ingerência de qualquer poder humano.[3] Cada pes-

soa tem o direito de cultuar a Deus, segundo os ditames de sua consciência, livre de coações de qualquer espécie.[4] A igreja e o Estado devem estar separados por serem diferentes a sua natureza, objetivos e fuções.[5] É dever do Estado garantir o pleno gozo e exercício de liberdade religiosa, sem favorecimento a qualquer grupo ou credo.[6] O estado deve ser leigo e a igreja livre. Reconhecendo que o governo do Estado é de ordenação divina para o bem-estar dos cidadãos e a ordem justa da sociedade, é dever dos crentes orar pelas autoridades, bem como respeitar e obedecer às leis e honrar os poderes constituídos, exceto naquilo que se oponha à vontade de Deus.[7]

1. Gn. 1:27; Sl. 9:7-8; Mt. 10:28; 23:10; Rm. 14:4; 9,13; Tg. 4:12
2. Js. 24:15; I Pe. 2:15,16; Lc. 20:25
3. Dn. 3:15-18; Lc. 20:25; At. 4:9-20; 5:29
4. Dn. 3:16-18; 6; At. 19:35-41
5. Mt. 22:21; Rm. 13:1-7
6. At. 19:34-41
7. Dn. 3:16-18; 6:7-10; Mt. 17:27; At. 4:18-20; 5:29; Rm. 13:1-7; I Tm. 2:1-3

XVI – Ordem Social

Como o sal da terra e a luz do mundo, o cristão tem o dever de participar em todo esforço que tende ao bem comum da sociedade em que vive.**1** Entretanto, o maior benefício que pode prestar é anunciar a mensagem do evangelho; o bem-estar social e o estabelecimento da justiça entre os homens dependem basicamente da regeneração de cada pessoa e da prática dos princípios do evangelho na vida indivídual e coletiva.[2] Tododavia, como cristãos, devemos estender a mão de ajuda aos órfãos, às viúvas, aos anciãos, aos enfermos e a outros necessitados, bem como a todos aqueles que forem vítimas de quaisquer injustiça e opressões.[3] Isso faremos no espírito de amor, jamais apelando para quaisquer meios de violência ou discordantes das normas de vida expostas no Novo Testamento.[4]

1. Mt. 5:13-16; Jo. 12:35-36; Fl. 2:15
2. Mt. 6:33; Mr. 6:37; Lc. 10:29-37
3. Êx. 22:21,22; Sl. 82:3,4; Ec. 11:1,2
4. Is. 1:16-20; Mq. 6:8; Mt. 5:9

XVII – Família

A família, criada por Deus para o bem do homem, é a primeira instituição da siciedade. Sua base é o casamento monogâmico e duradouro, por toda a vida, só podendo se desfeito pela morte ou pela infidelidade conjugal.[1] O propósito imediato da família é glorificar a Deus e prover a satisfação das necessidades humanas de comunhão, educação, companheirismo, segurança, preservação da espécie e bem assim o perfeito ajustamento da pessoa humana em todas as suas dimensões.**2** Caída em virtude do pecado, Deus provê para ela, mediante a fé em Cristo, a benção da salvação temporal e eterna, e quando salva poderá cumprir seus fins temporais e promover a glória de Deus.**3**

1. Gn. 1:7; Js. 24:15; I Re. 2:1-3; Ml. 2:1
2. Gn. 1:28; Sl. 127:1-5; Ec. 4:9-13
3. At. 16:31,34

XVIII – Morte

Todos os homens são marcados pela finitude, de vez que, em consequência do pecado, a morte se estende a todos.[1] A palavra de Deus assegura a continuidade da consciência e da identidade pessoais após a morte, bem como a necessidade de todos os homens aceitarem a graça de Deus em Cristo enquanto estão neste mundo.[2] Com a morte está definido o destino eterno de cada homem.[3] Pela fé nos méritos do sacrifício substitutivo de Cristo na cruz, a morte

do crente deixa de ser tragédia, pois ela o transporta para um estado de completa e constante felicidade na presença de Deus. A esse estado de felicidade as Escrituras chamam "dormir no Senhor".[4] Os incrédulos e impenitentes entram, apartir da morte, num estado de separação definitiva de Deus.[5] Na Palavra de Deus encontramos claramente expressa a proibição divina da busca de contato com os mortos, bem como a negação da eficácia de atos religiosos com relação aos que já morreram.[6]

1. Rm. 5:12; I Co. 15:21-26; Hb. 9:27; Tg. 4:14

2. Lc. 16:19-31; Hb. 9:27

3. Lc. 16:19-31; 23:39-46; Hb. 9:27

4. Rm. 5:6-11; 14:7-9; I Co. 15:18-20; II Co. 5:14,15; Fl. 1:21-23; I Ts. 4:13-17; II Tm. 2:11

5. Lc. 16:19-31; Jo. 5:28,29

6. Êx. 22:18; Lv. 19:31; 20:6,27; Dt. 18:10; I Cr. 10:13; Is. 8:19; Jo. 3:18

XIX – Justos e Ímpios

Deus, no exercício de sua sabedoria, está conduzindo o mundo e a história a seu termo final.[1] Em cumprimento à sua promessa, Jesus Cristo voltará a este mundo, pessoal e visivelmente, em grande poder e glória.[2] Os mortos em Cristo serão ressuscitados, arrebatados e se unirão ao Senhor.[3] Os mortos sem Cristo também serão ressuscitados.[4] Conquanto os crentes já estejam justificação pela fé, todos os homens comparecerão perante o tribunal de Jesus Cristo para serem julgados, cada um segundo suas obras, pois através destas é que se manifestam os frutos da fé ou os da incredulidade.[5] Os ímpios condenados e destinados ao inferno lá sofrerão o castigo eterno, separados de Deus.[6] Os justos, com os corpos glorificados, receberão seus galardões e habitarão para sempre no céu como o Senhor.[7]

1. Mt 13:39,40; 28:20; At 3:21; I Co 15:24-28; Ef 1:10

2. Mt 16:27; Mc 8:38; Lc 17:24; 21:27; At 1:11; I Ts 4:16; I Tm 6:14,15; II Tm. 4:1,8

3. Dn 12:2,3; Jo 5:28,29; Rm 8:23; I Co 15:12-58; Fl 3:20; Cl 3:4

4. Dn 12:2; Jo 5:28,29; At 24:15; I Co 15:12-24

5. Mt 13:49,50; At 10:42; I Co 4:5; II Co 5:10; II Tm 4:1; Hb 9:27; II Pe 2:9

6. Dn 12:2,3; Mt 16:27; Mc 9:43-48; Lc 16:26-31; Jo 5:28,29; Rm 6:22,23

7. Dn 12:2,3; Mt 16:27; 25:31-40; Lc 14:14; 16:22,23; Jo 5:28,29; 14:1-3; Rm 6:22,23; I Co 15:42-44; Ap 22:11,12.

5

Filosofia da Convenção Batista do Estado de São Paulo

Introdução

A Filosofia da Convenção Batista do Estado de São Paulo é o resultado de uma reflexão sobre o que ela, Convenção é, e os princípios Bíblicos que sustentem sua existência e objetivos:

a. De inter-relacionamento fraterno e cooperativo entre as igrejas;
b. De apoio e fortalecimento às igrejas;
c. De progresso e crescimento dos leigos das igrejas;
d. De como a Convenção, conduz seus relacionamentos com as igrejas;
e. De como administra as entidades e instituições que cria, às quais atribui a execução de seus objetivos, programas e determinações.

A Filosofia da Convenção está calcada: na Palavra de Deus, na Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira, no Pacto das Igrejas Batistas e na missão e propósito das Igrejas que com ela cooperam. A Convenção Batista do Estado de São Paulo foi organizada em 16 de dezembro de 1904 com mensageiros das 7 igrejas Batistas existentes no Estado, convocadas para discutir a necessidade de cooperação entre as Igrejas, a fim de tomarem maior responsabilidade no sustento próprio e na evangelização. Ela surgiu do mesmo espírito cooperativo que motivou os Batistas ingleses em 1626 a iniciarem um relacionamento informal, para tratar de assuntos tais como: "preservação do culto, casamento misto, a imposição das mãos, o cântico de hinos, a necessidade de comunhão, a evangelização e a ajuda mútua." A Filosofia da Convenção objetiva explicitar o que ela é, a que se propõe, como realiza seus propósitos e como norteia suas atividades.

I. Fundamentos da Filosofia da Convenção

A Convenção Batista do Estado de São Paulo é uma associação religiosa, constituída pelas Igrejas Batistas que com ela cooperam e tem por finalidade promover o desenvolvimento do Reino de Deus em todos os seus aspectos e por todos os meios lícitos.

A existência e os objetivos da Convenção fundamentam-se na compreensão da natureza da igreja (At 2.44-47; Ef 2.19-22; Ef 5.25b-27), da posição do indivíduo no propósito divino (ITm 2.3-4; Ef 4.13; 2Co 5.17-20) do governo democrático das Igrejas (At 15.22; Mt 18.16-17), e do princípio de cooperação (2Co 8.1-4, 18-19; Fl 1.3-5).

1.1 Fundamentos Bíblicos da Convenção

A partir do entendimento de que a existência e os objetivos da Convenção fundamentam-se na compreensão da natureza das igrejas e do princípio de cooperação, fica claro que seus fundamentos encontram-se na Bíblia e sua existência busca atender o propósito de Deus em relação ao Seu Reino, ao homem e ao Universo. A Bíblia não fala explicitamente em convenção, associação ou outra qualquer organização eclesiástica além da igreja, entretanto apresenta ensino e situações que apontam na direção da Convenção como a compreendemos.

São abundantes os texto bíblicos que ensinam princípios, dão exemplos de cooperação fraterna e de solidariedade entre o povo de Deus, e indicam a forma como o próprio Deus age ou, orienta a ação de seu povo, como veremos em seguida:

1.1.1 – A Cooperação como forma criadora:

a . A Criação do Universo e do homem – Gn 1.1,26; Jo 1.1-3,10

b. A formação do povo de Israel a partir da convocação de Abraão e sua família – Gn 12.1,5

c. A Vinde de Jesus Cristo ao mundo com a participação e cooperação de tantas pessoas, através da história, e de José e Maria – Mt 1.1-18; Lc 3.23-38.

d. O ministério de Jesus realizado com a participação e apoio de tantas pessoas Mt 4.18-22

f. O chamado colégio apostólico formado a partir da convocação dos doze apóstolos – Mr 10.1-7

g. A obra de Deus que é feita através de cooperadores, salvos por Jesus Cristo – I Co 3.9,10

1.1.2 A Cooperação como exemplo de solução de problemas comuns aos crentes através de reuniões, especialmente, convocadas para considerá-los:

a. A convocação dos apóstolos para tratar da escolha do substituto de Judas Iscariotes – At 1.23-26

b. A reunião da multidão dos discípulos, convocada, pelos apóstolos, para buscar solução para a questão surgida entre helenistas e hebreus em relação ao atendimento das viúvas da igreja de Jerusalém – At 6.1-6

c. A reunião da Igreja de Jerusalém para ouvir o relatório de Pedro, relacionado com a conversão de Cornélio – At 11. 4,17,18

d. A reunião do chamado concílio de Jerusalém com o propósito de dar tratamento às controvérsias doutrinárias – At 15. 2,12,19-22

1.1.3 Programas cooperativos desenvolvidos e administrados pelas igrejas, através de seu líderes

a O início do trabalho missionário pela igreja de Antioquia da Síria que, inspirada pelo Espírito Santo, separou e enviou Barnabé e Saulo – At 13.1-3;

b. A questão da fome dos cristãos da Judéia e a decisão de fazer uma campanha envolvendo todo mundo cristão, com o objetivo de levantar recursos para socorrer os irmãos em aflição – At 11.28-29; 2 Co 8.6,11, 16-24;

c. A grande reunião convencional resultante do encontro de crentes de várias cidades em Trôade – At 20,4-7;

d. O relatório dado por Paulo à Igreja de Antioquia da Síria após a sua volta de primeira viagem missionária – At 14,27-28

1.1.4 Igrejas e servos de Deus manifestando cuidado pelas Igrejas, decidindo ajudá-las:

a. A igreja de Jerusalém, enviando Barnabé para acompanhar os fatos que estavam ocorrendo em Antioquia da Síria, com o surgimento da primeira igreja cristã gentílica – At 12.22-26;

b. A decisão de Paulo de voltar às igrejas organizadas em sua primeira viagem missionária para ver como elas estavam, fortalecê-las e constituir líderes – At 14.21-23;

c. O cuidado de Paulo para com todas as igrejas – 2 Co 1.28;

1.2 – A Igreja

A igreja é uma congregação local, formada por pessoas regeneradas e batizadas, após pública confissão de fé, em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Ela cumpre os propósitos de Deus no mundo sob o senhorio de Jesus Cristo o qual deseja criar um novo homem segundo a imagem e semelhança do Deus Triúno e formar um nova humanidade, um novo povo para louvor da glória da sua graça no templo presente e na eternidade.

A igreja cumpre este propósito através do culto, da edificação dos salvos, da proclamação do evangelho, da ação social e da educação, vivendo em amor. No cumprimento destas funções, a igreja coopera com Deus para a consecução do plano divino de redenção. Baseada no princípio da cooperação voluntária, entende a igreja, que juntando seus esforços aos de igrejas irmãs, pode realizar a obra comum de missões, educação, formação de ministros e de ação social, com mais eficiência e amplitude. A igreja é autônoma, tem governo democrático, pratica a disciplina e rege-se pela Palavra de Deus em todas as questões espirituais, doutrinárias e éticas, sob a orientação do Espírito Santo.

1.3 – Conceito de Crente Batista

O crente batista é uma pessoa convertida, regenerada pela ação do Espírito Santos, salva mediante a Graça de Deus e a fé em Jesus Cristo, e que se submete à Soberania de Cristo, se une a uma igreja, corpo de Cristo, através do batismo, presta culto a Deus, e somente a Ele, crê na autoridade da Palavra de Deus – sua única regra de fé e prática – e na competência do indivíduo perante Deus. Do princípio da responsabilidade individual da criatura humana diante de Deus, derivam os demais princípios que balizam a vida do crente batista: o livre exame da Palavra de Deus, a liberdade de consciência, a responsabilidade pessoal para com a igreja local e outras co-irmãs, a responsabilidade civil para com o Estado, a separação entre a igreja e o Estado, e o amor que gera conduta e respeito para com o próximo, testemunho e ação no mundo.

1.4 – A forma de governo batista

Os Batistas adotam como forma de governo da igreja, o sistema democrático exercido pela congregação local, debaixo da soberania de Jesus Cristo, Cabeça e

Senhor da Igreja, e da orientação do Espírito Santo. A democracia se exprime pelo voto – cada cidadão um voto. Ela é o sistema de governo baseado no reconhecimento da competência da pessoa humana perante Deus, nos princípios da liberdade e da responsabilidade que proporciona oportunidade para a plena realização pessoal, o crescimento, o progresso e a expressão de sua consciência e vontade. A democracia batista é um privilégio, é um desafio. O desafio de preparar e educar um povo para o reconhecimento de seu valor e para aplicação adequada desse valor em tudo que é, diz e faz.

1.5 – A forma de Cooperação batista

A igreja como família, povo de Deus, corpo de Cristo, assembléia dos salvos, aponta para a cooperação, para a associação e para a união de forças e propósitos tendo em vista a união e objetivos comuns. O principio da cooperação fraterna e solidária, está fundamentada na Bíblia, tanto no Velho como no Novo Testamento, que afirma ter Deus propósitos definidos para o mundo e para o universo o que busca alcançar através da participação dos homens em geral, e de seus servos em particular.

A cooperação no reino de Deus é a forma de operação que dignifica e exalta os homens. Paulo afirma que somos cooperadores de Deus (I Co 3.9). Esta co-participação eleva a cooperação ao ponto mais alto da dignidade, pois dá ao homem o privilégio de trabalhar com o seu Criador e Senhor. A cooperação é a essência do sistema batista. Trabalhar junto tem sido o segredo da obra realizada. Tem sido o ponto para onde convergem as autonomias e independências, reforçando a interdependências e o compartilhar dos mesmos objetivos. A cooperação é obra de iguais, de companheiros, de livres; porque é resultado de soma de vontades que livremente decidem pela união de forças para a realização de propósitos comuns. A Convenção, como órgão que dá expressão à obra cooperativa dos batistas, busca sempre caminhos para fortalecer a visão sinótica de igrejas e crentes, o que possibilita o desenvolvimento das atenções e esforços na direção assinalada como o ponto de interesse comum. A cooperação a ser buscada, e a ser dada, tende para a obtenção de resultados cada vez mais expressivos, permitindo o cumprimento dos propósitos e das tarefas indicadas, com a maior eficácia possível. A cooperação a ser dada deve ser alegre, entusiástica, solidária, nos termos de Eclesiastes 4.9-12 e 2 Coríntios 9.7. A Convenção, em seu propósito de promover a cooperação, entende que além daquela cooperação resultante dos vínculos que mantém com igrejas, entidades e órgãos, há outra cooperação, igualmente desejada, que são daquelas entidades ou órgãos com os quais as igrejas se associam como é o caso das Associações Regionais, da Convenção Batista Brasileira e outros, cujos objetivos se somam aos propósitos da Convenção. A Convenção representa de forma adequada nos dias atuais, a solução dos batistas para a realização de suas aspirações comunitárias e o tratamento de questões de seu interesse, seguindo a mesma linha dos ensinos e exemplos bíblicos, buscando assim, manter-se fiel aos propósito de Deus de salvar o mundo e adquirir para Si um povo peculiar.

II – A Convenção – Sua Natureza e Objetivos

A Convenção Batista do Estado de São Paulo é uma entidade religiosa, sem fins lucrativos, composta de igrejas batistas que decidem, voluntariamente, se unir para viverem juntas a mesma fé, promoverem o reino de Deus e assumirem o compromisso de fidelidade doutrinária, cooperação e empenho de na execução dos programas convencionais. A Convenção existe em função do propósito que o Senhor Jesus deu à igreja. Ela não substitui a igreja local, mas aglutina recursos, analisa e sugere métodos, planos e proporciona às igrejas condições melhores para o cumprimento de suas funções. A Convenção é CAUDATÁRIA das igrejas, quando recebe delas condições e motivações para existir e operar; é também CADINHO E FORO, quando em suas assembléias, constituídas por mensageiros enviados pelas igrejas cooperantes, aprecia doutrinas e práticas, relatórios das atividades dos seus órgãos e entidades, debate idéias e aprova diretrizes gerais; é ainda COORDENADORA quando recebe planos e programas como atividades que deva implementar visando a concretização das aspirações comuns às igrejas cooperantes. Assim a Convenção incentiva e coordena a obra cooperativa das igrejas, buscando sempre fortalecer a visão sinótica e a ação sinérgica de igrejas e crentes, regida sempre pelos princípios da voluntariedade, da fraternidade, da solidariedade, do incentivo e presidida pelo respeito à autonomia da igreja participante. A partir da compreensão de sua natureza, a Convenção tem como finalidade: estimular a criação de condições para abrir canais de cooperação, de congraçamento, de intercâmbio entre as igrejas da mesma fé e ordem, para que cumpram seus idéias e a missão dada pelo Senhor – o ideal de unidade da fé no pleno conhecimento do Filho de Deus, da maturidade cristã, objetivando a estatura da plenitude de Cristo; da construção de uma sociedade justa onde cada cidadão encontre seu bem estar e o desenvolvimento pelo de suas potencialidades; da formação de um povo para Deus através da ação da igreja e da glorificação do nome do Senhor em todas as esferas da sociedade. Tem, também, como finalidade ajudar no preparo do povo de Deus treinando pessoas para o cumprimento de seu sacerdócio na igreja e na sociedade a fim de que a presença do Evangelho se faça sentir influente na educação, na política, na economia, na ação social, na comunidade social, na religião, através de uma ação missionária, docente, profissional, intelectual e cristã eficaz. Os batistas consideram este desafio com redobrada humanidade e dependência de Deus, buscando condições para responder objetivamente às necessidades deste mundo complexo e de oportunidades crescentes.

6

Estatuto Social da
Convenção Batista do Estado de São Paulo

CAPÍTULO I
Da Denominação, Natureza, Sede, Constituição e Fins

Art. 1º - A CONVENÇÃO BATISTA DO ESTADO DE SÃO PAULO, neste estatuto chamada CONVENÇÃO, é uma organização religiosa, com fins não econômicos, fundada em 16 de dezembro de 1904, por tempo indeterminado e com número ilimitado de igrejas arroladas.

Parágrafo único - A CONVENÇÃO, por decisões de suas Assembléias, para todos os efeitos e competências, é sucessora da União Baptista Paulistana, da Associação Evangélica Batista de São Paulo, da Junta Batista Paulistana, da Junta Coordenadora da Convenção Batista Paulistana, da Convenção Batista Paulistana, da Junta Executiva da Convenção Batista Paulistana, e, da Junta Executiva da Convenção Batista do Estado de São Paulo.

Art. 2º - A CONVENÇÃO tem sede e foro na cidade e comarca de São Paulo, à Rua João Ramalho, nº 440 – Perdizes – Cep.: 05008-001, Estado de São Paulo, podendo reunir-se em qualquer parte do território estadual.

Art. 3º - A CONVENÇÃO é constituída pelas igrejas batistas do Estado de São Paulo, nela arroladas, neste estatuto chamadas IGREJAS.

§ 1º - Para ser arrolada na CONVENÇÃO, a igreja deverá pedir seu ingresso nos termos do formulário próprio, no qual declare que aceita as Sagradas Escrituras como única regra de fé e prática, que reconhece como fiel e adota como suas doutrinas a "Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira", que aceita os termos deste Estatuto e do Regimento Interno da CONVENÇÃO, com seus deveres e seus direitos.

§ 2º - A CONVENÇÃO, em sua Assembléia, é competente para deferir ou indeferir pedidos de arrolamento, zelar pela fidelidade doutrinária, bem como para desarrolar do rol qualquer igreja que se desvie das doutrinas e das práticas aceitas pela CONVENÇÃO, sempre a seu juízo.

§ 3º - A CONVENÇÃO reconhece como princípio batista a autonomia administrativa das igrejas, podendo, contudo, por intermédio do seu Conselho Geral, defender interesses doutrinários e ou patrimoniais seus e das igrejas, direta ou indiretamente, em juízo ou fora dele, e, especialmente, em casos de cisão ou desvio doutrinário das igrejas e ou de seus Pastores.

§ 4º - A CONVENÇÃO tem legitimidade, reconhecida pelas igrejas, para ingressar em juízo como autora, ou em qualquer processo judicial, na qualidade de assistente, oponente, terceira interessada ou substituta processual nas seguintes hipóteses:

I - defesa dos princípios e doutrinas adotados pela Convenção Batista Brasileira, a juízo do CONCÍLIO ARBITRAL mencionado no § 7º deste Artigo, nas situações que envolvam igrejas arroladas na CONVENÇÃO;

II - defesa de interesse, patrimônio e bens, seus ou de suas igrejas, sejam móveis, imóveis, veículos ou semoventes, bem como dos direitos que venha tornar-se titular, mediante doações ou legados.

§ 5º - A CONVENÇÃO tem legitimidade para pronunciar-se, através do seu CONSELHO GERAL, no interregno das Assembléias, a respeito da fidelidade doutrinária de qualquer igreja arrolada, podendo tomar todas as providências para salvaguardar, manter e preservar a integridade doutrinária e patrimonial das igrejas arroladas, preservando, assim, a unidade denominacional.

§ 6º - A CONVENÇÃO tem legitimidade para reivindicar, judicialmente ou não, a posse e ou domínio de quaisquer bens patrimoniais que estejam em seu nome, ou que tenha a igreja recebido por doações ou legados da CONVENÇÃO ou de igrejas, na época, convencionadas, embora usados por elas para quaisquer finalidades, no caso delas, igrejas, apresentarem cisão ou desvio doutrinário, total ou parcial, a critério da CONVENÇÃO.

§ 7º - A CONVENÇÃO, através do seu CONSELHO GERAL, tem legitimidade para solicitar à ORDEM DOS PASTORES BATISTAS DO BRASIL – SECÇÃO ESTADO DE SÃO PAULO, a convocação de um CONCÍLIO ARBITRAL, constituído de, no mínimo, 10 (dez) pastores nela associados, que estejam no efetivo exercício do ministério pastoral batista, para reexaminar qualquer igreja ou pastor batista membro de igreja arrolada na CONVENÇÃO, podendo, ao final do reexame, declará-los:

I - em desvio dos princípios e práticas batistas;

II - afastado do exercício do ministério batista;

III - revel por não comparecimento ao Concílio Arbitral;

IV - em consonância com os princípios e práticas batistas.

Art. 4º - A CONVENÇÃO tem por finalidade:

I – servir às igrejas nela arroladas contribuindo, por todos os meios condizentes com os princípios cristãos,paraaperfeiçoar, aprofundar e ampliar a ação das igrejas, visando a edificação dos crentes e expansão do Reino de Deus;

II – planejar, coordenar, administrar e executar o programa cooperativo que mantém com as igrejas batistas em áreas tais como, evangelização, missões, ação social, educação, educação religiosa, educação teológica e ministerial, e, comunicação;

III – viabilizar a mútua cooperação, estimulando a fraternidade e a solidariedade entre as igrejas; promovendo a criação e a manutenção de entidades e instituições religiosas, educacionais e sociais; editando folhetos, livros e jornais; podendo ser proprietária e depositária de qualquer espécie de bens lícitos;

IV – Promover e realizar programas de radiodifusão, televisão e através de outros meios de comunicação;

V – Instalar, manter e operar acampamentos.

VI – Promover e realizar congressos, seminários e outros eventos relacionados às suas finalidades.

Parágrafo único – Para o desenvolvimento de seus objetivos sociais, e de evangelização e missões, a CONVENÇÃO poderá ser proprietária de embarcações, podendo exercer atividade de navegação fluvial, marítima e lacustre.

Art. 5º - As igrejas não respondem nem mesmo subsidiariamente pelas obrigações da CONVENÇÃO, e nem esta pelas obrigações das igrejas.

CAPÍTULO II

Dos Direitos e Deveres das Igrejas Arroladas

Art. 6º - São direitos das igrejas arroladas:

I - Ser representadas nas Assembléias da CONVENÇÃO, através dos seus mensageiros por elas credenciados, na forma deste Estatuto.

II - Participar dos programas, eventos, assim como de todas as atividades promovidas pela CONVENÇÃO que contribuam para o crescimento da causa de Cristo e a cooperatividade entre as igrejas;

III - Ser notificada de qualquer denúncia ou documento, envolvendo a igreja, que a CONVENÇÃO vier a receber e que comprometa a sua condição de arrolada;

IV - Defender-se de qualquer acusação que lhe seja feita perante a Assembléia, em cumprimento ao que determina o Art. 8.º em seu parágrafo único.

Art. 7º- São deveres das igrejas arroladas:

I - Fazer-se representar nas convocações oficiais da CONVENÇÃO, na forma deste Estatuto;

II - Contribuir, moral, espiritual e financeiramente com fidelidade no plano de sustento adotado pela CONVENÇÃO;

III - Zelar pelo bom nome da CONVENÇÃO, divulgando-a e prestigiando-a em todas as suas realizações;

IV - Fazer válidas para si e para outras igrejas arroladas as normas deste Estatuto, do Regimento Interno e as deliberações tomadas pela CONVENÇÃO;

V - Ser correta em suas transações, fiel em seus compromissos e exemplar em sua conduta, regendo seus procedimentos administrativos de acordo com os princípios das Sagradas Escrituras;

VI - Cooperar, por todos os meios, para o fiel cumprimento das finalidades e programas da CONVENÇÃO;

VII - Evitar a participação em demandas judiciais contra irmãos na fé, pastores, entidades, instituições ou qualquer órgão denominacional conforme princípios ético-cristãos das Sagradas Escrituras, registrados em 1 Coríntios 6.1-11;

VIII - Aceitar, adotar e observar a DECLARAÇÃO DOUTRINÁRIA DA CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA.

Art. 8º - São passíveis de exclusão pela Assembléia da CONVENÇÃO a igreja que:

I - Desobedecer aos ensinos explícitos nas Sagradas Escrituras;

II - Prejudicar sob qualquer pretexto o bom nome da CONVENÇÃO;

III - Contrariar as doutrinas adotadas e propagadas pela CONVENÇÃO;

IV - Desobedecer ao Estatuto, Regimento Interno e às deliberações da CONVENÇÃO;

V - Ou outros motivos, a juízo da CONVENÇÃO, decididos em Assembléia.

Parágrafo único - Toda igreja arrolada passível de exclusão terá o direito à sua ampla defesa em Assembléia Geral da CONVENÇÃO.

Art. 9º - A igreja que não cumprir as decisões da CONVENÇÃO e agir de forma a violar os preceitos deste Estatuto ou do Regimento Interno ou a DECLARAÇÃO DOUTRINÁRIA DA CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA estará sujeita às seguintes penalidades:

a) Advertência reservada;

b) Advertência pública;

c) Exclusão do Rol Cooperativo de Igrejas da CONVENÇÃO.

Parágrafo único - As penalidades previstas nas alíneas deste artigo não tem caráter progressivo e serão aplicadas a juízo da CONVENÇÃO.

CAPÍTULO III

Da Assembléia Geral, Diretoria e Representação

Art. 10 - Para tratar dos assuntos que interessam à sua existência e administração, a CONVENÇÃO reunir-se-á em ASSEMBLÉIA GERAL, que é o poder soberano de decisão, constituída de mensageiros credenciados pelas igrejas.

Parágrafo único – Cada Igreja arrolada poderá credenciar 5 (cinco) mensageiros e mais 1(um) mensageiro para cada grupo de 30 (trinta) membros ou fração, por meio de formulários fornecidos pela CONVENÇÃO, ou de carta em papel timbrado da Igreja credenciadora e cada mensageiro somente poderá ser credenciado pela Igreja onde é membro.

Art. 11 - A ASSEMBLÉIA GERAL será:

I – ordinária, que se reunirá uma vez por ano;

II – extraordinária, sempre que necessário;

III – solenes, para posse de sua diretoria, homenagens ou outras solenidades que não exijam decisões de natureza administrativa, sempre que necessário.

§ 1º - O quorum mínimo da primeira convocação para a Assembléia Ordinária e para as Assembléias Extraordinárias será de 5% (cinco por cento) das igrejas arroladas, e para as Assembléias Solenes será com qualquer número.

§ 2º - As decisões das Assembléias serão válidas por deliberação aprovada pela maioria absoluta de 50% (cinqüenta por cento), mais um dos votos dos mensageiros presentes, obedecidas as exceções previstas neste Estatuto.

§ 3º - Para a destituição de membros da diretoria da CONVENÇÃO e para a reforma deste Estatuto é exigido o voto favorável de 2/3 (dois terços) dos mensageiros presentes à Assembléia e esta não poderá deliberar em primeira convocação, sem a maioria absoluta das Igrejas arroladas, ou menos de 1/3 (um terço) delas decorridos 20 (vinte) minutos do horário previsto pela primeira convocação.

§ 4º - Quando necessário, poderá haver mudança de local e data da Assembléia, mediante decisão do CONSELHO GERAL da CONVENÇÃO.

Art. 12 - A convocação de uma ASSEMBLÉIA GERAL será feita pelo Presidente, ou seu substituto legal, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, por intermédio de edital, publicado no órgão oficial da CONVENÇÃO e divulgado pelos meios convenientes, e em se tratando de Assembléia Extraordinária mencionando expressamente os assuntos determinantes da convocação.

§ 1º - Na hipótese de recusa da convocação da ASSEMBLÉIA GERAL pelo Presidente ou seu substituto legal, são competentes para fazê-lo: o Conselho Geral ou ainda por 1/5 (um quinto) das igrejas arroladas.

§ 2º - A convocação de uma ASSEMBLÉIA GERAL pelo Conselho Geral, só poderá ser decidida por maioria absoluta, com o quorum de 2/3 (dois terços) de seus membros.

§ 3º - A convocação de uma ASSEMBLÉIA GERAL pelas igrejas, só poderá ser feita após 30 (trinta) dias da entrega comprovada da convocação ao Conselho Geral, em sua sede.

Art. 13 - A DIRETORIA da CONVENÇÃO, composta de presidente, primeiro, segundo e terceiro vices-presidente, primeiro, segundo, terceiro e quarto secretários, que se sucederão nessa ordem nos impedimentos ou vacâncias, será eleita no penúltimo dia da Assembléia Ordinária, sendo empossada na última sessão da mesma Assembléia, com mandato até a posse da nova Diretoria, na Assembléia Ordinária seguinte.

§ 1º - Nenhum membro da DIRETORIA poderá ser eleito por mais de 2 (dois) mandatos consecutivos para qualquer cargo da mesma, observando-se o interstício de 1 (um) ano para uma eventual nova eleição.

§ 2º - É vedado a funcionário da Convenção, dos Conselhos, da Junta de Educação, das Entidades, das Instituições e a qualquer pessoa que exerça função executiva em qualquer esfera da CONVENÇÃO, remunerada ou não, fazer parte da DIRETORIA ou do CONSELHO FISCAL da CONVENÇÃO, exceto se houver a entrega formal, pelo interessado, de pedido de demissão do cargo que exerce ao representante legal da instituição em que trabalha, até 12 (doze) horas antes da sessão da Assembléia que dará posse à Diretoria, levando ao Presidente da CONVENÇÃO, ou seu substituto legal na ocasião da Assembléia, cópia protocolada de sua demissão.

§ 3º - No caso de não satisfação das exigências previstas para a exceção descrita no parágrafo 2º, o Presidente da CONVENÇÃO ou seu substituto legal na ocasião, procederá a substituição do eleito impedido, pelo mensageiro seguinte mais votado para o cargo, constante na lista de apuração de votos.

§ 4º - O suplente do Conselho Geral, dos Conselhos, da Junta de Educação ou do Conselho Fiscal que for convocado para o exercício do mandato, não fica impedido para uma eventual eleição no mandato efetivo seguinte.

§ 5º - A eventual eleição de um membro dos Conselhos ou da Junta de Educação para a DIRETORIA da CONVENÇÃO, acarretará a convocação do suplente imediato para servir enquanto durar o impedimento e este tempo não será cumulativo.

Art. 14 - Compete à DIRETORIA da CONVENÇÃO salvaguardar o fiel cumprimento deste Estatuto e Regimento Interno da CONVENÇÃO, das decisões das Assembléias,

inclusive através do seu Conselho Geral, dos Conselhos, da Junta de Educação, das Instituições e das Entidades.

Art. 15 – O Presidente é o orientador dos trabalhos, mantendo e cumprindo a ordem, e fazendo cumprir este Estatuto e o Regimento da CONVENÇÃO, cumprindo-lhe, ainda:

I – representar a CONVENÇÃO, ativa, passiva, judicial e extrajudicialmente;

II – convocar, abrir, presidir e encerrar as Assembléias Gerais da Convenção, do Conselho Geral e as reuniões do Conselho de Administração e Missões e do Comitê de Administração;

III – assinar as atas das sessões com o Secretário;

IV – cumprir e fazer cumprir com a Diretoria, as decisões das Assembléias Gerais da Convenção, do Conselho Geral, das reuniões do Conselho de Administração e Missões e do Comitê de Administração.

V – nomear as comissões da Assembléia Geral e os membros da Assessoria Jurídica.

Parágrafo único – O Presidente da CONVENÇÃO é membro "ex-ofício" de todos os Conselhos, Junta de Educação, Instituições e Entidades da CONVENÇÃO, bem como de qualquer Comissão ou Grupo de Trabalho que existam ou que venham a ser criados, para tratar de assuntos relacionados à CONVENÇÃO, exceto nos casos em que o próprio esteja "sub-judice" no assunto a ser tratado.

Art. 16 – Aos Vice-Presidentes, observada a ordem de eleição, compete substituir o Presidente em suas ausências e ou impedimentos.

Art. 17 – Compete ao Primeiro Secretário:

I – compor a mesa nas sessões das Assembléias da CONVENÇÃO, das Assembléias do Conselho Geral, das reuniões do Conselho de Administração e Missões e do Comitê de Administração;

II – lavrar e assinar atas das sessões das Assembléias, bem como as do Conselho Geral, do Conselho de Administração e Missões e do Comitê de Administração;

III – rubricar e encaminhar ao Diretor Executivo do Conselho de Administração e Missões os pareceres e demais documentos apreciados pela Assembléia, para arquivo e providências.

Art. 18 – Compete ao Segundo Secretário:

I – compor a mesa nas sessões das Assembléias Gerais da CONVENÇÃO, nas reuniões do Conselho Geral e do Conselho de Administração e Missões;

II – substituir o Primeiro Secretário em suas ausências e ou impedimentos;

III – apresentar à Assembléia o material de expediente e a ordem do dia das sessões;

IV – relacionar os oradores inscritos durante discussão no plenário;

V – cronometrar o tempo das sessões e dos oradores inscritos.

Art. 19 – compete aos Terceiro e Quarto Secretários substituir o Primeiro e o Segundo Secretários em suas ausências e ou impedimentos, cooperando, ainda, com os trabalhos da mesa, sempre que solicitados.

CAPÍTULO IV
Da Administração, Conselho Geral e Diretor Executivo

Art. 20 – Para a consecução dos seus fins a CONVENÇÃO terá um CONSELHO GERAL com um COMITÊ DE ADMINISTRAÇÃO e uma ASSESSORIA JURÍDICA; um CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E MISSÕES; um CONSELHO DE EDUCAÇÃO TEOLÓGICA E MINISTERIAL com suas instituições; uma JUNTA DE EDUCAÇÃO com suas Instituições; e as Entidades: UNIÃO FEMININA MISSIONÁRIA BATISTA DO ESTADO DE SÃO PAULO, UNIÃO MASCULINA MISSIONÁRIA BATISTA DO ESTADO DE SÃO PAULO e a JUVENTUDE BATISTA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

§ 1º - Os CONSELHOS, a JUNTA DE EDUCAÇÃO, as INSTITUIÇÕES e as ENTIDADES executam os programas da CONVENÇÃO, em suas respectivas esferas de atuação, dentro das atribuições definidas neste Estatuto e no Regimento Interno da CONVENÇÃO e para aquela que tem personalidade jurídica própria no seu Estatuto e Regimento Interno.

§ 2º - Os CONSELHOS, a JUNTA DE EDUCAÇÃO submeterão ao CONSELHO GERAL seus planos de trabalho, orçamentos, relatórios e demonstrativos de suas contas, assim como das INSTITUIÇÕES e das ENTIDADES subordinadas.

§ 3º - A decisão sobre a constituição de qualquer Conselho, Junta, Instituições e Entidades da CONVENÇÃO em pessoa jurídica, dependerá da autorização da Assembléia Geral da Convenção ou do Conselho Geral, cujos Estatutos ou eventuais reformas não poderão contrariar o Estatuto e o Regimento Interno da Convenção.

Art. 21 - No interregno das Assembléias, o CONSELHO GERAL, nos limites da legislação vigente, representa a CONVENÇÃO, inclusive com autoridade sobre os CONSELHOS, a JUNTA DE EDUCAÇÃO, as INSTITUIÇÕES e as ENTIDADES da Convenção Batista do Estado de São Paulo.

Art. 22 - O CONSELHO GERAL terá a seguinte composição:

I - os membros da DIRETORIA da CONVENÇÃO;

II - o Presidente da ORDEM DOS PASTORES BATISTAS DO BRASIL – SECÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO, ou quem a Ordem indicar;

III - um representante de cada uma das ASSOCIAÇÕES REGIONAIS DE IGREJAS BATISTAS existentes no Estado de São Paulo;

IV – as DIRETORIAS do CONSELHO DE EDUCAÇÃO TEOLÓGICA E MINISTERIAL e da JUNTA DE EDUCAÇÃO;

V – um representante de cada uma das Entidades: UNIÃO FEMININA MISSIONÁRIA BATISTA DO ESTADO DE SÃO PAULO (UFMBESP), UNIÃO MASCULINA MISSIONÁRIA BATISTA DO ESTADO DE SÃO PAULO (UMMBESP), JUVENTUDE BATISTA DO ESTADO DE SÃO PAULO (JUBESP), ORDEM DOS DIÁCONOS BATISTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (ODBESP), e a ASSOCIAÇÃO DE MÚSICOS BATISTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (AMBESP);

VI – 12 (doze) membros eleitos pela Assembléia Ordinária da CONVENÇÃO, com um mandato de 4 (quatro) anos, renovados anualmente pela quarta parte e 4 (quatro) suplentes anualmente eleitos.

§ 1º - O Conselho Geral será dirigido pela Diretoria da CONVENÇÃO

§ 2º - São assessores do CONSELHO GERAL o DIRETOR EXECUTIVO do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E MISSÕES, os DIRETORES EXECUTIVOS das INSTITUIÇÕES e ENTIDADES e os MEMBROS da ASSESSORIA JURÍDICA.

§ 3º - Nenhum membro do CONSELHO GERAL ou da DIRETORIA da CONVENÇÃO poderá interferir individual ou coletivamente ou mesmo em caráter particular nos Conselhos, Instituições ou Entidades, a não ser nos casos em que receba tarefa específica do próprio Conselho Geral.

§ 4º - Na mesma sessão de posse da DIRETORIA da CONVENÇÃO, tomarão posse os membros eleitos para o CONSELHO GERAL, CONSELHO FISCAL e o CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E MISSÕES.

§ 5° - Os Membros do CONSELHO DE EDUCAÇÃO TEOLÓGICA E MINISTERIAL e da JUNTA DE EDUCAÇÃO tomarão posse na primeira reunião dos seus colegiados, que deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o encerramento da Assembléia Ordinária da Convenção.

Art. 23 - O CONSELHO GERAL terá as seguintes ASSEMBLÉIAS:

I – duas Assembléias ordinárias por ano, sendo a primeira até o dia 30 (trinta) de novembro e a segunda até o dia 31 (trinta e um) de maio;

II - Assembléias extraordinárias e solenes, tantas quantas forem necessárias.

Parágrafo único - O quorum para as Assembléias do CONSELHO GERAL será de 2/5 (dois quintos) de seus membros em primeira convocação e de 1/3 (um terço) em segunda convocação, decorridos 30 (trinta) minutos da primeira convocação, sendo vedada a representação por procuração.

Art. 24 – São atribuições do Conselho Geral:

I – Prestar relatórios de suas atividades à Assembléia Geral da Convenção;

II – Representar à Convenção junto às igrejas, Associações, Instituições e Entidades, no interregno das Assembléias;

III – Propor objetivos e diretrizes para a elaboração do planejamento global contínuo da Convenção;

IV – Supervisionar e avaliar o desempenho dos Conselhos, Junta de Educação, Instituições e Entidades, definidos no planejamento global ou nas Assembléias;

V – Harmonizar os planos, programas e calendário de atividades dos Conselhos, Junta de Educação com suas Instituições e das Entidades, objetivando a visão de conjunto e a eficiência na realização da obra batista;

VI – Aprovar o orçamento da Convenção;

VII – Zelar pelos interesses e patrimônio da Convenção;

VIII – Responder pelo planejamento e a realização das Assembléias, fixando a taxa de inscrição dos mensageiros e elaborando o programa das mesmas;

IX – Intervir nas áreas, Instituições ou Entidades quanto julgar necessário;

X – Receber pedidos de arrolamento de igrejas e encaminhá-los à Assembléia seguinte para homologação, por meio da Comissão de Ingresso de Igrejas;

XI – Pronunciar-se a respeito da fidelidade doutrinária de qualquer igreja arrolada, no interregno das Assembléias, tomando todas as providências

legítimas para salvaguardar, manter e preservar a integridade doutrinária e patrimonial das igrejas e a unidade denominacional;

XII – Convocar a Assembléia Ordinária na hipótese de recusa ou impossibilidade do Presidente ou de seu substituto legal;

XIII – Admitir e demitir Diretores ou Executivos do Conselho Geral, dos Conselhos, da Junta de Educação e das Instituições, ouvido o Conselho respectivo, inclusive a Junta de Educação, quando for o caso;

XIV – Apreciar os relatórios periódicos dos Conselhos, da Junta de Educação, das Instituições e das Entidades;

XV – Receber e emitir parecer perante a Assembléia da Convenção sobre os relatórios anuais dos Conselhos, da Junta de Educação, das Instituições e das Entidades;

XVI – Apresentar à Assembléia Ordinária o seu relatório anual, relativo às suas atividades do ano convencional, acompanhado do Balanço e Demonstrativo de Resultados, bem como do respectivo parecer de auditoria independente;

XVII – Supervisionar a consecução dos objetivos integrados para a ação de cada área à luz de diretrizes estabelecidas pela Convenção;

XVIII – Apreciar, aprovar e ou reformar estatutos da Junta de Educação, dos Conselhos, das Instituições e Entidades da Convenção;

XIX – Aprovar os Regimentos Internos e Operacionais da Junta de Educação e dos Conselhos;

XX – Receber, do Comitê de Administração, a proposta do orçamento anual da Convenção e estabelecer a divisão percentual da distribuição do Plano Cooperativo entre os Conselhos, Entidades e Instituições.

Art. 25 – O CONSELHO GERAL terá um COMITÊ DE ADMINISTRAÇÃO Composto pela DIRETORIA da CONVENÇÃO, pelos PRESIDENTES dos CONSELHOS e pelo PRESIDENTE da JUNTA DE EDUCAÇÃO DA CONVENÇÃO BATISTA DO ESTADO DE SÃO PAULO, tendo como assessores o DIRETOR EXECUTIVO do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E MISSÕES, os DIRETORES EXECUTIVOS das INSTITUIÇÕES, os PRESIDENTES e os DIRETORES EXECUTIVOS das ENTIDADES e o RELATOR da ASSESSORIA JURÍDICA, cujas atribuições estão definidas no Regimento Interno da CONVENÇÃO.

Parágrafo único - O COMITÊ DE ADMINISTRAÇÃO será convocado e dirigido pelo Presidente da CONVENÇÃO sempre que houver necessidade, e a ele compete presidir as suas reuniões, que terá um quorum mínimo de 7 (sete) membros.

Art. 26 - O CONSELHO GERAL terá uma ASSESSORIA JURÍDICA, nomeada por seu presidente, constituída por até 5 (cinco) membros devidamente inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil , que dentre eles escolherão um relator, cujas atribuições estão definidas no Regimento Interno da CONVENÇÃO.

Art. 27 – A CONVENÇÃO terá a seguinte estrutura administrativa subordinada ao CONSELHO GERAL:

I – CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E MISSÕES, composto por 20 (vinte) membros eleitos pela Assembléia da CONVENÇÃO para um mandato de 4 (quatro) anos, mais a Diretoria da CONVENÇÃO, sendo responsável pelo escritório da Convenção, pelos programas de evangelização e missões, apoio

a pequenas Igrejas, ação social, comunicação e pelo Acampamento Batista em Sumaré e outros que forem criados pela CONVENÇÃo;

II – CONSELHO DE EDUCAÇÃO TEOLÓGICA E MINISTERIAL DA CONVENÇÃO BATISTA DO ESTADO DE SÃO PAULO, composto por 20 (vinte) membros eleitos pela Assembléia da CONVENÇÃO para um mandato de 4 (quatro) anos, mas 1 (um) representante indicado anualmente pela ORDEM DE PASTORES BATISTAS DO BRASIL – SECÇÃO ESTADO DE SÃO PAULO, sendo responsável pelo programa e pelas Instituições de educação teológica e ministerial da CONVENÇÃO pelos programas de educação religiosa e de música sacra da CONVENÇÃO;

Parágrafo único – O CONSELHO DE EDUCAÇÃO TEOLÓGICA E MINISTERIAL DA CONVENÇÃO BATISTA DO ESTADO DE SÃO PAULO, para atender a legislação pertinente ao Ministério de Educação e Cultura e para acompanhar o desenvolvimento das Instituições, poderá se subdividir em Conselhos Mantenedores das Instituições sob sua administração.

III – JUNTA DE EDUCAÇÃO DA CONVENÇÃO BATISTA DO ESTADO DE SÃO PAULO, composta por 16 (dezesseis) membros eleitos pela Assembléia da CONVENÇÃO para um mandato de 4 (quatro) anos, mais a Diretoria da CONVENÇÃO, sendo responsável pelas Instituições de educação secular da CONVENÇÃO nos seus mais variados programas e níveis de ensino, bem como no implemento de pesquisas e propagação de seus resultados.

§ 1º - A JUNTA DE EDUCAÇÃO DA CONVENÇÃO BATISTA DO ESTADO DE SÃO PAULO, o CONSELHO DE EDUCAÇÃO TEOLÓGICA E MINISTERIAL DA CONVENÇÃO BATISTA DO ESTADO DE SÃO PAULO e o CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E MISSÕES terão 4 (quatro) suplentes, todos eleitos anualmente pela assembléia da CONVENÇÃO.

§ 2º - A renovação dos membros eleitos pela CONVENÇÃO para os órgãos descritos nos incisos I, II e III será feita anualmente pela quarta parte.

§ 3º São inelegíveis para a composição dos CONSELHOS e para a JUNTA DE EDUCAÇÃO as pessoas que exerçam funções executivas na CONVENÇÃO, remuneradas ou não, exceto os professores das Instituições de ensino da CONVENÇÃO, que neste caso, não poderão ser eleitos para compor o organismo que administra a instituição que serve.

§ 4º - A eleição dos membros dos CONSELHOS e da JUNTA DE EDUCAÇÃO pela Assembléia da CONVENÇÃO, obedecerá prioritariamente a competência técnica, bem como conhecimentos específicos e auxiliares da área respectiva, do membro, para a área onde irá servir e seguirá critérios de revezamento e proporcionalidade em relação à demografia batista de cada região associacional.

§ 5º - Ao vencer o seu mandato, o membro do CONSELHO GERAL, dos CONSELHOS e da JUNTA DE EDUCAÇÃO cumprirá um interstício de 1 (um) ano;

§ 6º - O membro do CONSELHO GERAL, do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E MISSÕES, do CONSELHO DE EDUCAÇÃO TEOLÓGICA E MINISTERIAL, da JUNTA DE EDUCAÇÃO e do CONSELHO FISCAL que faltar a 2 (duas) reuniões consecutivas sem justificativa, terá o seu mandato extinto, acarretando a convocação do suplente imediato.

§ 7º - São assessores do CONSELHO DE EDUCAÇÃO TEOLÓGICA E MINISTERIAL, e, DA JUNTA DE EDUCAÇÃO os Diretores Executivos das Instituições respectivas e estes terão sua participação garantida em suas reuniões, exceto nos casos em que os mesmos estejam implicados no assunto a ser tratado.

§ 8º - São assessores do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E MISSÕES, o Diretor Executivo, os presidentes do LAR BATISTA DE CRIANÇAS, da AÇÃO SOCIAL DE FÉ BATISTA e da ASSOCIAÇÃO HOSPITAL MEMORIAL BATISTA;

§ 9º - Cada CONSELHO e a JUNTA DE EDUCAÇÃO terão tantas assessorias técnicas e coordenadorias quanto houver necessidade e condição;

§ 10 - Cada CONSELHO e a JUNTA DE EDUCAÇÃO terá uma DIRETORIA constituída de: um Presidente, um Vice-Presidente, um 1º Secretário e um 2º Secretário, com mandato de um ano, seguindo-se o disposto no Artigo 13, § 1º deste Estatuto, escolhidos entre seus membros, exceto o CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E MISSÕES, cuja DIRETORIA é composta pelo Presidente, 1º Vice-presidente, pelo 1º secretário e pelo 2º secretário da CONVENÇÃO, tendo estas diretorias a seguinte competência:

I – ao Presidente: presidir as reuniões, representar a respectiva área, apresentar relatórios ao CONSELHO GERAL, cumprir as decisões relativas à Área e supervisionar as atividades da sua área;

II - ao Vice-Presidente: auxiliar o Presidente no exercício de seu mandato e substituí-lo em suas ausências e ou impedimentos;

III – ao Primeiro Secretário: secretariar as reuniões e substituir o Vice-Presidente em suas ausências e ou impedimentos;

IV - ao Segundo Secretário: auxiliar o 1º Secretário no exercício de seu mandato e substituí-lo nas ausências e ou impedimentos.

§ 11 – O detalhamento das atribuições do CONSELHO DE EDUCAÇÃO TEOLÓGICA E MINISTERIAL e da JUNTA DE EDUCAÇÃO estão definidas em seus respectivos Estatutos e Regimentos Internos, aprovadas pelo Conselho Geral e as atribuições do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E MISSÕES estão definidas no Regimento Interno da Convenção.

Art. 28 – A JUNTA DE EDUCAÇÃO, o CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E MISSÕES, as INSTITUIÇÕES e as ENTIDADES, poderão ter um DIRETOR EXECUTIVO com competência técnica para a função, homologado pelo CONSELHO GERAL, mediante a indicação da área respectiva, devendo ser avaliado a cada 5 (cinco) anos ou a qualquer momento a critério de cada área e que durante o exercício do cargo deverá ser necessariamente membro de uma igreja batista arrolada na CONVENÇÃO.

§ 1º - O DIRETOR EXECUTIVO do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E MISSÕES, terá as seguintes atribuições:

I – Administrar o Escritório da CONVENÇÃO, podendo admitir e demitir funcionários;

II – Manter sob sua guarda e responsabilidade o patrimônio, os documentos contábeis e jurídicos e o acervo histórico da CONVENÇÃO;

III – Manter atualizado o Cadastro das Igrejas arroladas e dos seus pastores;

IV – Editar, publicar e distribuir o JORNAL BATISTA PAULISTANO e outros periódicos;

V – Elaborar o Planejamento Global da CONVENÇÃO e apresentar ao COMITE DE ADMINISTRAÇÃO para a sua aprovação;

VI – Administrar o ACAMPAMENTO BATISTA DE SUMARÉ ou outros que a CONVENÇÃO vier a ter;

VII – Preparar juntamente com o Presidente as pautas das reuniões do COMITÊ DE ADMINISTRAÇÃO, do CONSELHO GERAL e do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E MISSÕES;

VIII – Exercer as funções de Tesoureiro da CONVENÇÃO, podendo, abrir, movimentar e encerrar contas bancárias em nome da Convenção, assinando isoladamente;

IX – Representar a CONVENÇÃO junto aos órgãos públicos para resolver questões fiscais e outras de interesse da Convenção;

X – Representar a CONVENÇÃO para assinar escrituras de doação, venda e compra de imóveis, contratos e documentos de caráter jurídico, autorizados pelas Assembléias e ou pelo CONSELHO GERAL da CONVENÇÃO, nos termos deste Estatuto;

XI – Assessorar às ASSEMBLÉIAS, o CONSELHO GERAL, o CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E MISSÕES e o COMITÊ DE ADMINISTRAÇÃO;

XII – Apresentar às ASSEMBLÉIAS, o CONSELHO GERAL, o CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E MISSÕES, o COMITÊ DE ADMINISTRAÇÃO, relatórios das suas atribuições;

XIII – Outorgar procuração quando necessário para o cumprimento de suas atribuições;

XIV – Outras atribuições definidas pela ASSEMBLÉIA GERAL,o CONSELHO GERAL, o CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E MISSÕES e o COMITÊ DE ADMINISTRAÇÃO;

§ 2º - É vedado ao DIRETOR EXECUTIVO do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E MISSÕES, assinar títulos, obrigações financeiras e fianças em nome da CONVENÇÃO sem a expressa autorização da Assembléia Geral.

§ 3º – As atribuições dos demais executivos referidos no “caput” deste artigo serão definidas no Estatuto e no Regimento Interno dos Conselhos, das Instituições e Entidades a que servir;

§ 4º - O Estatuto de cada Instituição incluirá o preenchimento provisório e ou interino do cargo de Diretor ou executivo nos casos de:

I – ausências ou impedimentos eventuais,

II - renúncia ou vacância, casos em que a interinidade se encerrará com a eleição e posse do novo Diretor ou Executivo.

§ 5º - O Assistente de Diretor ou cargo equivalente será o substituto provisório e ou interino do Diretor, sendo por ele indicado ao CONSELHO respectivo ou JUNTA DE EDUCAÇÃO para homologação, exigindo-se dele capacitações técnicas próprias para que possa, quando necessário, substituir o Diretor.

CAPÍTULO V
Do Conselho Fiscal

Art. 29 - A CONVENÇÃO tem um Conselho Fiscal, composto de 6 (seis) membros e 3 (três) suplentes, com habilitação técnica para o desempenho da função, eleitos pela Assembléia Ordinária, sendo sua composição renovada anualmente em 1/3 (um terço).

§ 1º - O Conselho Fiscal, dentre os seus membros, escolherá um relator, e convocado por este se reunirá ordinariamente 4 (quatro) vezes por ano e extraordinariamente quantas vezes for necessário;

§ 2º - Ao vencer o seu mandato, o membro do CONSELHO FISCAL, cumprirá um interstício de 1 (um) ano para uma eventual nova eleição;

§ 3º - Perderá a condição de membro do Conselho Fiscal, aquele que por livre e espontânea vontade pedir expressamente o seu desligamento ou perder a condição de membro de uma igreja arrolada na Convenção;

Art. 30 - Compete ao Conselho Fiscal:

I - Analisar os Balanços Patrimoniais e os respectivos Demonstrativos de Resultados da Convenção, seus Conselhos, Junta de Educação, Entidades e Instituições;

II - Fiscalizar todos os atos administrativos que possam refletir no patrimônio com conseqüências financeiras e legais sobre a Convenção, seus Conselhos, Junta de Educação, Entidades e Instituições;

III - Fiscalizar o cumprimento do orçamento financeiro da Convenção, seus Conselhos, Junta de Educação, Entidades e Instituições;

IV - Examinar os livros e os documentos contábeis, observando o cumprimento das exigências legais;

V - Fazer a auditoria da escrita fiscal e dos balanços patrimoniais da Convenção, seus Conselhos, Junta de Educação, Entidades e Instituições;

VI - Notificar quando necessário o Conselho Geral da Convenção, os Conselhos, a Junta de Educação, as Entidades e as Instituições, as irregularidades contábeis, financeiras e administrativas apuradas no desempenho de suas atribuições, para as devidas providências, informando à Assembléia da Convenção quando estas não forem tomadas;

VII - Encaminhar relatórios ao Conselho Geral da Convenção, seus Conselhos, Junta de Educação, Entidades e Instituições, relatando a situação patrimonial e documental, para o caso de adoção de medidas saneadoras que se fizerem necessárias;

VIII - Emitir pareceres sobre os balanços patrimoniais, seus respectivos demonstrativos e sobre todas as questões atribuídas ao Conselho Fiscal, da Convenção, seus Conselhos, Junta de Educação, Entidades e Instituições, devendo ser encaminhados em tempo hábil, para ser publicados e apresentados a Assembléia Convencional para ser por ela apreciados para a sua aprovação ou rejeição.

§ 1º - Antes de entregar o seu relatório para publicação no livro do mensageiro da assembléia, o Conselho Fiscal deverá solicitar por escrito os esclarecimentos que porventura existirem, dando prazo de 10 (dez) dias úteis ao Conselho de

Administração e Missões, aos Conselhos de Áreas, a Junta de Educação, as Entidades e Instituições, para que apresentem por escrito os devidos esclarecimentos, somente após este procedimentos o Conselho Fiscal elaborará o seu parecer final para a publicação e divulgação no livro do mensageiro da Assembléia.

§ 2º - É vedado ao Conselho Fiscal determinar à CONVENÇÃO, aos Conselhos de Áreas, Junta de Educação, Entidades ou Instituições, qualquer procedimento técnico de natureza fiscal, contábil ou afins, sendo-lhe deferido dar sugestões que julgue cabíveis.

Art. 31 - O Conselho Fiscal, poderá contratar auditores ou assessores, considerando o volume do trabalho e a necessidade de elaboração de estudos para a emissão de pareceres à Assembléia Geral da Convenção e será ressarcido nas suas despesas pela Convenção, seus Conselhos, Junta de Educação, Entidades e Instituições, que deverá ser pago, conforme quem der origem as despesas.

CAPÍTULO VI
Da Receita e Patrimônio

Art. 32 - A receita da CONVENÇÃO será constituída de contribuições das igrejas, doações e legados, de procedência compatível com as suas finalidades.

Parágrafo único - É vedado à CONVENÇÃO, às Instituições e às Entidades, receber subvenções dos poderes públicos, salvo e expressamente para fins sociais culturais e educacionais.

Art. 33- O patrimônio da CONVENÇÃO será constituído de bens móveis e imóveis, registrados ou não em seu nome e só poderá ser utilizado na consecução de seus fins e aplicados exclusivamente no território nacional.

Parágrafo único – O Conselho Geral é competente para alienar bens imóveis sob o domínio da CONVENÇÃO, que estejam na posse de Igrejas, devendo obedecer sempre, por ocasião da lavratura dos títulos de propriedades a inclusão de cláusulas de segurança, que assegure a anulação da transferência, nos casos de desvios doutrinários ou outras situações que comprometam a continuidade da obra batista.

Art. 34 - Qualquer ato que importe alienação ou oneração de bens imóveis de propriedade da CONVENÇÃO, dependerá de prévia autorização da Assembléia.

Art. 35 - A CONVENÇÃO poderá proceder a arrecadação de donativos para fins compatíveis com seus objetivos.

Art. 36 - Pelo exercício de cargo, nenhum membro da Diretoria da CONVENÇÃO, do CONSELHO GERAL, do CONSELHO FISCAL, dos CONSELHOS, da JUNTA DE EDUCAÇÃO, dos COMITÊS, das ASSESSORIAS, COMISSÕES ou GRUPOS DE TRABALHO, receberá remuneração ou participação na receita, sendo, porém, reembolsado das despesas efetuadas a serviço da CONVENÇÃO em qualquer esfera.

CAPÍTULO VII
Das Disposições Gerais

Art. 37- A CONVENÇÃO terá um sistema adequado para avaliação periódica do desempenho dos seus executivos e funcionários de todos os níveis, que será regulamentado através de um manual de avaliação de desempenho aprovado pelo Conselho Geral.

Parágrafo único - A CONVENÇÃO manterá ou incentivará a participação em programas contínuos para capacitação e recapacitação dos participantes de todas as esferas, remunerados ou não.

Art. 38 - Estará apto à eleição para qualquer cargo da CONVENÇÃO o mensageiro de igreja que contribua financeiramente para com a CONVENÇÃO, nos moldes do art. 3º, § 1º deste Estatuto.

Art. 39 – Os membros de todos os Conselhos e da Junta de Educação, com direito a voto, deverão ser membros de igreja arrolada.

Art. 40 – O membro da Diretoria da CONVENÇÃO ou qualquer Conselho e da Junta de Educação que renunciar mandato cumprirá interstício de 1 (um) ano para eventual nova eleição.

Art. 41 - A perda da qualidade de membro de uma igreja arrolada na CONVENÇÃO, implica na perda automática da função executiva, remunerada ou não, que o membro exerça em qualquer esfera da CONVENÇÃO, bem como na perda automática da qualidade de membro da DIRETORIA da CONVENÇÃO, do CONSELHO GERAL, do CONSELHO FISCAL, dos CONSELHOS, da JUNTA DE EDUCAÇÃO ou de qualquer INSTITUIÇÃO, ENTIDADE, ou ORGANIZAÇÃO SOCIAL ligada à CONVENÇÃO.

Parágrafo único – O disposto na "caput" desse artigo terá aplicação imediata na data em que a Diretoria da CONVENÇÃO tiver a devida comprovação da perda da qualidade de membro, cabendo à Diretoria da CONVENÇÃO dar ciência do ocorrido ao Conselho Geral, e, este, à Assembléia seguinte.

Art. 42 - A CONVENÇÃO tem um Regimento Interno e um Regimento Parlamentar, que constituem parte integrante deste Estatuto, que regulamentarão as suas Assembléias, bem como as atribuições, competência, subordinação e funcionamento do Conselho Geral, dos Conselhos, da Junta de Educação, das Entidades e das Instituições, visando ao bom cumprimento de suas finalidades.

Art. 43 - O ano fiscal da CONVENÇÃO, do Conselho Geral, dos Conselhos, da Junta de Educação, das Entidades e das Instituições acompanha o ano civil.

§ 1º - O ano convencional é compreendido entre 01 de abril e 31 de março do ano seguinte.

§ 2º - Para efeito do mandato da Diretoria da CONVENÇÃO o ano convencional é o período de tempo entre duas Assembléias Ordinárias.

§ 3º - A Assembléia, a seu juízo, poderá tratar de matéria relevante, cujo fato tenha ocorrido fora do ano convencional.

Art. 44 - A CONVENÇÃO só poderá ser extinta por deliberação de 4/5 (quatro quintos) dos votos apurados em 2 (duas) Assembléias Extraordinárias distintas, desde que a matéria conste dos editais de ambas as Assembléias, convocadas para

esse fim, com uma antecedência mínima de 90 (noventa) dias para cada Assembléia, observando-se como quorum para instalação das Assembléias, a representação mínima de 2/3 (dois terços) das igrejas, decidindo, nessas ocasiões, a respeito do patrimônio, da continuidade das Instituições e sobre a constituição de uma Comissão Liquidante.

Parágrafo único - No caso de extinção da CONVENÇÃO, respeitados os direitos de terceiros, o patrimônio remanescente será destinado prioritariamente à Convenção Batista Brasileira, ou, na falta desta, às igrejas e às Instituições remanescentes, às quais serão entregues as respectivas propriedades, e restituídos os valores porventura tidos em depósito.

Art. 45– O Regimento Parlamentar, o Regimento de Hospedagem, bem como o Manual de Relatórios não contrariarão nem o espírito nem a letra do Regimento Interno e nem o Estatuto da CONVENÇÃO.

Art. 46 – Os casos omissos serão resolvidos pela Assembléia, e, nos interregnos das Assembléias, pelo Conselho Geral.

Art. 47 – O presente Estatuto, aprovado em Reforma Estatutária entrará em vigor, após a sua aprovação pela Assembléia e Consolida o Estatuto anterior, revogando todas as disposições em contrário e só poderá ser reformado em Assembléia cuja convocação mencione especificamente o assunto: “Reforma de Estatuto”, obedecido o disposto no Art. 11, § 3º deste Estatuto.

7

Regimento Interno da
Convenção Batista do Estado de São Paulo

Capítulo I
Seção I -Das Disposições Preliminares

Art. 1º - A Convenção Batista do Estado de São Paulo, aqui chamada Convenção, é uma organização religiosa, com fins não econômicos, fundada em 16 de dezembro de 1904, com a denominação de "União Baptista Paulistana", por tempo indeterminado e com número ilimitado de igrejas arroladas.

Art. 2° - Este Regimento Interno da Convenção, tem por objetivo definir a sua estrutura, descrever as suas atividades e regulamentar o seu funcionamento.

Seção II - Do Rol Cooperativo de Igrejas

Art. 3º - A Convenção é constituída de igrejas batistas cooperantes, situadas no Estado de São Paulo.

Art. 4° - Toda igreja batista que desejar filiar-se à Convenção, deverá pedir formalmente seu arrolamento.

§ 1° - O pedido de arrolamento será feito preenchendo-se o formulário próprio, fornecido pelo Conselho de Administração e Missões, através do seu escritório, contendo no mínimo os seguintes dados e documentos anexados referentes à igreja solicitante:

I - nome, endereço, estatuto devidamente registrado em Cartório, inscrição no CNPJ-MF, ata de organização e ata contendo a decisão de seu pedido de arrolamento, sendo que as igrejas recém organizadas terão 180 dias de prazo, após o pedido de arrolamento, para entrega do Estatuto registrado em Cartório e da inscrição no CNPJ-MF, sob pena de seu pedido ser declarado nulo.

II - Declaração expressando que a igreja aceita as Escrituras Sagradas como única regra de fé e prática, que reconhece como fiel e adota a "Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira", que conhece e aceita os termos do Estatuto e deste Regimento Interno da Convenção, afirmando, ainda, seu propósito de contribuir, espiritual, moral e financeiramente com fidelidade todos os meses para a execução do programa cooperativo realizado pela Convenção.

III – Declaração expressando que a Igreja só terá como pastor alguém que esteja filiado à Ordem dos Pastores Batistas do Brasil – Secção do Estado de São Paulo.

§ 2° - O pedido de arrolamento será encaminhado antecipadamente ao Conselho Geral, que examinará o pedido e deferirá à Comissão de Ingresso de Igrejas, que apresentará parecer à Assembléia da Convenção.

§ 3º - Cabe ao Conselho de Administração e Missões, através do seu escritório manter em dia o registro de arrolamento das igrejas, publicando-o anualmente em livro próprio da Convenção.

§ 4° - A Convenção aceita a cooperação das Associações Regionais de Igrejas Batistas do Estado de São Paulo no processo de arrolamento de novas igrejas, obedecendo-se o disposto nos § 1° e seus incisos, e § 2º deste artigo.

Art. 5º - A Assembléia da Convenção é o fórum competente para deferir ou indeferir pedidos de arrolamento e para desarrolar qualquer igreja que o solicitar ou que se desviar das doutrinas e práticas aceitas pela Convenção, a juízo desta, conforme artigo 3°, seus parágrafos e incisos, e artigo 24 , inciso XII do Estatuto da Convenção.

Seção III - Da Cooperação Institucional

Art. 6º - A Convenção mantém relações cooperativas e parcerias com as seguintes instituições:

I – Associações de Igrejas Batistas filiadas a Convenção Batista Brasileira, com sede no Estado de São Paulo;

II - Convenção Batista Brasileira;

III – Ordem dos Pastores Batistas do Brasil – Secção do Estado de São Paulo;

IV – Associação dos Músicos Batistas do Estado de São Paulo.

Seção IV - Do Plano Cooperativo e da Oferta de Missões

Art. 7º - As contribuições regulares das igrejas, destinadas ao sustento do trabalho realizado pela Convenção, através dos seus Conselhos, Instituições , Entidades, e as Instituições de Cooperação Institucional, serão recebidos pelo Conselho de Administração e Missões, que distribuirá de acordo com o orçamento aprovado pelo Conselho Geral.

Art. 8° - O Plano Cooperativo é constituído das contribuições mensais das Igrejas arroladas na Convenção, tendo como base os dízimos recebidos dos seus membros.

Art. 9° - Anualmente as Igrejas arroladas, levantarão uma oferta especial para Missões Estaduais, que será promovida pelo Conselho de Administração e Missões, visando aplicar na expansão da obra de evangelização e missões, projetos missionários, sustento de missionários e outros programas como ajuda a pequenas igrejas no estado de São Paulo.

Art. 10 - É vedado aos Conselhos, Junta, Instituições e Entidades da Convenção, levantar ofertas ou promover campanhas para levantamento de recursos, sem a autorização expressa da Convenção ou do Conselho Geral.

Art. 11 – É vedado à Convenção, seus Conselhos, Instituições e Entidades, receber subvenções dos poderes públicos, salvo e expressamente para fins sociais e educacionais.

Art. 12 - A Convenção poderá proceder à arrecadação de donativos para fins compatíveis com seus objetivos.

Capítulo II - Das Assembléias

Seção I - Da Constituição

Art. 13 – A Assembléia Geral é o poder soberano de decisão da Convenção e será constituída com a presença de mensageiros credenciados pelas igrejas, e se reunirá em data e local previamente designados, para tratar dos assuntos relacionados com as atividades que promove.

§ 1° – Cada igreja arrolada poderá credenciar 5 (cinco) mensageiros e mais 1 (um) mensageiro para cada grupo de 30 (trinta) membros ou fração, através de formulários fornecidos pelo Conselho de Administração e Missões, ou por meio de carta em papel timbrado da igreja credenciadora e cada mensageiro somente poderá ser credenciado, pela igreja onde é membro e somente terá validade, para a assembléia a que se referir explicitamente.

§ 2° - O processo de inscrição dos mensageiros em cada Assembléia será de atribuição do Conselho de Administração e Missões. No ato da inscrição cada mensageiro receberá um cartão de identificação que o habilitará a voz e voto na assembléia.

§ 3° - A Assembléia poderá rejeitar ou cassar credenciais.

§ 4° - Os membros de igrejas arroladas na Convenção, que não tenham sido credenciados como mensageiros, poderão assistir as assembléias, podendo adquirir o Livro do Mensageiro, mediante o pagamento da taxa de custeio, sem direito a voz ou voto.

§ 5° - Quando necessário, poderá haver mudança de local e data de assembléia, mediante decisão do Conselho Geral da Convenção que terá competência para promover as alterações necessárias.

Seção II - Dos tipos

Art. 14 - Assembléia Geral será:

I – ordinária, que se reunirá uma vez por ano;

II – extraordinária, sempre que necessário;

III – solenes, para posse da diretoria, homenagens ou outras solenidades que não exijam decisões de natureza administrativa, sempre que necessário.

Seção III - Do Quorum e das Decisões

Art. 15 - O quorum mínimo da primeira convocação para a Assembléia Ordinária e para as Assembléias Extraordinárias será de 5% (cinco por cento) das igrejas arroladas, e para as Assembléias Solenes será de qualquer número.

Parágrafo único – Para a extinção da Convenção deverá ser observado o quorum para a instalação das Assembléias exigidas no Estatuto que é no mínimo de 2/3 (dois terços) das igrejas arroladas.

Art. 16 – As decisões das Assembléias serão validas por deliberações aprovada pela maioria absoluta de 50 % (cinqüenta por cento) mais um dos votos dos mensageiros presentes, obedecidas as seguintes exceções:

§ 1° - Para a destituição de membros da diretoria da Convenção e para a reforma do Estatuto é exigido o voto favorável de 2/3 (dois terços) dos mensageiros presentes à Assembléia e esta não poderá deliberar em primeira convocação,

sem a maioria absoluta das igrejas arroladas, ou menos de 1/3 (um terço) delas decorridos 20 (vinte) minutos do horário previsto pela primeira convocação.

§ 2° - A extinção da Convenção só poderá ocorrer por deliberação de 4/5 (quatro quintos) dos votos apurados em 2 (duas) Assembléias Extraordinárias distintas.

Seção IV - Das Convocações

Art. 17 – A convocação da Assembléia Geral será feita pelo Presidente, ou seu substituto legal, ou o Conselho Geral ou ainda por 1/5 (um quinto) das igrejas arroladas.

§ 1° – A convocação de uma Assembléia Geral pelo Conselho Geral, só poderá ser decidida por maioria absoluta e com o quorum de 2/3 dos seus membros.

§ 2° - A convocação de uma Assembléia Geral pelas Igrejas, só poderá ser feita após 30 (trinta) dias da entrega comprovada da convocação ao Conselho Geral, em sua sede.

Art. 18 - A Convocação de uma Assembléia Geral deverá ocorrer com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, por intermédio de edital, publicado no órgão oficial da Convenção e divulgado pelos meios convenientes, e em se tratando de Assembléia Extraordinária mencionando expressamente os assuntos determinantes da convocação.

§ 1° – A Convocação para extinção da Convenção, deverá ocorrer com uma antecedência mínima de 90 (noventa) dias para cada Assembléia.

§ 2° - Para a realização de Assembléia Solene o prazo mínimo para a sua convocação será de 15 (quinze) dias.

Seção V - Da Hospedagem

Art. 19 - A hospedagem da Assembléia será disciplinada por um Regimento de Hospedagem da Convenção, aprovado pelo Conselho Geral.

Parágrafo único - As igrejas ou as Associações interessadas em hospedar a Assembléia, encaminharão carta ao Conselho de Administração e Missões ou à Assembléia, expressando sua concordância com o Regimento de Hospedagem da Convenção

Seção VI - Da Mesa Diretora

Art. 20 - A mesa diretora da Assembléia será composta de um Presidente, um Vice-Presidente e dois Secretários, cabendo-lhe a direção dos trabalhos.

§ 1º - A seu critério, o Presidente convidará os demais membros da Diretoria para compor a mesa;

§ 2º - Na ausência dos secretários, o Presidente convocará secretário “ad-hoc” para composição da mesa.

Seção VII - Dos Procedimentos da Assembléia Ordinária

Art. 21 - A Assembléia Ordinária terá tantas sessões quantas forem necessárias e o seu programa obedecerá ao seguinte procedimento geral:

I - A duração da Assembléia Ordinária será de três dias, no mínimo;

II – As sessões noturnas da Assembléia serão de caráter solenes, podendo haver matéria deliberativa se assim o plenário decidir;

III - Na primeira sessão ocorrerá a instalação oficial, a aprovação do programa da Assembléia e a nomeação, pelo Presidente, das seguintes comissões: de Programa; Escrutinadora; de Ingresso de Igrejas; de Tempo, Local, Orador e Orador Substituto; de Assuntos Eventuais; de Parecer sobre o Relatório do Conselho Geral; de Renovação dos Conselhos e Junta de Educação devendo esta comissão prestar relatório na Assembléia Ordinária seguinte;

IV - Na primeira e segunda sessões de caráter deliberativo serão apresentados os relatórios do Conselho Geral, e os pareceres das Áreas: Conselho de Administração e Missões, Conselho de Educação Teológica e Ministerial, Junta de Educação e das Entidades da Convenção, seguindo as "Normas para Confecção de Relatórios da Convenção", aprovadas pelo Conselho Geral.

V - As demais sessões obedecerão às necessidades da Assembléia, devendo ser precedidas de uma devocional de dez minutos, abertas e encerradas pelo Presidente ou por seu substituto legal.

VI - Todas as partes deliberativas serão cronometradas pelo Segundo Secretário ou por seu substituto, ficando a matéria não vencida encaminhada ao tempo destinado a matérias pendentes.

VII - Os assuntos deliberativos não vencidos no programa serão encaminhados ao Conselho Geral, que em sua primeira reunião procederá a sua avaliação e decisão, que será incluída em seu relatório anual seguinte à Assembléia da Convenção indicando as providências tomadas.

VIII - É facultado ao Conselho Geral inserir no programa da Assembléia, mensagens a serem proferidas por pessoas previamente escolhidas, enfocando temas de interesse do Reino de Deus e da atualidade no mundo.

IX - No final de cada sessão será submetida à aprovação do plenário, a ordem do dia para a sessão seguinte, exceto as das sessões das manhãs que serão aprovadas nas tardes anteriores.

Art. 22 - Todo o procedimento parlamentar das Assembléias e das reuniões de qualquer esfera da Convenção, obedecerá ao disposto no Regimento Parlamentar da Convenção, aprovado pelo Conselho Geral.

Seção VIII - Das Comissões

Art. 23 – As comissões da Assembléia são as seguintes, todas nomeadas pelo presidente ou seu substituto legal:

I – Comissão Escrutinadora: composta de 10 (dez) membros e 5 (cinco) suplentes com as seguintes atribuições:

a) Distribuir as cédulas de votação, recolher votos, contá-los e apresentar relatórios;

b) Fazer contagem geral de votos quando solicitada pela mesa;

II – Comissão de Renovação dos Conselhos e Junta de Educação: composta de 5 (cinco) membros e 5 (cinco) suplentes, não funcionários da Convenção, dos seus Conselhos, Instituições e Entidades, com as seguintes atribuições;

a) Dar parecer na Assembléia do ano seguinte, sobre as frações renováveis à época, sobre os suplentes, e eventuais substituições, conforme critérios do Estatuto da Convenção e deste Regimento;

b) Ficar, no interregno das Assembléias Ordinárias, à disposição das igrejas arroladas, para delas receber indicações para a composição dos Conselhos e Junta de Educação, através de formulário próprio fornecido pelo Conselho de Administração e Missões.

III – Comissão de Parecer Sobre o Relatório do Conselho Geral: composta de 10 (dez) membros e 5 (cinco) suplentes, com as seguintes atribuições:

a) Ouvir os mensageiros na reunião pública sobre o parecer do Conselho Geral;

b) Elaborar e apresentar parecer sobre os relatórios do Conselho Geral;

c) Propor à Assembléia, a aprovação ou rejeição total ou parcial do relatório;

d) Propor emendas adição e supressão;

e) Fazer recomendações no relatório escrito a ser apresentado à Assembléia, sobre os assuntos relacionados com o Conselho Geral, Junta de Educação, Conselhos, Instituições e Entidades.

IV – Comissão de Assuntos Eventuais: composta de 3 (três) membros e 3 (três) suplentes, para dar parecer sobre propostas assinadas, por, no mínimo, 5 (cinco) mensageiros sobre assuntos novos que não estejam dentro do relatório do Conselho Geral, ou das áreas, ou das Entidades da Convenção;

V – Comissão de Tempo, Local, Orador e Orador Substituto: composta de 3 (três) membros e 3 (três) suplentes, para dar parecer sobre o local e data, onde e quando deverão ser realizadas as duas próximas assembléias ordinárias ainda não determinadas, bem como sobre o orador oficial e o orador substituto para a próxima Assembléia Ordinária.

VI – Comissão de Ingresso de Igrejas: composta de 03 (três) membros e 03 (três) suplentes para dar parecer no plenário da assembléia convencional, quanto a pedidos de ingresso de igrejas no Rol Cooperativo de Igrejas.

VII – Comissão de Programa: composta de 3(três) membros e 3 (três) suplentes que funcionará durante os trabalhos da Assembléia, que tem as atribuições de assessorar a mesa, organizar as alterações necessárias no programa e distribuir as matérias pendentes no tempo a elas destinado.

Art. 24 - Nenhum membro da Comissão de Renovação de Conselhos e Junta de Educação poderá ser indicado para compor qualquer dos Conselhos ou Junta de Educação.

§ 1º - É vedado a qualquer mensageiro participar da mesma Comissão por 2 (dois) anos consecutivos.

§ 2º - O Conselho de Administração e Missões, fornecerá à Comissão de Renovação dos Conselhos e Junta de Educação, relação de membros dos Conselhos e da Junta de Educação com as eventuais alterações ocorridas durante o ano convencional, além da relação de mensageiros inscritos na presente Assembléia e dos mensageiros impedidos à eleição.

Art. 25 - Cada Comissão apresentará, através do relator, seu parecer, por escrito, com cópias suficientes para o plenário, exceção a comissão de programa que entregará os seus relatórios diretamente ao presidente dos trabalhos da assembléia.

Art. 26 - Os pareceres apresentados ao plenário entram em discussão imediatamente, sendo consideradas propostas apoiadas para apreciação englobadamente, com possibilidades de destaques, conforme o Regimento Parlamentar da Convenção.

§ 1º - Após a apresentação do parecer, qualquer mensageiro poderá pedir preferência de apreciação para qualquer dos seus itens, justificando o seu pedido, que será deferido ou não, pelo Presidente.

§ 2º - Os pontos que suscitem dúvidas durante a apreciação dos pareceres, podem, a critério da mesa, ou por decisão do plenário, ser encaminhados à respectiva Área, Instituição ou Entidade para esclarecimento através de seus representantes, retornando ao plenário na mesma Assembléia até a penúltima sessão.

Art. 27 - Qualquer assunto de natureza grave ou de discussão inoportuna para debate público, deverá ser entregue a uma comissão especial, indicada pela mesa, que dará parecer até a penúltima sessão da mesma Assembléia, seguindo-se o disposto no Art. 21, inciso VI deste Regimento Interno.

Capítulo III - Da Diretoria
Seção I - Da Composição

Art. 28 – A Diretoria da Convenção, é composta de presidente, primeiro, segundo e terceiro vices-presidente, primeiro, segundo terceiro e quarto secretários, que se sucederão nessa ordem nos impedimentos ou vacâncias.

Parágrafo único – Compete a Diretoria da Convenção salvaguardar o fiel cumprimento do Estatuto, deste Regimento Interno, do Regimento Parlamentar, as decisões das Assembléias, inclusive através dos Conselhos, da Junta de Educação, das Instituições e das Entidades da Convenção.

Seção II - Do Presidente

Art. 29 - O Presidente é o orientador dos trabalhos, mantendo e cumprindo a ordem, e fazendo cumprir este Estatuto e o Regimento da Convenção, cumprindo-lhe, ainda:

I – representar a Convenção, ativa, passiva, judicial e extrajudicialmente;

II – convocar, abrir, presidir e encerrar as Assembléias Gerais da Convenção, do Conselho Geral e as reuniões do Conselho de Administração e Missões e do Comitê de Administração;

III – assinar as atas das sessões com o Secretário;

V –cumprir e fazer cumprir com a Diretoria, as decisões das Assembléias Gerais da Convenção, do Conselho Geral, das reuniões do Conselho de Administração e Missões e do Comitê de Administração.

VI – nomear as comissões da Assembléia Geral e os membros a Assessoria Jurídica

Parágrafo único – O Presidente da Convenção é membro “ex-ofício” de todos os Conselhos, Junta de Educação, Instituições e Entidades da Convenção, bem como de qualquer Comissão ou Grupo de Trabalho que existam ou que venham

a ser criados, para tratar de assuntos relacionados à Convenção, exceto nos casos em que o próprio esteja “sub-judice” no assunto a ser tratado.

Seção III - Dos Vice-Presidentes

Art. 30 – Aos vices-presidente, observada a ordem de eleição, compete substituir o Presidente em suas ausências e ou impedimentos, e auxiliar a Mesa sempre que solicitados .

Seção IV - Dos Secretários

Art. 31 – Compete ao Primeiro Secretário:

I – compor a mesa nas sessões das Assembléias da Convenção, das Assembléias do Conselho Geral e das reuniões do Conselho de Administração e Missões;

II – lavrar e assinar atas das sessões das Assembléias, bem como as do Conselho Geral e do Conselho de Administração e Missões;

III – rubricar e encaminhar ao Diretor Executivo do Conselho de Administração e Missões os pareceres apreciados pela Assembléia, para arquivo e providências.

Art. 32 – Compete ao Segundo Secretário:

I – compor a mesa nas sessões das Assembléias Gerais da Convenção, nas reuniões do Conselho Geral e do Conselho de Administração e Missões;

II – substituir o Primeiro Secretário em suas ausências e ou impedimentos;

III – apresentar à Assembléia o material de expediente e a ordem do dia das sessões;

IV – relacionar os oradores inscritos durante discussão no plenário;

V – cronometrar o tempo das sessões e dos oradores inscritos.

Art. 33 – compete aos Terceiro e Quarto Secretários substituir o Primeiro e o Segundo Secretários em suas ausências e ou impedimentos, cooperando, ainda, com os trabalhos da mesa, sempre que solicitados.

Seção V - Dos Impedimentos

Art. 34 – Nenhum membro da Diretoria poderá ser eleito por mais de 2 (dois) mandatos consecutivos para qualquer cargo da mesma, observando-se o interstício de 1 (um) ano para uma eventual nova eleição.

Art. 35 – É vedado o funcionário da Convenção, dos Conselhos, da Junta de Educação, das Entidades, das Instituições e a qualquer pessoa que exerça função executiva em qualquer esfera da Convenção, remunerada ou não, fazer parte da Diretoria ou do Conselho Fiscal da Convenção, exceto se houver a entrega formal, pelo interessado, de pedido de demissão do cargo que exerce ao representante legal da instituição em que trabalha, até 12 (doze) horas antes da sessão da Assembléia que dará posse à Diretoria, levando ao Presidente da Convenção, ou seu substituto legal na ocasião da Assembléia, cópia protocolada de sua demissão.

§ 1° - No caso de não satisfação das exigências previstas para a exceção no “caput” deste artigo, o Presidente da Convenção ou seu substituto legal na

ocasião, procederá a substituição do eleito impedido, pelo mensageiro seguinte mais votado para o cargo, constante na lista de apuração de votos.

§ 2° - O suplente do Conselho Geral, dos Conselhos, da Junta de Educação ou do Conselho Fiscal, que for convocado para o exercício do mandato, não fica impedido para uma eventual eleição no mandato efetivo seguinte.

§ 3° - A eventual eleição de um membro dos Conselhos ou da Junta de Educação para a Diretoria da Convenção, acarretará a convocação do suplente imediato para servir enquanto durar o impedimento.

§ 4° – Só os mensageiros devidamente inscritos e presentes no ato da votação poderão votar e ser votados.

Seção VI - Dos Procedimentos para a Eleição e Da Posse

Art. 36 - A Diretoria da Convenção, será eleita no penúltimo dia da Assembléia Ordinária e empossada na última sessão da mesma Assembléia, para exercer o seu mandato até a posse da nova Diretoria, na Assembléia Ordinária seguinte, nos termos do Estatuto da Convenção e do Regimento Interno.

Art. 37 - A eleição da Diretoria da Convenção será por escrutínio secreto para todos os cargos, além disto, deverão ser obedecidos os seguintes procedimentos:

I - Uma vez aberto o processo eletivo, haverá um período de até 10 (dez) minutos para propostas de nomes para Presidência, devendo tais propostas ser apoiadas para receberem acolhimento da mesa;

II - Após as indicações, o Presidente apresentará os candidatos, e os mensageiros votarão para a Presidência em cédulas próprias para esse cargo;

III - Feita à apuração dos votos e observada a maioria absoluta, o Presidente em exercício proclamará o eleito;

IV - Caso não se verifique a maioria absoluta na apuração dos votos para Presidência, haverá segundo escrutínio somente entre os dois nomes mais votados;

V - Eleito o Presidente, haverá um período de até 15 (quinze) minutos para propostas e apoios de nomes para as Vice-Presidências e para as Secretarias;

VI – Após as indicações de nomes para as Vice-Presidências e para as Secretarias, os candidatos serão apresentados e os mensageiros votarão em cédulas próprias para esses cargos, podendo cada mensageiro votar em 3 (três) nomes para as Vice-Presidências e em 4 (quatro) nomes para as Secretarias;

VII - É vedado a qualquer mensageiro concorrer, simultaneamente, para Vice-Presidência e para Secretaria, cabendo-lhe optar por uma das indicações;

VIII - A apuração dos votos será feita pela Comissão Escrutinadora, em recinto fora do plenário, podendo ser assistida por qualquer mensageiro, devendo a Comissão encaminhar, por escrito, à mesa, o resultado final com nomes e votos obtidos pelos candidatos, que deverá ser arquivado em pasta própria do Conselho de Administração e Missões;

IX - Enquanto ocorrem as apurações, os trabalhos da Assembléia prosseguirão normalmente;

X - Depois da apuração dos votos, o Presidente em exercício proclamará eleitos os 3 (três) nomes mais votados para as vice-presidências, na ordem da votação,

respectivamente, como primeiro, segundo e terceiro Vice-Presidentes; e os 4 (quatro) nomes mais votados para Secretaria, na ordem da votação, respectivamente, como primeiro, segundo, terceiro e quarto Secretários;

XI - Observando-se que, os casos de empate em qualquer cargo da diretoria serão decididos pelo critério de antigüidade na denominação definidos pela data de batismo em igreja batista.

Parágrafo único - Na mesma sessão de posse da Diretoria da Convenção, tomarão posse os membros eleitos para o Conselho Geral, Conselho Fiscal, Junta de Educação, Conselho de Educação Teológica e Ministerial e o Conselho de Administração e Missões.

Capítulo IV - Da Estrutura Funcional,
Seção I - Do Conselho Geral

Art. 38 – Para a consecução dos seus fins a Convenção terá um Conselho Geral, que no interregno das Assembléias Gerais Ordinárias, nos limites da legislação vigente, representa a Convenção, inclusive com autoridade sobre os Conselhos, a Junta de Educação, as Instituições e as Entidades da Convenção Batista do Estado de São Paulo.

Seção II - Da Composição

Art. 39 - O Conselho Geral terá a seguinte composição:

I - os membros da Diretoria da Convenção;

II - o Presidente da Ordem dos Pastores Batistas do Brasil – Secção do Estado de São Paulo, ou quem a Ordem indicar;

III - um representante de cada uma das Associações Regionais de Igrejas Batistas existentes no Estado de São Paulo;

IV – as Diretorias do Conselho de Educação Teológica e Ministerial e da Junta de Educação;

V – um representante de cada uma das Entidades: União Feminina Missionária Batista do Estado de São Paulo (Ufmbesp), União Masculina Missionária Batista do Estado de São Paulo (Ummbesp), Juventude Batista do Estado de São Paulo (Jubesp), Ordem dos Diáconos Batistas do Estado de São Paulo (Odbesp), e a Associação de Músicos Batistas do Estado de São Paulo (Ambesp);

VI – 12 (doze) membros eleitos pela Assembléia Ordinária da Convenção, com um mandato de 4 (quatro) anos, renovados anualmente pela quarta parte e 4 (quatro) suplentes, escolhidos anualmente.

§ 1° - São assessores do Conselho Geral o Diretor Executivo do Conselho de Administração e Missões, os Diretores Executivos das Instituições e Entidades e os Membros da Assessoria Jurídica.

Seção III - Das Assembléias do Conselho Geral, da Convocação e da Direção

Art. 40 - O Conselho Geral terá as seguintes Assembléias:

I – duas Assembléias Ordinárias por ano, sendo a primeira até o dia 30 (trinta) de novembro e a segunda até o dia 31 (trinta e um) de maio;

II - Assembléias Extraordinárias e Solenes, tantas quantas forem necessárias.

§ 1° - As Assembléias do Conselho Geral serão convocadas pelo Presidente ou seu substituto legal, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, e serão dirigidas pela Diretoria da Convenção.

§ 2° - A ordem do dia das assembléias do Conselho Geral serão preparadas pelo Presidente, em conjunto com o Diretor Executivo do Conselho de Administração e Missões e dela constará sempre espaço para assuntos eventuais.

§ 3° - O Conselho Geral lavrará todas as suas decisões em livro de atas próprio, sendo de responsabilidade do Diretor Executivo do Conselho de Administração e Missões, mantê-las devidamente formalizadas e encaminhá-las a registro em Cartório.

Seção IV - Do Quorum

Art. 41 - O quorum para as Assembléias do Conselho Geral será de 2/5 (dois quintos) de seus membros em primeira convocação e de 1/3 (um terço) em segunda convocação, decorridos 30 (trinta) minutos da primeira convocação, sendo vedada a representação por procuração.

Seção V - Das Atribuições do Conselho Geral

Art. 42 – São atribuições do Conselho Geral:

I – Prestar relatórios de suas atividades à Assembléia Geral da Convenção;

II – Representar à Convenção junto às igrejas, Associações, Instituições e Entidades, no interregno das Assembléias;

III – Propor objetivos e diretrizes para a elaboração do planejamento global contínuo da Convenção;

IV – Supervisionar e avaliar o desempenho dos Conselhos, Junta de Educação, Instituições e Entidades, definidos no planejamento global ou nas Assembléias;

V – Harmonizar os planos, programas e calendário de atividades dos Conselhos, Junta de Educação com suas Instituições e das Entidades, objetivando a visão de conjunto e a eficiência na realização da obra batista;

VI – Aprovar o orçamento da Convenção;

VII – Zelar pelos interesses e patrimônio da Convenção;

VIII – Responder pelo planejamento e a realização das Assembléias, fixando a taxa de inscrição dos mensageiros e elaborando o programa das mesmas;

IX – Intervir nas áreas, Instituições ou Entidades quanto julgar necessário;

X – Receber pedidos de arrolamento de igrejas e encaminhá-los à Assembléia seguinte para homologação, por meio da Comissão de Ingresso de Igrejas;

XI – Pronunciar-se a respeito da fidelidade doutrinária de qualquer igreja arrolada, no interregno das Assembléias, tomando todas as providências legítimas para salvaguardar, manter e preservar a integridade doutrinária e patrimonial das igrejas e a unidade denominacional;

XII – Convocar a Assembléia Ordinária na hipótese de recusa ou impossibilidade do Presidente ou de seu substituto legal;

XIII – Admitir e demitir Diretores ou Executivos do Conselho Geral, dos Conselhos, da Junta de Educação e das Instituições, ouvido o Conselho respectivo, inclusive a Junta de Educação, quando for o caso;

XIV – Apreciar os relatórios periódicos dos Conselhos, da Junta de Educação, das Instituições e das Entidades;

XV – Receber e emitir parecer perante a Assembléia da Convenção sobre os relatórios anuais dos Conselhos, da Junta de Educação, das Instituições e das Entidades;

XVI – Apresentar à Assembléia Ordinária o seu relatório anual, relativo às suas atividades do ano convencional, acompanhado do Balanço e Demonstrativo de Resultados, bem como do respectivo parecer de auditoria independente;

XVII – Supervisionar a consecução dos objetivos integrados para a ação de cada área à luz de diretrizes estabelecidas pela Convenção;

XVIII – Apreciar, aprovar e ou reformar estatutos da Junta de Educação, dos Conselhos, das Instituições e Entidades da Convenção;

XIX – Aprovar os Regimentos Internos e Operacionais da Junta de Educação e dos Conselhos;

XX – Receber, do Comitê de Administração, a proposta do orçamento anual da Convenção e estabelecer a divisão percentual da distribuição do Plano Cooperativo entre os Conselhos, Entidades e Instituições.

Parágrafo único – Na preparação do relatório previsto no inciso XVI deste artigo, o Conselho Geral deverá informar todas as alterações ocorridas durante o ano convencional, no quadro de membros dos Conselhos, da Junta de Educação.

Art. 43 - Nenhum membro do Conselho Geral ou da Diretoria da Convenção poderá interferir individual ou coletivamente ou mesmo em caráter particular nos Conselhos, Instituições ou Entidades, a não ser nos casos em que receba tarefa específica do próprio Conselho Geral.

Art. 44 - O Conselho Geral é o órgão responsável pelo planejamento e coordenação do programa da Assembléia da Convenção, sendo de responsabilidade do Diretor Executivo do Conselho de Administração e Missões a sua execução.

Seção VI - Do Comitê de Administração e da sua Composição

Art. 45- O Conselho Geral terá um Comitê de Administração com a seguinte composição:

I – A Diretoria da Convenção;

II – Os Presidentes dos Conselhos;

III – O Presidente da Junta de Educação;

Parágrafo único – Serão assessores do Comitê de Administração o Diretor Executivo do Conselho de Administração e Missões, os Diretores Executivos das Instituições, os Presidentes e os Diretores Executivos das Entidades e o Relator da Assessoria Jurídica.

Seção VII - Das Atribuições do Comitê de Administração

Art. 46 – As atribuições do Comitê de Administração são as seguintes:

I – Sugerir convocação de Assembléia Extraordinária e de reunião extraordinária do Conselho Geral;

II – Buscar soluções aos assuntos ligados à rotina administrativa ou assuntos de urgência que não possam aguardar a reunião regular do Conselho;

III – Credenciar, quando solicitado, o Diretor Executivo do Conselho de Administração e Missões para encaminhar assuntos de igrejas em crise;

IV - Elaborar o Planejamento Global anual da Convenção, encaminhando-o ao Conselho Geral;

V – Elaborar o orçamento anual da Convenção, encaminhando-o ao Conselho Geral para apreciação e decisão;

VI – Analisar e encaminhar ao Conselho Geral os pedidos extra-orçamentários de verbas das áreas, bem como as solicitações de apoio feitos por igrejas, Instituições ou Entidades;

VII – Avaliar e encaminhar ao Conselho Geral parecer sobre patrimônio móvel e imóvel, especialmente tratando-se de aquisição, alienação ou oneração;

§ 1º – O Comitê de Administração será convocado e dirigido pelo Presidente da Convenção e as suas reuniões para serem instaladas deverão obedecer o quorum mínimo de 7 (sete) membros.

§ 2º – A cada reunião do Comitê de Administração será lavrada uma ata pelo Primeiro Secretário ou seu substituto legal e na ausência destes por um secretário ad hoc escolhido pelo Presidente.

§ 3º – Ficarão sem efeito as deliberações do Comitê de Administração que não forem de sua competência.

Seção VIII - Da Comissão de Assessoria Jurídica, Da Sua Composição e Das Suas Atribuições

Art. 47 – O Conselho Geral terá uma Comissão de Assessoria Jurídica, nomeada por seu presidente, constituída por até 5 (cinco) membros devidamente inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, que dentre eles escolherão um relator.

Art. 48 – São atribuições da Assessoria Jurídica:

I - assessorar as Igrejas, a Convenção, sua Diretoria, os Conselhos, a Junta de Educação, as Instituições, as Entidades e as Associações Regionais de Igrejas Batistas no trato de suas questões jurídicas;

II - assessorar a Diretoria da Convenção e a mesa diretiva quando da realização das Assembléias da Convenção e do Conselho Geral.

Parágrafo único – Na medida da necessidade, qualquer dos órgãos referidos no inciso I (um) deste artigo poderá contratar sua própria assessoria jurídica.

Seção IX - Dos Conselhos, da Junta de Educação, das Instituições e das Entidades Executivas

Art. 49 – A Convenção manterá Conselhos, suas Instituições, a Junta de Educação, suas Instituições e as Entidades: União Feminina Missionária Batista do Estado de São Paulo, União Masculina Missionária Batista do Estado de São Paulo e a Juventude Batista do Estado de São Paulo, todos administrativamente subordinados ao Conselho Geral, com funções executivas.

§ 1° - Os Conselhos, Junta de Educação, Instituições e Entidades executam os programas da Convenção, em suas respectivas áreas de atuação, dentro das atribuições definidas no Estatuto da Convenção e neste Regimento e para aquela que tem personalidade jurídica própria no seu Estatuto e Regimento Interno.

§ 2° - Os Conselhos, a Junta de Educação, suas Instituições e as Entidades, submeterão ao Conselho Geral, seus planos de trabalho, orçamentos, relatórios e demonstrativos de suas contas.

§ 3° - A decisão sobre a constituição de qualquer Conselho, Junta, Instituições e Entidades da Convenção em pessoa jurídica, dependerá da autorização da Assembléia Geral da Convenção ou do Conselho Geral, cujos Estatutos e eventuais reformas não poderão contrariar o Estatuto e o Regimento Interno da Convenção.

Seção X - Do Conselho de Administração e Missões, Dos Assessores, Do Diretor Executivo e Das Suas Atribuições

Art. 50– Conselho de Administração e Missões, composto por 20 (vinte) membros eleitos pela Assembléia da Convenção para um mandato de 4 (quatro) anos, mais a Diretoria da Convenção, é responsável pelo Escritório da Convenção, pelos programas de Evangelização e Missões, Apoio a Pequenas Igrejas, Ação Social, Comunicação e pelo Acampamento Batista em Sumaré e outros que forem criados pela Convenção;

Parágrafo único - São assessores do Conselho de Administração e Missões, o Diretor Executivo, os presidentes do Lar Batista de Crianças, da Ação Social de Fé Batista e da Associação Hospital Memorial Batista;

Art. 51 - O Conselho de Administração e Missões escolherá um Diretor Executivo com competência técnica para a função, que deverá ser homologado pelo Conselho Geral, devendo ser avaliado a cada 5 (cinco) anos ou a qualquer momento a critério do Conselho, e que no exercício do cargo deverá necessariamente ser membro de uma igreja batista arrolada na Convenção.

§ 1º - O Diretor Executivo do Conselho de Administração e Missões, terá as seguintes atribuições:

I – Administrar o Escritório da Convenção, podendo admitir e demitir funcionários;

II – Manter sob sua guarda e responsabilidade o patrimônio, os documentos contábeis e jurídicos e o acervo histórico da Convenção;

III – Manter atualizado o Cadastro das Igrejas arroladas e dos seus pastores;

IV – Editar, publicar e distribuir o Jornal Batista Paulistano e outros periódicos;

V – Elaborar o Planejamento Global da Convenção e apresentar ao Conselho Geral para a sua aprovação;

VI – Administrar o Acampamento Batista de Sumaré ou outros que a Convenção vier a ter;

VII – Preparar as pautas das reuniões do Conselho Geral, do Comitê de Administração e do Conselho de Administração e Missões;

VIII – Exercer as funções de tesoureiro da Convenção, podendo, abrir, movimentar e encerrar contas bancárias em nome da Convenção, assinando isoladamente;

IX – Representar a Convenção junto aos órgãos públicos para resolver questões fiscais e outras de interesse da Convenção;

X – Representar a Convenção para assinar escrituras de doação, venda e compra de imóveis, contratos e documentos de caráter jurídico, autorizados pelas Assembléias e ou pelo Conselho Geral da Convenção, nos termos deste Estatuto;

XI – Assessorar as Assembléias, o Conselho Geral, o Conselho de Administração e Missões e o Comitê de Administração;

XII – Apresentar as Assembléias, o Conselho Geral,, o Conselho de Administração e Missões, o Comitê de Administração, relatórios das suas atribuições;

XIII – Outorgar procuração quando necessário para o cumprimento de suas atribuições;

XIV – Outras atribuições definidas pela Assembléia Geral, o Conselho Geral, o Conselho de Administração e Missões e o Comitê de Administração;

§ 2º - É vedado ao Diretor Executivo do Conselho de Administração e Missões, assinar títulos ou obrigações financeiras em nome da Convenção sem a expressa autorização da Assembléia Geral.

Seção XI - Do Conselho de Educação Teológica e Ministerial

Art. 52 – Conselho de Educação Teológica e Ministerial da Convenção Batista do Estado de São Paulo, composto por 20 (vinte) membros pela Assembléia da Convenção para um mandato de 4 (quatro) anos, mais 1 (um) representante indicado anualmente pela Ordem dos Pastores Batistas do Brasil – Secção Estado de São Paulo, sendo responsável pelo programa e pelas Instituições de educação teológica e ministerial da Convenção pelos programas de educação religiosa e de música sacra da Convenção;

§ 1° - O Conselho de Educação Teológica e Ministerial da Convenção Batista do Estado de São Paulo, para atender a legislação pertinente ao Ministério de Educação e Cultura e para acompanhar o desenvolvimento das Instituições, poderá se subdividir em Conselhos Mantenedores das Instituições sob sua administração.

§ 2° - São assessores do Conselho de Educação Teológica e Ministerial os Diretores Executivos das Instituições administradas pelo Conselho e estes terão sua participação garantida em suas reuniões, exceto nos casos em que os mesmos estejam implicados no assunto a ser tratado.

Seção XII - Da Junta de Educação

Art. 53 – Junta de Educação da Convenção Batista do Estado de São Paulo, composta por 16 (dezesseis) membros eleitos pela Assembléia da Convenção para um mandato de 4 (quatro) anos, mais a Diretoria da Convenção, sendo responsável

pelas Instituições de educação secular da Convenção nos seus mais variados programas e níveis de ensino, bem como no implemento de pesquisas e propagação de seus resultados.

Parágrafo único - São assessores da Junta de Educação os Diretores Executivos das Instituições administradas pela Junta e estes terão sua participação garantida em suas reuniões, exceto nos casos em que os mesmos estejam implicados no assunto a ser tratado.

Seção XIII - Dos Suplentes, da Renovação e dos Impedimentos

Art. 54 - A Junta de Educação da Convenção Batista do Estado de São Paulo, o Conselho de Educação Teológica e Ministerial da Convenção Batista do Estado de São Paulo e o Conselho de Administração e Missões terão 4 (quatro) suplentes, todos eleitos anualmente pela assembléia da Convenção.

Art. 55 - A renovação dos membros eleitos pela Convenção para os órgãos descritos nos artigos 38 e 49 será feita anualmente pela quarta parte.

Art. 56 - São inelegíveis para a composição dos Conselhos e para a Junta de Educação as pessoas que exerçam funções executivas na Convenção, remuneradas ou não, exceto os professores das Instituições de ensino da Convenção, que neste caso, não poderão ser eleitos para compor o organismo que administra a instituição que serve.

Art. 57 - Ao vencer o seu mandato, o membro do Conselho Geral, dos Conselhos e da Junta de Educação cumprirá um interstício de 1 (um) ano, para uma eventual nova eleição para qualquer cargo da Diretoria da Convenção, seus Conselhos, Junta de Educação , Instituições e Entidades.

Seção XIV - Das Diretorias dos Conselhos, da Junta e Das Suas Atribuições

Art. 58 – Cada Conselho e a Junta de Educação terá uma Diretoria constituída de: um Presidente, um Vice-Presidente, um 1º Secretário e um 2º Secretário, com mandato de um ano, seguindo-se o disposto no Artigo 13, § 1º do Estatuto, escolhidos entre seus membros, exceto o Conselho de Administração e Missões, cuja Diretoria é composta pelo Presidente, 1º Vice-presidente, pelo 1º secretário e pelo 2º secretário da Convenção, com a seguinte competência:

I – ao Presidente: presidir as reuniões, representar a respectiva área, apresentar relatórios ao Conselho Geral, cumprir as decisões relativas à Área e supervisionar as atividades da sua área;

II - ao Vice-Presidente: auxiliar o Presidente no exercício de seu mandato e substituí-lo em suas ausências e ou impedimentos;

III – ao Primeiro Secretário: secretariar as reuniões e substituir o Vice-Presidente em suas ausências e ou impedimentos;

IV - ao Segundo Secretário: auxiliar o 1º Secretário no exercício de seu mandato e substituí-lo nas ausências e ou impedimentos.

Seção XV - Das Disposições Gerais dos Conselhos, da Junta, das Instituições e das Entidades

Art. 59 – O detalhamento das atribuições do Conselho de Educação Teológica e Ministerial e da Junta de Educação está definido nos seus respectivos Estatutos e Regimentos Internos, todos aprovados pelo Conselho Geral.

Art. 60 - O membro do Conselho Geral, do Conselho de Administração e Missões, do Conselho de Educação Teológica e Ministerial, da Junta de Educação e do Conselho Fiscal, que faltar a 2 (duas) reuniões consecutivas sem justificativa, terá o seu mandato extinto, acarretando a convocação do suplente imediato.

Art. 61 – Os membros do Conselho Geral, dos Conselhos de Áreas, da Junta de Educação, os Diretores Executivos das Instituições, assim como os Presidentes e os Executivos das Entidades ou seus substitutos legais, deverão comparecer à Assembléia, inclusive nas reuniões públicas de apreciação dos relatórios e dos pareceres sobre o relatório da área respectiva, prestando todas as informações solicitadas.

Art. 62 – Os Conselhos, a Junta de Educação, as Instituições e as Entidades, poderão ter um Diretor Executivo com competência técnica para a função, homologado pelo Conselho Geral, mediante a indicação da área respectiva, devendo ser avaliado a cada 5 (cinco) anos ou a qualquer momento a critério de cada área e que durante o exercício do cargo deverá ser necessariamente membro de uma igreja batista arrolada na Convenção.

§ 1º – As atribuições dos Diretores Executivos referidos o "caput" deste artigo serão definidas no Estatuto e no Regimento Interno dos Conselhos, da Junta, das Instituições e Entidades a que servir;

§ 2º - O Estatuto de cada Instituição incluirá o preenchimento provisório e ou interino do cargo de Diretor ou executivo nos casos de:

I - ausências ou impedimentos eventuais;

II - renúncia ou vacância, casos em que a interinidade se encerrará com a eleição e posse do novo Diretor ou Executivo.

§ 3º - O Assistente de Diretor ou cargo equivalente será o substituto provisório e ou interino do Diretor, sendo por ele indicado ao Conselho respectivo ou Junta de Educação, para homologação, exigindo-se dele capacitações próprias para que possa, quando necessário, substituir o Diretor.

Art. 63 - Cada Conselho e a Junta de Educação terão tantas assessorias técnicas e coordenadorias quanto houver necessidade e condição;

Art. 64 – A eleição dos membros dos Conselhos e da Junta de Educação pela Assembléia da Convenção, obedecerá prioritariamente a competência técnica, bem como conhecimentos específicos e auxiliares da área respectiva do membro para a área onde irá servir e seguirá critérios de revezamento e proporcionalidade em relação à demografia batista de cada região associacional.

Capítulo V - Do Conselho Fiscal

Seção I - Da Composição

Art. 65– A Convenção terá um Conselho Fiscal, composto de 6 (seis) membros e 3 (três) suplentes, com habilitação técnica para o desempenho da função, eleitos pela Assembléia Ordinária, sendo sua composição renovada anualmente em 1/3 (um terço).

§ 1º - O Conselho Fiscal, dentre os seus membros, escolherá um relator, e convocado por este se reunirá ordinariamente 4 (quatro) vezes por ano e extraordinariamente quantas vezes for necessário;

§ 2º - Ao vencer o seu mandato, o membro do Conselho Fiscal, cumprirá um interstício de 1 (um) ano para uma eventual nova eleição;

§ 3º - Perderá a condição de membro do Conselho Fiscal, aquele que por livre e espontânea vontade pedir expressamente o seu desligamento ou perder a condição de membro de uma igreja arrolada na Convenção;

Seção II - Das Atribuições

Art. 66 - Compete ao Conselho Fiscal:

I - Analisar os Balanços Patrimoniais e os respectivos Demonstrativos de Resultados da Convenção, seus Conselhos, Junta de Educação, Entidades e Instituições;

II – Fiscalizar todos os atos administrativos que possam refletir no patrimônio com conseqüências financeiras e legais sobre a Convenção, seus Conselhos, Junta de Educação, Entidades e Instituições;

III - Fiscalizar o cumprimento do orçamento financeiro da Convenção, seus Conselhos, Junta de Educação, Entidades e Instituições;

IV - Examinar os livros e os documentos contábeis, observando o cumprimento das exigências legais;

V - Fazer a auditoria da escrita fiscal e dos balanços patrimoniais da Convenção, seus Conselhos, Junta de Educação, Entidades e Instituições;

VI - Notificar quando necessário o Conselho Geral da Convenção, os Conselhos, a Junta de Educação, as Entidades e as Instituições, as irregularidades contábeis, financeiras e administrativas apuradas no desempenho de suas atribuições, para as devidas providências, informando à Assembléia da Convenção quando estas não forem tomadas;

VII - Encaminhar relatórios ao Conselho Geral da Convenção, seus Conselhos, Junta de Educação, Entidades e Instituições, relatando a situação patrimonial e documental, para o caso de adoção de medidas saneadoras que se fizerem necessárias;

VIII - Emitir pareceres sobre os balanços patrimoniais, seus respectivos demonstrativos e sobre todas as questões atribuídas ao Conselho Fiscal, da Convenção, seus Conselhos, Junta de Educação, Entidades e Instituições, devendo ser encaminhados em tempo hábil, para ser publicados e apresentados a Assembléia Convencional para ser por ela apreciados para a sua aprovação ou rejeição.

§ 1º - Antes de entregar o seu relatório para publicação no livro do mensageiro da assembléia, o Conselho Fiscal deverá solicitar por escrito os esclarecimentos que porventura existirem, dando prazo de 10 (dez) dias úteis ao Conselho de Administração e Missões, aos Conselhos de Áreas, a Junta de Educação, as

Entidades e Instituições, para que apresentem por escrito os devidos esclarecimentos, somente após este procedimento o Conselho Fiscal elaborará o seu parecer final para a publicação e divulgação no livro do mensageiro da assembléia.

§ 2º - É vedado ao Conselho Fiscal determinar a Convenção, aos Conselhos de Áreas, Junta de Educação, Entidades ou Instituições, qualquer procedimento técnico de natureza fiscal, contábil ou afins, sendo-lhe deferido dar sugestões que julgue cabíveis.

Art. 67 - O Conselho Fiscal, poderá contratar auditores ou assessores, considerando o volume do trabalho e a necessidade de elaboração de estudos para a emissão de pareceres à Assembléia Convencional e será ressarcido nas suas despesas pela Convenção, seus Conselhos, Junta de Educação, Entidades e Instituições, que deverá ser pago, conforme quem der origem as despesas.

Art. 68 – O Diretor Executivo do Conselho de Administração e Missões entregará ao Conselho Fiscal, até o dia 15 de março, os Balanços Patrimoniais e as contas da Convenção, dos Conselhos de Áreas, da Junta de Educação, das Entidades e Instituições, que analisará os méritos das contas nos seus aspectos quantitativos e qualitativos, com vistas à emissão de pareceres à Assembléia que deverá ser publicado no Livro do Mensageiro.

Capítulo VI - Do Livro do Mensageiro

Art. 69 – Para composição do Livro do Mensageiro da Assembléia Ordinária da Convenção serão obedecidos os seguintes procedimentos:

I – Os Conselhos de Áreas, suas Instituições, a Junta de Educação, suas Instituições e as Entidades, deverão obedecer aos prazos estabelecidos pelo Conselho de Administração e Missões, através do seu Diretor Executivo, para a entrega dos relatórios e seus anexos para a publicação no Livro do Mensageiro; e Instituições;

III – As despesas com confecção do Livro do Mensageiro serão dividias entre os Conselhos, Junta, Instituições e Entidades cujos relatórios foram publicados.

Parágrafo único – Os relatórios dos Conselhos de Áreas e Junta de Educação conterão a síntese das suas atividades, incluindo as das Instituições e Entidades, o seu Balanço Anual, seu Demonstrativo de Resultados e Parecer de Auditoria, quando for o caso, as providências tomadas para atender as recomendações da Assembléia anterior e as alterações ocorridas durante o ano na sua composição, sendo entregues no prazo e na forma gráfica determinados pelo Diretor Executivo do Conselho de Administração e Missões.

Capitulo VII - Das Disposições Gerais

Art. 70 - A perda da qualidade de membro de uma igreja arrolada na Convenção, implica na perda automática da função executiva, remunerada ou não, que o membro exerça em qualquer esfera da Convenção, bem como na perda automática da qualidade de membro da Diretoria da Convenção, do Conselho Geral, do Conselho Fiscal, dos

Conselhos, da Junta de Educação ou de qualquer Instituição, Entidade, ou Organização Social ligada à Convenção.

Parágrafo único – O disposto no "caput" desse artigo terá aplicação imediata na data em que a Diretoria da Convenção tiver a devida comprovação da perda da qualidade de membro, cabendo à Diretoria da Convenção dar ciência do ocorrido ao Conselho Geral, e, este, à Assembléia seguinte.

Art. 71- A CONVENÇÃO terá um sistema adequado para avaliação periódica do desempenho dos seus executivos e funcionários de todos os níveis, que será regulamentado através de um manual de avaliação de desempenho aprovado pelo Conselho Geral.

Parágrafo único - A CONVENÇÃO manterá ou incentivará à participação em programas contínuos para capacitação e recapacitação dos participantes de todas as esferas, remunerados ou não.

Art. 72 - Estará apto à eleição para qualquer cargo da CONVENÇÃO o mensageiro de igreja que contribua financeiramente para com a CONVENÇÃO, nos moldes do Art. 4º, § 1º do seu Estatuto.

Art. 73 – Os membros de todos os Conselhos e da Junta de Educação, com direito a voto, deverão ser membros de igreja arrolada.

Art. 74 - Os executivos e os administradores da Convenção, dos seus Conselhos, da Junta de Educação, das Instituições e das Entidades, estarão sujeitos as responsabilidades previstas em lei, no exercício das suas atribuições.

Art. 75 – O membro da Diretoria da CONVENÇÃO ou qualquer Conselho e da Junta de Educação que renunciar mandato cumprirá interstício de 1 (um) ano para eventual nova eleição.

Art. 76 - A CONVENÇÃO tem um Regimento Parlamentar que regulamentará as suas Assembléias, as Assembléias dos seus Conselhos, as Assembléias e reuniões da Junta de Educação, das Instituições e das Entidades, visando a ordem e o bom cumprimento de suas finalidades.

Art. 77 – O Regimento Parlamentar, o Regimento de Hospedagem, bem como o Manual de Relatórios não contrariarão nem o espírito nem a letra deste Regimento Interno, nem o Estatuto da Convenção.

Art. 78 – Este Regimento Interno entra em vigor na data da sua aprovação, e, só poderá ser reformado em Assembléia em cujo edital de convocação conste expressamente: "Reforma do Regimento Interno".

Eu Sou o Plano Cooperativo

Sou fruto da união das igrejas batistas no esforço comum de alcançar o ser humano como um todo.

Sou expressão da mordomia de cada crente, como reconhecimento da sabedoria de Deus em sua vida e conseqüência, acima de tudo, de um compromisso com o Senhor e o seu Reino.

Sou bíblico em meu objetivo e bíblico em meus métodos.

Sou resultado da fidelidade de crentes, igrejas e juntas estaduais/regionais que, com toda a liberdade, decidem empregar uma parte dos recursos a sua disposição , para que a obra de Deus cresça mais equilibradamente no Brasil e no mundo.

Mas...

Eu também sou DINHEIRO

Eu sou seus dízimos e ofertas entregues de coração, fruto de uma vida dedicada.

Sou o dinheiro muitas vezes escasso da venda de mandioca, de milho, de hortaliças: dinheiro de trabalho pesado numa construção.

Dinheiro do povo trabalhador deste grande país.

Eu venho de farmácias e postos de gasolina.

Eu venho de renda de capitais, apólices e dinheiro economizado.

Eu venho de salários de aposentados.

Eu venho das economias de donas de casas fiéis.

Eu venho de lucros de grandes e pequenas industrias, comerciantes e profissionais liberais

Eu sou dinheiro consagrado.

Eu pertenço a Deus e sou parte da grande esperança de ver sua vontade executada na terra.

Quando me uno, formo milhares de reais.

Sim. Eu sou DINHEIRO, dinheiro sagrado, dado livremente por gente livre, para a cousa mais sagrada do mundo

Mas, eu sou mais do que dinheiro.

Eu sou GENTE

Eu sou missionários nos estados, por todo o Brasil e pelo mundo, lutando no calor do Nordeste, na vastidão da floresta Amazônica, em meio problemas sociais e políticos de outros países, entre povos de outras línguas,

E culturas, em meio ao crescimento das grandes cidades, nas tribos indígenas, no sertão por país e além-mar, ensinando ao nosso povo e aos de todos os climas e raças o evangelho de Cristo.

Sou jovens aprendendo e contagiando outros com sua alegria e dinamismo. Sou homem que atuam nas diversas atividades das igrejas . Sou mulheres fiéis, dedicadas e ativas a serviço do Rei, dentro dos templos, lares e comunidades.

Sim, eu sou GENTE. Sou testemunha de Cristo, dando nova esperança ao frustado, colocando um hino nos lábios dos angustiados, mostrando às crianças um caminho seguro, repartindo a alegria e a fé com os que estão sem Deus e sem salvação

Além disso,

Eu sou TRABALHO

Trabalho duro. Trabalho paciente, por anos a fio, muitas vezes no anonimato, sem resultados aparentes. Eu sou alegria de ver igrejas nascendo fortes, atuantes e missionárias, nos caminhos da Pátria e do mundo, com crentes que amam e cultuam a Deus.

Eu sou pastores e evangelistas, pregando noite e dia entra mês, sai mês, nunca cessando seu apelo à humildade perdida, ensinando, pregando, assistindo e aconselhando.

Eu sou o esforço de produtores e técnicos das comunicações audiovisuais, preparando programas inspirados e doutrinados para estações de rádios e televisão, videocassetes, bem como orientação e assessoria a entidades irmãs.

Eu sou um professor, dia após dia, semana após semana, ensinando jovens vocacionados a entenderem melhor as Escrituras Sagradas, a administrar a igreja, a evangelizar, a discipular os crentes, a educá-los cristãmente, a interpretar a mensagem de Deus para o mundo hoje.

Eu sou o redator das revistas e jornais da Denominação, escrevendo artigos e estudos informativos e desafiadores para crianças, jovens e adultos de igrejas grandes e pequenas, das cidades, das vilas e do sertão.

Eu sou o empenho de muitos crentes procurando dar aos obreiros idosos uma aposentadoria que lhes garanta o sustento, depois de tantos anos dedicados à evangelização e ao ministério pastoral.

Eu sou os batistas ao redor do mundo, dando suas mãos em testemunho a todos os povos.

Eu sou a coordenação e planejamento nacionais, procurando usar com sabedoria os recursos que criam condições para uma ação de amor e esperança em nossa terra.

Quem me despreza ou me ignora, despreza e ignora o momento sagrado em que um grande povo, chamado batista, vai ao encontro da humanidade perdida, dilacerada, desfeita e necessitada.

Mas isso não é tudo...

Eu sou VOCÊ

Sou você através da sua igreja e da junta de seu estado.

Sou você dando de si mesmo ao mundo através de sua participação.

Sim. Eu sou VOCÊ, sua voz, tentando mostrar que o mundo não está sendo controlado pelo poder das trevas. O mundo tem um propósito e usam ordem moral.

Eu sou você trabalhando em toda parte e em todo tempo, para provar que Jesus Cristo reina.

Eu sou a canção gloriosa em seus lábios, proclamando: A SOLUÇÃO É JESUS CRISTO.

Eu sou uma grande expressão de conquista para unidade e crescimento da Convenção Batista Fluminense e Brasileira.

Sim. Eu sou o Plano Cooperativo

9

Eu gosto de ser Batista

EU GOSTO DE SER BATISTA

Porque a coisa mais importante em ser Batista é PERTENCER A JESUS.
EU PERTENÇO A JESUS. Ele me comprou com o seu SANGUE PRECIOSO.

EU SOU BATISTA

01 – não por conveniência	mas por convicção
02 – não por acaso	mas por escolha
03 – não por tradição	mas por livre exame das Escrituras
04 – não por costume	mas por decisão de compromisso
05 – não por interesse	mas para comunhão
06 – não por dúvidas	mas com certezas
07 – não para impor	mas para cooperar
08 – não para receber só	mas para oferecer
09 – não para ser servido	mas para servir
10 – não querendo ensinar só	mas querendo aprender
11 – não para experimentar só	mas para viver intensamente
12 – não temporariamente	mas para sempre
13 – não para assistir	mas para participar
14 – não em oculto	mas em plena transparência
15 – não traindo	mas exercendo fidelidade
16 – não perfeito	mas querendo o aperfeiçoamento
17 – não por força	mas pelo Espírito
18 – não para glória própria	mas para glória dEle
19 – não por sinais	mas por fé
20 – não em busca de experiências só	mas firme na Revelação já completa
21 – não esperando na criatura	mas esperando só no Criador
22 – não a esmo	mas com princípios
23 – não sem liberdade	mas como servo dEle
24 – não sem autonomia	mas como escravo dEle
25 – não com desprezo às Denominações	mas com respeito a todos os salvos
26 – não com superioridade	mas com amor a todos os semelhantes
27 – não querendo fazer o céu aqui	mas esperando o céu chegar
28 – não como dono dos dons	mas exercendo os dons que Ele ceder
29 – não sendo o dono da verdade	mas submisso ao Dono da verdade
30 – não preso à predestinação	mas cooperando para povoar os céus

SOU BATISTA porque sou plenamente feliz em pertencer a Jesus e em ser Batista.

01 – por dentro e por fora
02 – no corpo e no espírito
03 – no corpo, na alma e no espírito
04 – na carne e nos ossos
05 – no sangue e nos nervos
06 – no coração e na razão
07 – no presente e no futuro
08 – no amor do Pai
09 – a graça do filho
10 – no poder e ensino do Espírito
11 – no saber e no sentir
12 – no crer e no viver
13 – na fé e na prática
14 – no lar e na igreja
15 – na igreja e no mundo

10

Código de Ética da

Ordem dos Pastores Batistas do Brasil Secção do Estado de São Paulo

Preâmbulo

1. Um código de ética é um conjunto de normas indicativas da identidade relacional de um grupo. Seu objetivo é explicitar como aquele grupo se compromete a realizar os seus objetivos de modo compatível com os princípios éticos gerais.

1. Um código de ética geralmente é elaborado como um documento que se inicia pelas disposições preliminares onde se localizam as definições básicas nele contidas e depois vem seguido por dois eixos de normas - direitos e deveres.

2. Ao definir os direitos será possível delinear basicamente o perfil do grupo.

3. Ao definir os deveres será indicada a amplitude de relacionamento que o grupo possui. Os deveres indicam também as virtudes exigíveis e necessárias no exercício da atividade do grupo de modo a abranger o relacionamento com os mais variados ambientes e pessoas relacionadas com cada membro do grupo.

4. O presente Código, sendo aplicado ao ministério pastoral batista, se fundamenta nos ideais éticos bíblicos.

5. Este novo Código foi elaborado com base no Código de ética da Ordem dos Pastores Batistas do Brasil e no documento "Modelos de Código de Ética Pastoral" fornecido pelo Pr. Irland Pereira de Azevedo. Além disso, foram consultados diversos códigos de ética de profissões existentes no que tange a questões legais e procedimentos para o encaminhamento do trabalho da Comissão de Ética. Assim, inúmeros artigos deste Código foram adaptados desses documentos. A organização do documento, a indicação de Artigos e demais dispositivos seguem as prescrições da Lei Complementar nº 95 (25/02/1998 - DOU 27/02/1998) e do Decreto nº 2.954 (29/01/1999 - DOU 01/02/1999).

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O presente Código de Ética regulamenta os direitos e deveres dos pastores inscritos na Ordem dos Pastores Batistas do Brasil - Seção Estado de São Paulo.

§ 1° - Compete à Ordem dos Pastores Batistas do Brasil - Seção Estado de São Paulo. zelar pela observância dos princípios deste Código, introduzindo alterações, por meio de discussões com seus associados ou sob proposta das Sub-Secções, firmar jurisprudência e atuar nos casos omissos.

§ 2° - Compete às Sub-Secções, nas áreas de suas respectivas atuações, zelar pela observância dos princípios e diretrizes deste Código, podendo funcionar como órgão conciliador.

§ 3° - A fim de garantir a execução deste Código de Ética, cabe ao Pastor Batista e aos interessados comunicar, conforme instruções deste Código, à Ordem dos Pastores Batistas do Brasil - Seção Estado de São Paulo, com clareza e embasamento, fatos que caracterizem a inobservância do presente Código e das normas que regulamentam o exercício do ministério pastoral nos seus mais variados aspectos.

Art. 2º - Os infratores do presente código sujeitar-se-ão às penas nele previstas.

DOS PRINCÍPIOS GERAIS

Art. 3º - O Pastor Batista, de que trata este Código, é o ministro religioso, que atua na pregação e comunicação do Evangelho, no ministério eclesiástico e denominacional, reabilitando e aperfeiçoando vidas, sem discriminação de qualquer natureza.

Art. 4º - O Pastor compromete-se com o bem-estar das pessoas sob seus cuidados, utilizando todos os recursos lícitos e éticos disponíveis, para proporcionar o melhor atendimento possível, agindo com o máximo de zelo e o melhor de sua capacidade, assumindo a responsabilidade por qualquer ato ministerial ou pessoal do qual participou.

Art. 5º - O Pastor tem o dever de exercer seu ministério religioso com honra, dignidade e a exata compreensão de sua responsabilidade, devendo, para tanto, ter boas condições de trabalho, fazendo jus à remuneração justa.

Art. 6º - O Pastor deve aprimorar sempre seus conhecimentos e usar, no exercício de seu ministério, o melhor do progresso técnico-científico nas pesquisas bíblicas e teológicas.

Art. 7º - O Pastor deve honrar sua responsabilidade para com os outros colegas de ministério, mantendo elevado nível de dignidade e harmonioso relacionamento com todas as pessoas.

DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO PASTOR

Art. 8º - São direitos dos Pastores:

I - Exercer o seu ministério religioso sem ser discriminado por questões de cor, raça, questões de ordem política, social, econômica ou de qualquer outra natureza.

II - Ter condições de trabalhar em ambiente que honre e dignifique seu ministério;

III - Resguardar o segredo profissional.

IV - Ter cientificado de qualquer denúncia ou documento que a Ordem ou a Comissão de Ética da Ordem vier a receber sobre sua pessoa ou ministério.

V - Defender-se em processo ou julgamento a seu respeito.

VI - Ser cientificado por colega que sabe de informações ou fatos que venham desabonar seu nome, ministério ou família.

VII - Recusar submeter-se a diretrizes contrárias ao exercício digno, ético e bíblico do ministério pastoral.

VIII - Exercer o ministério com liberdade dentro dos princípios bíblicos, não sendo obrigado a aceitar funções e responsabilidades incompatíveis com

seus dons e talentos ou contra sua compreensão doutrinária e consciência.

IX - Apontar falhas nos regulamentos e normas das instituições em que trabalha quando julgar indignas no exercício do ministério ou prejudiciais às pessoas, devendo, nesse caso, dirigir-se aos órgãos competentes.

X - Requerer à Ordem desagravo público quando atingido no exercício de seu ministério ou vida pessoal, por outro colega.

DOS DEVERES FUNDAMENTAIS DO PASTOR

Art. 9º - Constituem deveres fundamentais dos pastores inscritos:

I - Exercer o ministério mantendo comportamento digno, zelando e valorizando a dignidade do ministério pastoral.

II - Manter atualizados os conhecimentos bíblicos, teológicos, ministeriais e culturais necessários ao pleno exercício de sua função ministerial.

III - Zelar pela saúde espiritual e pela dignidade das pessoas que lidera e com quem se relaciona no exercício de seu ministério.

IV - Guardar segredo profissional, resguardando a privacidade das pessoas que sejam ou não membros da igreja que pastoreia, especialmente daqueles que o procuram para aconselhamento.

V - Promover a saúde espiritual coletiva no desempenho de suas funções, independentemente de exercer o ministério dentro ou fora do âmbito eclesiástico, bem como no âmbito denominacional.

VI - Propugnar pela harmonia entre os colegas de ministérios.

VII - Abster-se da prática de atos que impliquem mercantilização do ministério pastoral e eclesiástico ou sua má conceituação, pois o exercício do ministério pastoral é incompatível com qualquer procedimento de mercantilização.

VIII - Assumir responsabilidade pelos atos praticados.

IX - Afastar-se do tratamento de situação em que estão envolvidos parentes e a própria família, especialmente se tiver algum cargo ou função decisória.

X - Evitar a participação em demandas judiciais contra irmãos na fé, colegas de ministério, igrejas, entidades, instituições ou qualquer órgão denominacional, conforme princípios ético-cristãos em 1 Coríntios 6. 1-11.

Parágrafo Único - No caso de demanda justa ou reclamação contra igreja, entidade, instituição ou executivos no exercício de sua função, o pastor deverá preferir utilizar-se dos órgãos cristão, preferencialmente os denominacionais, para apresentar suas reclamações e exigências.

XI - Não utilizar indevidamente o conhecimento obtido em aconselhamento ou prática ministerial equivalente ou mesmo o conhecimento teológico e da autoridade emanada do cargo ou função ministerial, como instrumento de manipulação de pessoas ou obtenção de favores pessoais, econômicos ou familiares.

XII - Nunca fazer ou se utilizar de denúncias anônimas, mas seguir os princípios bíblicos, especialmente os descritos em Mateus 18.15-17, para corrigir o erro de um irmão na fé ou colega de ministério.

XIII - Não faltar com o decoro parlamentar, sempre agindo de modo equilibrado nas participações parlamentares, seja na igreja, seja na vida denominacional.

XIV - Não ser conivente com erros doutrinários ou ministeriais.

XV - Não anunciar e utilizar títulos que não possua.

XVI - Não utilizar-se de dados imprecisos, não comprovados ou falsos para demonstrar a validade de prática ministerial ou de argumentos em sermões, palestras, etc.

XVII - Não divulgar publicamente, nem a terceiros reservadamente, casos que estão sendo tratados ministerialmente ou em aconselhamento.

XVIII - Responsabilizar-se por toda informação que divulga e torna pública ou a terceiros reservadamente.

XIX - Não utilizar palavras chulas e torpes na pregação, em palestras e no trato público.

XX - Não aceitar serviço ou atividade ministerial que saiba estar entregue a outro Pastor, sem conhecer as razões da substituição ou da impossibilidade do substituído.

XXI - Quando convidado a pregar, dar palestras, consultoria ministerial ou qualquer outro serviço em igreja que possua o seu próprio Pastor, indagar de quem faz o convite se o Pastor concordou com o convite e, em seguida, procurar o Pastor e acertar com ele os detalhes da tarefa a executar.

XXII - Indenizar prontamente o prejuízo que causar, por negligência, erro inescusável ou dolo.

XXIII - Apresentar-se ao público de modo compatível com a dignidade profissional, sendo cumpridor de seus compromissos e sóbrio em seu procedimento.

XXIV - Evitar, o quanto possa, que membros de sua igreja pratiquem atos reprovados pela lei vigente no País e pelos princípios éticos bíblicos.

XXV - Abster-se de pronunciamento tendencioso ou discussão estéril sobre assuntos doutrinários e ministeriais.

XXVI - Consultar a Comissão de Ética quando em dúvida sobre questões de ética profissional que considere não prevista neste Código.

XXVII - Atuar com absoluta imparcialidade em todo aspecto ministerial e envolvimento denominacional, não ultrapassando os limites de sua atribuição e competência quando no exercício de cargos eletivos ou executivos, eclesiásticos ou denominacionais.

XXVIII - Não acobertar erro ou conduta antiética de outro Pastor.

XXIX - Não utilizar-se de sua posição para impedir que seus subordinados e membros da igreja atuem dentro dos princípios éticos bíblicos.

XXX - Não se aproveitar de situações decorrentes do relacionamento pastoral para obter vantagens financeiras, políticas ou de qualquer outra natureza.

XXXI -Abster-se de patrocinar causa contrária à ética bíblica, à legislação vigente no País e que venha a prejudicar a reputação do ministério pastoral.

DOS DEVERES DO PASTOR PARA COM A SUA VIDA PESSOAL

Art. 10 - Em relação à sua vida pessoal o Pastor deve:

I - Desenvolver uma vida devocional aplicando-se continua e regularmente à oração e ao estudo da Palavra de Deus (1 Timóteo 4.7; Atos 6.4).

II - Ser estudioso, mantendo-se atualizado com o pensamento teológico, a literatura bíblica e a cultura geral (2 Timóteo 3.16, 17; 1 Timóteo 3.2), participando, na medida de suas condições, em encontros e conferências.

III - Cultivar continuamente a renovação de sua mente de modo a prepará-la para enfrentar os diversos desafios de sua vida como ministro de Deus, perseverando na manutenção da pureza de seus pensamentos (Romanos 12.2).

IV - Desenvolver dependência contínua da ação de Deus, deixando de lado sentimentos que contrariem essa dependência, como o ódio, a vingança, o rancor, a mágoa, a agressividade, o espírito crítico negativista.

V - Como líder moral e espiritual do povo de Deus, desenvolver a sua vida interior e o seu caráter de modo a ser um modelo de conduta em todos os sentidos e um exemplo de pureza em suas conversações e atitudes (1 Pedro 5.3; 1 Timóteo 4.12).

VI - Manter a sua saúde física e emocional mediante exercícios regulares, bons hábitos de alimentação e o devido cuidado de seu corpo.

VII - Administrar bem o seu tempo de modo a equilibrar obrigações pessoais, deveres eclesiásticos e responsabilidades familiares, e observando férias anuais e um dia semanal de descanso.

VIII - Ser honesto e responsável em sua vida financeira, pagando em dia todos seus compromissos, não procurando benesses ou privilégios por ser pastor, ofertando generosamente para boas causas e adotando um estilo cristão de vida.

IX - Ser verdadeiro em sua palavra, pregando ou ensinando, jamais plagiando trabalhos de outrem, exagerando os fatos, fazendo mau uso de experiências pessoais ou divulgando maledicência.

X - Ser como Cristo em atitudes e ações em relação a todas as pessoas, independentemente de raça, condição social, sexo, religião ou posição de influência dentro da igreja ou da comunidade.

DOS DEVERES DO PASTOR PARA COM SUA FAMÍLIA

Art. 11 - Em relação à sua família o Pastor deve:

I - Tratar com justiça todos os membros de sua família, dando-lhes o tempo, o amor e a consideração que merecem .

II - Ter como companheira uma mulher em condições de ajudá-lo no ministério (1 Timóteo 3.2,11), uma vez que, como Pastor, ele aspira à excelente obra do episcopado.

III - Compreender o papel singular de seu cônjuge, reconhecendo-lhe como responsabilidades primeiras, o companheirismo no casamento e o cuidado dos filhos e, depois, como ministro de Deus

IV - Tratar esposa e filhos como estabelece a Palavra de Deus, constituindo-se exemplo para o rebanho (Efésios 5.24-33; 6.4; 1 Timóteo 3.4,5).

V - Proceder corretamente em relação à sua família, esforçando-se para dar-lhe o sustento adequado, o vestuário, a educação, a assistência médica, bem

como o tempo que merece (1 Pedro 3.7; 1 Timóteo 3.4,5; Tito 1.6; Lucas 11.11,13).

VI - Evitar comentários, em presença dos filhos, dos problemas, aflições ou frustrações da obra pastoral (1 Coríntios 4.1-4), demonstrando, contudo, para eles os desafios contínuos que estão presentes no ministério.

VII - Reconhecer a ação de sua esposa, junto à família, como algo essencial, não a envolvendo em tarefas eclesiásticas que venham a comprometer seu desempenho familiar ou contrárias aos seus dons e talentos (1 Pedro 3.7).

DOS DEVERES DO PASTOR PARA COM A SUA IGREJA

Art. 12 - Em relação à igreja em que exerce o seu ministério, o Pastor deve:

I - Tratar a igreja com toda consideração e estima, sabendo que ela é de Cristo (Efésios 5.23,25; 1 Pedro 5.2).

II - Se sustentado pela igreja, considerar ponto de honra dedicar-se ao ministério pastoral, não aceitando qualquer outra incumbência, mesmo na Causa, sem consentimento da igreja (1 Timóteo 5.17).

III - Quando Pastor de tempo integral, não aceitar qualquer outro trabalho remunerado sem o expresso consentimento da igreja (1 Timóteo 5.18; 6.9; 2 Timóteo 2.4).

IV - Ser imparcial no seu trabalho pastoral, não se deixando levar por partidos ou preferências pessoais. Deve, pelo contrário, levar a igreja a fazer somente a vontade do Senhor (1 Pedro 5.1-3;3.2).

V - Não assumir compromissos financeiros pela igreja sem sua autorização.

VI - Respeitar as decisões da igreja, com prudência e amor, orientando seu rebanho e o esclarecendo na tomada de decisões administrativas.

VII - Procurar ser um pastor-servo da igreja, seguindo o exemplo de Cristo, na fé, no amor, em sabedoria, na coragem, na integridade.

VIII - Ser razoável e imparcial em relação a todos os membros da igreja, no cumprimento de seus deveres pastorais e zelando pela privacidade de cada membro de sua igreja.

IX - Dedicar tempo adequado à oração e ao preparo, de forma a ser a sua mensagem biblicamente fundada, teologicamente correta e claramente transmitida.

X - Manter rigorosa confidenciabilidade no aconselhamento pastoral, a não ser nos casos em que a revelação seja necessária para evitar danos às pessoas ou atender às exigências da lei, conforme normatização deste Código.

XI - Procurar levar pessoas à salvação e a tornarem-se membros da igreja, sem, entretanto, manipular os convertidos, fazer proselitismo de membros doutras igrejas ou menosprezar outras religiões.

XII - Não cobrar qualquer valor material aos membros da igreja, pela ministração em casamentos ou funerais; quanto aos não-membros, estabelecer procedimentos que levem em conta oportunidades de servir e testemunhar do Evangelho.

XIII - Não promover ou aprovar qualquer manobra para manter-se em seu cargo, ou ainda, obter para isso qualquer posição denominacional; deve, antes, colocar-se exclusivamente nas mãos de Deus para fazer o que lhe aprouver (1 Coríntios 10.23,31).

XIV - Ser prudente em relação à aceitação de convite para o pastorado, não se oferecendo ou insinuando, mas buscando a orientação e a direção do Espírito Santo (Atos 13.1-2).

XV - Não insistir em permanecer numa igreja quando perceber que seu ministério não está contribuindo para a edificação da própria igreja e o crescimento do reino de Deus (Filipenses 1.24-25).

XVI - Recebendo algum convite para pastorear outra igreja, não divulgar o fato, para evitar constrangimentos ou utilizar o convite como um recurso para auferir vantagens no atual ministério.

XVII - Não deixar seu pastorado sem prévio conhecimento da igreja.

XVIII - Apresentar sua renúncia à igreja somente quando estiver realmente convencido de que deve afastar-se do pastorado, não utilizando a renúncia como recurso para conseguir auferir vantagens pessoais ou posição política a seu favor.

XIX - Ao deixar uma igreja para outro pastorado, não fazer referências desairosas contra a igreja de onde saiu.

DOS DEVERES DO PASTOR PARA COM O SEU TRABALHO

Art. 13 - Em relação ao trabalho que exerce o Pastor deve:

I - Exercer seu ministério com toda a dedicação e fidelidade a Cristo (1 Coríntios 4.1,2).

II - Como servo de Cristo a serviço de sua igreja, portanto, não receber outro pagamento, além de seu salário regular, por qualquer serviço que a ela preste (1 Timóteo 5.17,18).

III - Zelar pelo decoro do púlpito, tanto quanto por seu preparo e fidelidade na comunicação da mensagem divina ao seu povo, como por sua apresentação pessoal.

IV - Mencionar as fontes de que se serviu quando pregar ou escrever, usar sermões ou sugestões de outros. A autenticidade deve ser a característica marcante na ação pastoral.

V - Nas visitas e contatos pessoais com suas ovelhas, ter elevado respeito pelo lar que o recebe e pelas pessoas com quem dialoga (Colossenses 4.6).

VI - Guardar sigilo absoluto sobre o que saiba em razão do aconselhamento, atendimentos e problemas daqueles que o procuram para orientação, não usando, jamais, as experiências da conversação pastoral como fontes de ilustração para suas mensagens, palestras, ilustrações, comparações ou conversas (1 Timóteo 3.1-6).

VII - Ser imparcial no seu pastorado, quer no tratamento de problemas, quer na atenção para com os membros de sua igreja.

VIII - Empregar com fidelidade seu tempo e energias exercendo os seus dons e talentos, adotando convenientes hábitos de trabalho e programas feitos com racionalidade.

IX - Ter consciência, como líder do povo de Deus, de que não pode saber todas as coisas, e, por isso, deve assessorar-se de pessoas idôneas e capazes, que possam ajudá-lo na formulação de planos e tomada de decisões.

X - Mostrar-se pronto a receber conselho e repreensão, seja dos seus colegas de ministério, seja de seus irmãos não-ministros, toda vez que sua conduta for julgada repreensível.

XI - Respeitar as horas de trabalho dos membros de sua igreja, evitando procurá-los ou incomodá-los em seu local de trabalho, para tratar de assuntos de menos importância ou adiáveis (Eclesiastes 3.1,11).

XII - Não fazer proselitismo de membros de outras igrejas.

XIII - Informar a pessoa que lhe pedir conselhos, de forma clara e inequívoca, quanto aos eventuais riscos de suas pretensões e as conseqüências que poderão lhe advir de alternativa das decisões que tiver de tomar como resultado de aconselhamento pastoral.

DOS DEVERES DO PASTOR PARA COM A DENOMINAÇÃO

Art. 14 - Em relação à Denominação o Pastor deve:

I - Manter-se leal aos ideais da Denominação batista ou cortar suas relações com ela, se, em boa consciência, nela não puder permanecer.

II - Sua cooperação leal à Associação ou Ordem de ministros batistas do lugar onde estiver trabalhando.

III - Trabalhar para melhorar a Denominação em seus esforços por expandir e estender o Reino de Deus.

IV - Dosar a sua cooperação denominacional de modo a não comprometer a eficiência de seu trabalho pastoral na igreja, sua vida pessoal, familiar, matrimonial e doméstica.

V - Não utilizar sua influência de posição, cargo ou título, para aliciamento e/ou encaminhamento de pessoas para serem empregadas em instituições e entidades denominacionais.

VI - Não desrespeitar entidades ou instituições denominacionais, injuriar ou difamar os seus dirigentes.

VII - Não procurar atingir qualquer posição denominacional agindo deslealmente ou contrário aos princípios éticos bíblicos.

VIII - Não se prevalecer de sua posição denominacional ou ministerial para impor decisões de sua vontade ou de grupos a executivos ou funcionários denominacionais.

DOS DEVERES DO PASTOR QUANDO FUNCIONÁRIO OU OCUPAR CARGOS DA DENOMINAÇÃO

Art. 15 - Em relação ao exercício de atividades denominacionais em que serve, com cargo eletivo ou como funcionário, o Pastor não deve:

I - Servir-se da entidade ou instituição denominacional para promoção própria ou vantagens pessoais ou familiares.

II - Prejudicar moral ou materialmente a entidade ou instituição.

III - Usar o nome da entidade para promoção de produtos comerciais sem que os mesmos tenham sido testados e comprovada a sua eficácia na forma da lei.

IV - Desrespeitar a entidade ou instituição, injuriar ou difamar os seus dirigentes.

V - Usar sua posição para coagir a opinião de colega ou de subordinado.

VI - Usar a sua posição ou título pastoral para garantir sua vaga funcional, quando subordinado em instituição ou entidade denominacional, ou para impedir processo de avaliação de seu desempenho, ou mesmo impedir a sua demissão se assim julgar necessária o dirigente da instituição ou entidade.

VII - Usar seus títulos ou posição para desmoralizar ou denegrir imagem de dirigente de instituição ou entidade ou mesmo de organismos denominacionais, que tenha lhe aplicado alguma pena funcional ou mesmo a sua demissão.

Parágrafo Único - No caso de rescisão do contrato de trabalho, em cargo eletivo ou executivo denominacional, o Pastor deverá abster-se de conceder declaração pública contrária à marcha normal das atividades institucionais, limitando-se a invocar, se assim o entender, o pronunciamento diante dos órgãos denominacionais ou eclesiásticos para esse fim existentes e dentro das normas para esse fim estabelecidas.

VIII - Servir-se de sua posição hierárquica para obrigar subordinados a efetuar atos em desacordo com a legislação vigente do país, com este Código ou com princípios éticos bíblicos.

IX - Valer-se de sua influência política ou ministerial em benefício próprio ou de outrem, devendo evitar qualquer atividade que signifique o aproveitamento dessa influência para o mesmo fim.

X - Patrocinar interesses de pessoas conhecidas ou parentes de primeiro e segundo graus que tenham negócios, de qualquer natureza, com a instituição ou entidade em que atue ocupando cargo eletivo ou função executiva denominacional.

XI - Prestar serviços remunerados a entidade, instituição ou qualquer organismo da Denominação, enquanto ocupar cargo eletivo no mesmo âmbito regional, mesmo que seja apenas sócio minoritário da empresa prestadora de serviços ou fornecedora de materiais ou equipamentos.

Art. 16 - O Pastor deverá manter o sigilo profissional no exercício de cargo ou função denominacional.

Parágrafo Único - No caso de ter ciência de atos comprovadamente ilícitos ou que demonstrem ser prejudiciais à instituição, entidade ou à própria Denominação, o Pastor funcionário deverá procurar o seu líder imediato na instituição ou entidade e formalizar, se possível por escrito, a sua opinião. Se não ouvido, deverá procurar o líder principal da instituição ou entidade para também lhe apresentar a sua opinião e, em última instância, se não ouvido,

procurar o órgão administrativo ou mantenedor da instituição ou entidade para apresentar a sua denúncia, munido com as devidas provas.

Art. 17 - O Pastor, funcionário denominacional, deverá se submeter às penalidades cabíveis imputadas pelos órgãos denominacionais a que ele estiver sujeito, inclusive reparando possíveis danos por ele praticados contra a instituição ou entidade e assumindo as responsabilidades legais cabíveis.

DOS DEVERES DO PASTOR PARA COM OS SEUS COLEGAS DE MINISTÉRIO

Art. 18 - O relacionamento entre os pastores deve se basear no amor fraterno, no respeito mútuo, na liberdade e independência ministerial de cada um. Assim, de modo geral, em relação aos seus colegas de ministério, o Pastor deve:

I - Procurar relacionar-se bem com todos os pastores, especialmente aqueles com quem trabalha na própria igreja ou Denominação, como participantes na obra de Deus, respeitando-lhes o ministério e com eles cooperando.

II - Procurar servir aos colegas de ministério e suas famílias, mediante conselho, apoio e assistência pessoal.

III - Recusar-se a tratar outros pastores como competidores, a fim de conseguir uma igreja, receber uma honraria ou alcançar sucesso estatístico.

IV - Considerar todos os seus colegas como cooperadores na causa comum, e não menosprezar, nem discriminar nenhum deles sob qualquer forma (Mateus 23.8, 7.12; Filipenses 2.3; 1 Coríntios 3.5,7,9).

V - Ser honesto e bondoso em suas recomendações de outros pastores para posições na igreja e para o excercício de outras funções.

VI - Cultivar, com os colegas, o hábito da franqueza, cortesia, hospitalidade, diplomacia, boa vontade, lealdade e cooperação, dispondo-se a ajudá-los em suas necessidades (João 15.17; Romanos 12.9,10,17,18; Provérbios 9.8,9).

VII - Não intrometer-se, tomar partido ou opinar sobre problemas que surgirem nas igrejas de colegas (Mateus 7.12; João 15.17; 1 Pedro 4.15-17).

Parágrafo Único - Se convidado pelo colega titular de uma igreja, o Pastor poderá lhe conceder assessoria no trato de questões ministeriais.

VIII - Não passar adiante qualquer notícia desabonadora de seu colega, nem divulgá-la em público ou reservadamente a terceiros.

IX - Se tomar conhecimento de má conduta de um pastor, fazer contato com o colega em primeiro lugar e, se não for atendido ou se for impossível contatá-lo, dirigir-se ao Presidente da Ordem e dar-lhe ciência do incidente.

X - Ainda que leal e solidário com os colegas, o Pastor não está obrigado a silenciar quando algum deles estiver desonrando o ministério; havendo provas concludentes, deve tomar as medidas e atitudes aconselháveis conforme o ensino de Jesus em Mateus 18.15-17. Se não for ouvido em conversa particular, levar um ou dois colegas batistas como testemunhas e, se mesmo assim não for ouvido, em boa consciência comunique ao Presidente da Ordem de Pastores a ocorrência para que as providências cabíveis sejam tomadas no sentido de recuperar e, em último caso, disciplinar o colega faltoso (1 Timóteo 5.19-24; Mateus 18.15-17; Gálatas 6.12).

XI - Ter consideração e respeito para com todos os pastores jubilados e, quando se jubilar, dar apoio e demonstrar amor ao seu pastor.

XII - Revelar espírito cristão quanto aos predecessores aposentados que permaneçam em suas antigas igrejas.

XIII - Não aceitar convites para visitas de aconselhamento em residências ou pregar, realizar casamentos ou dirigir cerimônias fúnebres na igreja de um colega ou de membros da igreja dele, em sua igreja, sem aprovação do colega, a não ser em casos de emergência, em que possa colaborar para o bom nome do colega.

XIV - Retornar à igreja a que serviu, para casamento, funeral ou outra cerimônia, só se convidado pelo pastor atual.

XV - Não tomar em consideração sondagens para outro pastorado, se o pastor da igreja interessada ainda estiver no cargo, ou ainda não tenha anunciado sua renúncia (João 15.17; Mateus 7.12; 1 Coríntios 10.23).

XVI - Evitar permanecer na igreja quando deixar o pastorado, a fim de não constranger o colega que o substituir, não interferindo no trabalho do seu substituto, mantendo-se, contudo, à sua disposição para cooperar conforme suas possibilidades (Mateus 7.12; 1 Coríntios 10.31).

XVII - Valorizar e honrar o trabalho do seu antecessor, ao assumir um novo pastorado, não fazendo nem permitindo comentários desairosos a seu respeito por parte de membros do rebanho (Mateus 7.12; Provérbios 12.14; Hebreus 13.7).

XVIII - Tratar com respeito e cortesia qualquer predecessor que voltar ao campo ou estiver visitando sua igreja.

XIX - Enaltecer o ministério de seu sucessor, recusando-se a interferir, mesmo nas mínimas coisas, na igreja a que antes serviu.

XX - Negar-se a falar desairosamente sobre a pessoa ou o ministério de outro pastor, especialmente seu predecessor ou sucessor.

XXI - Nunca aceitar convite para falar onde sabe que sua presença causará constrangimento ou atrito.

XXII - Não criticar publicamente, e a terceiros reservadamente, erro doutrinário ou ministerial de colega ausente, salvo seguindo os princípios bíblicos expressos em Mateus 18.15-17, considerando como última instância a Ordem de Pastores por intermédio de sua Comissão de Ética.

XXIII - Não divulgar ou permitir que sejam divulgadas publicamente observações desabonadoras sobre a vida e atuação de outro Pastor.

XXIV - Não criticar métodos e técnicas utilizadas por outros pastores como sendo inadequadas ou ultrapassadas.

XXV - Não solicitar carta de transferência de membro de outra igreja, sem antes certificar-se o motivo que induz a transferência do solicitante.

XXVI - Em caso de transferência de membro de outra igreja com problema, somente solicitar carta após a respectiva solução na igreja de origem.

XXVII - quanto a grupos dissidentes, não aceitar orientá-los ou pastoreá-los sem prévio contato com a igreja de origem e seu pastor e devido aconselhamento com os demais pastores da Sub-Seção local.

DOS DEVERES DO PASTOR NO MINISTÉRIO COLEGIADO

Art. 19 - Em relação aos colegas de ministério colegiado o Pastor, quando titular, deve:

I - relacionar-se bem com todos os pastores da equipe, considerando-os como participantes na obra de Deus, respeitando-lhes o ministério e com eles cooperando.

II - Servir aos colegas do ministério colegiado e suas famílias, mediante conselho, apoio e assistência pessoal.

III - Recusar-se a tratar os outros pastores da equipe como competidores, a fim de receber uma honraria ou alcançar sucesso ministerial.

IV - Negar-se a falar desairosamente sobre a pessoa ou o ministério de outro pastor que trabalha na equipe colegiada.

V - Não utilizar sua posição de liderança para forçar ou coagir o colega no ministério colegiado.

Art. 20 - Em relação aos colegas de ministério colegiado o Pastor, quando não for o titular, deve:

I - Ser leal ao pastor titular e a ele apoiar, e se não for possível fazê-lo por motivo doutrinário ou de consciência, procurar outro lugar onde servir em vez de lhe fazer oposição.

II - Ser leal e colaborador para os demais colegas membros do ministério colegiado, jamais os criticando ou prejudicando seu ministério.

III - Reconhecer seu papel e responsabilidade no ministério colegiado da igreja, e não se sentir ameaçado ou em competição, em relação a outros pastores da igreja.

IV - Manter bom relacionamento com outros ministros de sua área de especialidade no ministério.

V - Orientar biblicamente membros da igreja que venham lhe apresentar suas discordâncias com o Pastor titular, trabalhando para gerar um ambiente de conciliação entre as partes.

Art. 21 - O Pastor, titular ou não, deve recusar julgar ou participar em processo de julgamento eclesiástico envolvendo colega membro da equipe colegiada que está em transgressão com este Código, procurando, neste caso, ajudá-lo na situação referida, ou em caso disciplinar encaminhá-lo à Ordem e somente depois disso comunicar à igreja a decisão da Ordem.

Parágrafo Único - O Pastor titular não fica excluído do dever de avaliar o desempenho dos membros de sua equipe pastoral colegiada, mesmo diante da diretoria ou demais órgãos da igreja, devendo estabelecer claramente com a equipe colegiada e com a igreja os critérios de avaliação e apresentando sua avaliação antes, preferencialmente em particular, aos membros da equipe colegiada.

Art. 22 - O Pastor, titular ou não, não deve utilizar sua amizade na igreja para mobilizar movimentos ou pessoas contra colega membro da equipe colegiada, mantendo-o sempre informado de opiniões que lhe são contrárias e se colocando à sua disposição para o ajudar na solução dessas situações.

Art. 23 - No ministério colegiado ou em modalidades ministeriais de parcerias, o

Pastor, líder ou liderado, não deve se prevalecer do título pastoral para se eximir de compromissos e responsabilidades inerentes à função que exerce ou se considerar isento de se sujeitar à hierarquia inerente ao trabalho que se propôs realizar.

Art. 24 - Em caso de necessidade da demissão de um Pastor não titular, o titular deve fazê-lo com toda honra e dignidade, respeitando o colega e explicando-lhe os motivos da demissão.

DOS DEVERES DO PASTOR PARA COM A SOCIEDADE

Art. 25 - Em relação à sociedade o Pastor deve:

I - Ser prudente ao relacionar-se com as pessoas, principalmente no que diz respeito a questões sexuais e afetivas (1Tm 5.1,2).

II - Ser partícipe da vida da comunidade em que sua igreja estiver localizada, identificando-se com sua causa e solidarizando-se com os anseios de seus moradores, procurando apoiá-los quanto possível nos esforços para satisfação deles.

III - Imprimir em sua comunidade, mediante o exemplo de vida, o espírito de altruísmo e participação.

IV - Procurar conhecer as autoridades de sua comunidade, honrando-as e incentivando-as no desempenho de sua missão (Rm 13.1-7).

V - Agir dentro do espírito cristão, sem discriminar qualquer pessoa, quando estiver presente às comemorações e celebrações cívicas que ocorrem na sua comunidade.

VI - Praticar a cidadania cristã responsável, sem engajar-se em partidos políticos ou atividades políticas que não sejam éticas, bíblicas ou prudentes.

VII - Dar apoio à moralidade pública na comunidade, por meio de testemunho profético responsável e de ação social.

VIII - Aceitar responsabilidades a serviço da comunidade, compatíveis com os ideais bíblicos, reconhecendo que o pastor também tem um ministério público.

IX - Considerar como sua responsabilidade principal ser pastor de sua igreja e não negligenciar deveres pastorais para servir na comunidade.

X - Ser obediente às leis do Estado desde que elas não exijam sua desobediência à lei de Deus.

DO SIGILO NO EXERCÍCIO DO MINISTÉRIO PASTORAL

Art. 26 - O sigilo protegerá a pessoa atendida em tudo o que o Pastor ouve, vê ou de que tem conhecimento como decorrência do exercício de sua atividade pastoral.

Art. 27 - O sigilo de que trata o artigo anterior é inerente ao exercício do ministério pastoral, impondo-se o seu respeito, salvo grave ameaça ao direito à vida, à honra ou quando o Pastor se veja confrontado pela própria pessoa de quem obteve o sigilo e em defesa própria.

Parágrafo Único - A quebra de sigilo também será admissível quando se tratar de fato delituoso e a gravidade de suas conseqüências, para a própria pessoa atendida ou para terceiros, puder criar ao Pastor o imperativo de consciência em denunciar o fato.

Art. 28 - O Pastor deve guardar sigilo, mesmo em depoimento judicial, sobre o que saiba em razão de seu exercício ministerial, cabendo-lhe recusar-se a depor como testemunha em processo no qual ocorra situação em que serviu no aconselhamento ou orientação pastoral.

DA OBSERVÂNCIA, DA APLICAÇÃO E DO CUMPRIMENTO DESTE CÓDIGO DE ÉTICA

Art. 29 - O julgamento das questões relacionadas à transgressão aos preceitos deste Código de Ética será realizado pela Comissão de Ética da Ordem de Pastores Batistas do Brasil - Seção Estado de São Paulo, cabendo às Comissões das Sub-secções dar os primeiros encaminhamentos com vistas a recuperar o Pastor faltoso ou promover a conciliação quando mais pessoas estiverem envolvidas.

Art. 30 - O encaminhamento dos processos à Comissão de Ética será feito através da Presidência da Ordem de Pastores, que, por sua vez, imediatamente encaminhará todos os documentos e requerimentos ao relator da Comissão de Ética.

Art. 31 - O encaminhamento dos processos deverá ser acompanhado por:

I - Requerimento indicando as providências esperadas, assinado pela parte reclamante.

Parágrafo Único - Quando o requerimento for encaminhado por uma Sub-Seção Regional deverá vir assinado pelo Presidente da Sub-Seção e por todos os membros da Comissão de Ética local.

II - Documento específico historiando detalhadamente a descrição seqüencial dos fatos e as providências eventualmente tomadas.

III - um dossiê contendo todos os documentos em cópias autenticadas e provas coligidas.

§ 1º - As provas produzidas ou coligidas deverão gozar de amparo legal. Se o encaminhamento for de uma Sub-Seção, as provas coligidas devem ser de conhecimento completo de toda a Comissão de Ética da Sub-Seção, bem como de seu Presidente.

§ 2º - Os depoimentos e acusações deverão vir em documento, preferencialmente redigido de próprio punho, e sempre assinado. Se for digitado ou datilografado, todas as vias deverão ser assinadas pelo depoente.

§ 3º - Abaixo-assinados, quando possuírem mais de uma via, deverão ser assinados em todas as vias por pelo menos cinco pessoas da lista de assinaturas presente na última folha.

Art. 32 - Tanto a Comissão de Ética da Ordem quanto as Comissões de Ética das Sub-Secções ou qualquer membro da Ordem, não podem usar do julgamento como instrumento de pressão contra a igreja ou organismo denominacional para que se apliquem sanções ao Pastor ou exija-se a sua retirada do cargo ou função que exerce.

Art. 33 - Recebida uma reclamação ou denúncia contra Pastor agremiado da Ordem, a Comissão de Ética deverá dar-lhe ciência da existência do processo e do seu andamento na Comissão, convocando-o para prestar os esclarecimentos necessários, sempre com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

Parágrafo único - Constituirá falta grave a recusa de comparecimento perante a Comissão de Ética.

Art. 34 - Quando se tratar de denúncia, a Comissão de Ética deverá comunicar ao denunciante a instauração do processo.

Art. 35 - Tanto a parte denunciante quanto a denunciada poderão requerer a qualquer momento ciência do andamento do processo, bem como o acesso a documentos nele contidos.

Art. 36 - Do julgamento realizado, caberá ao Pastor recurso que deverá ser encaminhado à Diretoria da Ordem, que se reunirá com a Comissão de Ética para rever o veredicto aplicado.

DAS SANÇÕES APLICÁVEIS

Art. 37 - Os preceitos deste Código são de observância obrigatória e a sua violação sujeitará o infrator e quem, de qualquer modo, com ele concorrer, às seguintes penas:

I - Advertência reservada.

II - Censura pública.

III - Exclusão do rol de filiação da Ordem de Pastores.

Parágrafo Único - As penas de censura pública e exclusão do rol somente poderão ser aplicadas após referendo da Ordem reunida em Assembléia.

Art. 38 - A aplicação das penas obedecerá à gradação definida no Artigo anterior considerando-se a gravidade da acusação ou denúncia pela extensão do dano e por suas conseqüências.

DAS AGRAVANTES APLICÁVEIS

Art. 39 - Considera-se manifesta gravidade:

I - Imputar a alguém fato antiético de que o saiba inocente, dando causa a instauração de processo ético.

II - Acobertar ou ensejar o exercício ilícito da atividade ministerial ou de profissões consideradas ilegais.

III - Ter sido condenado anteriormente por processo ético na Ordem, em qualquer região do país ou fora dele.

IV - Praticar ou ensejar atividade torpe, assim considerada pelas leis do país e pelos princípios éticos bíblicos.

DAS ATENUANTES APLICÁVEIS

Art. 40 - Constituem-se atenuantes na aplicação das penas:

I - Não ter sido antes condenado por infração ética.

II - Ter reparado ou minorado o dano.

III - Prestação de relevantes serviços à Denominação e igrejas batistas, assim considerados pela Diretoria da Ordem, após consulta à igreja local, representada por sua Diretoria, à Associação regional de igrejas batistas e à Sub-Seção da Ordem em que reside o Pastor.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 41 - O Pastor poderá requerer desagravo público à Ordem dos Pastores quando atingido, pública e injustamente, no exercício do ministério pastoral ou em

sua vida pessoal e familiar.

Art. 42 - O Pastor está obrigado a acatar e respeitar as decisões da Ordem.

Art. 43 - A alegação de ignorância ou a má compreensão dos preceitos deste Código não exime de penalidade o infrator.

Art. 44 - O Pastor condenado por infração ética prevista neste Código poderá ser objeto de reabilitação, na forma prevista no Estatuto e Regimento da Ordem.

Art. 45 - As omissões deste Código de Ética serão resolvidas pela Diretoria em conjunto com a Comissão de Ética da Ordem.

Art. 46 - O presente Código de Ética entra em vigor na data de sua aprovação e as suas alterações serão feitas em Assembléia da Ordem especialmente convocada para esse fim.

Normas para envio de processos para a Comissão de Ética da OPBB - seção Estado de São Paulo

A Comissão de Ética de cada sub-seção, igrejas ou indivíduos, ao encaminharem processos para análise e julgamento da Comissão de Ética OPBB - Seção Estado de São Paulo, deverão observar os seguintes procedimentos:

1. O encaminhamento do processo deve ser feito diretamente ao Presidente da OPBB - Seção Estado de São Paulo.
2. Organizar um dossiê contendo todos os documentos originais ou em cópias autenticadas e provas coligidas.
3. Todas as provas produzidas ou coligidas deverão gozar de amparo legal e de conhecimento completo de toda Comissão de Ética da sub-seção, bem como de seu Presidente.
4. Todos os depoimentos e acusações deverão vir em documento, preferencialmente redigido de próprio punho, e assinado. Se for digitado ou datilografado, todas as vias deverão ser assinadas pelo depoente.
5. Abaixo-assinados, quando possuírem mais de uma via, deverão ser rubricados em todas as vias por pelo menos cinco pessoas da lista de assinaturas presente na última folha.
6. Todo processo deve vir acompanhado de um documento específico historiando detalhadamente a descrição seqüencial dos fatos e as providências eventualmente tomadas, requerendo especificamente a ação da Comissão de Ética da OPBB - Seção Estado de São Paulo, assinado pelo Presidente da sub-seção e por todos os membros da Comissão de Ética local.
7. Em nenhuma hipótese a Comissão de Ética aceitará denúncia, reclamação, representação ou documentos anônimos.

1

Processo de Consagração para Candidatos ao Ministério Pastoral

PALAVRA DO RELATOR

Somos o que decidimos. Historicamente, nossa Denominação fez escolhas. Escolhas que aceitamos quando escolhemos ser batistas e que serão as mesmas até que no decorrer do tempo possamos mudá-las ou aperfeiçoá-las.

Somos por essência autônomos e democráticos.

Este fato não pode ser deixado de lado no preparo da proposta apresentada.

Algumas idéias boas não puderam vir dentro deste trabalho exatamente por ferir nossos princípios eclesiásticos. Com isto estou dizendo que recomendações para Faculdades/Seminários/Igrejas não nos foram possíveis fazer.

A sub-secção da Ordem do ABC Paulista apresentou um excelente trabalho sobre Processo de encaminhamento de candidatos ao ministério pastoral, infelizmente muitos dos pontos estão contidos dentro das especificações do parágrafo anterior não sendo possível preservar muitas das idéias contidas no documento.

A proposta ficou dentro da esfera da Ordem dos Pastores e visa tão somente criar princípios e critérios para aqueles que desejarem ingressar em nossa Ordem.

Talvez, para alguns, a Proposta trará um grande avanço; e para outros, nenhum. Creio que toda mudança precisa ser progressiva para que, pela experiência, possamos testar e implantar novos parâmetros.

Desejo agradecer aos componentes da Comissão pelo empenho e eficiência nas decisões quanto ao documento.

Que Deus nos abençoe e nos conduza segundo o seus propósitos.

A Ordem dos Pastores, Secção Estado de São Paulo, aceitará candidatos consagrados, como membros do seu grêmio a partir desta data cujo o processo de consagração seguir os seguinte passos:

QUANTO AO CANDIDATO

1 - Que ao ser convocado o Concílio o candidato tenha pelo menos 6 (seis) anos de vivência eclesiástica ou sua experiência na fé Batista seja testemunhada por seu pastor ou substituto legal da igreja;

2 - Que o candidato esteja desenvolvendo experiência no cuidado do rebanho de Deus: aconselhamento, visitação, ensino, liderança de ponto de pregação, congregação, etc.;

3 - Que o candidato, preferencialmente, tenha tido formação teológica graduada ou formal em uma Instituição Batista filiada à ABIBET;

QUANTO À IGREJA LOCAL

1 - Que a consagração do candidato ao ministério pastoral seja a partir de um Concílio formado por pastores que sejam inscritos na Ordem dos Pastores Batistas do Brasil;

2 - Que o pedido de formação do Concílio seja votado em Assembléia pela igreja;

3 - Que a igreja convide os pastores da região, com um convite especial à diretoria da Subsecção da Ordem dos Pastores contendo: nome do candidato, ministério que ele realizará, data, hora e local.

4 - Que a igreja através de seu pastor ou em sua ausência seu substituto legal, providencie meios junto aos pastores para que o Concílio de Pastores possa ter conhecimento do caráter do candidato a ser examinado, através de um Atestado de Antecedência, Certidão Negativa e Histórico do candidato.

QUANTO AO CONCÍLIO DE EXAME E CONSAGRAÇÃO

1 - Que o quorum mínimo para a realização do Concilio seja de 7(sete) membros filiados à Ordem dos Pastores Batistas do Brasil;

2 - Que a Formação do Concilio conste da eleição de uma diretoria composta de: 1 presidente, 1 secretário e a nomeação de um examinador ou mais a critério do Concilio;

3 - Que o pastor ou o seu substituto legal dê seu testemunho sobre o candidato;

4 - Que o exame vise mais às convicções e fidelidade doutrinária do candidato, solicitando prévio trabalho escrito a ser remetido aos Pastores da Associação membros da OPBB, com 90 (noventa) dias de antecedência ao exame oral;

5 - Que após o exame, o candidato e demais assistentes do Concilio se ausentem para a deliberação do Concílio;

6 - Que o candidato seja aceito por aprovação de 90% de votos dos pastores presentes.

7 - Que sendo o candidato aprovado, o pastor comunique ao Concílio o dia de sua Consagração e o Orador Oficial;

8 - Para constituir o Concílio Consagratório são acrescentadas as funções de oração Consagratória e entrega da Bíblia;

9 - Que caso não seja aprovado o candidato: a) a igreja marque um novo Concílio dentro de tempo hábil para o preparo do candidato; b) observe os procedimentos anteriores; c) convide novamente os pastores que participaram do concílio em que foi reprovado o candidato, especialmente os que votaram pela reprovação.

QUANTO À CONSAGRAÇÃO

1 - Que a consagração seja em dia diferente do Concilio Examinatório, com distanciamento de 7(sete) dias no mínimo;

2 - Que no culto seja lida a ata de aprovação do candidato no exame prestado;

3 - Que a ata do Concílio Examinatório seja entregue pelo secretário do Concílio ao secretário da igreja para registro em Livro de Atas da igreja .

QUANTO À SECÇÃO DA ORDEM

1 - Que antes de aceitar um pastor em seu grêmio verifique se todos os passos apresentados nesta proposta foram cumpridos.

12

Orientações para o Concilio

Depois de respondermos a diversas consultas sobre o tema especifico que tem chegado a nossa Ordem, entendemos que para melhor direcionar o assunto até que tenhamos uma decisão normatizando de maneira objetiva o que está em nosso documento "Processo de Consagração para Candidatos ao Ministério Pastoral", paginas 96 e 97 do Livro "Rumo e Prumo" da OPBB/SP e CBESP, item Quanto ao Concílio de Exame e Consagração ponto 4 que trata textualmente:

"Que o exame vise mais às convicções e fidelidade doutrinária do candidato, solicitando prévio trabalho escrito a ser remetido aos Pastores da Associação membros da OPBB, com 90 (noventa) dias de antecedência ao exame oral"

A confecção do trabalho que será apresentado ao Concilio tem alguns objetivos:

1. Que o candidato, ao escrever e se esforçar neste trabalho, depure seus conceitos. Lembre-se: o Concilio "vise mais às convicções e fidelidade doutrinária do candidato".

2. Que o Pastor do Candidato ao ler o manuscrito, antes de enviá-lo aos participantes do Concilio, ajude-o a corrigir eventuais erros de quaisquer espécies. Ex: um candidato insistia em seu exame que o homem é "eterno", enquanto o Concilio esperava que ele utilizasse o termo "imortal". A utilização de um termo impreciso demonstra falta de preparo e acaba dificultando o andamento do Concilio.

3. Algumas Subsecções têm definido uma comissão, permanente ou não, de três pastores que recebem a tese com a "antecedência de 90 dias ao exame oral", e apresentam parecer ao Concilio.

4. Não há problema algum nessa prática que torna mais viável economicamente esta exigência. Ao invés de enviar uma cópia para cada Pastor da Associação (quando alguns não comparecem e outros não a lêem), somente os da comissão a recebem.

5. Os pastores desta comissão podem funcionar como ajudadores em eventuais dificuldades do candidato, antes do mesmo chegar ao exame oral.

Todas estas providências devem fazer com que haja uma preparação prévia, com mais antecedência e planejamento. Sugerimos que:

1. a Igreja ao votar em sua assembléia "o pedido de formação do Concilio", escolha uma data mais distante para o exame. Por exemplo, no semestre seguinte.

2. Isto deverá dar tempo para:

a. o envio de correspondência à subsecção solicitando a data

b. a Subsecção separar a data para a formação do Concilio

c. o envio da correspondência que "convide os Pastores da Região, com um convite especial à Diretoria da Subsecção da OPBB-SP, contendo: nome do candidato, ministério que ele realizará, data, hora e local", já agendados no calendário da Subsecção.

d. o candidato confeccionar seu trabalho escrito.

e. o trabalho ser revisado por seu Pastor.

f. o trabalho ser remetido a todos os Pastores da Associação ou da Comissão, conforme decisão da Subsecção.

g. o tratamento de eventuais dificuldades antes do exame oral.

Estas sugestões são apresentadas visando ajudar as igrejas, os candidatos e os pastores na realização dos Concílios e poderão ser seguidas até decisão formal da Ordem sobre o tema.

13

Dos Cuidados Que as Igrejas Precisam Ter na Sucessão Pastoral

Pastor José Vieira Rocha
Diretor Executivo da CBESP - Diretor Executivo da OPBB-ESP

Consagrou-se chamar de "Período de Sucessão Pastoral" o lapso de tempo usado pelas igrejas em buscar um novo obreiro, que a sirva, no afã de continuar sua marcha de serviço ao Senhor Jesus, como agência e instituição que coopera na expansão do Reino de Deus.

Há duas formas básicas de as igrejas se conduzirem nesse procedimento. Por vezes o próprio Pastor que está saindo, lidera, a pedido da igreja, o "Período de Sucessão Pastoral"; outras vezes a Comissão de Sucessão só trabalha após estar vago o cargo pastoral.

Uma recomendação que não pode deixar de ser seguida é a de que a igreja jamais deve convidar e empossar um novo pastor sem antes ter buscado informações sobre ele.

As fontes de informações podem ser:

01 - Os órgãos denominacionais (formalmente consultados) de modo que a resposta seja não de pessoas, mas de instituições nossas, como Associações, Convenção e/ou Ordem dos Pastores;

02 - Igrejas e Ministérios anteriores do candidato.

03 - Colegas (que podem ser indicados pelo próprio candidato)

Algumas igrejas têm desenvolvido processos que podem ajudar na escolha do novo obreiro. Por esta razão obtivemos autorização do Relator de uma dessas Comissões de Sucessão Pastoral, para publicar o elenco de perguntas que ela faz sobre os candidatos ao Pastorado.

Nenhum modelo deve ter a paixão de ser julgado perfeito, mas é bom ter um ponto de partida que sempre pode ser melhorado na experiência do di-a-dia e na total dependência do Espírito Santo.

Eis o elenco de perguntas que a Secretaria da CBESP e a OPBB-ESP recebeu recentemente e que podem ser úteis às Comissões:

1. Ele é batista de fato ou tem demonstrado tendência para doutrinas carismáticas e outras?

2. A igreja que ele pastoreia segue algum dos chamados ministérios emergentes - G12, igreja com propósito, igreja em células, entre outros?

3. Ele é integrado na denominação Batista?

4. A igreja que ele pastoreia participa do plano cooperativo? Caso a resposta seja positiva, com que freqüência?

5. O seu ministério apresenta algum tipo de tendência para determinada faixa etária?

6. Ele tem demonstrado boa capacidade para administrar uma igreja?

7. Houve divisão em alguma igreja que ele pastoreou?

8. Ele já enfrentou algum problema de ordem moral?

9. Qual é o seu estado civil? Se ele é casado, é casado uma única vez?

10. Sua esposa e filhos são membros da igreja que ele pastoreia? Se a resposta é positiva, eles são integrados à igreja?

11. Qual é o seu estilo de liderança?

12. Como é o seu relacionamento com os líderes e membros da igreja?

13. Como é o seu relacionamento com a comunidade em que sua igreja está inserida?

14. Como é a sua atuação nas áreas de evangelização, ensino e acompanhamento de membros?

15. Como é o estilo da igreja que ele pastoreia?

Há 5 áreas em que as informações podem ser resumidas.

Em 3 dessas áreas as informações podem ser objetivas:
01 - Área Doutrinária - Firmeza e Definição
02 - Área Moral - Conduta Ilibada
03 - Área Financeira - Honestidade no trato com o dinheiro próprio e alheio

Em 2 dessas áreas as informações são sempre subjetivas:
01 - Relacionamento -Temperamento
02 - Estilo - ex.: Área preferida de atuação

Ouvi que uma determinada Denominação publica periodicamente uma lista de obreiros confiáveis, dos quais a igrejas podem dispor livremente. Tal lista é chamada de “RELAÇÃO DE OBREIROS COM BOA FÉ”.

Os tempos novos estão a exigir providências novas, de modo que a paz com que trabalhemos, possibilite o crescimento da obra, sem termos que continuar gastando tanto tempo em resolver questões e mais questões, colocadas pelo inimigo, como tropeços para que empatemos à toa o nosso tempo.

São diversos os casos em que igrejas convidam e empossam pastores sem tomar nenhuma providência como as mencionadas acima. Felizmente, por obra do acaso, talvez, algumas dessas experiências acabam dando certo. Nas muitas vezes em que a experiência não dá certo é comum culpar a Convenção, o Seminário e/ou Ordem, de quem se socorrem quando já quase não há o que se possa fazer, para reparar estragos e transtornos doutrinários, éticos, morais e financeiros.

A Convenção e a Ordem divulgam um modelo de Termo de Posse que pode ajudar a evitar desgostos e transtornos, se usado com prudência e discernimento.

O ensino bíblico recomenda que sejamos simples e prudentes como forma de vivermos bem e sermos produtivos em nosso empenho no serviço do Senhor.

14

Compromisso de Posse de Pastor

MODELO DE COMPROMISSO DE POSSE

Eu, Pastor , assumo solenemente perante ***a IGREJA EVANGELICA BATISTA*** e dos pastores e membros de outras Igrejas co-irmãs aqui representadas neste Culto Solene de Posse, as funções de Presidente e Pastor desta Igreja, conforme determina o seu Estatuto e Regimento Interno e preceitua o Novo Testamento, ***COMPROMETENDO-ME*** diante de Deus e perante todos a desempenhar as atribuições ora recebidas nos termos que adiante expressamente firmo:

1. Defender a ***PALAVRA DE DEUS***, como única regra de fé e prática e ***os PRINCIPIOS DISTINTIVOS DOS BATISTAS***, reconhecidos ao longo da história;

2. Desenvolver o Ministério Pastoral como elemento chave da conciliação e comunhão na Igreja de Cristo, primando sempre pelos ensinos da ***PALAVRA DE DEUS*** e a defesa da doutrina Batista, interpretada pela ***DECLARAÇÃO DOUTRINÁRIA DA CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA*** e adotada por esta Igreja;

3. Trabalhar intensamente pela unidade da Igreja, respeitando sua origem, seu nome, sua história, suas doutrinas, sua cooperação denominacional e seu patrimônio, jamais permitindo ser o elemento provocador de divisões por desrespeitos a estes itens básicos e que constituem a Igreja;

4. Aceitar as decisões, sugestões e observações da ***CONVENÇÃO BATISTA DO ESTADO DE SÃO PAULO*** e da ***ORDEM DOS PASTORES BATISTAS DO BRASIL,*** através da sua ***SECÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO*** e da ***SUB-SECÇÃO*** a que pertence esta Igreja, quando por estas for procurado para defender suas doutrinas, seus princípios e sua cooperação, visando a unidade denominacional;

5. Ser exemplo para a Igreja e para a sociedade, quanto a sua vida de relacionamento com Deus , sua família, suas finanças e seus negócios com a sociedade em geral;

6. Respeitar as decisões da Igreja e ajudá-la a trilhar sua vida de compromisso com Deus, sendo sempre um promotor da paz e da harmonia para que o ambiente seja próprio para a adoração a Deus e a expansão do seu reino entre os homens;

7. Declarar publicamente que creio firmemente nas doutrinas defendidas pelas ***IGREJAS BATISTAS*** filiadas a ***CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA***, tendo plena convicção disto, porém, comprometo-me que se em algum momento pensar diferentemente disto, renunciarei a presidência e ao pastorado desta Igreja, deixando-a imediatamente, sem qualquer proselitismo ou outro meio de persuasão aos seus membros, respeitando assim a sua origem, seu nome, sua história, suas doutrinas, sua cooperação denominacional, seu patrimônio e a unidade denominacional;

8. Finalmente, espero da Igreja que andemos juntos, lado a lado na dependência do Espirito Santo para juntos patentearmos o amor de Jesus Cristo aos perdidos tão carentes do amor de Deus o nosso Pai.

Diante disto, firmo o presente compromisso de posse, para que produza os efeitos legais, na presença de todos, sob os olhares de Deus e buscando dEle a sua sabedoria para assim cumpri-lo.

Local data.

_____

Pastor

Testemunhas:

_____

_____

_____

_____

15

Modelo de Estatuto para Igrejas

Sugestão da Comissão Jurídica da CBB, com base no modelo publicado em O Jornal Batista de 22/06/03, em face da lei que alterou a instituição de Igreja de associação para a organização religiosa.

CAPITULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS

Art. 1º A Igreja Batista... (nome) ..., fundada em ..., doravante, neste estatuto, designada Igreja, é uma organização civil, de natureza religiosa, instituída por tempo indeterminado, sem fins lucrativos, com sede na Rua ..., e foro na cidade de ..., Estado do ..., podendo manter congregações, pontos de pregação ou missões em qualquer parte do território nacional.

Art. 2º A Igreja reconhece e proclama Jesus Cristo como único Salvador e Senhor, aceita a Bíblia Sagrada com única regra de fé e prática, adota os princípios da Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira, e toma suas decisões de forma democrática e autônoma, não estando sujeita a qualquer outra igreja, instituição ou autoridade denominacional.

Art. 3º A Igreja tem as seguintes finalidades:

I - reunir-se regularmente para prestar culto a Deus e proclamar a mensagem do Evangelho de Jesus Cristo;

II - estudar a Bíblia Sagrada, visando ao doutrinamento e à edificação espiritual dos seus membros;

III - cultivar a comunhão, o bom relacionamento e a fraternidade cristã;

IV - promover a causa da ação social cristã e da educação;

V - cooperar com a Convenção Batista do (Unidade da Federação), com a Convenção Batista Brasileira, e com as Igrejas filiadas a essas Convenções na realização de seus fins;

VI - promover o estabelecimento do Reino de Deus no mundo.

Parágrafo único. Para consecução de suas finalidades, a Igreja poderá criar instituições a ela vinculada, com personalidade jurídica própria.

CAPÍTULO II

DOS MEMBROS, ADMISSÃO E DESLIGAMENTO

Art. 4º A Igreja é constituída de pessoas de ambos os sexos, que professam a sua fé em Jesus Cristo como único Salvador e Senhor, aceitam as doutrinas bíblicas e a disciplina adotadas pela Igreja, sem distinção de nacionalidade, raça, cor ou posição social.

Art. 5º São considerados membros da Igreja as pessoas recebidas por decisão da Assembléia Geral, da forma como se segue:

I - batismo dos candidatos previamente aprovados em pública profissão de fé;

II - transferência por carta de membros de outras igrejas da mesma fé e ordem;

III - reconciliação, devidamente solicitada, de pessoas afastadas do rol desta Igreja ou comprovadamente afastados de outras igrejas batistas;

IV - aclamação precedida de testemunho público e compromisso.

Parágrafo único. Casos especiais não constantes deste artigo serão decididos pela Igreja em Assembléia Geral.

Art. 6º Perderá a condição de membro da Igreja aquele que for desligado, por decisão da Assembléia Geral, nas seguintes hipóteses:

I – ter solicitado desligamento ou haver falecido;

II – ter-se transferido para outra Igreja;

III – ter-se ausentado dos cultos e deixado de participar das atividades eclesiásticas, por tempo julgado suficiente para caracterizar abandono e desinteresse pela Igreja e pela obra que realiza;

IV – estar defendendo e professando doutrinas ou práticas que contrariem a Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira;

V – ter infringido os princípios éticos, morais e da boa conduta defendidos pela Igreja, com fundamento na Bíblia Sagrada.

Parágrafo único. Sob qualquer alegação, nenhum direito poderá ser concedido àquele que deixar de ser membro da Igreja.

CAPITULO III

DOS DIREITOS E DEVERES DOS MEMBROS

Art. 7º São direitos dos membros:

I - participar das atividades da Igreja, tais como cultos, celebrações, eventos, reuniões de oração, estudo bíblico e ação social;

II - receber assistência espiritual;

III - participar da Assembléia Geral, com direito ao uso da palavra e ao exercício do voto;

IV - votar e ser votado para cargos ou funções, observada a maioridade civil, quando se tratar de eleição da Diretoria Administrativa da Igreja.

Parágrafo único. A qualidade de membro da Igreja é intransmissível, sob qualquer alegação.

Art. 8º São deveres dos membros:

I - manter uma conduta compatível com os princípios espirituais, éticos e morais, de acordo com os ensinamentos da Bíblia Sagrada;

II - exercitar os dons e talentos de que são dotados;

III - contribuir com dízimos e ofertas, para que a Igreja atinja seus objetivos e cumpra sua missão;

IV - exercer com zelo e dedicação os cargos ou funções para os quais forem eleitos;

V - observar o presente estatuto e decisões dos órgãos administrativos e eclesiásticos nele previstos, zelando por seu cumprimento.

CAPÍTULO IV

DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 9º A Assembléia Geral, constituída pelos membros da Igreja, é o seu poder soberano, e suas decisões serão tomadas por voto da maioria dos membros presentes, salvo as exceções previstas neste estatuto.

Art. 10. A Igreja reunir-se-á em Assembléia Geral Ordinária em dia e hora previamente conhecidos no calendário de atividades da Igreja e, quando necessário, em Assembléia Geral Extraordinária, convocada pelo Presidente, ou por seu substituto legal ou, ainda, por 20% (vinte por cento) dos membros.

Parágrafo único. A Assembléia Geral será realizada com o quorum de 20% (vinte por cento) dos membros da Igreja em primeira convocação e com qualquer numero em segunda convocação, 15 (quinze) minutos após.

Art. 11. Os assuntos de especial relevância serão decididos em Assembléia Geral Extraordinária, realizada no domingo, convocada e aprovada em culto no domingo anterior, constando a pauta dos assuntos a serem tratados.

§ 1º Considerar-se-ão assuntos de especial relevância para efeito deste artigo:

I - eleição e destituição do Pastor e demais ministros da Igreja;
II - eleição e destituição de Diáconos;
III - aquisição, venda, alienação ou oneração de bens imóveis;
IV - modificação da estrutura ou construção do templo sede da Igreja;
V - reforma estatutária;
VI - transferência da sede da Igreja;
VII - mudança do nome da Igreja;
VIII - dissolução da Igreja.

§ 2º. O quorum para a Assembléia de que trata o § 1º é de 51% (cinqüenta e um por cento) dos membros da Igreja, em primeira convocação e de 20% (vinte por cento) dos membros em segunda convocação, 15 (quinze) minutos após, observando-se os mesmos prazos estabelecidos no "caput" para as convocações seguintes.

§ 3º. As decisões da Assembléia de que trata o § 1º serão tomadas com o mínimo favorável de 2/3 (dois terços) dos votantes.

CAPÍTULO V

DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Art. 12. A Diretoria Administrativa da Igreja será composta de: Presidente, Primeiro Vice-Presidente, Segundo Vice-Presidente, Primeiro Secretário, Segundo Secretário, Primeiro Tesoureiro e Segundo Tesoureiro.

§ 1º Os cargos da Diretoria Administrativa e do Conselho Fiscal serão exercidos por quaisquer membros da Igreja civilmente capazes, eleitos anualmente pela Assembléia Geral, exceção feita ao cargo de Presidente, que será exercido pelo Pastor titular, por tempo indeterminado, a juízo da Assembléia Geral.

§ 2º Nenhum membro da Diretoria Administrativa receberá remuneração pelas atividades administrativas exercidas.

§ 3º O Pastor titular e os componentes do Ministério Auxiliar poderão receber sustento da Igreja pelas funções pastorais e ministeriais, sem vínculo empregatício.

Art. 13. Compete ao Presidente:

I - dirigir e superintender os trabalhos da Igreja, podendo participar de qualquer reunião como membro "ex officio";

II - representar a Igreja ativa, passiva judicial e extrajudicialmente;

III - convocar a Assembléia Geral e presidir a ela;

IV - assinar, com o Secretário, as atas da Assembléia Geral;

V - assinar pessoalmente, ou mediante procuração, juntamente com o Primeiro Tesoureiro, escrituras, contratos, cheques e outros negócios jurídicos;

VI - cumprir e fazer cumprir o estatuto.

Art. 14. Compete aos Vice-Presidentes, na ordem de eleição, substituir o Presidente, nos seus impedimentos e ausências.

Art. 15. Compete ao Primeiro Secretário lavrar e assinar as atas da Assembléia Geral e de outros órgãos que sejam dirigidos pela Diretoria Administrativa da Igreja.

Art. 16. Compete ao Segundo Secretário substituir o Primeiro Secretário, nos seus impedimentos e ausências.

Art. 17. Compete ao Primeiro Tesoureiro:

I - assinar, juntamente com o Presidente, escrituras, contratos, cheques e outros negócios jurídicos;

II - receber e escriturar as contribuições financeiras destinadas à Igreja;

III - efetuar os pagamentos autorizados pela Igreja;

IV - prestar relatórios financeiros à Assembléia Geral.

Art. 18. Compete ao Segundo Tesoureiro auxiliar o Primeiro Tesoureiro na execução do seu trabalho e substituí-lo nos seus impedimentos e ausências.

CAPÍTULO VI

DOS OFICIAIS E DO CONSELHO ADMINISTRATIVO

Art. 19. A Igreja tem como oficiais Pastores e Diáconos, eleitos conforme este estatuto e o Manual Eclesiástico cujos deveres se acham delineados em o Novo Testamento.

Parágrafo único. A Igreja terá um Pastor titular, que poderá ser auxiliado por outros ministros, a critério da Assembléia Geral.

Art. 20. A Igreja terá um Conselho Administrativo, composto pela Diretoria Administrativa, ministros auxiliares, corpo de Diáconos, líderes de ministérios e de organizações internas e de comissões permanentes, além de outros líderes definidos pela Assembléia Geral.

§ 1º A direção do Conselho Administrativo será exercida pela Diretoria Administrativa.

§ 2º As atribuições do Conselho Administrativo serão determinadas em Assembléia Geral.

CAPÍTULO VII

DA RECEITA E DO PATRIMÔNIO

Art. 21. A receita da Igreja destinada a sua manutenção é constituída por dízimos e ofertas, entregues por ato de fé, não podendo ser reivindicados, nem mesmo por terceiros, sob qualquer alegação.

Parágrafo único. O exercício social encerrar-se-á anualmente em 31 de dezembro.

Art. 22. O patrimônio da Igreja é constituído de bens móveis e imóveis, adquiridos a título oneroso ou gratuito.

§ 1º A Igreja poderá receber, por decisão da Assembléia Geral, doações e legados, de procedência compatível com os seus princípios e deverão ser aplicados, exclusivamente, na consecução de seus objetivos.

§ 2º A Igreja só responde com seus bens pelos compromissos assumidos com expressa autorização da Assembléia Geral ou decorrentes de lei.

§ 3º A Diretoria e os membros individualmente não respondem solidária ou subsidiariamente pelas obrigações da Igreja, e não têm direito ao seu patrimônio e receita, bem como a Igreja não responde por qualquer obrigação de seus membros.

CAPITULO VIII

DO CONSELHO FISCAL

Art. 23. A Igreja elegerá, anualmente, em Assembléia Geral, um Conselho Fiscal, constituído de cinco (5) membros, com as seguintes atribuições:

I - examinar e dar parecer sobre os balancetes;

II - acompanhar a evolução financeira e contábil;

III - recomendar as medidas administrativas necessárias à manutenção do equilíbrio financeiro.

CAPÍTULO IX

DA DISSOLUÇÃO

Art. 24. A Igreja só poderá ser dissolvida pela Assembléia Geral quando não estiver cumprindo, reconhecidamente, as suas finalidades.

§ 1º A dissolução da Igreja só poderá acontecer, nos termos deste estatuto, por decisão em duas Assembléias Gerais Extraordinárias, para tal fim convocadas.

§ 2º No caso de dissolução, o patrimônio da Igreja passará à Convenção Batista do (Unidade da Federação) ou, em sua falta, à Convenção Batista Brasileira.

CAPÍTULO X

DAS DIVERGÊNCIAS DOUTRINÁRIAS

Art. 25. Ocorrendo divergências entre os membros da Igreja, por motivo de ordem doutrinária ou práticas eclesiásticas, o julgamento do litígio será feito por um Concílio Doutrinário, constituído na forma prevista pela Convenção Batista do (Unidade da federação) ou, se tal não houver, por quinze (15) pastores indicados por essa Convenção.

§ 1º O Concílio Doutrinário definirá os prazos para oitiva dos grupos divergentes, o local de reuniões, e as provas necessárias à decisão.

§ 2º As decisões do Concílio Doutrinário são irrecorríveis em seu campo de decisão e aplicação, entrando em vigor imediatamente.

§ 3º O grupo que se opuser ao processo estabelecido, será considerado vencido, ficando sujeito às sanções previstas neste estatuto e na lei.

Art. 26. Enquanto não forem sanadas as divergências doutrinárias, os grupos não poderão deliberar sobre os seguintes assuntos:

I - alienação, venda, permuta ou qualquer ônus do patrimônio da Igreja;

II - desligamento de membros ou quaisquer restrições aos seus direitos individuais na Igreja;

III - reforma do estatuto ou qualquer outro documento normativo;

IV - mudança da sede;

V - alteração do nome da Igreja.

Art. 27. O uso do nome e do patrimônio ficará com o grupo, mesmo minoritário, que permanecer fiel às doutrinas batistas, consubstanciadas na Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira, e terá as seguintes prerrogativas:

I - permanecer na posse e domínio do templo e demais imóveis, neles continuando a exercer as suas atividades espirituais, eclesiásticas e administrativas;

II - eleger outra Diretoria Administrativa, inclusive um novo Pastor, se as circunstâncias o exigirem;

III - exercer os direitos e prerrogativas previstas neste estatuto e na lei.

CAPÍTULO XI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 28. As regras parlamentares adotadas pela Igreja são as mesmas observadas pela Convenção Batista do (Unidade federativa) com as devidas adaptações.

Art. 29. A Igreja adotará um Manual Eclesiástico ou Regimento, para regulamentar as normas estatutárias e a organização eclesiástica.

Art. 30. A Igreja não concederá avais ou fianças e nem assumirá quaisquer obrigações estranhas as suas finalidades.

Art. 31. Este estatuto só poderá ser reformado em Assembléia Geral Extraordinária, em cuja convocação conste reforma do estatuto, sendo que o presente artigo, bem como os artigos 2º, 3º, 25, 26, 27 seus parágrafos e incisos, só poderão ser alterados, derrogados ou revogados, mediante homologação da Convenção Batista do (Unidade da Federação), através de seu órgão representativo e, na sua falta, pelo Conselho Geral da Convenção Batista Brasileira.

Art. 32. Este estatuto entrará em vigor após aprovação em Assembléia Geral e registro legal, revogando-se as disposições em contrário.

16

Sugestões de Cláusulas de Segurança

A serem inseridas em escrituras de terrenos adquiridos por: igrejas para suas igrejas filhas, para si próprias se o desejarem e da convenção para as igrejas

1. Sugestão A - Doação para igrejas filhas:

A - Se a qualquer tempo a donatária abandonar as práticas e as doutrinas batistas, a juízo da igreja doadora, o domínio e a posse desta propriedade, bem como as benfeitorias passarão para a referida igreja.

B - O imóvel é alienável e intransferível sem prévio consentimento escrito da igreja e só poderá ser usado para fins específicos da igrejas segundo o padrão das igrejas cooperantes com a Convenção Batista do Estado de São Paulo.

C - No caso de eventual alienação ou transferencia do imóvel objeto desta escritura, os recursos advindos da alienação serão aplicados por inteiro na aquisição, ou construção, de outra propriedade, sendo que tal obrigatoriedade deverá, necessariamente, constar dos registros e averbações imobiliárias.

2. Sugestão B - Doação para igrejas filhas:

A - Se a qualquer tempo a donatária abandonar as práticas e as doutrinas batistas, a juízo da Convenção Batista do Estado de São Paulo, o domínio e a posse desta propriedade bem como as benfeitorias, retornarão à doadora, e na falta, desvio doutrinário, ou desistência desta, à Convenção Batista do Estado de São Paulo.

B - O imóvel é inalienável e intransferível sem prévio consentimento escrito da Convenção Batista do Estado de São Paulo e só poderá ser usado para fins específicos da igrejas da igrejas segundo o padrão das igrejas cooperantes com a referida Convenção.

C - No caso de eventual alienação ou transferencia do imóvel objeto desta escritura, os recursos advindos da alienação serão aplicados por inteiro na aquisição, ou construção, de outra propriedade sendo que tal obrigatoriedade deverá, necessariamente constar dos registros e averbações imobiliárias.

3. Sugestão C - Inclusão na escritura de compra de propriedade para a própria igreja:

A - Se a qualquer tempo a proprietária (.....) abandonar as práticas e as doutrinas batistas a juízo da Convenção Batista do Estado de São Paulo, o domínio e a posse desta propriedade, bem como as benfeitorias passarão para a referida Convenção.

B - O imóvel é inalienável e intransferível sem prévio consentimento escrito da Convenção Batista do Estado de São Paulo e só poderá ser usado para fins específicos da igreja segundo o padrão das igrejas cooperantes com a referida Convenção.

C No caso de eventual alienação ou transferência do imóvel objeto desta escritura, os recursos advindos da alienação serão aplicados por inteiro na aquisição ou construção, de outra propriedade, sendo que tal obrigatoriedade deverá, necessariamente constar dos registros e averbações imobiliários

4. Sugestão D - Doação da CBESP para a igrejas

A - Se a qualquer tempo a donatária abandonar os princípios e doutrinas adotados pela Convenção doadora expressos na Declara Doutrinária da Convenção Batista Brasileira, sempre a juízo da doadora, o domínio e a posse desta propriedade bem como as benfeitorias, retornarão à doadora e na falta desta, ou por sua desistência, a Convenção Batista Brasileira.

B - O imóvel é inalienável e intransferível sem prévio consentimento escrito da Convenção Batista do Estado de São Paulo e só poderá ser usado para fins específicos da igrejas da igrejas segundo o padrão das igrejas cooperantes com a referida Convenção.

C - No caso de eventual alienação ou transferencia do imóvel objeto desta escritura, os recursos advindos da alienação serão aplicados por inteiro na aquisição, ou construção, de outra propriedade sendo que tal obrigatoriedade deverá, necessariamente constar dos registros e averbações imobiliárias.

17

Critérios paraTransferência de Propriedades

Aprovado pela Junta Coordenadora da Convenção Batista do Estado de São Paulo nas sessões de 15.10.79 e 09.11.82.

Documentação necessária para transferência de propriedades

01. Carta à Convenção solicitando a transferência, mencionando o endereço da propriedade a ser transferida, e informando quanto à procedência dos recursos quando de sua aquisição. (No caso de interesse de venda da propriedade, deverá ser incluido o valor aproximado da venda e o fim a que se destinará o produto da mesma).

02. Cópia autenticada do Estatuto da Igreja;

03. Xerox autenticada da ata da sessão em que a Igreja resolveu pedir a transferência, assumindo a responsabilidade de todas as despesas dela decorrentes. Na ata deverá ser incluida a especificação da propriedade, isto é, rua, número, bairro, cidade, medidas, bem como as benfeitorias existentes. A xerox deverá ser de ata completa, inclusive abertura e encerramento. Extrato de ata não serve;

04. Xerox ou Certidão da Escritura da propriedade, com seu competente registro;

05. Indicação e qualificação (nacionalidade, estado civil, profissão, residência, carteira de identidade e CPF) de um procurador, membro da Igreja interessada ou de outra Igreja da Associação, a que a Convenção conferirá poderes para assinar a Escritura de doação a favor da Igeja. Como normalmente o pastor é o representante legal da igreja, como seu presidente, ele assinará a Escritura por parte da igreja. Assim sendo, o procurador a ser indicado para representar a Convenção deverá ser outro que não o pastor. A procuração é válida por um ano e não pode ser substabelecida;

06. Certidão Negativa de Impostos Municipais

07. Certidão de Regularidade no INSS;

08. Cópia da última declaração do Imposto de Renda, acompanhada da xerox do recibo da entrega da mesma;

09. Cópia da ata da reunião da Junta ou Diretoria da Associação Regional em que conste a recomendação da transferência solicitada;

10. De qualquer escritura de imóvel doado ou cedido pela Convenção Batista do Estado de São Paulo, constarão obrigatoriamente as seguintes clausulas:

1. Sugestão A - Doação para igrejas filhas:

- Se a qualquer tempo a donatária abandonar as práticas e as doutrinas batistas, a juízo da igreja doadora, o domínio e a posse desta propriedade, bem como as benfeitorias passarão para a referida igreja.

B - O imóvel é alienável e intransferível sem prévio consentimento escrito da igreja e só poderá ser usado para fins específicos da igrejas segundo o padrão das igrejas cooperantes com a Convenção Batista do Estado de São Paulo.

C - No caso de eventual alienação ou transferencia do imóvel objeto desta escritura, os recursos advindos da alienação serão aplicados por inteiro na aquisição, ou construção, de outra propriedade, sendo que tal obrigatoriedade deverá, necessariamente, constar dos registros e averbações imobiliárias.

2. Sugestão B - Doação para igrejas filhas:

A - Se a qualquer tempo a donatária abandonar as práticas e as doutrinas batistas, a juízo da Convenção Batista do Estado de São Paulo, o domínio e a posse desta propriedade bem como as benfeitorias, retornarão à doadora, e na falta, desvio doutrinário, ou desistência desta, à Convenção Batista do Estado de São Paulo.

B - O imóvel é inalienável e intransferível sem prévio consentimento escrito da Convenção Batista do Estado de São Paulo e só poderá ser usado para fins específicos da igrejas da igrejas segundo o padrão das igrejas cooperantes com a referida Convenção.

C - No caso de eventual alienação ou transferencia do imóvel objeto desta escritura, os recursos advindos da alienação serão aplicados por inteiro na aquisição, ou construção, de outra propriedade sendo que tal obrigatoriedade deverá, necessariamente constar dos registros e averbações imobiliárias.

3. Sugestão C - Inclusão na escritura de compra de propriedade para a própria igreja:

A - Se a qualquer tempo a proprietária (.....) abandonar as práticas e as doutrinas batistas a juízo da Convenção Batista do Estado de São Paulo, o domínio e a posse desta propriedade, bem como as benfeitorias passarão para a referida Convenção.

B - O imóvel é inalienável e intransferível sem prévio consentimento escrito da Convenção Batista do Estado de São Paulo e só poderá ser usado para fins específicos da igreja segundo o padrão das igrejas cooperantes com a referida Convenção.

C - No caso de eventual alienação ou transferência do imóvel objeto desta escritura, os recursos advindos da alienação serão aplicados por inteiro na aquisição ou construção, de outra propriedade, sendo que tal obrigatoriedade deverá, necessariamente constar dos registros e averbações imobiliários

4. Sugestão D - Doação da CBESP para a igrejas

A - Se a qualquer tempo a donatária abandonar os princípios e doutrinas adotados pela Convenção doadora expressos na Declara Doutrinária da Convenção Batista Brasileira, sempre a juízo da doadora, o domínio e a posse desta propriedade bem

como as benfeitorias, retornarão à doadora e na falta desta, ou por sua desistência, a Convenção Batista Brasileira.

B - O imóvel é inalienável e intransferível sem prévio consentimento escrito da Convenção Batista do Estado de São Paulo e só poderá ser usado para fins específicos da igrejas da igrejas segundo o padrão das igrejas cooperantes com a referida Convenção.

C - No caso de eventual alienação ou transferencia do imóvel objeto desta escritura, os recursos advindos da alienação serão aplicados por inteiro na aquisição, ou construção, de outra propriedade sendo que tal obrigatoriedade deverá, necessariamente constar dos registros e averbações imobiliárias.

O movimento G-12

Prof. Lourenço Stelio Rega

Editorial

Dentro de uma visão profilática e proativa, o Conselho de Educação Teológica e Ministerial (CETM-CBESP) e a Ordem de Pastores Batistas do Brasil – Seção Estado de São Paulo, com o apoio do Conselho Geral da Convenção Batista do Estado de São Paulo, publicam este encarte no Jornal Batista Paulistano.

O apóstolo Paulo já anunciava em sua época os riscos provenientes dos ventos de doutrinas que acabam por dividir o povo de Deus, que deveria estar unido em só vínculo. Aliás a unidade do Espírito não é de origem humana, mas divina, cabe-nos preservá-la (Ef 4.3).

Infelizmente nossa época é marcada pelo utilitarismo e pela busca das coisas que funcionam. Aliás, tenho visto que a pergunta primeira de muitos líderes é "isso funciona?" em vez de "isto é bíblico?". Isto é importante, pois o funcional deve ser referenciado por um padrão de verdade superior aos interesses pessoais e momentaneamente visíveis. Ter sido vendido como escravo para José não foi nada agradável e nada funcional, mas foi o meio pelo qual Deus preservou o seu povo. Se olharmos do ponto de vista humano, Jesus poderia bem ser considerado um grande fracassado, além de ter morrido, um seguidor o traiu e os demais fugiram na hora mais crucial de sua vida. A verdade é que sem a sua morte não haveria como ter sido ressuscitado e vencido a morte para nos dar vida.

Se você está preocupado em fazer a sua igreja crescer, pense em primeiro lugar que a porta do céu é estreita, mesmo porque o evangelho exige auto-negação (Lc 9,23) e isso não é nada funcional e produtivo para homem contemporâneo que deseja cada vez mais fortalecer seu eu, seus desejos e instintos pessoais. Mas este é o chamado do Mestre. Em segundo lugar, considere que o crescimento da igreja vem de Deus (1 Co 3.5-9) e é produto de uma vida consagrada no seu altar (Rm 12.1), uma vida que considera Cristo como padrão de referência Ef. 4.15) e pelo exercício dos dons mobilizado pelo amor (Ef 4.16).

Hoje há muitas estratégias, modelos e alternativas para se realizar a obra de Deus. Algumas com mais risco, outras com menos. Algumas funcionais outras menos funcionais. Aqui vale a pergunta: "é bíblico?" Sem dúvida é possível aprender tudo com todos, o próprio apóstolo Paulo dizia "ouvi de tudo e retende o que for bom" (1 Ts 5.21). Se é possível aprender com G-12 lições de atuação com pequenos grupos, não podemos ter a mesma segurança com relação a muitos outras práticas e paradigmas que nele estão contidos. Vamos ser sábios, como os crentes de Beréia, que conferiam nas Escrituras tudo o que ouviam (At 17.11).

Assim, oferecemos ao público leitor do Jornal três documentos para a sua reflexão e decisão – Pronunciamento: A CBB E O MOVIMENTO G12 (Documento oficial da Convenção Batista Brasileira sobre o movimento G-12); Uma Análise do Movimento G-12 - Reflexões de um Pastor Batista (Artigo de autoria do Pr. Alberto Kenji Yamabuchi); e, Dessacralizando a "Visão" - Uma abordagem crítica e desmistificadora do Movimento "G-12" (Artigo do Dr. Josué Salgado).

19

A CBB E O MOVIMENTO G12

Pr. Irland Pereira de Azevedo (Relator)

Pronunciamento

Preâmbulo

A Diretoria da Convenção Batista Brasileira e os Secretários Executivos das Convenções Batistas dos Estados vêm acompanhando com o maior interesse os debates e as experiências com relação ao chamado Movimento G12, e entende necessário fazer o pronunciamento a seguir, visando à saúde doutrinária e à unidade das igrejas, a sustentação dos princípios bíblicos e teológicos que informam nossa Eclesiologia, a eficácia de nosso testemunho nesta virada de século e milênio e, sobretudo, a glória de Deus.

Nossas Convicções

Como preliminar às nossas posições sobre o G12, é mister recordar e afirmar algumas de nossas convicções:

1. Cremos nas Escrituras Sagradas, canônicas, composta de Antigo e Novo Testamento, como registro fiel da revelação de Deus, e como única regra de fé e conduta, para o crente e para a igreja de Jesus Cristo no mundo.

2. Cremos que a Bíblia deve ser interpretada por firmes princípios hermenêuticos, dos quais ressaltamos o de que a Bíblia deve ser inter pretada pela Bíblia, o texto à luz do contexto, mas sempre à luz da Pessoa e dos ensinos de Jesus Cristo.

3. Cremos no Deus trino, Pai, Filho e Espírito Santo, cujas obras nós vemos na Criação e na História, e que se revela, de maneira gradativa e progressiva, nas Escrituras e, plenamente, na Pessoa de Jesus Cristo, Verbo encarnado.

4. Cremos na Igreja como entidade a um tempo temporal e atemporal, fundada por Jesus Cristo e que tem por missão a redenção dos homens e o fazer discípulos de Dele em todas as nações, formando uma nova criação, a humanidade deutero-adâmica.

5. Cremos na suficiência de Jesus Cristo como Senhor e Salvador, na eterna salvação dos que Nele crêem.

6. Como cristãos, evangélicos e batistas, cremos que a revelação chegou à sua culminância em Jesus Cristo e que toda alegação de novas revelações ou verdades deve ser cotejada com as Escrituras canônicas, corretamente interpretadas.

7. Cremos que a igreja do Novo Testamento, especialmente a de que nos dá conta o livro de Atos, constitui modelo para as igrejas de nossos dias, já no compromisso com a proclamação, a adoração, a comunhão, a edificação e o serviço; já no modelo pendular de seu funcionamento, no templo e nas casas, a difundir o reino de Deus.

8. Cremos que são permanentes e de valor universal e transcultural (a valer em todas as culturas) os princípios bíblicos de organização, vida, ministério, proclamação e serviço da igreja, porém os métodos e modelos podem e devem variar, de acordo com a sociedade e a cultura em que se insere a igreja e desenvolve-se sua missão.

9. Cremos que os fins não justificam os meios na realização da obra de Deus no mundo. Fins e meios devem ser compatíveis com a verdade, os princípios e a ética das Santas Escrituras.

10. Cremos devermos estar abertos para o diálogo e a aprendizagem em nosso mundo globalizado, em todas as áreas da existência humana, porém capazes de discernir os métodos e modelos consoantes os princípios e fundamentos de nossa fé, a manter-nos sempre inarredáveis em nossa fidelidade a Jesus Cristo, Caminho, Verdade e Vida.

Nossa posição sobre o Movimento G12

À luz das convicções que acabamos de explicitar, e do exame criterioso e desapaixonado de testemunhos, relatórios, pronunciamentos e documentos elaborados por líderes evangélicos de modo geral, e batistas em particular, chegamos à seguinte posição:

1. Não julgamos o espírito ou as intenções dos fundadores e pais do Movimento G12, por não caber-nos tal responsabilidade e não conhecermos sua mente e consciência.

2. Reconhecemos que ao longo dos séculos, e especialmente no nosso, têm surgido propostas, modelos e métodos de "fazer igreja" e de evangelizar e ou de "fazer missões", algumas das quais com a pretensão de ser a "última revelação", "a última palavra", o "método final", mas todos foram marcados pela temporalidade e impermanência, pois, afinal de contas, os métodos variam e não é qualquer método que conta mas o homem. O "homem é o método de Deus", como lembrou com propriedade Edward M. Bounds.

3. O G5, o G12, a "igreja em células", o modelo dos NEBs constituem modelos humanos, com o propósito de promover a atuação da igreja no mundo, mas nenhum deles pode arrogar-se o status de revelação final ou método perfeito; todos são marcados pela falibilidade humana.

4. Nossas igrejas, para cumprirem o mandato recebido do Senhor, de "fazer discípulos de todas as nações", precisam de extroverter-se, conforme a igreja de Jerusalém que se reunia "no templo e nas casas", adotando estruturas leves, de pequenos grupos nos lares. Mas sem perder de vista sua unidade e integridade. Para tanto os grupos nos lares, seja qual for o nome adotado, devem ser dirigidos por pessoas espiritual, moral e intelectualmente capazes, preparados pelos pastores e orientadas a conduzir estudos sobre os mesmos temas, a comunicar as mesmas doutrinas, a conduzir o povo de Deus à firmeza na fé, à comunhão, à santidade e ao serviço.

5. Não aprovamos o modelo G12, já no chamado "Encontro Tremendo", que emprega métodos e procedimentos que vêm ao arrepio dos princípios e ensinos das Santas Escrituras; já na compreensão de que todos os crentes são potencialmente líderes, pois isso contraria a diversidade de dons a que a Bíblia ensina e a experiência eclesiástica comprova. Nem todos receberam o Dom de liderar, mas todos com certeza receberam dons que os habilitam a servir no corpo de Cristo.

Nossa exortação e recomendação

1. Exortamos pastores e igrejas a cumprirem o que ordena Paulo aos tessalonicenses: "Examinai tudo, retende o bem"; mas nunca venham a adotar e apregoar, como definitivo e de valor absoluto, qualquer método, modelo ou programa de igreja que eventualmente tenha produzido frutos noutras culturas e outros lugares. Cada método ou modelo deve ser confrontado com os princípios bíblicos e, se passar por esse crivo, deve ser ajustado à realidade de cada igreja.

2. Recomendamos que o G12, como qualquer modelo de igreja em células ou grupos nos lares, deve ser rejeitado quanto à sua pretensão de revelação final de Deus para a Igreja hoje; mas pode ser aproveitado, em princípio, naquilo em que não conflitar com as Escrituras e a teologia e eclesiologia que delas decorrem e nós adotamos como povo cristão, evangélico e batista.

20

Dessacralizando a "Visão"

Uma abordagem crítica e desmistificadora do Movimento "G-12"

Dr. Josué Mello Salgado[1]

"Para que não mais sejamos meninos, inconstantes, levados ao redor por todo vento de doutrina, pela fraudulência dos homens, pela astúcia tendente à maquinação do erro; antes, seguindo a verdade em amor, cresçamos em tudo naquele que é a cabeça, Cristo."

Efésios 4.14-15

"Não se dedignam, antes se prezam e gloriam, de assentar por suas mãos a coroa dos imortais na fronte radiosa de um seu benemérito concidadão."

Latino Coelho, Cervantes, 160.

Todo o humano leva em si a marca da finitude, da limitação, da imperfeição. Só Deus é perfeito! Somos todos nós tendentes à maquinação do erro. É preciso, portanto, um espírito crítico de prontidão e de discernimento para não sacralizarmos o meramente humano; para não assentarmos por nossas mãos a coroa dos imortais na fronte radiosa de um concidadão nosso, mas estarmos sempre alertas. Os critérios para não sermos levados por todo vento de doutrina, são a verdade em combinação com o amor. A verdade não deve ser buscada em outro lugar senão na Palavra de Deus (Atos 17.11), e o amor deve ser o tempero e a motivação da nossa busca pela verdade.

Nesse trabalho pretendemos abordar criticamente o Movimento que tem sido chamado G-12, ou "Visão". Trata-se do Movimento cujo fundador é César Castellanos Domínguez, pastor-fundador da "Missão Carismática Internacional" (igreja ou denominação?) cuja sede principal fica em Bogotá na Colômbia, e que segundo informações possui 170 mil membros e 15 mil células, ou grupos familiares. É preciso, entretanto, iniciar definindo os termos:

O G-12 – Castellano diz: "o princípio dos doze é um revolucionário modelo de liderança que consiste em que a cabeça de um ministério seleciona doze pessoas para reproduzir seu caráter e autoridade neles para desenvolver a visão da igreja, facilitando assim a multiplicação; essas doze pessoas selecionam a outras doze, e estas a outras doze, para fazer com elas o mesmo que o líder fez em suas vidas."[2] O princípio de discipular pessoalmente alguns líderes da igreja, para que estes discipulem outros, não é novo (conf. O Plano Mestre de Evangelismo). O princípio está também contemplado em 2 Tm 2.2 "E o que de mim, entre muitas testemunhas, ouviste, confia-o a homens fiéis, que sejam idôneos para também ensinarem os outros." O princípio não foi inventado por Castellanos.

O Programa Celular – É um modelo eclesiológico de células, ou a organização da igreja em pequenos grupos nos lares que se multiplicam quando crescem. Tal organização é, há muito, utilizada pelas igrejas evangélicas (ECOS, grupos familiares, NEBS, grupos de base etc...), como também pela igreja católica com as suas CEBs. Na Missão Carismática Internacional esses grupos são chamados de C.A.F.E. – Célula de Adestramento Familiar e de Evangelismo.

1 Pastor Titular da Igreja Memorial Batista de Brasília, Doutor em Teologia. Publicação autorizada ©.

2 Castellanos, Liderazgo de éxito, 148

Os grupos familiares são reconhecidos por todos os estudiosos em crescimento de igreja como uma estratégia eficaz de evangelização e crescimento da igreja.

Os Encontros – Castellanos explica: "São retiros de três dias, durante os quais o novo crente compreende a dimensão exata do significado do arrependimento, recebe cura interior e é liberto de qualquer maldição que tenha imperado em sua vida. Logo a seguir se capacita como guerreiro espiritual, com a ministração do enchimento do Espírito Santo."[3] São retiros espirituais nos quais "mediante conferências, palestras, vídeos e práticas de introspecção, se leva o novo convertido ao arrependimento, libertação de ataduras e sanidade interior."[4] São parte da estratégia de Castellanos para a conservação dos novos convertidos e integração dos mesmos na sua igreja. Em algumas de suas estratégias os encontros, copiam os encontros de Casais (segredo, impacto intensivo e seqüencial etc...).

Resumindo, o G-12 é apenas mais um modelo de discipulado, o programa de células, mais uma estratégia de grupos nos lares (Castellanos confessa que buscou inspiração no modelo de David Yonggi Cho[5]) e o encontro é simplesmente a estratégia de Castellanos para integrar plenamente os novos convertidos à sua Missão, ou seja os encontros eram originalmente uma Classe de Catecúmenos Intensiva (Classe de Novos Convertidos). A internacionalização do movimento de Castellanos (daí Missão Carismática Internacional) provocou alterações no plano original transformando o encontro em estratégia para a conquista de adeptos para o seu movimento, i.é., não apenas de novos convertidos mas especialmente de crentes de outras igrejas. O principal discípulo de Castellanos no Brasil, Renê de Araújo Terra Nova, de Manaus, explica na introdução ao seu Manual de Realização do Encontro (reeditado em 1999), essa universalização do movimento: "O Encontro e suas fases não são (sic) apenas para novos crentes, mas também para líderes que querem implantar com êxito a visão de células de multiplicação e de grupos de 12."[6] Com tais considerações queremos inicialmente desmistificar o G-12, desvendando o seu propósito, por isso vale a pena repetir: O G-12 é apenas mais um modelo de discipulado, o programa de células de Castellanos mais um modelo de estrutura eclesiástica celular e o encontro foi inicialmente a estratégia para integrar novos convertidos à Missão Carismática Internacional, e atualmente, é a estratégia para a conquista de adeptos para o seu movimento, que se pretende internacional. Assim, o G-12 não é a alternativa final de Deus para a igreja, não é o mover do Espírito Santo nesses dias e nem os encontros um mero método de discipulado (talvez fosse na idéia original).

Naturalmente Castellanos não aceitaria tal desmistificação. Em entrevista à revista Videira ele declarou com pouquíssima modéstia: "Este modelo vai ser o modelo que o mundo inteiro vai abraçar, porque é integral, foi o que Deus me disse há alguns meses."[7]

Essa perigosa presunção de ser o porta-voz final de Deus, de receber diretamente de Deus revelações que inclusive não encontram respaldo nas Escrituras, deveria nos levar a uma atitude de santa suspeita quanto a esse movimento que pretende ser "the ultimate solution" ou "a invenção da roda". Castellanos afirma: "Esta visão como o modelo de igreja futurista que, sem dúvidas, será a única preparada (grifo meu J.M.S.) para a grande colheita evangelística dos últimos tempos."[8] Deveríamos ser como os Bereanos que segundo Atos 17.11 "eram mais nobres que os de Tessalônica; pois receberam a palavra com toda a avidez, examinando as Escrituras todos os dias para ver se as coisas eram, de fato, assim."

---

3 Castellanos, Sonha, 91

4 Castellanos, Liderazgo de éxito, 386

5 Aparentemente Paul Yonggi Cho autor de vários livros sobre grupos familiares incluindo "Muito Mais do que Números", mudou de nome para David Yonggi Cho.

6 Terra Nova, Manual de Realização,

7 Castellanos, Entrevista à Revista Videira

8 Castellanos, Sonha, 169.

Aqui se configura o problema central, ao meu ver, da questão de participação de Batistas em tais encontros. Por analogia é como se estivéssemos enviando os crentes de nossas igrejas para participarem da Classe de Novos Convertidos do Movimento Carismático de Castellanos. Para igrejas e pastores Batistas que abraçaram a causa neo-pentecostal, talvez aqui não haja problemas (embora a Assembléia de Deus, a IURD, e outras igrejas pentecostais e neo-pentecostais estejam se pronunciando contrariamente ao movimento). Para aqueles, entretanto, que conservam a ortodoxia Batista, não há dúvidas que trará divisão e problemas.

É preciso abordar alguns pressupostos, e o faço em forma de perguntas:

1)Crescimento Numérico como prova incontestável de evangelicidade?

Há entre nós uma tendência a uma identificação ingênua entre avivamento e clichês tais como crescimento explosivo e manifestações pentecostais. Se crescimento explosivo é sinal de avivamento, então o Padre Marcelo Rossi está certo? Se manifestações pentecostais são sinal de avivamento o movimento carismático católico está com a razão?

2)Emoção Humana como sinal incontestável da presença do Espírito?

Queria fazer um alerta sobre um problema do meio evangélico que tenho notado, desde que voltei ao Brasil. Há uma identificação e associação imediatista entre emocionalismo e ação do Espírito. Entretanto, nem toda a emoção humana é provocada pelo Espírito Santo de Deus. Há outras fontes dela, que vão desde o temperamento humano a ação diabólica. Daí por favor, vamos ser mais cuidadosos em identificar imediatamente nosso emocionalismo com o mover do Espírito Santo de Deus.

3)Participação como fonte única de autoridade crítica?

É preciso que se afirme aqui que é enganosa a afirmação de que só pode emitir juízo de valor sobre o encontro quem participar dele. Sem com essa afirmação emitir um juízo de valor sobre o movimento ou associa-lo necessariamente com algo negativo, eu não preciso tomar um veneno para saber que ele me fará mal, muito mal. Nós não somos tão pragmáticos assim! Há duas formas de provar a verdade sobre um fato: a primeira o princípio científico da repetição do fato, a segunda é o princípio jurídico do uso de testemunhas. É possível levantar um quantidade enorme de testemunhas e ler a já vasta literatura disponível, para perceber claramente os erros do movimento, ou pelo menos o seu dualismo: enquanto alguns falam de um encontro tremendo, outros ficam tremendo depois do encontro! Também é ilusória a afirmação de que todos os que participaram do encontram voltaram transformados e melhores crentes. Somam-se as notícias de que o movimento tem feito várias vítimas: igrejas divididas, e pessoas entrando em estado de choque psíquico-emocional. Simplesmente porque o encontro é, volto a repetir, uma estratégia da conquista de adeptos para o movimento carismático e neo-pentecostal de Castellanos.

É importante lembrar que o movimento se auto-identifica como “carismático” e, portanto, é parte dos novos movimentos religiosos que poderiam ser chamados de neo-pentecostais, com ênfase em doutrinas e práticas questionáveis, tais como teologia da prosperidade, maldição hereditária, re-judaísmo, ao lado de outras características do movimento pentecostal clássico, tais como o batismo no Espírito Santo como segunda e definitiva benção. Não obstante, o movimento acrescenta novas tendências, tais como: neo-platonismo, santificação instantânea etc...

Um outro aspecto que percebo estar presente nesse e em outros movimentos semelhantes é o desejo da construção de impérios pessoais ao invés de edificação do Reino de Deus. É a idolatria dos números. Hoje se fala muito na Mega Igreja de Rick Warren, na Igreja de 170 mil membros e 15 mil células de Castellanos etc... Nós não podemos aceitar o princípio de que os fins justificam os meios, ou que queremos crescimento numérico a todo e qualquer custo.

Um aspecto fundamental é o encontro em si. Aos encontros tem sido atribuído, por seus defensores, um caráter normativo, como se somente lá pudesse alguém se encontrar com

Deus e ter a vida transformada. A idéia mesmo é da santificação instantânea pelo encontro. Castellanos afirma: "O encontro é uma vivência genuína com Jesus Cristo, com a pessoa do Espírito Santo e com as Sagradas Escrituras, nos quais, mediante conferências, palestras, vídeos e práticas de introspecção se leva o novo convertido ao arrependimento, libertação de amarras e sanidade interior. O propósito é fornecer orientação clara à luz das Sagradas Escrituras ao recém convertido acerca de seu passado, presente e futuro com Jesus Cristo, mediante ministrações a nível pessoal e grupal, operando-se mudanças tão importantes durante os três dias, que assistir ao encontro, equivale a um ano de crescimento espiritual. Desta maneira, o novo é preparado para desenvolver uma relação íntima com o Senhor, facilitando-lhe a aprendizagem da oração, leitura da Palavra e o conhecimento da visão..."[9] Essa afirmação revela que Castellanos confunde o encontro com Cristo na experiência da conversão, com os retiros espirituais promovidos por ele. É possível ter um encontro pessoal com Cristo num retiro espiritual, mas não se pode reduzir e confundir o encontro pessoal com uma estratégia, um retiro de três dias.

Em outro lugar Castellanos mostra o que pretende nos seus encontros: "Aprofundar em suas experiências pré-natais, na infância, adolescência e juventude para assim, com a ajuda do Espírito Santo e a Palavra de Deus, ministrar libertação e sanidade interior ao novo (convertido), ensinando-o a manter-se puro e santo para Deus."[10] "A rejeição, que tenha ocorrido durante a gravidez, na infância, ou na adolescência, é o tema de maior tratamento durante os encontros, mas o viver as experiências de Jesus no Getsêmane e na cruz, em um retiro, leva a pessoa a ser curada de todas as feridas emocionais produzidas pelo episódio, receber libertação do opróbrio, da humilhação, da insegurança e do temor; entender a obra perfeita de Jesus na cruz, cortar todas as maldições que venham por descendência e compreender com exatidão quem é Deus. Receber Sua paternidade como fiel e amoroso restaurador, é uma experiência maravilhosa."[11] Esse processo de regressão, ensinado também largamente no manual do encontro, onde se fala até de visualização do momento de fecundação, é uma estratégia perigosa que pode provocar distúrbios psicológicos profundos.

Mais duas afirmações que fortalecem a nossa tese de confusão entre encontro e encontros: "O pré-encontro é transcendental porque é nessa etapa quando a pessoa se conscientiza do que necessita para que sua vida seja transformada e totalmente restaurada, e é orientada da maneira como vão estar sucedendo as coisas no retiro."[12] "No encontro morre tudo aquilo que possa ser um impedimento para o progresso da vida cristã e para o desenvolvimento de uma liderança frutífera. Morre-se definitivamente para a vida velha, e se recebe a unção para uma nova caminhada no poder do Espírito Santo."[13] Percebam a ênfase no morrer para a vida velha via retiro, e não conversão!

Aqui vale a pena lembrar do ensinamento de Jesus sobre oração e encontro com ele: "Tu, porém, quando orares, entra no teu quarto e, fechada a porta, orarás a teu Pai, que está em secreto; e teu Pai, que vê em secreto, te recompensará" (Mateus 6.6).

Não podemos fechar os olhos a dois problemas centrais do Movimento de Encontros de Castellanos: o primeiro diz respeito aos métodos de persuasão usados no encontro, em muitos casos chegando às raias de uma lavagem cerebral. Há, não raro, manipulação psicológica fortíssima, segundo várias testemunhas, que procura persuadir o encontrista das doutrinas do Movimento. Há pouco tempo para ruminar o que se aprende, aliás não se pode

9 Castellanos, Liderazgo de éxito, 386.

10 idem.

11 Castellanos, Sonha, 92.

12 Castellanos, Liderazgo de éxito, 390.

13 Castellanos, Liderazgo de éxito, 391.

conversar com outros durante o encontro, daí que a tendência é a da produção de adeptos em série.

O segundo problema central do movimento, na perspectiva Batista diz respeito ao arcabouço doutrinário e teológico ministrado nos encontros. Castellanos é enfático ao dizer que há princípios inegociáveis no seu movimento, o que Terra Nova, reafirma ao mencionar os critérios de legitimidade e fidelidade à visão inicial. Castellanos cita na entrevista à revista Videira, que no retiro de três dias (Encontro) são enfatizados cinco aspectos fundamentais: a certeza da salvação, a restauração da alma, a quebra de maldições, a cura interior e o conhecimento da visão. Percebe-se que atualmente o retiro já abarca outros aspectos, quais sejam: o do batismo com o Espírito Santo como Segunda e definitiva bênção, o falar em línguas etc...

Gostaríamos portanto de reafirmar as nossas convicções sobre o Batismo com o Espírito Santo e a quebra de maldições e mostrar a falta de fundamentação bíblica de tais princípios como são ensinados no Encontro.

Antes, porém, um resumo do que dissemos até agora através de teses:

1) O G-12 de Castellanos é apenas mais um modelo de discipulado quando o pastor escolhe um grupo de líderes, para dividir com eles sua visão ministerial e assim impregnar a comunidade local com ela.

2) O programa de Células é apenas mais uma estrutura eclesiástica celular. É uma estratégia antiga de roupagem nova. Especialistas em crescimento de igrejas afirmam a reunião da igreja em células ou grupos familiares como sendo fator fundamental de crescimento.

3) Os encontros foram inicialmente a estratégia de Castellanos para integrar novos convertidos à sua igreja. Tratava-se de uma espécie de classe intensiva de Catecúmenos ou novos convertidos.

4) A internacionalização do movimento provocou uma mudança tornando-o uma estratégia para a conquista de adeptos de outras igrejas, inclusive para o Movimento de Castellanos.

5) O G-12 e sua estratégia de Retiro de três dias não é a solução final ou a invenção da roda. Não é o "genuíno mover do Espírito Santo de Deus", mas apenas uma estratégia de trabalho de Castellanos para crescimento de sua igreja.

6) O movimento de Castellanos é essencialmente carismático e parte dos chamados novos movimentos religiosos ou neo-pentecostais, com ênfase em doutrinas e práticas de biblicidade e ética questionáveis.

7) O movimento acrescenta novas distorções bíblico-teológicas tais como a da santificação instantânea.

8) O movimento induz a associação imediata de emocionalismo com ação do Espírito Santo. Nem toda a emoção humana é provocada pelo Espírito Santo.

9) O Movimento deve ser questionado em suas motivações. Castellano e seus seguidores estão interessados realmente na construção do Reino de Deus, e na edificação da Igreja de Jesus ou suas motivações estão na construção de impérios pessoais, a qualquer custo?

10) Os métodos de persuasão intensiva usados no encontro caracterizam-se em muitos aspectos pela manipulação psicológico-emocional dos participantes, chegando às raias da lavagem cerebral.

11) O arcabouço teológico e doutrinário dos encontros contém aspectos de biblicidade duvidosa.

Duas palavras precisam ser aqui ditas. Há cristãos famintos de experiências mais profundas com Deus, que correm atrás de satisfação às suas necessidades espirituais legítimas de sede de Deus. Há um clamor por maior espiritualidade. Há pessoas que têm compartilhado, também, que receberam um novo ânimo para suas vidas cristãs, após participarem destes encontros. Tudo isso é legítimo e não podemos simplesmente fechar os olhos para essa realidade. Mas é preciso unir amor à verdade. Stott diz comentando Ef. 4.15 que "a verdade

se torna ríspida se não for equilibrada pelo amor; o amor torna-se frouxidão se não for fortalecido pela verdade"[14]. É possível que muitos em sua sinceridade estejam enveredando pelos erros do movimento, entretanto sinceridade não justifica falta de firmeza doutrinária. Estes, como disse alguém "estão sinceramente errados."

O BATISMO COM O ESPÍRITO SANTO[15]

O pentecostalismo clássico defende a doutrina do batismo com o Espírito Santo como uma segunda, subseqüente e definitiva experiência. Quer dizer que a primeira experiência é a conversão, não suficiente, por isso exige-se uma segunda experiência, qual seja a experiência do batismo com o Espírito Santo. Essa experiência, afirmam, deve ser buscada intensamente através de oração, vigílias, jejuns e clamores. A evidência clássica de que alguém foi batizado seria então uma experiência de profunda comoção emocional, seguida do falar em línguas estranhas ininteligíveis (glossolalia). A idéia de experiência definitiva advém da linguagem pentecostal de tratar esta experiência como um divisor de águas, assim como a conversão. Alguém é ou não convertido. Assim, alguém é ou não batizado no Espírito Santo.

Os Batistas defendem que "o batismo no Espírito Santo sempre ocorre quando os pecadores se convertem a Jesus Cristo, que os integra regenerados pelo Espírito Santo, à Igreja."[16]

Vida cristã é vida no Espírito, e não é possível ser de outra forma. A vida cristã começa com o novo nascimento e esse é nascimento no Espírito (conf. Jo 3.3-8). Em Gl. 4.6 está dito que todos os que têm o Espírito de Deus são Filhos de Deus , e todos os que são filhos de Deus têm o Espírito de Deus. Em João 3.34 se diz que Deus não dá o Espírito "em metros". O Espírito Santo não é uma força ou substância, mas um ser, e por isso alguém tem ou não o Espírito; mas não é possível ter um pouco mais ou um pouco menos dEle. Rm 8.9 afirma contundentemente que "Se alguém não tem o Espírito esse não é dEle." Assim, a prova da conversão é ter o Espírito. O Espírito é o penhor; a garantia, da nossa herança (Ef 1.13,14), ele nos foi outorgado quando cremos.

A expressão "Dom do Espírito" é sinônima para "Batismo". Ser batizado (a palavra grega Baptizo quer dizer imergir) é figura para afirmar que se tem o Espírito Santo.

A expressão Batismo no Espírito Santo é exclusiva do Novo Testamento onde aparece por 7 vezes (Mt 3.11, Mc 1.8, Lc 3.16, Jo 1.33, At 1.5, At 11.16, 1 Co 12.13), e é o cumprimento da expectativa do derramamento do Espírito anunciado no Antigo Testamento. Pedro no sermão do dia de pentecostes igualou o "derramamento" (conf. Joel) ao batismo; pois que as duas expressões são idênticas (At 1.4-5, 2.17-33).

Batismo é uma cerimônia iniciática e nunca subsequente: "O Dom do Espírito Santo é uma experiência universal por ser uma experiência cristã inicial"[17].

A vida e ministério de Jesus foram entendidos como "ministério do Espírito" (2 Co 3.8). João, então, resumiu essa perspectiva falando acerca do Batismo com o Espírito Santo que seria dado por Jesus (Mc 1.8, Jo 1.33).

Em At 2.38, 39 Pedro garantiu o recebimento do Dom, da promessa, do batismo, enfim, do derramamento a todos que se arrependessem e cressem.

Em Gl 3.2, 14 se mostra que o Espírito Santo foi recebido pelos que creram, como fruto da Fé que responde.

---

14 Stott, John R.W., A Mensagem de Efésios. A Nova Sociedade de Deus. São Paulo: ABU Editora 1986,125

15 As colocações sobre o Batismo com o Espírito Santo foram tiradas, de uma forma ou outra do excelente livro de John R. W. Stott, Batismo e Plenitude do Espírito Santo, São Paulo: Vida Nova, 1990.

16 Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira, 8.

17 Stott, Batismo e Plenitude, 35.

Assim, ser batizado no Espírito Santo é sinônimo de ser convertido. Não se exclui, obviamente, a exortação bíblica de que devemos buscar constantemente a plenitude do Espírito, ou seja o enchimento com o Espírito, que é a submissão progressiva à direção do Espírito.

A MALDIÇÃO HEREDITÁRIA[18]

"Maldição é a autorização dada ao diabo, por alguém que exerce autoridade sobre outrem, para causar dano à vida do amaldiçoado." Esse é o conceito popular sobre maldição. Um outro aspecto é da maldição hereditária, que implica em problemas e sofrimentos originados por problemas e pecados dos antepassados e herdados hereditariamente.

A maldição era primeiro uma defesa ou arma mágica. A prática foi plenamente utilizada pelos povos vizinhos de Israel. A maldição tinha o propósito de desestimular ou desencorajar a quebra da lei e do juramento em Israel (Dt. 27-28, Lv 26.14-39). A fórmula de responsabilidade dos membros de visitar a culpa dos pais nos filhos (netos e bisnetos), até a terceira e quarta geração (Ex 20.5, Nm 14.18, Dt 5.9), deve ser vista e interpretada a partir da organização do povo de Israel em clãs (grande família). Um clã abrangia até quatro gerações, como era a família de Jacó. Caso alguém quebrasse a lei, toda a família sofreria os danos decorrentes do pecado dessa pessoa (Dt 24.16, II Rs 14.6, Ez 18.20).

Maldição era juízo divino. Estar sob maldição é estar em rebeldia contra Deus (DT. 11.26-28, 30.1,19, Js 8.34, Is 24.5,6, Ml 2.2).

Em Gal 3.10-14 se diz que: "Cristo nos resgatou da maldição da lei, fazendo-se maldição por nós; porque está escrito: Maldito todo aquele que for pendurado no madeiro; <Gal 3.14>para que aos gentios viesse a bênção de Abraão em Jesus Cristo, a fim de que nós recebêssemos, pela fé, a promessa do Espírito."

Traumas de infância são uma possibilidade real na vida de alguém, mas estes não podem ser confundidos com traumas hereditários. Traumas hereditários são absurdos que só se coadunam com a doutrina de reencarnação. "Confundir danos psicológicos com maldição ou praga rogada é, no mínimo, falta de discernimento e sabedoria"

O Ensino da Bíblia é claro:

1) A responsabilidade é pessoal – Ez. 18.1-32

2) A conversão a Cristo transmite o perdão para os pecados e Deus declara justo ao que crê, de modo que este fica livre de toda e qualquer acusação (Rm 8.33, 34, Ef. 1.7)

3) Aquele que se converte é transportado do império das trevas para o império da luz, do controle do Diabo para o reino do amado Filho de Deus (Cl. 1.13). No Reino da luz aquele que se converteu está em Cristo, assentado nas regiões celestiais (Ef. 2.6) e em total segurança, nas mãos de Cristo (Jo 10.28,29). O Novo Testamento deixa claro que os que estão em Cristo, estão selados com o Espírito Santo (Ef. 1.13,14) que zela pelos seus com ciúmes (Tg 4.5) e oferece total segurança pois é maior o que está nos cristãos do que o que está no mundo (1 Jo 4.4). O Maligno não lhes toca (I Jo 5.18).

4) Já somos filhos de Deus mas ainda não é manifesto o que haveremos de ser (1 Jo 3.2). Estamos sendo transformados de glória em glória (2 Co 3.18). Embora salvos ainda não estamos prontos.

Na farta literatura do movimento há afirmações que revelam bem a sua fragilidade doutrinária e que exigem uma confrontação:

18 As colocações sobre Maldição Hereditária foram tiradas, de uma forma ou outra do Sermão de Ed René Kivitz, Quebrando as Maldições, São Paulo 1993. Além disso aproveitamos uma contribuição do Sermão de Abimael, "Encontro Tremendo".

"Sonhar com uma igreja tão grande como as estrelas do céu e a areia do mar."[19] Aqui levanta-se a suspeita sobre as motivações de Castellanos. O nosso alvo, não é alcançarmos êxito e sucesso, mas sermos semelhantes a Cristo.

"Somos seres humanos dotados de qualidades e fontes inesgotáveis."[20] Aqui manifesta-se o complexo de "He-Man" do Movimento de Castellanos. Nós não somos dotados de qualidades e fontes inesgotáveis, mas somos limitados e imperfeitos. Castellanos é, visivelmente, adepto da malfadada "Teologia da Prosperidade".

"Todas as coisas que nós desejamos, já existem, estão na dimensão espiritual, quer dizer, na dimensão da benção divina."[21] "Permanecer no plano espiritual para dali poder controlar tudo o que desejamos que suceda no plano natural."[22] Essas afirmações revelam uma tendência forte ao neo-platonismo de Castellanos. Qual a fonte de tais afirmações? Não há na Bíblia tal ensino!

"Sei que as nações do mundo se voltarão para esta visão dos doze e, quem o fizer, se multiplicará grandemente porque esta é a estratégia de Deus para o século XXI."[23] Castellanos se revela pouco modesto. Afirmar que tal estratégia é "a estratégia de Deus", é no mínimo pretensão. E.M. Bounds afirmou: "A Igreja está procurando métodos melhores; Deus está buscando homens melhores.(...) O que hoje a Igreja necessita não é de mais e melhor maquinismo, de novas organizações ou mais e novos métodos, mas homens a quem o Espírito Santo possa usar – homens de oração, homens poderosos na oração. O Espírito Santo não se derrama através dos métodos, mas por meio dos homens. Não vem sobre maquinaria, mas sobre homens. Não unge planos, mas homens – homens de oração. (...) Homens são o método de Deus."[24]

"Salvação é a proteção espiritual, física e material que Deus tem para seus filhos, e estende-se a seus familiares."[25] Essa doutrina não encontra qualquer respaldo bíblico. Salvação é regeneração por meio da fé em Cristo Jesus.

"A necessidade de inovar de forma radical e contínua. Toda visão implica em inovação."[26] Nem toda a inovação é boa e vem de Deus. Além disso corre-se o risco de tornar-se seguidor de inovações e não de Deus e sua vontade.

"Quando Deus primeiro colocou em minha mente o conceito de uma congregação numerosa, tornei a crer nEle e começou a vir a multiplicação em um ritmo de crescimento nunca antes visto na história da igreja cristã em nosso país. Entretanto, comecei a pensar que as coisas deviam ir mais além do que estávamos alcançando."[27] Mais uma vez tal afirmação leva-nos a questionar as motivações de Castellanos.

De maneira clara, escutou Deus dizer-lhe: "Sonha, porque os sonhos são a linguagem do Meu Espírito!" Essa idéia não tem o menor respaldo bíblico. O Espírito nos fala pela Palavra, embora seja possível falar-nos através dos sonhos durante o sono, mas não necessariamente através dos sonhos como idéias dominantes perseguidas com paixão.

Concluindo, o movimento de Castellanos:

Erra, porque pretende ser a revelação de Deus única e exclusiva.

---

19 Castellanos, Liderazgo de éxito, 18.

20 idem, 20.

21 Idem, 21.

22 Idem, 25.

23 Idem, 29.

24 E.M.Bounds, Poder através da oração, São Paulo: Imprensa Batista Regular, 1979, 5ss.

25 Castellanos, Sonha 41.

26 Idem, 49.

27 Castellanos, Sonha, 77.

Erra, porque confunde números simbólicos com numerologia, ao exigir o uso do número 3 ou 12 como se fossem números mágicos. A fronteira entre o movimento de Castellanos e o esoterismo é muito tênue.

Erra, porque tem base em pretensas revelações e sonhos de um homem, cujas revelações não encontram respaldo bíblico, mas que pretendem ser novas revelações.

Erra, porque fundamentado na inovação cria doutrinas esdrúxulas como a de exigir dos encontristas que liberem perdão a Deus.

Erra, porque com sua confusão entre retiro para novos crentes e crentes antigos, anula a cruz e a obra vicária de Cristo, exigindo que todos os participantes confessem pecados anteriores ao encontro.

Erra, porque confunde os seus retiros com o Encontro pessoal com Cristo na conversão.

Erra, porque pretende que o encontro produza santificação instantânea a todo custo.

Erra, porque tenta pela manipulação psicológica massiva produzir a obra do Espírito.

Erra, porque pretende tornar os encontros normativos para todos que desejam ser instrumentos de Deus para esta geração.

Erra, porque quer crescimento numérico a qualquer custo.

Erra, porque confunde construção de um império pessoal com a construção do Reino de Deus.

Enfim, não cremos que tal movimento seja uma opção sadia para igrejas Batistas comprometidas com a sã doutrina e a Palavra de Deus.

Bibliografia

1) *CASTELLANOS, César (César Castellanos Domínguez). Liderazgo de éxito a través de los 12, Santa Fé de Bogotá: Editorial Vilit, 1999.*

2) *CASTELLANOS, César (César Castellanos Domínguez). Sonha e Ganharás o Mundo, São Paulo: Palavra da Fé Produções, 1999.*

3) *CHO, Paul Yonggi. A Quarta Dimensão. Um guia para o viver vitorioso, n.p.: Editora Vida, 131986.*

4) *CHO, Paul Yonggi. Muito Mais do que Números, Belo Horizonte: Editora Betânia, 1985.*

5) *Comissão dos Treze. Doutrina do Espírito Santo. Parecer da Comissão dos Treze, Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1963.*

6) *Convenção Batista Brasileira. Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira (série Documentos Batistas 2), Rio de Janeiro: Juerp, 21987.*

7) *Entrevista de César Castellanos à Revista Videira*

8) *Entrevistas diversas*

9) *Fita Cassete: Testemunho Encontro G-12 – Irmã Adriana*

10) *Fita Cassete: Testemunho Encontro G-12 – Irmão Gilberto*

11) *KIVITZ, Ed Renê. Quebrando as Maldições. Sermão integrante da Série Na Boca do Povo pregado na Igreja Batista de Água Branca em 11 de abril de 1993, São Paulo: Edição Própria, 1993.*

12) *SCHWARZ, Christian A. Die natuerliche Gemeindeentwicklung. Nach den Prinzipien, die Gott selbst in seine Schoepfung gelegt hat. Wuppertal, Kassel und Emmelsbuell: C& P Verlag und Oncken Verlag, 1996. (port. O desenvolvimento natural da Igreja, Ed. Evangélica Esperança)*

13) *STOTT, John. Batismo e Plenitude do Espírito Santo, São Paulo: Vida Nova, 1990.*

14) *TERRA NOVA, Renê de Araújo (org.). Implantando com Eficácia a Visão de Células, Manaus: Ministério Internacional da Restauração, 21999.*

15) *TERRA NOVA, Renê de Araújo (org.). Manual de Realização do Encontro, Manaus: Ministério Internacional da Restauração, 4n.d.*

21

UMA ANÁLISE DO MOVIMENTO G-12

REFLEXÕES DE UM PASTOR BATISTA

Ordem dos Pastores Batistas do Brasil - Secção do Estado de São Paulo
Março/2004
Pastor Alberto Kenji Yamabuchi[1]

INTRODUÇÃO

Recebi o convite de nossa digníssima Ordem dos Pastores Batistas para tratar do tema "Uma análise do movimento G-12" com alegria e temor. Com alegria, pois é sempre uma honra servir à denominação. Com temor, pois julgo que eu não tenha todas as condições necessárias para trabalhar esse assunto tão discutido em nosso meio nesses últimos tempos. Não obstante, espero, com a ajuda do Senhor nosso Deus, atender às expectativas dos prezados colegas de ministério.

Este trabalho reúne as minhas reflexões sobre o tema à luz do meu conhecimento da prática pastoral batista. Não pretendo aqui ferir ninguém e nem menosprezar o direito e a liberdade que cada indivíduo goza no que diz respeito à sua consciência e à manifestação de sua fé. Até porque tal procedimento, além de ser deselegante, feriria o que está assegurado pela Constituição Brasileira que em seu artigo 6º declara:

É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e as liturgias.[2]

Creio ser desnecessário lembrar que esse artigo encontra eco em um de nossos princípios batistas: o da liberdade religiosa e de consciência do indivíduo. A esse, podemos acrescentar o princípio da igreja como comunidade local, democrática e autônoma, porque nós, batistas, sempre legitimamos as decisões tomadas por qualquer igreja local em suas assembléias legais.

Referi-me a esses princípios batistas nesta introdução para expor a minha preocupação e o meu cuidado nos meus comentários sobre o Movimento G-12, porque sei que há casos de pastores e igrejas de nossa Convenção Batista Brasileira que aderiram – no linguajar do G-12 – à "visão" de células. Pretendo apenas, com as minhas reflexões, fazer um apelo à razão através do apontamento das implicações desse movimento na teologia prática batista.

Para apresentar um trabalho mais aprofundado sobre o G-12, creio que o pesquisador mais capacitado para essa tarefa é o pastor PAULO ROMEIRO, [3] doutor em Ciências da Religião e um dos maiores apologistas cristãos da atualidade. Por isso, não investirei tempo na explanação

1 Inscrito na OPBESP sob o no. 1641, é pastor auxiliar na Igreja Batista em Vila Gerte, São Caetano do Sul – SP, professor da Faculdade Teológica Batista de São Paulo, bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo, bacharel em Teologia pela Faculdade Teológica Batista de São Paulo, Mestre em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo e doutorando em Ciências da Religião. Publicado com autorização ©.

2 Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília, Senado Federal, 1988, p. 5.

3 Ver ROMEIRO, Paulo. G-12: igrejas em células. São Paulo: AGIR, 2000.

dos detalhes do G-12, até porque ao longo destes últimos anos, esse movimento tem sofrido alterações na forma e na ideologia. Reconheço que ainda há muita desinformação, boatos e distorções sobre o G-12. No entanto, há também muitos dados bem conhecidos e documentados sobre esse movimento. Procurei, então, firmar minhas reflexões e considerações finais sobre aquilo que a maioria das minhas fontes de pesquisa concorda. Também busquei não valorizar as histórias não comprovadas que vieram ao meu conhecimento durante a minha pesquisa sobre o assunto.

Assim, este trabalho consiste principalmente da exposição resumida e comentada das principais características do G-12 e de algumas conclusões que tirei do meu trabalho "G-12 – Novo Discipulado ou Novo Movimento Religioso?", [4] que apresentei em cumprimento às exigências da disciplina Novos Movimentos Religiosos do Curso de Mestrado em Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo, em Junho de 2001.

I – G-12

Quando estudamos os novos movimentos religiosos que surgem em nosso meio, observamos a profunda necessidade que o homem tem de lidar com o sobrenatural. Apesar da cultura secularizada transmitida pelas últimas gerações, é impressionante como cresce esse interesse da sociedade pelo divino, pelo transcendental.

Essa busca pelo sobrenatural pode ser o resultado da constante insatisfação espiritual do homem pós-moderno, geralmente inclinado a rejeitar as tradicionais formas de se lidar com o sagrado, cujo poder está nas mãos da religião oficial e por isso contra ela se rebela. E isso é percebido também no meio cristão, como bem observa um grupo de pastores presbiterianos que analisou o Movimento G-12:

Cremos que os movimentos religiosos, em pequena ou larga escala, ganham corpo como vozes de insatisfação contra o cristianismo vigente incluindo a fragilidade das convicções doutrinárias e a distância entre a proclamação da verdade teórica e da praticidade da mensagem.[5]

Segundo o coração de alguns, um novo universo simbólico e sagrado precisa ser construído, explorado e experimentado contra uma aparente esterilidade do cristianismo histórico, para dar um sentido diferente à vida. Mas até mesmo essa procura é marcada pela superficialidade, pois o interesse está focado na satisfação imediata de necessidades mais mundanas que espirituais. Não é à-toa que essa busca do "novo" em termos espirituais provoca uma tal agitação no mundo religioso, que poderia ser classificada entre as grandes forças sociais de nossa época.

Dentre as novas agitações espirituais no meio cristão, destacamos aquelas que vêm do movimento neopentecostal. No Brasil existem ramos do neopentecostalismo que, na ânsia de se buscar o sagrado de forma diferenciada e/ou de atrair uma multidão de fiéis, tentam dialogar tanto com o cristianismo histórico (catolicismo-romano, protestantismo) como com o misticismo e esoterismo (Nova Era, religiões afro-brasileiras). Além disso, esses ramos têm um forte discurso proselitista, quase manipulador, que atrai os sedentos por novidades místicas, o que explica o seu crescimento notável e seu avanço em todos os segmentos de nossa sociedade.[6] E foi dentro dos arraiais do neopentecostalismo que encontramos a origem do Movimento G-12.

---

4 YAMABUCHI, Alberto Kenji. G-12 – Novo Discipulado ou NMR? Monografia. S. Bernardo do Campo: UMESP, 2001.

5 G-12: uma tentativa de análises. <http://www.nbz.com.br/igrejavirtual/estudos/g12>. 01.03.2004.

6 Por exemplo, a Revista Superinteressante de Fevereiro de 2004 registra que a IURD do bispo Macedo, fundada em 1977, possui hoje 2,1 milhões de fiéis com uma taxa de crescimento anual de 25,7%!

Embora importado de outro país latino-americano, a Colômbia, o G-12 encontrou no Brasil, principalmente no meio neopentecostal, terra fértil para o seu crescimento. A versão brasileira caracteriza-se pelo tom fundamentalista em suas pregações, com ênfase na experiência pessoal, além de forte misticismo em suas práticas pastorais. Em pouco tempo, o G-12 das igrejas neopentecostais alcançou os fiéis de algumas igrejas cristãs históricas.

1. O que é o G-12?

O G-12 é um "novo" movimento que se introduziu inicialmente no seio do neopentecostalismo, com o propósito de provocar o crescimento das igrejas evangélicas através de pequenos grupos conhecidos como células. Essas células atuam em reuniões nas casas dos fiéis e geralmente são compostas por doze pessoas. O número doze refere-se ao modelo do discipulado de Jesus Cristo, que separou para si doze homens para instrução, capacitação e testemunho das Boas Novas.

O G-12 nasceu de uma visão do pastor César Castellanos Dominguez, pastor-fundador da "Missão Carismática Internacional" da Colômbia. Castellanos afirma ter recebido essa "nova e direta" revelação de Deus a respeito da Igreja cristã do novo milênio, no ano de 1991. Segundo esse pastor, o G-12 é o novo e último modelo de crescimento para a Igreja. Castellanos afirma que:

"... o princípio dos doze é um revolucionário modelo de liderança que consiste em que a cabeça de um ministério seleciona doze pessoas para reproduzir seu caráter e autoridade neles para desenvolver a visão da igreja, facilitando assim a multiplicação; essas doze pessoas selecionam a outras doze, e estas a outras doze, para fazer com elas o mesmo que o líder fez em suas vidas". [7]

O modelo dos 12 funciona como um processo de crescimento espiritual e ministerial, que é chamado de "Escada do Sucesso". Ele compreende quatro degraus ou etapas:

Envio

Treinamento

Consolidação

Evangelização

A Evangelização ocorre nas células. O número base é de 12 participantes por célula. Quando a célula alcança o número de 24 pessoas em suas reuniões, ela precisa se subdividir para manter o número 12. A célula é responsável pelo ensino e formação dos discípulos. Os cultos no templo da igreja se transformam em celebrações.

A Consolidação é a etapa da confirmação da fé do indivíduo. Isso ocorre nos encontros. Lá, o novo convertido passa pela libertação e quebra de maldições. Nesses encontros, a pessoa também é doutrinada na visão dos 12. São três tipos de encontros: o pré-encontro, o encontro e o pós-encontro. Os líderes de células são formados nesses encontros.

O Treinamento é oferecido pela escola de líderes de cada igreja. Os novos discipuladores são capacitados para dirigir as células e difundir a visão dos 12. Cada seguidor do G-12 tem uma meta de 144 discípulos.

O Envio é a etapa final, quando os novos líderes assumem a liderança de grupos em células, com a missão de preparar outros discipuladores.

---

7 CASTELLANOS, César. Liderazgo de êxito a través de los 12. Bogotá: Ed. Vilit, 1999, p. 148 apud SALGADO, Josué Mello. Dessacralizando a "visão": uma abordagem crítica e desmistificadora do movimento "G-!2". Brasília: [se], [sd], p. 1.

Além dos encontros, vários eventos também são realizados para promover o G-12. Por exemplo, em Junho de 2000, em Sumaré, no interior de São Paulo, foi realizado o "I Congresso Nacional do G-12" com mais de mil participantes. Esse congresso foi organizado pela Igreja do Evangelho Quadrangular, "a primeira grande denominação brasileira a aderir oficialmente ao movimento". [8] Essa denominação neopentecostal possui 1,3 milhão de fiéis e está entre as cinco maiores igrejas evangélicas do Brasil, segundo a revista Superinteressante. [9] A "II Convenção Anual no Brasil de Igrejas em Células no Modelo dos 12" aconteceu no Ginásio do Ibirapuera, em São Paulo, entre os dias 29 de junho e 2 de julho de 2000 e contou com mais de nove mil participantes. Nos dias 6 a 9 de julho de 2000 foi realizado o "I Congresso de Crescimento da Igreja na Visão Celular" em Volta Redonda, no Estado do Rio de Janeiro. O preletor foi o pastor[10] Renê Terra Nova, de Manaus – AM, "... pastor que tem influenciado a igreja evangélica brasileira com divulgação da visão da Igreja Celular no Modelo dos 12". [11] Esses eventos provam o quanto tem crescido o movimento em solo brasileiro.

Os maiores representantes do G-12 no Brasil são: Renê Terra Nova, Valnice Milhomens e Roberto Tavares[12]. Segundo a Revista Eclésia, esses três líderes brasileiros fazem parte do seleto "grupo de 12 diretamente ligado ao líder colombiano" [13] e são os divulgadores oficiais da visão G-12 no Brasil.

2. Referenciais teológicos do G-12.

O G-12 ampara suas práticas em ênfases teológicas que combinam liderança carismática, fundamentalismo cristão, doutrinas neopentecostais, manipulações psicológicas e misticismo. Essa abrangência facilita a cooptação de novos adeptos, a maioria proveniente de outras igrejas cristãs. Além disso,

O G-12 é um movimento que não propõe a filiação de seus participantes à igreja realizadora do evento. É possível ser um dos doze de algum discipulador e permanecer membro de uma igreja histórica que não tenha se enquadrado no modelo, por exemplo. Dessa forma, o movimento, através de seus Encontros, tem uma penetração mais eficiente no seio das igrejas, e permite aos líderes da região exercer controle sobre membros de outras igrejas sem que eles se desvinculem das mesmas. [14]

Se for assim, podemos entender como a visão dos 12 consegue encontrar, sutilmente, lugar em meio às nossas fileiras.

Segundo ROMEIRO, [15] o G-12 tem em Kenneth Hagin, um expoente da Teologia da Prosperidade, e em Peter Wagner, um "especialista" em guerra espiritual, os seus referenciais teológicos principais. Kenneth Hagin é também o referencial de R. R. Soares, cujos programas televisivos têm alcançado de maneira impressionante a atenção do povo evangélico. [16] Os ensinos de Soares encontram eco no movimento G-12.

---

8 FERNANDES, Carlos. G-12: revolução ou heresia? Eclésia.Ano V, no. 57, p. 19.

9 GWERCMAN, Sérgio. Evangélicos. Superinteressante.Edição 197, p. 61

10 Terra Nova e sua esposa Ana Marita ostentam hoje o título de apóstolos conforme <http://www.mir.org.br>. 01.03.2004.

11 MACHADO, Rubem. Folha Mundial. Ano I, no. 3, p. 2.

12 O nome de Tavares não consta na lista publicada em 20.02.2002 na <http://www.mir.org.br/atual/at200202.htm> de 01.03.2004. Em seu lugar consta o nome de Sinomar Fernandes.

13 FERNANDES, Carlos. Opus cit, p. 19.

14 BATISTA, Jôer Corrêa. Movimento G-12: uma nova reforma ou uma velha heresia? Fides Reformata 5/1 (2000). <http://www.mackenzie.com.br/teologia/fides/vol05>. 01.03.2004.

15 ROMEIRO, Paulo. Opus cit, p. 5.

16 YAMABUCHI, Alberto Kenji. Cura e poder na teologia de R. R. Soares: uma análise crítica à luz da Teologia Prática. S. B. Campo: UMESP, 2002.

17 Idem, idem, p. 2.

Quanto ao modelo de igrejas celulares, "o líder colombiano confessa que foi grandemente influenciado por David (Paul) Yonggi Cho, da Coréia". [17] Castellanos "visitou a Coréia em 1986 e, por sete anos, trabalhou com o sistema de células de Cho. A partir das experiências com os pequenos grupos de Cho, Castellanos incrementou (em 1991) uma nova estratégia".[18] Segundo a Revista Eclésia, a igreja de Cho, a "Full Gospel Church" na Coréia do Sul, era, em 2000, a "maior igreja evangélica do mundo, com mais de 600 mil membros", [19] e tinha atingido essa marca usando o modelo de células ou grupos familiares. Nessa mesma época, Castellanos pastoreava uma igreja com "170 mil membros e 15 mil células, ou grupos familiares". [20]

O G-12 estabelece a forma episcopal de governo da igreja e assim estimula a construção de uma pirâmide hierárquica e centralizadora de poder. Isso está bem distante do nosso modelo eclesial batista.

3. Principais características do G-12.

(a) Exclusivismo.

O G-12 é, para seus defensores, a última solução para a Igreja do novo milênio. Por isso, para eles, o movimento merece toda a atenção e exclusividade. O próprio Castellanos reforça essa idéia em seu depoimento:

Em várias oportunidades encontrei-me com alguns dos convertidos em diferentes lugares, que me diziam: "Pastor, eu conheci o senhor na missão, mas estou congregando em tal igreja". Eu dizia: "Amém, glória a Deus, esta alma não se perdeu, está sendo edificada!" No entanto, chegou o dia em que Deus chamou minha atenção, dizendo-me: "Estás errado; essa alma eu a trouxe à tua igreja. Se tivesse querido mandá-la a outra igreja tê-lo-ia feito. Enviei-a para ti para que cuides dela e espero que me respondas. [21] [grifo meu]

Essa atitude tem implicações soteriológicas: para os gedozistas, a salvação de alguém só estará garantida se foi conquistada nos encontros através da regressão, quebra de maldição, cura interior, negando assim o sacrifício perfeito de Cristo no Calvário. [22]

Para o G-12, os demais modelos eclesiais são, de certa forma, desprezados como se pode verificar nas palavras entusiasmadas de Castellanos:

A frutificação neste milênio será tão incalculável, que a colheita só poderá ser alcançada por aquelas igrejas que tenham entrado na visão celular. Não há alternativa: a igreja celular é a igreja do século XXI. [23] [grifo meu]

O problema desse exclusivismo é a possível tendência à arrogância e àquilo que CAMPOS chama de "vedetismo pastoral". [24] Provavelmente muitos líderes não estão percebendo que, quando saem em defesa do G-12, ficam reféns de suas próprias palavras que os lançam nas redes da vaidade e do orgulho. Por exemplo, um certo pastor Joel Pereira, em entrevista a um periódico evangélico, declarou:

---

18 STEPHANINI, Valdir. Análise crítica do movimento G12. <http://www.batistas-es.org.br/analise_critica_g12>. 01.03.2004.

19 FERNANDES, Carlos. Opus cit, p. 18.

20 SALGADO, Josué Mello. Opus cit, p. 1.

21 CASTELLANOS apud LIMA, Paulo César. O que está por trás do G-12: o que é, suas doutrinas, seus métodos, o que pretende. Rio de Janeiro: CPAD, 2000, p. 32.

22 LIMA, opus cit, p. 39.

23 CASTELLANOS apud ROMEIRO. Opus cit, p. 5.

24 CAMPOS, Leonildo S. Teatro, templo e mercado: organização e marketing de um empreendimento neopentecostal. S. Bernardo do Campo: Vozes, 1999, p. 98.

25 MACHADO, Rubem. Folha Mundial. Ano I, no. 4, p. 16.

O meu aproveitamento da Igreja era uma porcentagem de 33% de cada convertido, ou seja, cada 100 que eu convertia eu batizava 33, 34, era uma média muito ruim. Hoje eu tenho uma média de quase 100% de aproveitamento. [25] [grifo meu]

Seria ele o responsável direto pela conversão e batismo das pessoas? Talvez esse pastor nem tenha conscientemente pensado da maneira como interpretei suas palavras, mas é certo que seu testemunho pode gerar um certo constrangimento. A leitura que o povo simples pode fazer de sua declaração vai ao encontro de uma autoridade espiritual poderosa e inquestionável: o "ungido intocável". Aliás, prega-se muito sobre a obediência à autoridade espiritual. O que é ser obediente segundo a visão do G-12?

É ter submissão à autoridade legítima; é se sujeitar e ter docilidade (dicionário Michaelis). Obedecer também não é concordar. Quantas vezes você não concordou com seu chefe, mas teve que obedecer?

A obediência tem um limite: até a morte (Fp 2:5). Não é para estabelecermos nossas próprias cláusulas, artigos, etc. Se procedermos em obediência sempre, teremos uma recompensa tremenda: seremos exaltados. [26]

Há um outro exemplo desse "vedetismo pastoral": um pastor de nossa Associação Batista do ABC, ao defender sua adesão ao G-12, declarou do púlpito de sua igreja que não faria parte de nenhum ministério aquele membro que não concordasse com a mudança da sua igreja para a visão celular. Quando foi questionado no campo doutrinário, afirmou que ninguém naquela igreja conhecia mais teologia do que ele. [27] Sua igreja se dividiu. É comum encontrarmos igrejas divididas por causa da visão dos 12. Os exemplos mais recentes são os casos das igrejas batistas de Barretos e Rinópolis conforme o Jornal O Batista Paulistano. [28]

O próprio Castellanos também cai no mesmo vedetismo. Sendo, segundo ele mesmo, o "único" a receber de Deus a visão celular, ele entende que pode escolher e reunir ao redor de si doze discípulos "mundiais" [29] entre os quais estão os representantes brasileiros do G-12 que também são, do ponto de vista sociológico, líderes altamente carismáticos. Faria Castellanos o papel de Jesus, já que existem 12 subordinados a ele? Ele mesmo ensina que o G-12 é:

Um revolucionário modelo de liderança que consiste em que a cabeça de um ministério seleciona doze pessoas para reproduzir seu caráter e autoridade neles para desenvolver a visão da igreja... [30]

Se Castellanos é a cabeça do ministério, da visão do G-12, a quem ele se reporta? É muito tênue a fronteira entre tal disposição de liderança e aquilo que chamamos de messianismo. DESROCHE [31] ensina que há um tipo de fenômeno messiânico chamado "messias pretendido", que é aquele em que o líder não reivindica diretamente para si o título de messias. Esse título lhe é atribuído pelos seus discípulos que podem chegar a mitificar sua pessoa, enquanto ainda personagem historicamente presente no cenário religioso. Uma das características de um messias, conforme DESROCHE, é a sua auto-deificação – no princípio negada, mas assumida de forma progressiva até alcançar uma consciência de messianidade. Exagero? Talvez. Mas não podemos deixar de imaginar que o modelo dos 12 oferece condições para esse risco.

---

26 Estudo para o G-12: Obediência e renúncia: requisitos para um líder de êxito – Parte 2. <http://www.mir.org.br>. 01.03.2004.

27 DOSSIÊ DA PIB BAETA NEVES. Associação Batista do ABC e Ordem dos Pastores Batistas do Brasil – Seccional ABC, Novembro de 2003.

28 ROCHA, Vieira. Alguns estragos do G12 e de suas "renovações". O Batista Paulistano. Ano 95, no. 1, p. A5.

29 Os 12 internacionais já escolhidos por Castellanos pertencem aos seguintes países: Austrália, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Escócia, Inglaterra, Itália, Coréia, Peru, Portugal, Porto Rico, República do Casaquistão, Suíça e Estados Unidos. São 15 países e não 12 porque, segundo Castellanos, "serão levantados vários grupos de 12 internacionais". <http://www.mir.org.br/atual/at200202.htm>. 01.03.2004.

30 CASTELLANOS apud SALGADO. Opus cit, p. 1.

31 DESROCHE, H. Dicionário de Messianismos e Milenarismos. S. Bernardo do Campo: UMESP, 2000, p. 32-37.

Geralmente um fenômeno messiânico é precedido por um fato espiritual "explosivo": uma profecia, uma visão, um sonho. A revelação de Deus a Castellanos foi assim descrita por ele:

Pedi a direção do Senhor, e Ele prometeu dar-me a capacidade de preparar a liderança em menos tempo. Pouco depois abriu um véu em minha mente, dando-me entendimento em algumas áreas das Escrituras, e perguntou-me: "quantas pessoas Jesus treinou?" Começou desta maneira a mostrar-me o revolucionário modelo de multiplicação através dos doze. Jesus não escolheu onze nem treze, mas sim doze. [32]

Castellanos diz ter recebido essa revelação especial de Deus e parece também ser capaz de oferecer as mensagens divinas aos seus discípulos mundiais, como podemos verificar em sua "profecia" dada ao pastor Terra Nova, em Porto Seguro, Brasil:

O Espírito do Senhor diz: porquanto tens tido sempre em teu coração o desejo de amar meu povo Israel, de abençoá-los e de mover as pessoas para que amem o meu povo, Eu te abençôo. E parte da bênção que tenho te dado é que entendas a visão. Filho, não temas nem as críticas, nem aos elogios, porque tenho te dado ouvidos, mas quero que sejam surdos a toda crítica.

Quero dizer-te que te levarei a outras nações. Tu estarás pregando na Europa, na África, na Itália; também te levarei a Austrália, também pregarás no Japão, na China, na Rússia, ó filho, porque tenho me agradado. Siga avançando com a visão; não te detenhas, corra com êxito, avança, porque tenho te escolhido, diz o Espírito de Deus. [33]

A visão de Castellanos foi "canonizada" por seus adeptos, graças a profecias como essa acima. "A visão cura feridas, sara o povo e restaura o sacerdócio" (Renê Terra Nova); "este modelo é para todas as igrejas e veio para ficar" (Valnice Milhomens). O G-12 é "a única tábua de salvação para a igreja, o último movimento de Deus na terra, a única solução para a salvação das almas". [34] Por isso, quem não aceita a visão do G-12 é praticamente anatematizado. Para os defensores do G-12, quem rejeita a visão está sob o domínio de satanás. Leiamos a resposta de Valnice Milhomens a um leitor que lhe perguntou por que as igrejas Renascer e Universal do Reino de Deus são contra o G-12:

O motivo é falta de conhecimento do modelo. Satanás encarregou-se de entrar no meio para confundir, denegrir, afastar os pastores da visão. Ele anda extremamente nervoso porque ver todos os fins de semana milhares de vidas passando por uma profunda experiência de arrependimento, libertação, cura, enchimento do espírito ... é dose elevada para ele. Estamos em guerra cerrada contra o inferno. Vamos abençoar nossos amados irmãos que combatem a visão, orando: "Pai, perdoa-os porque não sabem o que dizem". [35]

DESROCHE ensina também que há diferentes tipos de reinados messiânicos. Quero destacar o que ele escreve sobre o reinado do tipo religioso ou eclesiológico:

É dominado por um projeto de reforma religiosa ou cultural. Mas esse projeto nunca deixa de ser acompanhado de uma greve sócio-religiosa mais ou menos radical contra o mundo existente. No mínimo, greve dos "cultos" dominantes. No extremo, venda de todos os bens e rejeição do trabalho, como no caso da expectativa adventista primitiva. Ocorre, com freqüência, o engajamento numa vida "fora do mundo" através da criação de conventículos. [36]

Observemos como o G-12 se afina com esse tipo de reino messiânico: em primeiro lugar, o G-12 se propõe ser a restauração da Igreja nos moldes da Igreja primitiva em Atos dos Apóstolos. Todos os demais modelos eclesiais são reputados como obsoletos ou ultrapassa-

32 CASTELLANOS apud ROMEIRO, opus cit, p. 3.

33 CASTELLANOS. Profecia no G-12, dada em Porto Seguro. <http://nbz.com.br/igrejavirtual/estudos/g12/profecia.htm>. 01.03.2004.

34 ROMEIRO, opus cit, p. 5.

35 <http://www.nbz.com.br/igrejavirtual/estudos/g12/questoes1.htm>. 01.03.2004.

36 DESROCHE, opus cit, p. 34.

dos. Os encontros tornam-se "conventículos", em ambiente "fora do mundo", onde os ensinos são cercados de mistérios e segredos.

Mesmo que essa relação com o messianismo seja negada por Castellanos e seus defensores, não se pode negar que existam traços característicos desse fenômeno na visão do G-12.

Passarei agora às práticas e ensinos do G-12 em seus encontros.

(b) A prática da regressão psicológica.

Embora seja de natureza psicoterapêutica, não há consenso entre os profissionais da saúde mental sobre a eficácia da regressão psicológica na cura das pessoas. LIMA ensina que a regressão "como terapia, nada mais é do que evocar sentimentos, traumas, tensões, que ficaram retidos no inconsciente". [37] No G-12, a regressão psicológica é realizada nos encontros, onde o líder poderá manipular as lembranças, emoções e traumas do neófito de tal maneira que todo o passado da pessoa será "levantado" para as devidas "correções espirituais". Um "mapa espiritual" é elaborado após as sessões de regressão psicológica. O líder, então, tem em suas mãos informações importantes a respeito de seu discípulo e pode usá-las para orientar sua vida. Cria-se, com essa prática, um forte vínculo de dependência do neófito com o líder do grupo.

O grande problema são as pessoas que lidam com isso. Geralmente não são profissionais da área da saúde e, portanto, não têm o preparo adequado para lidar com os imprevistos que certamente surgirão nas sessões de regressão psicológica. Os prejuízos em termos emocionais podem ser irreparáveis.

A regressão está associada à cura interior.

(c) Cura interior.

A regressão psicológica prepara o campo para o que é chamado de "cura interior". Nos encontros, procura-se explorar a experiência pré-natal, infância, adolescência e juventude da pessoa "para assim, com a ajuda do Espírito Santo e a Palavra de Deus, ministrar libertação e sanidade interior ao novo (convertido)". [38] Assim, pretendem que problemas como a rejeição na gravidez, na infância ou na adolescência recebam tratamento espiritual durante as sessões de regressão e de cura interior nos encontros do G-12. O problema é o mesmo da regressão psicológica: não há garantias de que as pessoas sejam curadas por esse método, até porque os responsáveis pela "ministração" muitas vezes não são habilitados para isso.

(d) Deificação do homem.

LIMA trata do assunto da deificação do homem em sua obra no capítulo três sob o interessante título "A louca mania de querer mandar em Deus". [39] Segundo esse autor, a palavra de ordem nos encontros é: "Eu determino...", "Eu declaro...", ou "Eu ordeno... em nome de Jesus Cristo". Ele mesmo registra o seguinte (sem citar a fonte):

---

37 LIMA, opus cit, p. 45.

38 CASTELLANOS apud SALGADO, opus cit, p. 3.

39 LIMA. Opus cit, p. 49-55.

40 Idem, idem, p. 49.

Toda a estrutura do animismo, feitiçaria e demonismo consiste exatamente na busca de controlar, manipular, domesticar forças sobrenaturais. [40]

Assim, conclui-se que essa atitude espiritual tem mais ligações com as religiões pagãs, onde os sacerdotes imaginavam poder controlar as suas divindades por meio de fórmulas mágicas ou encantamentos.

Essa relação entre o homem e o sagrado encontra luz na descrição que RUDOLF OTTO[41] faz sobre o numinoso. Para OTTO, o numinoso ou o sagrado é o mysterium tremendum et fascinans. Esses três elementos são presentes na religião, sendo que: (a) mysterium é o Outro que atrai e repele ao mesmo tempo. Ele é transcendente e imanente. Distante e presente. É totalmente desconhecido; (b) tremendum: o temor, a majestade, a energia e (c) fascinans: a atração pelo sagrado. Ou seja, ao mesmo tempo em que o homem teme o sobrenatural, ele é atraído pelo mesmo e vai ao seu encontro, procurando interagir com o sagrado.

O movimento G-12 oferece esse contato com o sobrenatural através da deificação do homem, que o coloca praticamente em pé de igualdade com Deus.

(e) Confissão positiva.

Um dos exemplos mais destacados que contribuem para a afirmação que o G-12 abraça a doutrina da Confissão Positiva de Kenneth Hagin é o uso do termo grego rhema (palavra). Na língua grega há dois termos para o vocábulo "palavra": logos e rhema. Os líderes do G-12 – bem como outros neopentecostais – fazem questão de distinguir os dois termos: rhema é a palavra que os crentes usam para decretar ou declarar e logos é a palavra da revelação de Deus (que pode incluir a Bíblia). É nesse termo que reside o poder de mudar as coisas. O crente pode abençoar ou amaldiçoar alguém se utilizar o rhema. ROMEIRO entende que o uso do "poder" do rhema pode ser comparado ao abracadabra dos meios mágicos.

Dentro desse item temos também a renúncia, que é a "rejeição aos conceitos, hábitos e costumes da vida cristã que até então se professava". [42] Como os gedozistas dão muito valor ao poder da palavra proferida, a renúncia se torna uma forma de se "firmar" na visão, ao mesmo tempo em que se despreza todo o histórico de vida espiritual da pessoa. Assim, por vezes muitos invalidam sua experiência de conversão e a validade de seu batismo anteriores ao contato com a visão dos 12.

(f) Teologia da Prosperidade.

A afirmação de que Deus é o "dono de todo ouro e de toda prata" torna seus filhos os herdeiros de toda a riqueza material que puderem alcançar em vida. Aliás, os discípulos não são chamados de "filhos de Deus", mas de "filhos do Rei". Uma exagerada confiança na prosperidade material é a característica dessa teologia. O "ter" é sinônimo de fé legítima e de aprovação divina.

A Teologia da Prosperidade não diz respeito apenas à riqueza material, mas também à saúde física perfeita. As enfermidades são sinais de pecado ou de domínio satânico. Por isso, o doente, seja convertido ou não, precisa passar por "libertação", ou seja, precisa ser exorcizado para gozar a vida como filho do Rei.

---

41 OTTO, Rudolf. O sagrado. S. B. Campo: Imprensa Metodista, 1985.

42 Ibidem, p. 40.

(g) Triunfalismo.

O triunfalismo é o modo de pensar que está muito ligado à Confissão Positiva e à Teologia da Prosperidade. Lima ensina que "o triunfalismo, em geral, faz as pessoas pensarem de si mesmas além do que realmente são". [43] Cria uma espécie de supercrentes. O texto bíblico predileto dos triunfalistas é aquele que fala sobre a promessa de Deus em permitir que seu povo seja "cabeça e não cauda" (Dt 28:13). A fragilidade da natureza humana é desprezada. Nenhuma derrota é admitida. Nenhum fracasso. Isso seria sinal de falta de fé. O perigo desse modo de pensar está nos possíveis prejuízos gravíssimos para a saúde espiritual, mental e física das pessoas envolvidas.

(h) Guerra espiritual.

O homem quando passa por crises tem a tendência de responsabilizar alguém ou algo pelas adversidades da vida. No G-12, o diabo é o principal culpado pelo sofrimento humano. Daí a necessidade de guerrear contra ele e, para tanto, é necessário equipar-se militarmente contra as hostes infernais. Demônios são identificados (praticamente são invocados) e o exorcismo se processa mediante uma pantomima mística: punhos cerrados, gritos de guerra, etc. Assim, nessa "guerra", o homem deixa de ser vítima do ataque demoníaco e passa a ser um "guerreiro espiritual".

Há tanta preocupação com a pessoa e obra do diabo que o movimento praticamente o coloca em pé de igualdade com Deus. Essa perspectiva maniqueísta distorce o conceito da Onipotência de Deus.

A responsabilidade humana pelo pecado também é praticamente descartada. Assim, por exemplo, aquele que adulterou, na verdade não foi diretamente responsável pelo seu pecado, mas sim o "espírito maligno do adultério" que precisa ser exorcizado. E esse exorcismo, ou "libertação", precisa ser realizado tantas vezes quantas forem necessárias até que a pessoa se torne livre da ação do maligno em sua vida.

Outras práticas na guerra espiritual travada nos encontros: queima de objetos, roupas, livros que possam estar de alguma maneira "ligados" aos demônios, utilização de óleo, fórmulas especiais para exorcizar certos demônios, por exemplo, a necessidade de se conhecer o nome do demônio que está possuindo a pessoa, etc. Aliás, essa "necessidade" de se identificar o demônio que atormenta a vida de alguém pelo nome, para então exorcizá-lo, cria uma certa neurose que LIMA chamou de neurose da sensibilidade extrasensorial. [44] Trata-se da tendência do indivíduo em demonizar tudo que está ao seu redor. Em outras palavras, ele "vê demônio em tudo".

(i) Maldição hereditária.

A maldição hereditária é aquela que acompanha uma família através das gerações, e que se originou com uma palavra (rhema?) contrária proferida por autoridade espiritual que "autorizou" o diabo a prejudicar alguém e sua descendência ao longo do tempo. Assim, se em uma família existe um alcoólatra, conclui-se que sempre houve e haverá um histórico de alcoolismo em suas gerações, porque um ancestral com autoridade espiritual amaldiçoou sua família, liberando o diabo para causar tais danos. Daí a necessidade de se "quebrar" essa maldição

43 LIMA, opus cit, p. 71.

44 Idem, idem, p. 81.

através dos rituais exorcistas. O espírito maligno familiar é invocado para declarar sua missão, quem o invocou e assim ser expulso da vida daquela família.

As pessoas também são obrigadas nos encontros a confessar seus pecados até mesmo cometidos no ventre materno para quebrar os vínculos do passado. Pode-se confessar pecados cometidos por antepassados para que haja a quebra da maldição.

Todas essas crenças contrariam a Palavra de Deus (veja 2 Co 5:17; Jr 31:29-30; Ez 18:2-3, 20).

(j) Os encontros.

Os encontros são assim classificados: (1) pré-encontro: palestras preparatórias para o encontro; (2) encontro: retiro espiritual de cerca de 3 dias e (3) pós-encontro: dura cerca de 3 meses onde são oferecidas palestras para consolidação do que foi aprendido no encontro.

Os encontros estão envoltos em mistério para quem nunca participou deles. É vedado ao adepto do G-12 revelar o que acontece nesses encontros. "O encontro foi tremendo!" é a única informação permitida para conhecimento público sobre o evento.

Tudo o que vimos anteriormente se pratica nos encontros promovidos pelos adeptos do G-12. Os encontros são:

Retiros de três dias, durante os quais o novo crente compreende a dimensão exata do significado do arrependimento, recebe cura interior e é liberto de qualquer maldição que tenha imperado em sua vida. Logo a seguir se capacita como guerreiro espiritual, com a ministração do enchimento do Espírito Santo. [...] mediante conferências, palestras, vídeos e práticas de introspecção, se leva o novo convertido ao arrependimento, libertação de ataduras e sanidade interior.[45]

O pr. Valdir Stephanini, da PIB de Cidade da Serra – ES, em sua Análise crítica do Movimento G-12, percebeu que os encontros do G-12 têm sua inspiração nos antigos cursilhos da Igreja Católica. Ele escreve:

Falando sobre o Cursilho (que corresponde ao encontro do G12) o ex-padre Aníbal afirma: "consiste nos três dias, geralmente de Quinta a Domingo, de encontro pleno, atual e comunitário de cada pessoa com o fundamental católico num ambiente de intensa emoção visando cursilhizar os participantes para integrá-los no movimento. [...] crises de choro provocadas com artifícios, clima próprio e nos moldes fascistas para condicionamento psicológico dos participantes aos objetivos clericais" (p. 22). "5 meditações, e há palestras de mais de 2 horas cada uma" (p. 23). (Citações do livro Os Cursilhos de Cristandade por Dentro do Dr. Aníbal Pereira dos Reis; São Paulo: 1973).[46]

O método dos encontros não é, portanto, nova revelação.

Mas segundo os gedozistas tradicionais, os encontros promovidos no Brasil sofreram alteração em comparação ao modelo de Castellanos. Na Colômbia,

"os encontros visam o evangelismo e o discipulado (sic) de novos convertidos e a preparação para a vida em células. Entretanto, ao ser transplantado para o Brasil, parece que o Movimento perdeu sua originalidade e os objetivos passaram a ser outros, focalizando especialmente os crentes, independente de sua denominação". [47]

Essa distorção tem sido motivo de críticas entre os próprios adeptos do movimento. Segundo os gedozistas conservadores, os encontros são apenas uma parte da visão dos 12 e não são o fim em si mesmos.

---

45 CASTELLANOS apud SALGADO, op. cit, p. 1.

46 Fonte: <http://www.batistas-es.org.br/analise_critica_g12.htm>. 01.03.2004.

47 Fonte: idem, idem.

II – CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Mas ponham à prova todas as coisas e fiquem com o que é bom. 1 Ts 5:21 (NVI)

Nossa Convenção Batista Brasileira manifestou sua posição contrária ao movimento em declaração firmada em 23.10.2000, no Rio de Janeiro. 48 Está, portanto, muito claro para nós, batistas, que o G-12, com suas práticas e ensinos já considerados, não pode ser a "única solução para a salvação das almas" e nem a última resposta para a Igreja do século XXI.

No entanto, devemos respeitar e amar os irmãos que aderiram à visão dos 12. Nós nos opomos à visão dos 12 e não às pessoas. Não podemos levar a discussão para o campo pessoal. Apesar desse nosso amor, não podemos, porém, mudar nossa opinião contrária ao G-12 porque rejeitamos suas ênfases teológicas e práticas estranhas e antibíblicas.

Mas é preciso reconhecer que apenas rejeitar o Movimento por sua fragilidade doutrinária não é atitude inteligente. Como o próprio apóstolo Paulo nos ensina, devemos provar tudo e ficar com o que é bom. Assim, há, sem dúvida, assuntos importantes para nós, batistas, que foram e estão sendo tocados pelo Movimento G-12 e que precisam ser levados em conta em nossa reflexão pastoral.

Em primeiro lugar, creio que toda a controvérsia causada pela visão dos 12 nos leva a pensar sobre o significado do discipulado para a Igreja de Cristo. Não importa o método do discipulado, se individual ou em grupo de 5, 10, 12 ou 100 pessoas. O que precisamos é cumprir cabalmente a Grande Comissão que inclui não somente o evangelizar como também o fazer discípulos (Mt 28:19-20). O discipulado também envolve a construção de relacionamentos pessoais. Isso é de valor fundamental, pois vivemos numa cultura de natureza tão individualista que facilmente promove a solidão entre as pessoas. Com tanta carência de relacionamentos profundos, o discipulado na igreja poderia ser, por exemplo, a alternativa para o problema da solidão. Outros problemas receberiam tratamento nas reuniões de pequenos grupos de discípulos. Para CLINEBELL, [49] a renovação e o enriquecimento de relacionamentos íntimos pessoais constituem aspectos importantes para a cura das pessoas. E ainda mais: o discipulado contribuiria para o crescimento sadio da Igreja.

Podemos também considerar o valor positivo dos encontros. Obviamente, não aprovamos o que se faz nesses encontros. Mas seria interessante pensarmos sobre a promoção de verdadeiros encontros espirituais em nossas igrejas, que envolvam principalmente os novos convertidos. Neles, poderíamos oferecer os pontos fundamentais da sã doutrina (nada de quebra de maldições, libertação, regressão psicológica, cura interior), além de outras informações importantes sobre nossa denominação. E é claro, estabeleceríamos uma maior comunhão com os novos irmãos.

Em segundo lugar, a agitação espiritual promovida pelo G-12 nos faz refletir sobre a necessidade de um avivamento genuíno no meio da Igreja. Observemos a avaliação dos pastores presbiterianos que, quando estudaram o G-12, afirmaram o seguinte:

Reconhecemos a necessidade de um avivamento genuíno no meio de nossa denominação para reacender a chama vocacional de pastores e líderes desestimulados e decepcionados vivendo uma mesmice espiritual agonizante; um avivamento genuíno da Palavra que traga o poder da cruz sobre a vida de pecado dos crentes cuja ética cotidiana se mistura com a normalidade social; um avivamento que restaure a vida das famílias e dos casais; um avivamento que coloque a paixão por evangelização tão rarefeita em nossas comunidades; [...] um

---

48 CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA. Movimento G12. <http://www.ejesus.com.br/onASP/exibir.asp?arquivo=3200>. 01.03.2004.

49 CLINEBELL, Howard J. Aconselhamento pastoral: modelo centrado em crescimento e libertação. S. Leopoldo, RS: Sinodal, 1987, p. 51.

avivamento que contradiga com a vida todas as doutrinas do evangelho de liquidação já presente no comércio da fé. [50]

Embora esses pastores tenham avaliado a sua própria denominação, creio que essa necessidade de avivamento deva também ser reconhecida por nós, batistas. As características do verdadeiro avivamento são, segundo o pastor RUSSELL SHEDD, [51] a adoração contínua, a comunicação sadia entre os discípulos, o serviço prestativo e humilde e um espírito grato, conforme Ef 5:19-21. Isso precisa ser buscado por nós, pastores, para que nossas igrejas experimentem um genuíno avivamento.

Em terceiro lugar, o movimento nos faz pensar sobre a inquietação que atinge o nosso povo por conta de tantas lutas que sofrem em sua vida diária. Será que muitos não estão se enveredando pelos caminhos do G-12 porque não estão encontrando respostas para os seus dramas em suas próprias igrejas? O que nós, pregadores, precisamos fazer para, sem abrir mão do sermão bíblico, apresentar tais respostas que venham ao encontro dos corações sedentos por consolo? A respeito disso, LIMA nos exorta:

Precisamos, portanto, e com muita urgência, fazer uma nova leitura das necessidades reais do nosso povo e da sociedade ao nosso redor e pensar num meio de tornar as Boas Novas do Evangelho mais convincentes para o homem atual. [52]

Por último, o G-12 nos faz refletir sobre a qualidade do ensino doutrinário em nossas igrejas. BATISTA considera o seguinte:

É importante lembrar que o movimento revela a fragilidade do ensino nas igrejas evangélicas. Um vento de doutrina, com ensinos tão destoantes da Escritura, sequer é notado por membros dessas igrejas. O problema se agrava ao considerarmos que novas ondas nos esperam. Que Deus nos conduza à fidelidade à sua Palavra e à responsabilidade de lutar pela fé evangélica (Jd 3-4). [53]

Que valor damos ao ensino doutrinário em nossas igrejas? Investimos nos professores e alunos da Escola Bíblica Dominical? Estamos realmente acompanhando os nossos vocacionados? Incentivamos o nosso povo a ler e estudar a Bíblia? Eles estão lendo bons livros? Que tipo de literatura "evangélica" está nas mãos dos membros de nossas igrejas? Nossa responsabilidade como pastores-mestres é muito grande e se negligenciarmos a nossa missão, o preço a ser pago será muito alto. Poderá custar o nosso ministério.

Bem, creio que o G-12, como qualquer outra novidade, vai passar logo e desaparecer, assim como tantas outras ondas no meio cristão. Outros novos movimentos surgirão. Resta saber se aprendemos o suficiente com as experiências que tivemos com o G-12 para proteger nossos rebanhos dos futuros ventos das heresias.

Que o Senhor da Seara nos ajude.

---

50 G-12: uma tentativa de análises. <http://www.nbz.com.br/igrejavirtual/estudos/g12/ivo12.htm>. 01.03.2004.

51 SHEDD, Russell P. A Igreja Avivada. Sermão pregado na IB Jdm IV Centenário, SP. 08.12.90.

52 LIMA, Paulo César. Op. cit., p. 31.

53 BATISTA, Jôer C. Movimento G-12: uma nova reforma ou uma velha heresia? Fides Reformata 5/1 (2000). <http://www.mackenzie.com.br/teologia/fides/vl05>. 01.03.2004.

22

Neopentecostalismo

Neopentecostalismo: “movimentos surgidos em décadas recentes, que são desdobramentos do pentecostalismo clássico do início do século”, definição do Pastor Augustus Nicodemos Lopes[1].

No sentido inverso da tendência inaugurada pela Reforma Protestante no século XVI, do enxugamento e simplificação da vida ritual e iconografia litúrgica, o neo-pentecostalismo tende a revalorizar os ritos em sua religiosidade, tais como unções, consagrações, campanhas, sacrifícios, jejuns e exorcismos, retornam com toda a força preenchendo o cotidiano de fiéis nessas novas religiões, conseqüentemente movimentos e grupos abandonaram algumas de suas ênfases características e adquiriram marcas próprias, interpretando livremente as Escrituras aprofundando-se na busca do místico no afã de viver transcendentemente a religião, com ênfase em revelações diretas, batalha espiritual, mapeamento espiritual, maldições hereditárias, da família, pecado de geração, nova unção, confissão positiva, curas, teologia da prosperidade e evangelho da Saúde, particularizando a maneira de entender e encarar a realidade espiritual[2].

Teologia da Prosperidade

Há até algumas décadas, a pregação evangélica, principalmente pentecostal, enfatizava que os cristãos não deveriam se apegar às riquezas materiais, aos interesses terrenos e que as adversidades do cotidiano, da vida, como enfermidades, perseguições, falta de dinheiro, deviam ser vistas como provações divinas. Tudo isso mudou. Idéias e valores seculares, travestidos de doutrinas aparentemente bíblicas, têm invadido com extraordinário sucesso muitas igrejas evangélicas. Afirmando: “Ter um encontro com Cristo constitui quase o mesmo que ganhar na loteria. O que importa é ficar “de bem com a vida””. Assim a pregação escatológica, em moda há poucos anos, perdeu terreno, caiu em desuso. O negócio é aqui e agora. O paraíso agora está mais para o shopping center.

Para os pregadores da Teologia da Prosperidade (TP), Jesus veio ao mundo pregar o Evangelho aos pobres justamente para que eles deixassem de ser pobres. Ensinam que todos os cristãos devem ser ricos financeiramente, ter o melhor salário, a melhor casa, o melhor carro, uma saúde de ferro. E que se o cristão não vive nesta dimensão de vida, é falta de fé ou prática de pecado em sua vida, afinal prosperidade financeira é uma prova de fidelidade de Deus ao crente, pobreza materiais e enfermidades físicas vem do diabo.

Chamados de “Os Pregadores do Sucesso”, “Felicidade Fácil”, “Saúde Perfeita”, “Prosperidade e Triunfo”, entre eles, Kenneth Hagin, afirma em seu livro “Como ser dirigido pelo Espírito Santo” “Deus tem de realizar todos os pedidos dos pregadores da Fé. E ensina que em 45 anos de ministério, Deus nunca lhe disse não.”

Um dos representantes do TP, em entrevista à revista Eclésia, proferiu “mil vezes pregar a teologia chamada da prosperidade do que a teologia do pecado, da mentira, da derrota, do sofrimento”. E desafia: “Todo mundo que está na derrota tem que aprender correndo a tomar posse da benção, senão vai continuar na derrota e dando péssimo testemunho. Esse negócio de falar que Deus é bom mas não cura, não liberta, não prospera, que bondade é essa?”[3].

---

1 http://www.primeiraigreja.org.br/downloads/Quatro%20Princ%EDpios%20B%EDblicos%20para%20se%20Entender%20a%20Batalha%20Espiritual.htm

2 http://www.ifcs.ufrj.br/jornadas/papers/09st0601.rtf

O triunfalismo esnobe dos arautos da TP emerge na afirmação: “Não creio na miséria. Essa história é conversa de derrotados. São todos um bando de fracassados, cujas igrejas são um verdadeiro fracasso”.

O artigo, “O cristão e a economia - Capetalismo Evangélico”[4], faz menção à ênfase exagerada na prosperidade financeira. “São feitas correntes, campanhas, “mandingas evangélicas” e toda sorte de oração reivindicando os benefícios do céu na terra. Muitos evangélicos no afã de possuírem símbolos de status e do consumo se endividam e entram em negócios escusos. Reuniões de empresários evangélicos são convocadas de todos os lados e infelizmente poucas têm em sua pauta o assunto da necessidade do órfão, da viúva e do estrangeiro. Recentemente um pregador da Teologia da Prosperidade, quando perguntado por um jovem se ele não considerava pecado andar com uma mercedes em um país com tantos pobres (o pregador possuía uma e mais dezesseis carros), respondeu sem titubear que não tinha culpa se ele era filho de Deus e os outros não.”

No artigo “Jesus é superstar - Prosperidade: o novo evangelho pentecostal” [5], o autor, referindo-se a determinada igreja, afirma que são elaborados métodos de evangelização diferentes, baseados em Marketing Empresarial. E conclui afirmando que os pregadores da TP prometem o paraíso aqui na terra, através da barganha com Deus.

Para o autor do trabalho[6], onde faz uma comparação sob a atuação da mesma igreja em solo brasileiro e solo argentino, constata: “No Brasil as crenças afro-brasileiras, formam parte de um universo cognitivo compartilhado pelos mais diversos grupos sociais e culturais de forma tal que qualquer um sabe o que é um “exu”. Mas o fato de que os cultos afro-brasileiros e suas categorias tenham na Argentina uma difusão menor e menos articulada como senso comum, torna problemática a aceitação da oferta da IURD. Na Argentina o discurso da IURD corre o perigo de fazer uma guerra sem inimigos identificáveis”. “a IURD não age com os meios da “magia” mas o faz em nome da crença mais legitima e menos questionável da sociedade Argentina”. “para usted que sufre de depresión, vicios, nerviosismo, angustia, problemas familiares, mala onda, envidias, celos, perturbaciones en general”. Texto veiculado nos jornais argentinos, onde seu representante chamava o publico para um culto que ele mesmo dirigiria. Material reproduzido do próprio trabalho.

Em sua pesquisa, o pesquisador dá destaque ao tipo de pregação “o diabo é incorporado na agenda das questões religiosas. E, em relação ao tipo de mudanças gerado e estimulado pela IURD nos foi possível conferir a consolidação de novas formas de performance religiosa. Em esse passo os seus fieis aprendem que religião é libertação e que ocorre através da expulsão de demônios no sentido de males que abalam aos sujeitos.”

A prof. Hélide Maria dos Santos Campos[7], estudou o processo de formação da origem da Renovação Carismática Católica (RCC) e da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD); e fez uma análise comparativa entre os rituais carismáticos e os iurdianos veiculados pela televisão[8]. Concluiu se referindo aos cultos dirigidos pelos seus líderes “Edir Macedo e Marcelo Rossi”, serem “exímios comunicólogos”. Atribuindo-lhes o “sucesso” de público às formas de seus discursos. O perfil dos religiosos diante das câmeras”. Segundo a professora, “é idêntico ao perfil de animadores de auditório, que sabem conquistar o telespectador com seu carisma e truques. Outra semelhança entre as duas celebrações é que ambos os líderes divulgam sua igreja e a si próprios e buscam adeptos vendendo seus produtos”. Para Hélide, “O

3 Evangelho de Resultados entrevista publicada na edição de Junho de 2001 da revista Eclésia., pp. 24

4 http://www2.uol.com.br/bibliaworld/entrenos/num25/mater07.htm

5 http://www.oficinainforma.com.br/semana/leituras-20030322/01.htm

6 “A Igreja Universal do Reino de Deus em Buenos Aires: a sintonia argentina de uma Igreja Brasileira”, por Pablo Semán. Trabalho apresentado na mesa redonda MR02 Transnacionalização de religiosidades brasileiras. VIII Jornadas sobre Alternativas Religiosas na América Latina em São Paulo de 22 a 25 de setembro de 1998.

7 professora de Linguagem Jurídica da Universidade Paulista (Unip), Hélide Maria dos Santos Campos, do campus de Sorocaba

8 http://www.helide.ipiagnet.org/home.htm

carismatismo, seja pentecostal ou católico, responde de forma mais imediata, ainda que superficial, aos anseios do espírito humano. Os fiéis respondem imediatamente para ambos os líderes. Creio que seja esse o ponto comum que pode ter levado ambos ao sucesso."

O artigo, Exemplos de Falsos Ensinos e Metodologias Humanistas Sobre Crescimento de Igreja - Contextualização Antropológica e Filosofia de Marketing como Produtoras de Crescimento de Igrejas[9], faz sérias críticas a modelos de crescimento destas igrejas, e concluiu serem totalmente heréticas: "O tipo de ajuda prestada ... aos Miseráveis Sociais - Exorcismo E Oração Forte Contra A Falta De Prosperidade", destacando "O Aspecto Mercantilista ou Mercenário por traz dos sinais e milagres, baseado num discurso Mercantilista onde se usa da fé para obter prosperidade material."

Para o autor do artigo[10], citando a experiência de Jó com seu "amigo" Bildade baseado no cap. 8 do livro de Jó.

"Bildade declara que as circunstâncias infelizes da morte dos filhos de Jó eram evidências suficientes para provar que eles eram pecadores: "Se teus filhos pecaram contra ele, também ele os lançou na mão da sua transgressão" (Jó 8:4), tinham morrido de uma morte súbita por causa dos pecado deles. Se eles pecaram, a morte foi o castigo pelos pecados deles, Deus não trouxe esse julgamento terrível arbitrariamente: "Porventura perverteria Deus o direito? E perverteria o Todo-Poderoso a justiça?" (Jó 8:3); Deus não deixaria esses pecados impunes. Bildade os representa como pecadores abandonados, como náufragos e reprovados, rejeitados por Deus com aversão, totalmente arruinados: "Se teus filhos pecaram contra ele, também ele os lançou na mão da sua transgressão" (Jó 8:4). Considerando que os justos nunca são desprezados e lançados fora por Deus, pois nenhum exemplo disso pode ser encontrado, Bildade desafia Jó a fazer uma investigação se isso tinha acontecido no passado: "Se teus filhos pecaram contra ele, também ele os lançou na mão da sua transgressão" (Jó 8:4)."

Para o autor, esta chamada Teologia da Prosperidade, deveria se chamar "Teologia de Bildade", pois à semelhança de Bildade, aflições, dificuldades, perseguições, enfermidades, sinalizavam estar em pecado para com Deus. E concluiu "no caso de Jó especificamente não era verdade".

No prefácio do livro[11], vemos a citação, "Entender as motivações e as marcas dessa efervescência religiosa exige muita atenção por parte dos estudiosos da religião", e mostra seu interesse ao escrever o livro, apontar para três vertentes, a saber: "o novo perfil do sagrado que nele emerge, os espaços dessa emergência e as estratégias de propagação". Define que Marketing é muito mais do que simplesmente vender, "envolve o conhecimento do mercado, a sua segmentação e a adoção de um olhar, que inclui o ponto de vista dos clientes" Para o autor esta é uma prática há muito já praticada, na venda de indulgências "mercantilização de indulgências". O autor do livro deixa sua indagação e indignação: "A perspectiva de marketing é resultado de alguma opção teológica iurdiana ou é justamente o marketing, que determina os rumos de sua teologia?"

O artigo[12], seu autor afirma não existir nenhuma relação entre o capitalismo pregado pelos pregadores do sucesso com o verdadeiro evangelho contido nas Escrituras Sagradas. "Grosso modo, capitalismo é a influência ou supremacia do capital ou do dinheiro. Em outras palavras, é um sistema pelo qual alguém investe capital ou dinheiro numa atividade produtiva com o objetivo de gerar lucros. Mas, qual a relação que isso tem com o Evangelho? Bem. Com o Evangelho genuinamente bíblico, nenhuma; contudo, com o evangelho que muitos pregam em nosso dias, há uma intrínseca convivência. Lamentavelmente, o Evangelho tornou-se para um

9 http://www.solascriptura-tt.org/SeparacaoEclesiastFundament/ Laerton-CrescIg2-MausExemplos.htm –artigo:BILDADE E A TEOLOGIA DA PROSPERIDADE, escrito por José Laérton Alves Ferreira

10 http://www.adbrasilia.com.br/ebd/lic09_1trim.html

11 Autor pr. Leonildo Silveira Campos - Teatro, Templo e Mercado: Organização e Marketing de um Empreendimento Neopentecostal – Ed. Vozes, RJ, 1997.

12 http://www.vivos.com.br/171.htm - Capitalismo Evangélico ou Gospel

grande número de pessoas, num meio totalmente eficaz de enriquecimento, numa fórmula perfeita de ascensão financeira."

No artigo[13], é mencionado quatro princípios fundamentais e bíblicos, que devem serem lembrados, em razão do que se prega a TP.

"1. Deus é soberano absoluto do seu universo,

Citando um pregador batista "Charles Spurgeon", que durante toda sua vida no ministério sofria com enfermidades de artrite e gota, manteve sua confiança inabalável na soberania divina, habilitando-o a viver na dependência do poder de Cristo e vindo a ter um ministério ainda mais frutífero.

2. A Bíblia contém tudo o que Deus desejava que conhecêssemos a respeito de Satanás,

3. O homem é um ser decaído e debaixo do justo juízo de Deus

4. Se alguém está em Cristo é uma nova criação

A hermenêutica sobrenaturalista do neopentecostalismo representa um desafio para a uma das doutrinas típicas da tradição reformada, que é a providência de Deus."

Afirma, quando alguém diz que satanás é independente, livre e autônomo para fazer o que bem entender, "está indiretamente entrando na área que trata dos decretos de Deus e da Sua maneira de governar o mundo."

No artigo[14], o autor, observa que em meados dos "anos 1990 a Igreja Católica reconheceu dois fatos bastante negativos para ela: a explosão neopentecostal (Mariano, 1999) e o afastamento de seus fiéis."

"Uma vez reconhecida a crise, a Igreja Católica passou a debater explicitamente as formas de manutenção de sua soberania no cenário religioso e de recuperação da influência moral na sociedade. Em dezembro de 1996 foi lançado o Projeto "Rumo ao Novo Milênio", ...que aponta claramente o objetivo de aumentar o número de católicos praticantes, ressaltando que a adesão religiosa não é mais uma mera herança familiar... Passou-se a escrever e falar sobre inculturação, um termo que designa a estratégia da igreja de assimilar práticas e símbolos profanos.... A Igreja Universal do Reino de Deus, de abominável passou a admirável, em determinados aspectos. Alguns padres freqüentaram templos dessa igreja e detectaram aspectos considerados positivos, portanto passíveis de ser incorporados. O padre Antônio Carlos Frizzo, então subsecretário regional da CNBB, após tais visitas, concluiu que a igreja deveria recuperar alguns rituais de sua tradição para satisfazer este mesmo público... A popularização das missas do padre Marcelo é a parte mais visível deste fenômeno que extrapolou a Renovação Carismática e que pode ser chamado de renovação popularizadora católica contra o afastamento de fiéis e o avanço religioso concorrente, principalmente o neopentecostal."

No artigo[15], o autor faz duras críticas ao modelo praticado pelos católicos carismáticos, entendendo estarem aculturando-se às práticas "protestantes". O autor do artigo não fez distinção entre os protestantes, unificando a todos, não sei afirmar que consciente ou inconscientemente.

"Adoradores ou Consumidores?[16]", artigo escrito onde o autor mostra sua excelente preocupação, com o conteúdo do que se tem pregado e praticado em nossas igrejas. Amoldando-se às leis de mercado, procurando ter como premissa, "o cliente tem sempre razão", o que tem criado uma cultura de consumidores religiosos, em detrimento à adoração que convém darmos a Deus.

---

13 Pr. Augustus Nicodemus Lopes "Quatro Princípios Bíblicos para se Entender a Batalha Espiritual - http://www.primeiraigreja.org.br/downloads/Quatro%20Princ%EDpios%20B%EDblicos%20para%20se%20Entender%20a%20Batalha%20Espiritual.htm

14http://www.pucsp.br/rever/rv4_2001/t_souza.htm - Mestre e doutorando em Sociologia-USP.- André R. de Souza- A Renovação Popularizadora Católica

15 http://www.adhomines.2x.com.br/polemicas/rccpens.htm – artigo: RENOVAÇÃO CARISMÁTICA OU PENTECOSTALISMO CATÓLICO OU MOVIMENTO CATÓLICO NEOPENTECOSTAL

16 http://www.solascriptura-tt.org/SoteriologiaESantificacao/ AdoradoresOuConsumidores-Nicodemus.htm

"Por consumismo quero dizer o impulso de satisfazer as necessidades, reais ou não, pelo uso de bens ou serviços prestados por outrem. No consumismo, as necessidades pessoais são o centro;... . Tudo gira em torno da pessoa, e tudo existe para satisfazer as suas necessidades... . E neste afã, prevalece o fim sobre os meios. Métodos são justificados à medida em que se prestam para atrair mais freqüentadores, e torná-los mais felizes,... e dispostos a continuar a freqüentar as igrejas."

O que a TP tem feito é gerar um espírito de consumo naqueles que um dia tinham sede de Deus:

- RELIGIÃO FAST-FOOD - DEUS AO GOSTO DO FREGUÊS[17]
- OS BANQUEIROS DE DEUS[18]
- O MARKETING COMO INSTRUMENTO DE MANIPULAÇÃO DA FÉ[19]

O Pr. Isaltino Gomes Coelho Filho, em seu artigo[20], declara ser a proposta da TP "É um hedonismo cristão, que prega a felicidade como direito do crente". Afirma que o pai da Teologia da Prosperidade, Kenneth Hagin, comete vários erros de interpretação bíblica devido a sua ótica pré-estabelecida. "O conceito de fé de Hagin não é, propriamente, crer. É dizer e as coisas acontecerem. É um conceito mágico: a palavra tem poder."

Outro de seus artigos[21], afirma: "O movimento neopentecostal está construindo outro eixo hermenêutico: o de gurus, de pessoas com mais experiência com Deus. É o início de um retorno ao eixo católico. Isto vai trazer conseqüências danosas para o evangelho, mais à frente, embora já esteja trazendo agora. É que nesta postura, a Bíblia fica subordinada às declarações humanas. ... Esta nova hermenêutica é muito perigosa porque além de mudança de eixo mudou também o critério de interpretação."

Batalha Espiritual – Guerra Espiritual

Esta doutrina teve como um dos seus precursores o Missionário Peter Wagner, o teólogo do movimento. Professor e Missionário na América Latina, depois de ter voltado para os Estados Unidos e lecionado a matéria Crescimento da Igreja no Seminário Fuller, posteriormente incluiu a necessidade imprescindível de guerra contra os demônios. No Brasil alguns adeptos se destacam.

A base desta doutrina é, a Igreja precisa e deve entrar em conflito direto com os principados e potestades. O conceito de que todo mal que existe no mundo, qualquer que seja sua natureza, quer seja mal moral, pecado, desastre, etc. é causado pela ação direta de um ou mais demônios que são especialistas em suas atuações. Então a Igreja não pode progredir, crescer e evangelizar enquanto não neutralizar estas forças espirituais. Assim, surge a idéia de demônios territoriais, e a igreja somente será vitoriosa e conquistará neutralizando, tirando-lhes o domínio da região.

Tais pregadores são intitulados "Irmãos Caça-Fantasmas"[22].

No artigo[23], é escrito: "Precisamos saber, no entanto, que há uma diferença entre o "direito de propriedade" e o "direito de posse". Apesar de convertidos e de termos declarado o senhorio de Jesus em nossas vidas, o inimigo pode estar detendo a posse de áreas de nossa

---

17 Escrito por Mariana Monteiro e Rachel Lemos. http://www.joaodefreitas.hpg.ig.com.br/religfastfood.htm

18 http://www.adital.org.br/asp2/noticia.asp?idioma=PT&noticia=4180

19http://www.intercom.org.br/papers/xxiv-ci/np03/NP3RIBEIRO.pdf Apresentado no XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação por José Wagner Ribeiro, CG/MS, com a proposta de analisar "a utilização de técnicas de marketing pelas igrejas, analisa o caráter mercantil da religião, características estas que apesar de sempre existente na história das religiões, acirrou-se sobremaneira com o advento da ética protestante e do espírito do "capitalismo", sobretudo recentemente com as igrejas pentecostais."

20 artigo: TEOLOGIA DA PROSPERIDADE, MAIS LUZES http://www.ibcambui.org.br/artigos/art21.htm

21 http://www.ejesus.com.br/onASP/exibir.asp?arquivo=3423

22 http://www.geocities.com/athens/aegean/8990/div161.htm- autor: Pe. Ubirajara V. de Melo.

23 Escrito por Pra. Maria C. P. Leite, da IMR, http://www.renovada.org.br/tema7.htm

vida, porque ele não foi mandado embora, ou porque mantemos, em nossa propriedade, objetos que se tornam pontos de contato e de legalidade que permitem a atuação de demônios; ou porque há pecados que não foram confessados e deixados e dão direito legal a Satanás de atuar, trazendo maldições e opressão (são os laços e vínculos que precisam ser rompidos)."

Apesar da autora entender que Cristo já fez tudo por nós na cruz do calvário (Gl 3,13), escreve: "É importante lembrar que as maldições já foram quebradas na Cruz do Calvário com a morte de Jesus. Ele foi feito maldição por nós; mas, nós, seus seguidores, nem sabemos que existem maldições que nos acompanham por várias gerações".[24]

Corre-se um grande perigo: O de isenção de pecados pelos crentes e suas responsabilidades. Um desvio no processo de santificação que deve ser perseguido por todo crente, já que tudo que acontece tem como responsáveis os demônios, inclusive os próprios pecados individuais, e acaba isentando-se de qualquer responsabilidade diante de Deus. Surgindo assim um outro tema para os defensores da Batalha Espiritual: "A Brecha". Ensinam que quando há o pecado, invariavelmente, dão toda a autoridade legal para satanás agir.

Muito do que é ensinado, nesta doutrina, contém testemunhos de experiência pessoal ou de experiências de terceiros. Afirmam que satanás e suas forças estão se preparando para assumir o controle do mundo, e o cristão se encontra negligente, adormecido e desatento ao que está ocorrendo, tem sido o motivo pelo qual muitos crentes estão impotentes na sua vida cristã e algum dia lamentarão sua decisão de ter-se escondido dos fatos de não ter-se preparado.

Outro tema que vem na seqüência para esta doutrina: "Mapeamento espiritual". Afirmam, "Sê existe demônios territoriais, é necessário que se identifique seu território num mapeamento, ou raio de atuação".

O Dr. Russel Shedd, em seu Livro "O Mundo, a Carne, e o Diabo",[25] destaca que em nenhum lugar da Bíblia temos a promessa de que a pessoa que vive segundo os princípios do cristianismo tem uma vida imune a lutas e dificuldades. Enquanto estiver vivendo na terra, estará sempre sujeito a ataques provenientes de três fontes inimigas:

O mundo em que vivemos, com seus característicos sofrimentos, deve ser considerado uma escola para nossa fé. "Não ameis o mundo nem as coisas que há no mundo. Se alguém amar o mundo, o amor do Pai não está nele" (1 Jo. 2:15).

Natureza Adâmica (Carne). A carne continua infectada pelo pecado, mesmo após a participação na nova vida em Cristo. A santificação é um alvo que deve ser conquistado lutando contra a carne.

O diabo e suas hostes. Nada o satisfaz mais quando consegue reproduzir o seu caráter num cristão.

Para Russel Shedd, "a Batalha Espiritual, está em resistir ao diabo, desvendar as falsas atrações do mundo e mortificar a carne, perseguindo a santificação".

No artigo[26], o autor tem como preocupação efetuar uma análise à luz das Escrituras. Reconhece que o Movimento de Batalha Espiritual prega a heresia do dualismo maniqueista, luta entre o bem (Deus) e o mal (satanás). Mas afirma que "no cristianismo não existe lugar para o dualismo, ou o cristão crê que Deus é soberano sobre todas as coisas- e isso inclui a natureza, o coração humano, os governos e o diabo- ou vive em angústia temendo o demônio".

A Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira, no artigo "EVANGELIZAÇÃO E MISSÕES", afirma: "A missão primordial do povo de Deus é a evangelização do mundo, visando a reconciliação do homem com Deus (Mt 28:19,20; Jo 17:20; 20:21; At 1:8; 13:2,3; Rm 1:16)". E no artigo "DEUS", entendemos: "O único Deus vivo e verdadeiro é espírito pessoal, eterno, infinito e imutável; é onipotente, onisciente, e onipresente; é perfeito em

24 Citação baseado no livro "Vaso para Honra" Dra. Neuza Itioka.

25 Ed Vida Nova, SP, 1995.

26 Escrito por Nelson Leite Galvão, "O Movimento da Batalha Espiritual" – CACP -http://www.cacp.org.br/batalha_espiritual.htm.

santidade; justiça, verdade e amor (Dt 6.4; Jr 10.1; Sl 139; I Co 8.16; I Tm 2.5,6; Ex 3.14; 6.2,3; Is 43.15; Mt 6.9; Jo 4.24; I Tm 1.17; Ml 3.6; Tg 1.17; I Pe 1.16,17). Ele é criador, sustentador, redentor, juiz e senhor da história e do universo, que governa pelo Seu poder, dispondo de todas as coisas, de acordo com o seu eterno propósito e graça (Gn 1.1; 17.1; Ex. 15.11-18; Is 43.3; At 17.24-26; Ef 3.11; I Pe 1.17)".[27]

O triunfo dos cristãos na batalha espiritual acontece muito mais como o resultado da proclamação da verdade e uma vida vivida debaixo do Senhorio de Cristo, que confrontos de poderes. O poder por si só não pode libertar os cativos. A verdade liberta (Jo 8:32).

Maldição Hereditária ou da Família – Quebra de Maldição

O texto bíblico mais utilizado pelos propagadores desta doutrina é o de Êxodo 20:4-6, onde Moisés escreveu sobre o mandamento que condena a prática da idolatria. Entretanto, numa simples análise hermenêutica, este texto fala de idolatria e não de adultério, mortes prematuras, problemas financeiros, câncer, AIDS, ou qualquer outra enfermidade, tão pouco oferece alguma base para a doutrina de transmissão hereditária de maldições. Este ensino "maldição hereditária" afirma que aflições repetem-se ao longo da descendência do indivíduo, ou lugar, pela gerência de demônios. Desta forma, no futuro, será praticado o mesmo pecado que foi praticado no passado e haverá os mesmos sofrimentos que houveram no passado, passando de pai para filho. Tendo de aceitar o fenômeno transmigratório espírita, seria muito mais razoável endossar a transmissão e duplicação de caráter pela sócio-biogenética tão debatidos pelos humanistas seculares! Entretanto, e por outro lado, sabemos pela lei da semeadura estabelecida por Deus, que sempre quando quebramos os mandamentos do Senhor, somos amaldiçoados pelo pecado, mas sempre quando somos obedientes à Ele, somos agraciadamente livres de qualquer maldição! Estas verdades já foram preconizadas no VT: "...Os pais comeram uvas verdes, e os dentes dos filhos se embotaram... nunca mais direis este provérbio... Eis que todas as almas são minhas... a alma que pecar, essa morrerá" (Ez 18.2-4); e no NT "..cada um de nós dará conta de si mesmo a Deus" (Rm 14.12).

Estes pregadores afirmam que um indivíduo que tenha problemas com adultério, álcool, pornografia, câncer e AIDS, os tem porque ele herdou de algum antepassado que teve problemas nestas áreas. Sendo assim, seu antepassado passou-lhe a maldição, como que por "genes espirituais" para seus descendentes. Por isso, continuam afirmando tais pregadores, "o descendente deve pedir ajuda ao Espírito Santo para lhe revelar em quem a maldição teve início, para pedir perdão pelo antepassado, e a maldição ser quebrada". Imagine só! Estão ou não estão, os avivalistas de colarinho clerical evangélico, à guisa de uma barata mercantilização, trazendo para o seio do cristianismo imáculo a prática hedionda do Budismo, do Xintoísmo, do Hinduísmo e do Espiritismo? Ou o espírito da diabólica doutrina do batismo pelos mortos, (uma prática anti-bíblica que na tentativa de resolver os problemas espirituais de seus falecidos através do batismo pelos mortos, gastam muito tempo e dinheiro com o desenho de árvores genealógicas, uma prática que contrária os ensinos bíblicos), cerne da profissão de fé dos mórmons, não está sendo praticada nestas reuniões quando tais pregadores afirmam ser "cultos" de libertação.

Jehozadak A. Pereira, escritor e jornalista, no seu artigo "Quebra de Maldição e Regressão Intra-uterina"[28], afirma que princípios bíblicos são usados de forma mentirosa para tentar credibilizar estas falsas doutrinas: a maldição de uma pessoa, problemas psicológicos e de saúde não são transmitidos a seus filhos, e os problemas dos filhos não são conseqüências de maldições herdadas pelos pecados de seus pais. Para esses grupos e movimentos, os fiéis são conduzidos até sua vida intra-uterina, na busca de resolver seus problemas. Jehozadak tem uma preocupação bastante razoável que é com relação a TVP "Teoria das Vidas Passadas",

27 www.batistas.org.br

28 http://www.evangelicos.com/artigos/jehozadakap26.shtml

"será que daqui a pouco os fiéis estarão sendo orientados a buscar pecados cometidos em vidas passadas". Acontecendo isso seria um total sincretismo religioso, o espiritismo. Estaria explicito o conceito de reencarnação, que é a base da doutrina espírita. Em Rm 14:12, somos exortados em que cada um de nós daremos conta de si.

O artigo[29], se referindo ao texto bíblico de Ex 20:4-6, afirma que o texto se refere unicamente a idolatria, e aplicar este texto a outros situações como alcoolismo, drogas, adultério e outras mais é ir além do que o próprio texto define. Pode parecer ironia por parte do escrito mais termina seu artigo, "Ora muitas pessoas gostariam que as maldições hereditárias fossem um fato, pois assim encontrariam uma bela desculpa para seus pecados, pois É muito mais cômodo atribuir a responsabilidade de nossas atitudes e pecados a atos dos ancestrais. Pode ser cômodo, mas com certeza isso não É bíblico."

Esta mesma posição também é compartilhada pelo autor do artigo[30] "A VERDADE SOBRE A QUEBRA DE MALDIÇÕES - O EVANGELHO DA MALDIÇÃO. "O texto fala de idolatria e não oferece qualquer base para alguém afirmar que herdamos maldições espirituais de nossos antepassados em qualquer área das dificuldades humanas".

Outro artigo escrito pelo Pr. Joaquim de Andrade, também se referindo ao texto, Ex 20:4-6, afirma "ser o contexto do versículo a idolatria que acompanharia as famílias por várias gerações e não um espírito (alcoolismo, adultério, pornografia, etc.)". Conclui que este texto nada tem a ver com levar o pecado de qualquer antepassado e sim com o efeito do pecado sobre aqueles que aborrecem a Deus.[31]

O artigo "A FALSA DOUTRINA DA MALDIÇÃO HEREDITÁRIA"[32] declara que essa teoria antibíblica não leva em conta a responsabilidade pessoal. E na busca das causas da maldição, para terem uma vida vitoriosa, vale até entrevista com demônios. O autor deixa claro que "A fórmula correta de vitória sobre o pecado é arrependimento contínuo que conduz a uma vida de piedade caracterizada por temor a Deus, desejo de Deus e amor a Deus, ou seja, um sincero e humilde cultivo da santidade na dependência do Espírito Santo e obediência da Bíblia."

Para autor do artigo[33], "Maldição Hereditária à luz da Bíblia", ele afirma que "Nem toda doença é fruto do pecado da pessoa nem é maldição". Citando Jo 9:2-3. Vemos a declaração de Jesus: que a doença não fora provocada pela maldição de seus pais. Interessante observarmos que este tipo de pensamento "Maldição Hereditária" já era comum no meio de alguns judeus.

No artigo,[34] "EXISTE MALDIÇÃO HEREDITÁRIA", o autor nos deixa algumas reflexões, bastante séria e salutares para resolvermos à luz da Bíblia Sagrada:

"1-Dar-se-ia o caso de alguém entrar no céu, carregando maldições?

2- A maldição lançada contra os salvos seria mais eficaz do que o sangue de Jesus?

3- Mais poderoso não é Aquele que está em nós? "

O pastor Isaltino Gomes Coelho Filho, em seu artigo "MALDIÇÃO SOBRE OS CRENTES, OUTRA INVENÇÃO"[35], fazendo uma análise sobre o livro de Jorge Linhares, deixa claro seu objetivo na análise: "Não desejo invalidar sua vida cristã, mas analisar algumas idéias que ele expende, e que vazaram do seu âmbito para o nosso arraial." O Pr. Isaltino destaca que boa parte da argumentação do livro está baseada sobre experiências humanas, e que isto é um

29 http://www.ipet.com.br/evang/mald_000.html Victor Hugo Ramallo, pastor Coord. Geral do IPET-

30 http://www.cacp.org.br/jornalquebra.htm

31http://www.conscienciacrista.org.br/estudos/Maldicao-de-familia.htm

32 http://www.solascriptura-tt.org/Seitas/Pentecostalismo/Afalsa DoutrinaDaMaldicaoHereditaria-Laerton.htm – escrito pelo Pr. José Laerton,

33 http://www.assembleiadedeus-rn.org.br/familia/port/estudos03.htm, autor Pr. Elinaldo Renovato de Lima

34 http://www.renovado.hpg.ig.com.br/antropologia.htm

35 http://www.ibcambui.org.br/artigos/art18.htm

perigo, algumas vezes descambando para a avacalhação e fazendo algumas considerações que resvalam no absurdo. Para o pr. Isaltino o problema que tem gerado equívocos está em ter uma visão fragmentada da Bíblia, isolando versículos, tipo "caixinha de promessas", no caso, "caixinhas de maldições". A Bíblia há de ser vista como um todo. "Alegar que um rapaz é homossexual porque seu pai o amaldiçoou, chamando-o de "mulherzinha" (p. 29) pode fazer o deleite de alguns psicólogos, mas tira toda a responsabilidade pessoal do jovem. Caracterizar o homossexualismo de um jovem como produto de uma palavra impensada dita por um pai, é um exagero."

Crentes Endemonizados

Este é um ensino que se destaca dentro da doutrina da Batalha Espiritual. Muitos grupos, ministérios de libertação incluem rituais para expulsar demônios de crentes.

Afirmam ser possível o crente em Jesus Cristo, ser possuído por demônios e dizem que para que isso não aconteça há necessidade que professarmos palavras que venham a constituir bênção a todos, que se confesse vitória, que vigie e ore em todo tempo. "Abençoar é declarar o bem das pessoas, crendo que Deus endossará nossas palavras. Abençoar é clamar a Deus em nosso benefício ou de alguém", este tem sido os jargões usados pelos defensores deste pensamento. Podemos perceber, sem muita dificuldade a mistura de princípios bíblicos, e tais princípios, a priori, até se mostram corretos, e os são realmente, porém quando usados de forma equivocadas se tornam heréticos. Um olhar desatento pode entender que esta instrução acima é coerente com a palavra de Deus. Obviamente temos que orar e vigiar, mas confessar vitória, professarmos palavras que constituam bênção a todos, isso é extremamente perigoso, afinal nas minhas palavras, ou nas de qualquer um, não há poder em si. Vejam o sincretismo de idéias e princípios, que são juntados, enganando a muitos.

No artigo[36], "Doutrina Católica e Catecismo -Satanismo, Possessão, Infestação..." O autor faz menção ao historiador francês do início do séc XX, Pe. Emmanuel Barbier, que comenta: "O flagelo da heresia decorre de duas fontes. As primeiras conquistas da Igreja haviam sido feitas sobre o elemento judeu e sobre o elemento pagão. Aqueles que aceitaram o Evangelho, nele não reconheceram toda a divina salvação, que é preciso receber simplesmente, sem acréscimo e sem atenuação. Muitos misturaram à doutrina cristã outros ensinamentos e deram assim nascimento às heresias. Estes ensinamentos estranhos estavam incrustados quer no judaísmo, quer no paganismo". "O número dos tolos é infinito": o gosto de ser enganado" Diz antigo provérbio que o mundo quer ser enganado, e por isso, em todas as idades houve embusteiros que trataram de satisfazer esse desejo das massas. E o demônio pode utilizar-se desses embusteiros para afastar as pessoas da verdadeira Fé. A essa má inclinação, as Sagradas Escrituras acrescentam que "os perversos dificultosamente se corrigem e o número dos tolos é infinito" (Ecl 1, 15). Quando o embuste se vela sob formas religiosas ou misteriosas e atua por meio de agentes de mistificação com poderes desconhecidos ou preternaturais, então ele pode arraigar-se de tal modo no coração, que a luz claríssima da verdade dificilmente consegue arrancá-lo da imaginação popular". É um argumento muito honesto, coerente, sincero e digno de elogios. Afinal quantas heresias tem sido misturada à verdadeira doutrina bíblica. Mas, "surpreendentemente", na seqüência deste mesmo artigo, destaco uma orientação data pelo mesmo autor às pessoas, objetivando não serem possuídas por demônios. "É ótima defesa contra o demônio usar sobre si a Medalha Milagrosa, o Escapulário do Carmo, o Agnus Dei, a Medalha de São Bento, a água benta etc. De nada adiantarão, porém, se a pessoa não se empenhar na observância dos Mandamentos". Como podemos ver tantas coisas verdadeiras haviam sido escritas anteriormente, mas as orientações dadas, contradizem a coerência e verdades citadas anteriormente, e esse é o grande perigo, não sabermos distinguir o santo do profano, e certo do errado, a palavra de Deus das palavras humanas e diabólicas.

36 http://www.lepanto.org.br/DCsat.html

No trabalho[37], apresentado por ocasião do seminário temático ST01 “Os pentecostais”. VIII Jornadas sobre Alternativas Religiosas na América Latina em São Paulo de 22 a 25 de setembro de 1998. A autora nas primeiras linhas declara seu objetivo: “...procuro pensar as adaptações feitas pelos seus dirigentes (IURD) a fim de legitimar a igreja e afirmar a sua necessidade de existir diante dos fiéis portenhos. Vale ressaltar que para a IURD é muito importante que seus fiéis saibam identificar claramente aonde está o mal e associá-lo a determinadas formas específicas para que o diabo ganhe uma “cara”.”. No seu trabalho de pesquisa de campo que ocorreu durante o segundo semestre de 1997, a autora destaca algumas frases dos pastores da IURD. “O diabo está em todos os lugares, mas aqui é diferente do Brasil. Aqui o diabo aparece mais em problemas como depressão, vontade de suicídio. Este é o país da América Latina onde tem mais suicídios e tem muitos loucos. Isso é demoníaco. O demônio toma forma de acordo com a sociedade onde vai atuar”. “Orem com fé, com muita fé, a força do seu pensamento pode determinar a sua vitória ou a sua derrota sobre satanás”.

A autora do trabalho conclui:

“A IURD está conseguindo que “comprem” a sua oferta de prazer religioso, na medida em que mostra que o consciente não precisa ser sempre racionalizado e controlado. A este reconhecimento respondem toda uma série de adaptações que destacamos tanto no modo organizativo do culto, no jornal da IURD, assim como na percepção e análise que os próprios pastores realizam em relações às situações que devem enfrentar.”

Existem alguns princípios bíblicos, que devem ser a primeira e última palavra sobre este assunto, e nós crentes fiéis à palavra de Deus, temos e devemos saber:

- O crente é santuário do Espírito Santo. “Acaso não sabeis que o vosso corpo é santuário do Espírito Santo que está em vós, o qual tendes da parte de Deus, e que não sois de vós mesmos? Porque fostes comprados por preço. Agora, pois, glorificai a Deus no vosso corpo.” (1 Co 6:19, 20.) O Espírito Santo não é um visitante esporádico na vida do crente. É morador definitivo, e não se ausenta de sua morada.

- O Espírito Santo é zeloso pelo seu santuário. “Ou supondes que em vão afirma a Escritura: Ë com ciúme que por nós anseia o Espírito, que ele fez habitar em nós?” (Tg 4:5.). O Espírito Santo é a pessoa da trindade para a qual Cristo reivindicou o nosso cuidado.

- O crente é propriedade de Deus. “Em quem também vós, depois que ouvistes a palavra da verdade, o evangelho da vossa salvação, tendo nele também crido, fostes selados com o Santo Espírito da promessa; o qual é o penhor da nossa herança até ao resgate da sua propriedade, em louvor da sua glória.” (Ef 1:13,14) Declaração de Paulo. A presença do Espírito Santo em nós é a garantia de que somos propriedade de Deus. Propriedade é exclusiva. Essa “propriedade” não será loteada e vendida ao diabo. “Vós, porém, sois raça eleita, sacerdócio real, nação santa, povo de propriedade exclusiva de Deus, a fim de proclamardes as virtudes daquele que vos chamou das trevas para a sua maravilhosa luz.” (1 Pe 2:9.)

- O Espírito Santo intercede pelos crentes em suas fraquezas. “Também o Espírito, semelhantemente, nos assiste em nossa fraqueza; porque não sabemos orar como convém, mas o mesmo Espírito intercede por nós sobremaneira com gemidos inexprimíveis.” (Rm 8:26.) É porque o Espírito Santo perscruta até mesmo as profundezas de Deus que Ele pode interceder por nós de acordo com a vontade perfeita do profundo e humanamente insondável coração de Deus.

- O Resgate de Cristo de qualquer tipo de maldição que estava sobre nossas vidas. “...Cristo nos resgatou da maldiçäo da Lei, tornando-se Maldiçäo por nós”, Gl 3.10-14

- O imutável amor de Cristo garante a segurança. “Em todas estas cousas, porém, somos mais que vencedores, por meio daquele que nos amou. Porque eu estou bem certo de que nem morte, nem vida, nem anjos, nem principados, nem cousas do presente, nem do porvir, nem

37 http://www.fflch.usp.br/sociologia/posgraduacao/jornadas/papers/st01- .doc. Corpo e Linguagem na Construção da Possessão Demoníaca - A Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) em Buenos Aires. autora Patricia Moreira – Universidade do Est.do RJ.

poderes, nem altura, nem profundidade, nem qualquer outra criatura poderá separar-nos do amor de Deus, que está em Cristo Jesus nosso Senhor." (Rm 8:37-39.)

O que nos dá segurança é o fato de o amor ser o de Cristo Jesus. Seu amor é sublime e leal. O crente jamais será esquecido pelo amado Senhor Jesus, pois nossos nomes estão nas palmas de Sua mão. "Acaso pode uma mulher esquecer-se do filho que ainda mama, de sorte que não se compadeça do filho do seu ventre? Mas ainda que esta viesse a se esquecer dele, eu, todavia, não me esquecerei de ti. Eis que nas palmas das minhas mãos te gravei; os teus muros estão continuamente perante mim". (Is 49:15, 16.)

- Jesus é o valente que tomou posse da propriedade. "Quando o valente, bem armado, guarda a sua própria casa, ficam em segurança todos os seus bens. Sobrevindo, porém, um mais valente do que ele vence-o, tira-lhe a armadura em que confiava e lhe divide os despojos. (Lc 11:21, 22.)."

O Senhor Jesus veio ao mundo "para destruir as obras do diabo." (1 Jo 3:8.) Jesus nosso valente e corajoso até mesmo na morte de cruz, também o é para guardar seus filhos das investidas do diabo na tentativa de possuí-los.

- Paulo garante que não há possibilidade de convivência entre Cristo (Rm 8:9) e o maligno (Ef 2:2.) "Que harmonia entre Cristo e o maligno?" (2 Co 6:15.)

- Império da luz. Cristo nos colocou, quando ocorre a conversão, no seu império da luz, nos transportando do império que estávamos, nas trevas antes da conversão, para o reino de Seu Filho amado. "De fato, ele nos arrancou do poder das trevas, para nos transferir para o reino de seu Filho amado, por quem temos a redençäo, o perdäo dos pecados". Cl 1:13-14

- Fomos declarados filhos de Deus. Jo.1.12: "Mas, a todos quantos O receberam, aos que crêem no seu nome, deu-lhes o poder de se tornarem filhos de Deus".

No artigo[38], A SEGURANÇA ETERNA DE TODOS OS CRENTES COMPRADOS PELO SANGUE, o autor se valendo da palavra de Deus, nos descreve o que acontece com o homem que nasce de novo, aceita a Jesus Cristo como se único e suficiente salvador pessoal.:

"- OS CRENTES NÃO SE GUARDAM A SI MESMOS, DEUS O FAZ.

Ouçam o que a Bíblia diz: "As minhas ovelhas ouvem a minha voz, e eu conheço-as, e elas me seguem, e dou-lhes a vida eterna, e nunca hão de perecer, e ninguém as arrebatará da minha mão. Meu Pai, que mas deu, é maior do que todos, e ninguém pode arrebatá-las da mão de meu Pai," Jo 10:27-29.

Estes versículos afirmam que os crentes estão nas mãos de Cristo, o Filho, e também nas de Deus. Nenhum homem pode tirá-los destas mãos. Talvez o crente ignorante e temeroso diga: Será que o próprio Deus não os lança fora? Ouçam as palavras de Cristo a este respeito: "Todo que o Pai me dá virá a mim; e o que vem a mim de maneira nenhuma o lançarei fora," Jo 6:37.

- A BÍBLIA DECLARA QUE OS CRENTES SÃO HERDEIROS COM DEUS E CO-HERDEIROS COM CRISTO.

Vamos ver o que a Bíblia diz. Tentem entender o significado.

"Porque não recebeste o espírito de escravidão, para outra vez estardes em temor, mas recebestes o espírito de adoção de filhos, pelo qual clamamos: Abba, Pai. O mesmo Espírito testifica com o nosso espírito que somos filhos de Deus. E, se nós somos filhos, somos logo herdeiros também, herdeiros de Deus e co-herdeiros de Cristo; se é certo que com que ele padecemos, para que também com ele sejamos glorificados," Rm 8:15-17. Antes de comentar, ouçam outra passagem: "Mas, vindo a plenitude dos tempos, Deus enviou seu Filho, nascido de mulher, nascido sob a lei, para remir os que estavam debaixo da lei, a fim de recebermos a adoção de filhos. E, porque somos filhos, Deus enviou aos nossos corações o Espírito de seu Filho, que clama: Abba, Pai. Assim que já não és mais servo, mas filho; e, se és filho, és também herdeiro de Deus por Cristo," Gl 4:4-7. "Filhos." "Filhos de Deus." "Herdeiros de

38 http://www.geocities.com/wbtbrazil/jmcarrollseguranca.html- Por: J. M. Carroll

Deus." "Co-herdeiros de Cristo." Irmãos e Irmãs, ouçam-me, e falo com toda a reverência. Se o título de Cristo é bom, assim também é o do crente. Notem o fato: os crentes não são só filhos adotivos de Deus, mas também Seus filhos por nascimento. Nascidos do Espírito Santo. A Bíblia em grande misericórdia por nossa fraqueza, nossa falta de entendimento, traz estas grandes verdades para nós de muitas maneiras. Filhos adotivos e filhos por nascimento.[39]"

No artigo "Possessão Demoníaca"[40], o autor faz menção ao ritual romano: "Os sinais de possessão demoníaca são... falar várias línguas desconhecidas... revelar coisas distantes ou ocultas... manifestar forças superiores à idade ou aos costumes." No entanto para o autor nenhum destes sinais seriam válido nos dias de hoje, devido a parapsicologia explicar todos estes "fenômenos" como perfeitamente naturais: a xenoglossia, a adivinhação e sansonismo.

Obviamente não podemos confundir, "Possessão" com "Opressão". Possessão vem de dentro para fora, ou seja, um demônio habitando dentro, o que na vida de um verdadeiro crente isso é um absurdo, uma completa heresia; Opressão, no entanto, todos e inclusive os crentes estão sujeitos. Quando sugestionados a praticar atos de venham a entristecer o Espírito Santo de Deus que habita em nós.

Não poderia concluir este tema deixando de citar a Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira, no artigo "DEUS ESPÍRITO SANTO".[41]

"O Espírito Santo, um em essência com o Pai e com o Filho, é pessoa divina ((1) Gn 1:2; Jó 23:13; Sl 51:11; 139:7-12; Is 61:1-3; Lc 4:18,19; Jo 4:24; 14:16,17; 15:26; Hb 9:14; I Jo 5:6,7; Mt 28:19). Ele ilumina os homens e os capacita a compreenderem a verdade divina (Lc 12:12; Jo 14:16,17,26; I Co 2:10-14; Hb 9:8). O batismo no Espírito Santo sempre ocorre quando os pecadores se convertem a Jesus Cristo, que os integra, regenerados pelo Espírito, à igreja (At 2:38,39; I Co 12:12-15). Ele dá testemunho de Jesus Cristo e o glorifica (Jo 14:16,17; 16:13,14). Sela o crente para o dia da redenção final (Ef.4:30), habita no crente (Rm 8:9-11), guia-o em toda a verdade (Jo 16:13), capacita-o para obedecer à vontade de Deus (Ef 5:16-25). Distribui dons aos filhos de Deus para a edificação do Corpo de Cristo e para o ministério da Igreja no mundo (I Co 12:7,11; Ef. 4:11-13). Sua plenitude e seu fruto na vida do crente constituem condições para a vida cristã vitoriosa e testemunhante." (Ef 5:18-21; Gl 5:22-23; At 1:8)

Confissão Positiva – Poder das Palavras

Outra questão nos tem preocupado, justamente pela sua heresia, é a influência doutrinária da "Confissão Positiva", nas práticas dos adeptos deste movimento. O movimento de "Confissão Positiva" começou com o pastor Essek William Kenyon, dos Estados Unidos. Ele pegou a idéia de filósofos sobre o poder da palavra; - "a palavra cria" - e trouxe isso para dentro da Igreja, criando a idéia de que pela palavra o crente consegue criar realidades ao seu redor. Um dos discípulos de Kenyon é Paul Young Cho, com seu famoso livro, que fez muito mal ao nosso povo brasileiro, "A Quarta Dimensão", onde podemos ler suas diretrizes "você visualiza, mentaliza e pela palavra você cria resposta à sua oração, exatamente do jeito que você queria". Outro discípulo é Benny Hinn, cuja literatura está espalhada também pelo Brasil. Sua idéia é basicamente esta: "Assim como Deus no começo criou todas as coisas pela palavra do seu poder, nós, porque somos deuses, podemos igualmente criar, podemos criar circunstâncias através da palavra. [42]"

Ensinam tais correntes que as palavras proferidas pelo indivíduo têm o poder de trazer, a ele mesmo ou a outros, bênção ou maldição. Assim, o indivíduo deve prestar mais atenção no

39 http://www.geocities.com/wbtbrazil/jmcarrollseguranca.html

40 http://br.share.geocities.com/fratermartius2001/possessodemonaca.htm- extraído da Revista de Parapsicologia número 14, elaborada pelo CLAP,

41 www.batistas.org.br

42 http://www.ipcb.org.br/Publicacoes/batalha_espiritual.htm

que diz, principalmente nas palavras negativas como: "você é um burro, não sabe fazer nada, etc". Estas palavras são respaldadas por espíritos maus (demônios) que fazem com que se realizem.[43]

No artigo[44], a escritora, trata de Maldições auto-impostas, onde destaca "o cuidado de colocarmos "trancas" nos nossos lábios. Cuidando para não afastar de nós as bênçãos, visto sofrermos conseqüências daquilo do que falamos". Para a escritora palavras más, auto-depreciativas são matéria-prima para satanás.

No artigo[45], o escritor escreve "Os apologistas da confissão positiva fazem um "cavalo de batalha" sobre os termos gregos logos e rhema que significam palavra, dizendo que há uma distinção entre eles no sentido de que logos é a Palavra escrita, revelada de Deus, e que rhema é a palavra dita, expressa de Deus, que faz com que as coisas sejam realizadas. Desta forma, eles afirmam que podemos usar a palavra rhema para realizarmos no mundo espiritual e físico aquilo que desejamos." No entanto, o autor, esclarece que a Bíblia não faz distinção teológica nenhuma entre estes dois termos. O autor cita o Dr. Russel Shedd, que comenta o versículo de I Pe 1:23-25, concluindo que o apóstolo Paulo não fazia distinção nenhuma entre estes dois termos.

No artigo[46], o autor cita o livro escrito por Jorge Linhares, "Benção e Maldição", destaca o ensino por traz desta doutrina, "Um Deus dependente do homem – Este é o Evangelho da Confissão Positiva e do Evangelho da Maldição".

Os teólogos da Confissão Positiva interpretam de forma errada vários textos bíblicos, entendendo que Deus estivesse dando às palavras humanas total poder e soberania, com o intuito de conseguir qualquer coisa, bastando para isso Determinar, Declarar e Decretar.

Obviamente, à luz da Bíblia, somos exortados a usar nossos lábios, nossa "língua" para edificação, para abençoar, no sentido de que aquilo que viermos a falar possa ser agradável a quem ouça, "Mas, agora, rejeitai vós também tudo isso: a ira, a indignação, a maldade, a injúria, a linguagem indecente esteja longe de vossos lábios. Näo vos enganeis uns aos outros. Porque despistes o homem velho com as suas obras, e vos revestistes do novo, o qual continuamente se renova, para alcançar o pleno conhecimento, segundo a imagem do seu criador." Cl 3,8-10, não podemos interpretar que nossas palavras tem poder em si mesma. Na epístola de Tiago 3:6, somos exortados a usar nossas palavras de forma que seja agradável a quem ouça, não que tenha as palavras, em si, um poder místico. Esses textos são um chamado à santidade através de um dos membros do corpo, que expressa os sentimentos do coração. O livro "O Controle da Língua[47], fala sobre o "poder" destrutivo das palavras: "as palavras podem ser destrutivas em três aspectos. Elas podem destruir (1) nosso relacionamento com Deus, (2) nosso relacionamento com aqueles que amamos e até (3) nosso relacionamento conosco mesmo." Depois acrescenta: "Ter uma língua é como Ter dinamite entre os dentes: é preciso pensar nisso."

Curas das enfermidades

Para os pregadores da Teologia da Prosperidade (TP), a enfermidade procede do diabo, porque dizem que Deus é bom e sendo bom não pode querer nada de ruim. Quem estiver com enfermidades é porque está em pecado. Afirmam que não podemos nem devemos aceitar nenhuma doença, deve-se rejeita-las e reivindicar a cura, a total libertação. Afinal somos os

43 http://www.cacp.org.br/batalha_espiritual.htm

44 http://www.renovada.org.br/tema7.htm. Escrito pela pra Maria Célia P. Leite, pastora da Igreja Metodista Renovada-Sede,

45 http://groups.msn.com/ESTUDOSTEOLOGICOS/osperigosdaconfissao positiva.msnw

46 http://www.solascriptura-tt.org/Seitas/Pentecostalismo/AfalsaDoutrinaDa MaldicaoHereditaria-Laerton.htm- autor Pr. José Laerton

47 O Controle da Língua, autor Joseph W. Stowel, Editora Batista Regular

filhos de Deus e devemos exigir a cura e continuar confessando que estamos curado. Esta é a base da TP.

"A unção não permanece sobre as pessoas numa manifestação incessante; senão, ficariam fisicamente esgotadas. Ninguém agüentaria. É como pegar num fio elétrico ligado – não é possível ficar segurando para sempre"[48]. Este é o ensino, dos seguidores desta teologia.

O pr. Joaquim de Andrade, em seu artigo "A TEOLOGIA DA PROSPERIDADE"[49], cita frases encontradas no livro (cura divina do autor Jorge Tadeu) "Já vimos que as doenças não vêm de Deus, mas sim do diabo" "Se os sintomas da doença voltarem ou se tornar a sentir dores, IGNORE-AS". O pr. Joaquim, valendo-se da palavra de Deus, lembra-nos os versículos da própria palavra de Deus, nos ensinam o contrário (Ex 4.11; Nm 12.10; 2 Rs 15.5 e 2 Cr 26.19,20), e afirma com muita propriedade: "O evangelho da prosperidade não traz consolo, mas frustração e culpa pela incredulidade.[50]"

Objetos que trazem Bênção ou Maldição

Com ênfase na libertação, cultos em igrejas neopentecostais, sugerem aos seus fiéis se valerem de objetos, como por exemplo, rosa ungida, ramos de arruda, sal grosso, óleo, pedrinhas (da terra santa), fitinhas, lenços, água, cajado de Moisés, que após receberem a unção do líder religioso, abençoará a quem se valer do objeto. Embora os líderes dessas igrejas insistam que esses objetos abençoados funcionam apenas como apoio para a fé dos fiéis, por fim acabam sendo usados como talismãs, fetiches e outros objetos "carregados" de poder espiritual. Embora, especificamente no Antigo Testamento alguns objetos tenham sido usados, o foram como símbolos, e seus usos limitaram-se ao momento do milagre. Infelizmente muito dos fiéis destes cultos, tem se valido destes objetos como verdadeiros amuletos, tornando-se verdadeiros ídolos, ainda que seus líderes neguem tal afirmativa. Desta forma, muita gente tem visto a igreja como um grande sanatório, onde nossas esquizofrenias espirituais são tratadas por um pastor ou uma equipe. Um misticismo exagerado e uma obsessão doentia por satanás. Temos sido orientados por padrões carnais e mundanos que nos ensinam que "somos aquilo que temos", onde procuram valorizar o exterior em detrimento ao interior, enquanto que à luz da Bíblia, somos orientados a sermos. O padrão de medida para Deus em relação à nos, não é o que temos e sim o que somos. A grande questão que vai fazer toda diferença na vida de um verdadeiro crente é a sua intimidade com Deus, ainda que andando pelo vale da sombra e da morte, não temerá nenhum mal, porque saberá que Deus estará com ele, a sustentá-lo e consolá-lo (Sl 23).

Certo é que pessoas oriundas dessas bases doutrinárias precisam passar como que por um período de desintoxicação, à semelhança daquele que uma pessoa fica debilitada em sua saúde por ingestão de algo que venha a lhe trazer algum mal físico, e tenha que se submeter a uma dieta, medicação, tratamento, etc, objetivando restaurar-lhe a saúde física. Alguns diriam que estas bases doutrinárias são o primário, numa escala de mestrando e doutorando, assim sendo a necessidade de crescerem no conhecimento da palavra, à semelhança da orientação de Paulo à Timóteo "Procura apresentar-te diante de Deus aprovado, como obreiro que não tem de que se envergonhar, que maneja bem a palavra da verdade." (II Tm 2:15)

Entendo não ser esta afirmação, uma posição preponderante ou conclusiva, mas refletindo na "experiência" daqueles que migraram dessas bases doutrinárias às ortodoxas Neotestamentárias.

---

48 Compreendendo a Unção – autor: Kennth E. Hagin - Graça Editorial, RJ

49 http://www.conscienciacrista.org.br/estudos/Teologia-da-prosperidade. htm

50 http://www.geocities.com/Heartland/Meadows/1426/prosperi.html

Questão de Hermeneutica!?

Hermeneutica: Etimologicamente esta palavra deriva do verbo "hermeneuo" que significa explicar, traduzir, interpretar. É uma ciência e uma arte a interpretação da linguagem.

Ciência, porque contém regras definidas e organizadas, e, Arte, porque na hora de aplicar as regras há necessidade de bom senso e sensibilidade.

A Hermeneutica influencia nossa doutrina, ou, nossa doutrina influencia a hermeneutica?

Certo é, quando vamos ao texto bíblico, vamos com alguns pressupostos, crenças pessoas, ou vamos ao texto bíblico com temor e tremor diante do Deus eterno e imutável, respeitando o que Deus realmente quis ensinar ao seu povo, num contexto, numa situação e num determinado espaço de tempo específico.

Obviamente não proponho em contra-atacando a Teologia da Prosperidade levantar a bandeira da Teologia da falência, da ruína, Miserabilidade, da miséria ou da pobreza. Preocupo-me em pregar o verdadeiro e genuíno evangelho da Soberania de Deus, e total e irrestrita confiança nossa, seus filhos e servos, na Sua Onisciência.

Enciclopédia Presbiteriana[51]:

"Os princípios básicos da Reforma foram: Só Cristo, só a fé, só a graça, só a Escritura.

· Solus Christus (Só Cristo). Sua mensagem é totalmente cristocêntrica. Fazendo referência à Carta de Paulo aos Colossenses, diz: "o único remédio para os colossenses contra as ciladas pelas quais os falsos apóstolos esforçam-se em enredá-los era apegar-se totalmente ao que Cristo era. Mas como acontece de sermos levados por tantas doutrinas, senão porque o poder de Cristo não é percebido por nós? Pois Cristo sozinho faz todas as outras coisas subitamente desaparecerem".

· Sola Fide (Só a fé). Calvino negou o valor da fé histórica, dizendo que o que a Bíblia declara ser verdade é suficiente para a salvação. Dedicou um breve capítulo à fé em seu livro principal, chamado A Instituição da Religião Cristã (As Institutas) de 1536, até 1559. Mas debateu noutras obras amplamente esse grande tema do Evangelho. Calvino também desaprovava a fé implícita, ou seja, um tipo de submissão piedosa ao julgamento da igreja. A verdadeira fé não repousa na ignorância, mas no conhecimento. Definiu fé como "o firme e seguro conhecimento da divina benevolência para conosco, (conhecimento) que, fundado na verdade da graciosa promessa em Cristo, não é revelado a nossa mente, mas é também selado em (nosso) coração, mediante o Espírito Santo" (Inst., III, II, 7).

· Sola Gratia (Só a Graça). Mediante a obediência de Cristo em morrer na cruz do cálvario por nós, Deus revelou a sua Graça para nos salvar. Graça é dádiva, é presente. O texto 1Jo 4: 10 mostra que primeiro Deus nos amou, por isso se entregou por nós. Para Calvino, devido à obediência de Cristo, Ele alcançou graça diante de Deus para o homem. Ef 2: 1-10 deixa claro que o homem só pode ser salvo mediante a manifestação dessa graça salvadora do Senhor Jesus Cristo. Com isso, ficam excluídas as boas obras para a salvação, ficando de lado as penitências, sacramentos e qualquer outro esforço para a salvação.

· Sola Scriptura (Só as Escrituras). Defendia a autoridade suprema das Escrituras. Para ele a tradição não tinha a mesma autoridade e valor que a Bíblia. As decisões conciliares ou papais não valiam como as Escrituras. Todas as autoridades e crenças tinham de se basear e de se sujeitar completamente à Bíblia."

"RUMO E PRUMO"

É necessário saber para onde estamos indo, RUMO, e como estamos indo, PRUMO. É tão importante para onde estamos indo, quanto o como estamos indo.

À luz da própria palavra de Deus, a Bíblia Sagrada, valendo-nos da mais pura e integra interpretação bíblica, usando os versículos dentro de seus contextos bíblicos vemos:

51 http://www.editoraaleluia.com.br/enciclo.htm

“1- Cristo nos resgatou da maldição da lei, fazendo-se maldição por nós (Gl 3.13).

2 - Mas se andarmos na luz, como ele na luz está, temos comunhão uns com os outros, e o sangue de Jesus, seu Filho, nos purifica de todo pecado (1 Jo 1.7).

3 - Portanto, agora nenhuma condenação há para os que estão em Cristo Jesus, que não andam segundo a carne, mas segundo o Espírito” (Rm 8.1).

4 - Quem intentará acusação contra os escolhidos de Deus? É Deus que os justifica; quem os condenará? Cristo Jesus é que morreu, ou antes quem ressurgiu dentre os mortos, o qual está à direita de Deus, e também intercede por nós (Rm 8.33-34).”

5 - Despojou os principados e potestades de sua autoridade, Cl 2:15

6 - Em Cristo somos conduzidos em triunfo, 2 Co 2:14

7 - É maior o que está em nós, do que o que está no mundo, I Jo 4:4

Graças dou ao meu Senhor Jesus que muitos outros versículos, devidamente nos seu contexto textual e bíblico poderiam ser citados, “liberto do império das trevas e transportado para o reino do Filho do seu amor. Cl 1:13”. Este é um trecho da mais pura, verdadeira e imutável palavra de Deus.

“Por mais que cresçam as heresias, o evangelho fácil, os modismos eclesiológicos, a frouxidão aos princípios bíblicos; jamais deixaremos de ser a opção para aqueles que querem um compromisso com Deus, jamais sairemos do caminho ao qual os iludidos pelo evangelho fácil um dia poderão voltar!” Pr. Antonio Mendes Gonçales.

“Os discípulos de Jesus Cristo que vieram a ser designados pelo nome “batista” se caracterizavam pela sua fidelidade às Escrituras ”[52]

Todos os artigos utilizados neste trabalho foram retirados dos seus respectivos sites, entre os dias 10 de janeiro e 01 de fevereiro de 200

52 www.batistas.org.br

23

Agenda de Obrigações

Visando orientar as igrejas e pastores quanto as obrigações que sobre eles recaem por exigências da nossa legislação. Preparamos esta agenda, sendo ela obedecida evitaremos encargos e multas que tantas vezes onera as finanças, tanto das igrejas quanto dos seus pastores.

Tal preocupação se justifica, pois diante da busca constante de recursos do poder publico, este tem olhado para as instituições religiosas e os seus ministros como um setor da sociedade onde algum recurso poderá ser obtido.

Sabemos que as organizações religiosas como as igrejas gozam da imunidade tributária, conforme garante a nossa Constituição Federal, porém o que deve ficar definido é que esta imunidade é somente para o tributo chamado imposto, quanto aos demais não há qualquer benefício. Assim mesmo temos as chamadas obrigações assessórias, que não cumpridas nos prazos determinados por lei provocam infração, punindo quem não cumpriu, com pesadas multas, e essas multas passaram a ser uma fonte de recursos para o governo, assim então temos as seguintes obrigações:

Obrigações Mensais:

1. Salários - Prazo para pagamento até o 5° dia útil do mês.

Entende-se por salário como a contraprestação devida paga diretamente pelo empregador a todo o empregado. São empregados aqueles que obedecem aos seguintes requisitos: pessoalidade, subordinação hierárquica, obediência de jornada de trabalho, é remunerado e exerce sua atividade com habitualidade. Estes precisam ter suas carteiras de trabalho devidamente registradas. O empregado poderá receber mensalmente, quinzenalmente, semanalmente, diariamente, por peça ou ainda por tarefa, devendo ser observado o piso salarial do sindicato que os trabalhadores das igrejas pertencem.

O prazo aqui definido refere-se ao empregado que recebe mensalmente, neste caso o seu pagamento deve ocorrer até o quinto dia útil do mês subseqüente ao vencido. O sábado considera dia útil. Para isso a igreja deverá providenciar documento próprio para a sua comprovação. O recibo de pagamento de salários e a folha de pagamento. Estes documentos serão exibidos à fiscalização quando solicitados e servirão de prova de pagamentos para a igreja quando ocorrer a necessidade.

2. FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – GFIP – Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (a sigla não condiz com todo o nome, mais é assim mesmo):

Prazo para pagamento até o dia 7 (sete) do mês subseqüente ao vencido.

O valor do FGTS incide sobre a remuneração mensal, deste valor calcula-se o percentual de 8,5% (oito e meio) por cento, deste percentual 8% (oito) por cento é depositado na conta vinculada do funcionário e 0,5% (meio) por cento para o governo.

Observação: Quando o dia 7 coincidir com um feriado ou dia em que não há expediente bancário, o pagamento do FGTS será antecipado para o último dia útil anterior. Na GFIP deverão ser informados ainda os valores devidos à Previdência Social e todos os dados cadastrais dos empregados e dos possíveis autônomos que prestaram serviços para a igreja no mês anterior. O Pastor não é autônomo, logo, a sua remuneração não é informada neste documento.

3. INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social - Prazo para recolhimento até o dia 2 (dois) do mês subseqüente ao vencido. Se o dia 2(dois) coincidir com um feriado ou dia que não há expediente bancário, o recolhimento poderá ser adiado para o primeiro dia útil subseqüente.

O recolhimento incide sobre o total da folha de pagamento, incluindo também os valores pagos aos autônomos que prestaram serviços à igreja. Terá que ser obedecido os percentuais definidos por lei.

4. PIS – Programa de Integração Social – Prazo para recolhimento, último dia útil da quinzena subseqüente ao mês da ocorrência dos fatos geradores. Quando este dia coincidir com um feriado ou dia que não há expediente bancário o seu pagamento será antecipado para o último dia útil anterior da data inicialmente estabelecida.

O PIS corresponde a 1% sobre o valor da folha de pagamento dos empregados da igreja.

5. IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte – Prazo para recolhimento, até o 3° dia da semana subseqüente ao pagamento dos salários dos empregados, serviços pagos, autônomos, alugueis pagos, honorários, inclusive sobre os proventos pastorais, devendo em todos os casos aplicar a tabela do Imposto de Renda publicada pela Secretaria da Receita Federal. Hoje está isento até o valor de R$ 1.164,00.

6. CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Prazo para entrega até o dia 7 do mês subseqüente a movimentação de empregados.

Esta declaração presta informações sobre as admissões ou demissões ocorridas no mês anterior à sua entrega. A falta da entrega gera multa imposta pelo ministério do trabalho.

7. INSS dos Pastores – Contribuição Individual – Prazo para recolhimento, último dia útil da quinzena subseqüente ao mês de ocorrência dos fatos geradores.

Quando houver coincidência com um feriado ou dia que não há expediente bancário será antecipado para o último dia útil anterior a data original. O não recolhimento do prazo incidirá juros e multas.

O Pastor para os efeitos da legislação previdenciária é segurado obrigatório, na qualidade de contribuinte individual. O Ministro de Confissão Religiosa é o Membro

de Instituto de Vida Sagrada, de Congregação ou de Ordem Religiosa, quando mantidos pela entidade a que pertençam, salvo se obrigatoriamente filiados à Previdência Social, em razão de outra atividade, ou a outro regime previdenciário, militar ou civil, ainda que na condição de inativos.

Quanto ao valor a ser pago pelo contribuinte este será equivalente a 20% (vinte) por cento sobre o valor definido pelo pastor, devendo obedecer o valor mínimo (atualmente de R$ 300,00) e o valor máxima de R$ 2.668,15). O valor para o calculo dos 20% será definido pelo próprio pastor, obedecendo os limites acima citado. Lembramos, no entanto, que sobre o valor definido será calculado os benefícios como: aposentadoria, pensão, auxílio doença, etc.

Obrigação Trimestral:

1. DACON – Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais – Prazo para entrega trimestral – sempre no ultimo dia útil do mês subseqüente. Para o primeiro trimestre de 2005 o prazo foi prorrogado até o dia 29 de julho do corrente.

Temos aqui uma obrigação assessoria nova, sua exigência passou a ser requerida a partir deste exercício. A não entrega no prazo gera multa equivalente a R$ 500,00, e no caso de retificação R$ 20,00 para cada 10 informações incorretas.

Obrigações Anuais:

1. Contribuição Sindical Patronal – Prazo para pagamento até o dia 31 de janeiro de cada ano.

Quando houver coincidência com um feriado ou dia que não há expediente bancário será antecipado para o último dia útil anterior a data original. O não recolhimento do prazo incidirá juros e multas.

O valor da contribuição que é obrigatória incidirá sobre o total da receita do ano anterior, sobre este total aplica-se um percentual definido anualmente pelo sindicato.

2. Contribuição Sindical dos Empregados – Prazo para pagamento até o dia 30 de abril de cada ano.

O valor equivale a um dia de trabalho descontado do empregado no mês de março de cada ano, também é obrigatória.

O mesmo se aplica quando o vencimento ocorre num feriado ou dia que não há expediente bancário, o pagamento será antecipado para o ultimo dia útil anterior ao vencimento original.

3. Taxa Negocial – Contribuição Assistencial – Contribuição Confederativa.

Além das contribuições já mencionadas, dependendo da região e da Convenção Coletiva de Trabalho firmada entre o sindicato dos empregados e o sindicato patronal haverá ainda estas obrigações. Para isto deverá ser acompanhado a assinatura desta Convenção.em cada base territorial onde a igreja tem a sua sede.

4. DIRF – Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte – Prazo para entrega até o dia 28 de fevereiro.

Nesta declaração a igreja informa os valores pagos aos seus empregados, seus prestadores de serviços e os seus pastores quando os valores recebidos incidem imposto retido na fonte, hoje valores acima de R$ 1.164,00.

O não cumprimento do prazo de entrega sujeitará a igreja ao pagamento de multa e o impedimento para requerer certidão negativa junta a Secretaria da Receita Federal.

5. RAIS – Relação Anual de Informações Sociais – Prazo para entrega até o dia 28 de fevereiro de cada ano.

Devem ser informados nesta declaração todos os dados gerais dos empregados e empregadores, e as igrejas que não tenham empregados também estão obrigadas a entregarem sob pena de não o fazendo ou entregando fora do prazo sofrer multa Ela recolhendo espontaneamente o valor mínimo é de R$ 425,64, nesta data. Esta obrigação é entregue na Caixa Econômica Federal e Ministério do Trabalho.

6. DIPJ – Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – Prazo para entrega até o dia 30 de junho. Conforme Instrução Normativa SRF n° 541/2005.

Neste documento informamos a situação patrimonial e financeira da igreja referente ao ano anterior ao da apresentação dela. A não entrega gera multa de R$ 500,00 e no caso de necessidade retificação de dados o valor da multa é de R$ 20,00 para cada 10 informações incorretas.

Este documento gerou o ano passado uma séria de notificações para igrejas levando-as a pagarem multas pesadas. Para a preparação desta declaração a igreja precisa manter a sua escrituração contábil, aliás uma necessidade até para que haja uma boa administração da igreja. Contabilidade não é um instrumento para atender fiscalização, antes é um instrumento para nortear a administração.

7. DIRPF – Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física – Prazo para entrega, neste ano conforme prazo divulgado pela Secretaria da Fazenda terminou no dia 29 de abril, todos os anos é divulgado pela impressa.

A declaração da Pessoa Física é uma obrigatoriedade para o pastor e para isto ele deverá obedecer as instruções da Receita Federal, porém, se o pastor for presidente da igreja, representante da Pessoa Jurídica Igreja, ele está obrigado a declarar anualmente. A sua não entrega acarreta-lhe multa, além de provocar entraves para o CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) da Igreja.

8. Decimo Terceiro Salário – Prazo para pagamento da Primeira Parcela até o dia 30 de Novembro e o da Segunda Parcela até o dia 20 de Dezembro.

Os encargos incidentes sobre esta verba serão descontados do empregado por ocasião do pagamento da segunda parcela.

9. Férias – Prazo aquisitivo é de 12 (doze) meses contados da data da admissão do empregado.

O empregador deverá conceder as férias ao seu empregado antes que se complete o segundo período aquisitivo, caso isso ocorra este será penalizado com o

pagamento em dobro, incidindo inclusive sobre os dias que avançarem no segundo período.

10. Ata da Eleição da Diretoria.

Todas as atas deverão ser lavradas em livro próprio, devidamente registrados em Cartório de Títulos e Documentos.

A Igreja deverá, no entanto registrar em folha apartada a ata da eleição da sua diretoria, obedecendo sempre o mandato definido no estatuto dela, se anual, se bianual ou outro período. O não registro de uma ata impedirá o registro da subseqüente, causando com isto sérios problemas para a igreja.

A nossa intenção com esta matéria e adverti-los para que não se repita o que ocorreu no ano passado, quando muitas igrejas foram notificadas, sendo obrigadas a pagarem pesadíssimas multas, inviabilizando muitos dos seus projetos, inclusive muitas delas tiveram que recorrer a empréstimos para quitá-las. Apresentamos assim essa agenda de obrigações para nela indicar os compromissos mensais, trimestrais e as obrigações anuais que nesta data são exigidos das igrejas, serve esta matéria para chamá-los a atenção, isso não dispensa o acompanhamento desta área da administração da igreja por um profissional habilitado, até porque este saberá como cumprir o que é exigido e também acompanhará possíveis novidades que não pudemos prever aqui.

"...requer-se dos despenseiros que cada um se ache fiel" 1 Cor 4.2

Pr. Valdo Romão, Advogado,
Contador, Professor de Teologia Sistemática e Teologia Prática da Faculdade Teológica Batista de São Paulo, Presidente da Ordem dos Pastores Batistas do Brasil – Secção do Estado de São Paulo e Pastor da Primeira Igreja Batista em Jardim Iva, São Paulo, Capital.

24

Autonomia da Igreja Local

1. Introdução

Este é um assunto ao mesmo tempo simples e complexo. Simples, se pensarmos na igreja local em si, sua natureza e função. Complexo, quando pensamos nos desdobramentos decorrentes do crescimento, expansão e necessidades organizacionais em termos de cooperação inter-igrejas em face de um contexto mais amplo. De um lado, temos a igreja no desempenho de sua missão num contexto geográfico local, evangelizando, provendo o crescimento dos crentes em termos de conhecimento da Palavra, aprofundamento na doutrina, na prática dos valores da fé e na comunhão. Por outro lado, percebemos a necessidade de a igreja se fazer presente de forma organizada em termos de uma região, nação, continente e mundo. Como lograr esse objetivo de forma a manter a coesão de valores, de princípios, da doutrina e prática e, ainda assim, manter a eficácia organizacional em termos de igrejas locais e da Denominação? Como agir, por exemplo, quando uma igreja local encontra-se à margem da tradição doutrinal histórica do grupo que se crê a mais fiel interpretação das Escrituras? De modo particular, como agir quando desvios doutrinários dessa tradição histórica? Essas questões decorrem do fato de vivermos numa sociedade juridicamente organizada que tem um Código Legal para disciplinar os direitos e deveres de pessoas físicas e pessoas jurídicas. Quando os assuntos eclesiais são de natureza interna a Igreja local pode, ela mesma, decidir a matéria à luz do sistema de valores que adota como orientação para o grupo. Quando, porém, esses assuntos atingem os direitos do próximo (quer pessoa física ou jurídica) o sistema de leis do país é utilizado através do recurso aos diversos mecanismos judiciais existentes.

2. A Questão em o Novo Testamento

Em grande parte, esse problema foi percebido e enfrentado pelos cristãos primitivos. Deixando o romantismo ingênuo de lado percebemos que por ocasião da expansão da mensagem do Evangelho além da Judéia e Samária a igreja teve de enfrentar questões de outra natureza do que a simples proclamação da salvação em Jesus Cristo. Teve de enfrentar questões de transculturação da mensagem do evangelho uma vez que a mensagem da fé era proclamada, crida e aceita por gentios em solo gentílico (pessoas que pertenciam a diferentes culturas e diferentes costumas em termos sociais, econômicos, filosóficos e religiosos). Aconteceram, também, problemas de liderança no que diz respeito à orientação das novas igrejas: quem deveria ser a referência para esclarecer questões de fundo na doutrina e prática das novas igrejas? Isto para não falar dos problemas de ordem econômica como, por exemplo, o sustento da expansão missionária da igreja de Jerusalém e de Antioquia da Síria, a questão da fome na Judéia e outras semelhantes a essas.

Foi devido à necessidade de uma ação organizada e coordenada que aconteceu o Concílio de Jerusalém (Atos 15). As epístolas, que representam uma espécie de controle da obra missionária à distância, sem dúvida testemunham a favor da conclusão de que, conquanto predominantemente locais (veja-se as referências in loco nas introduções das epístolas), as igrejas do Novo Testamento obedeciam a um conceito de interdependência como forma de assegurar a fidelidade doutrinaria. Paulo não hesita em pedir uma ação enérgica da parte da Igreja de Corinto com relação à correção de desvios doutrinários, conduta pessoal e ameaça de cisma resultante da formação de partidos na Igreja (leia-se I e II Coríntios e Gálatas entre outras epístolas). Da mesma forma procede do apóstolo João em suas cartas. Nas cartas às sete igrejas do apocalipse, mesmo levando-se em conta tratar-se de uma revelação particular de Jesus por meio do apóstolo João, seu servo, sem dúvida deve-se reconhecer o valor do instrumental representado por João em seu exílio na ilha de Patmos, que utiliza essa forma literária como meio de controle de desvios doutrinários e éticos naquelas igrejas (Apocalipse 1-3). Assim, observa-se que ao tempo em que o Novo Testamento foi escrito há uma convivência, nem sempre pacífica, entre a idéia de igrejas locais que se auto-governam com algum tipo de controle centralizador exercido pelos apóstolos e missionários que representavam uma tentativa de controle por parte de um grupo ultra-ortodoxo que tinha o seu núcleo provavelmente na igreja de Jerusalém).

3. A Questão da Autonomia da Igreja Local na Atualidade

O conceito de uma igreja local autônoma parece que sofreu fortes abalos quando por ocasião do cisma povoado pelo Movimento de Renovação Espiritual. Ao lado da questão de doutrina e prática surgiram outros problemas de natureza, por assim dizer, mais mundana e espiritual. Foram os problemas relacionados a: quem fica com a propriedade? Que direito têm a Denominação de intervir em igrejas, que se crê estão à margem da tradição doutrinal histórica do grupo, a fim de assegurar o direito de propriedade aos membros dessas igrejas que se permaneceram fieis? Esses problemas transcenderam os arraiais eclesiásticos e foram bater às barras dos tribunais, quase sempre com prejuízo do bom testemunho do Evangelho pela repercussão negativa que provocaram na imprensa secular. Foram raros os casos de soluções pacíficas.

Parece que, desde então, a Denominação nunca se livrou do fantasma representado pela ameaça da Renovação Espiritual e de outros movimentos com denominações diferentes mas que provocam o mesmo efeito: infiltração e desvio doutrinário culminando com a deserção (efeito com propriedade e tudo) as fileiras batistas. Gostaria de pensar que a preocupação da Denominação é com a deserção doutrinária e menos com a deserção patrimonial.

A questão mais crucial nesse aspecto era e continua sendo o problema de resolver problemas de divergências teológico-doutrinárias através da estrutura jurídica de um Estado confessadamente analfabeto em assuntos dessa natureza e, portanto, incompetente para emitir parecer ou mesmo julgar questões teológicas. A única forma de se resolver a questão jurídica da propriedade seria a de se resolver antes a questão teológico-eclesial do sistema administrativo adotado até aqui pela Convenção onde se definisse outro tipo de relação Igreja/Convenção/Agências e

Entidades da Convenção. Mas isto implicaria numa decisão que esbarra num ponto crucial para a tradição eclesial histórica dos Batistas, a questão da autonomia das igrejas locais. É como se, para resolver um problema de doutrina Batista, a Convenção teria, ela mesma, de arranhar e ferir essa mesma doutrina que pretende defender e que lhe dá substância e razão de ser como grupo eclesial.

O problema jurídico não se resolve, tampouco, com a definição, já tradicional, de igrejas autônomas em seu governo local mas interdependentes em sua forma de atuação para com outras igrejas, para com a Denominação e para com a sociedade organizada como um todo. O conceito de interdependência ou de cooperação exprime exatamente o que as palavras significam, ou seja, que duas ou mais organizações que possuem personalidade jurídica independentes, aceitam cooperar entre si sob personalidade jurídica independentes, o que não é utilizado, a forma jurídica mais apropriada seria a de um convênio formal entre as partes definindo direitos e obrigações. O Estatuto formal das igrejas locais deve definir de modo claro a forma de governo e de relacionamento com outras agências, que por sua vez são pessoas jurídicas que possuem sua própria autonomia e âmbito de ação, sejam ou não da Convenção. Por outro lado, o Estatuto da Convenção deve definir, também de modo claro, sua natureza, forma de governo e tipo de relação para com os membros que a compõem.

Como o Estado, através do sistema jurídico estabelecido, é incompetente para julgar questões de ordem doutrinária, parece que a colocação de um artigo nos Estatutos da Igreja local de que ela adota os princípios e doutrinas constantes da Declaração Doutrinária da CBB não tem oferecido as garantias necessárias para se assegurar o direito ao patrimônio apenas ao grupo que permanece fiel à tradição histórica doutrinária dos batistas. A rigor, ao julgar questões dessa natureza, uma vez que é incompetente para tanto, o Juiz deveria solicitar o parecer técnico de uma espécie de auditor externo independente. O melhor parecer nesse caso seria o da própria Convenção mas como, por extensão, ela é parte litigante no processo há impedimento para que ela pronuncie. Outro fator é de os técnicos judiciários autorizados pelo próprio poder judiciário. Como se vê, a questão é complicada do ponto de vista legal.

4. Causas do Problema

Na realidade o que se observa com a forma em que a questão da autonomia das igrejas locais se apresenta hoje, é um problema de superfície que esconde um problema de fundo. Um dos problemas de fundo a que me refiro é o de um descontentamento com a chamada máquina administrativa da Convenção aliado a um problema mais sério ainda, porém ligado a esse, de formação teológico-ético-administrativa e de liderança. Há aspectos psicológicos, históricos, sociológicos, motivacionais e espirituais envolvidos nessa questão. O ideal seria trabalharmos o clima de relacionamento nessa questão. O ideal seria trabalharmos o clima de relacionamento nas igrejas, entre as igrejas e entre as igrejas e a denominação com um todo. Um clima que fosse positivo, afirmativo, baseado na confiança e na transparência das relações entre as partes de tal forma que problemas de outra natureza e que se encontram escondidos sob a superfície não viessem a eclodir sob outras designações.

A análise aqui apresentada das possíveis causas para esse problema não pretende ser exaustiva nem final. Com muita probabilidade ela pode estar errada. À primeira vista pode parecer que nem mesmo tem relação com o assunto objeto de análise nesta apresentação. De qualquer forma ela é apresentada visando a aprofundar o debate a fim de que se possa estabelecer uma estratégia de ação que permita a sinergia de esforços entre igrejas locais e a Convenção através de suas diversas agências e/ou entidades. Essa análise é fruto de observação pessoal e de conversas informais com lideranças de igrejas e da denominação em momentos e locais diferentes e tem o defeito de não estar adequadamente sistematizada. Obviamente o autor desta análise é o único responsável pelo que aqui é exposto.

Entre as causas do descontentamento com a chamada máquina administrativa da Convenção, acima mencionada como um dos problemas de fundo para explicar os problemas resultantes da aplicação do conceito e doutrina da autonomia da igreja local, podemos nomear: 1) tendência exagerada à centralização; 2) custos crescentes de manutenção da máquina administrativa em detrimento dos investimentos da missão; 3) falta de transparência na apresentação de relatórios financeiros e patrimoniais por serem elaborados em linguagem técnica sem interpretação para leitor comum; 4) boatos – pode-se dizer – mal-intencionados, mas decorrentes da falta de transparência contábil-financeira mencionada anteriormente, de salários elevados nas entidades da Convenção; 5) inconsistência doutrinárias decorrentes de deficiência na formação teológica oferecida nos seminários e instituições teológicas a nível nacional, estadual e local; 6) falta de profundidade bíblico-teológica nos púlpitos decorrente de formação acadêmica deficiente e da inexistência de condições adequadas e sustento ministerial; 7) intolerância para com mudanças na formas litúrgicas que procuram alguma forma de diálogo com a cultura do povo; 8) falta de amor cristão no tratamento dos problemas de membros das igrejas e da liderança com predominância de uma atitude legalista; 9) desejo de ascensão social na denominação em contraste com as possibilidades limitadas de concentrá-lo (frustração resultante de expectativas irrealistas levantadas por parte da denominação com relação ao número e tipo de vocacionados quando comparadas com a expansão, crescimento e demanda do mercado de trabalho formado pelas igrejas e pela própria denominação); 10) imaturidade de comportamento; 11) falta de uma visão corporativa de denominação e do seu potencial como grupo; 12) oferta variada de alternativas de ministério por parte de outros grupos competindo com o modelo tradicional; 13) enfraquecimento da mística denominacional;14) descrédito e desconfiança para com lideranças já estabelecidas; 15) falta de visão global dos problemas com a conseqüente valorização de uma visão paroquial; 16) desejo de afirmação pessoal demonstrado de forma agressiva para com outras lideranças nos diversos níveis; 17) impaciência na conquista e construção do próprio espaço na denominação por parte de líderes mais jovens; 18) competição predatória – ou deveríamos dizer depredatória? – entre lideranças; 19) superficialidade (naiveté) de análise da realidade; 20) decepção com o presente mecanismo decisório do plenário das assembléias da Convenção notado especialmente entre lideranças jovens e membros as igrejas que se sentem alijados do processo pela manipulação que se faz das regras parlamentares.

Essas são algumas, entre outras, das possíveis causas que têm provocado o desencanto, especialmente entre a liderança jovem das igrejas pertencentes à CBB e que, no seu conjunto, têm provocado situações de conflito entre a liderança da igreja local com Convenções Estaduais e com a própria CBB. Essas situações de conflito, influenciadas por essas e outras causas em seus desdobramentos e agravadas pela intransigência pessoal, muitas vezes produzem rompimento de fato. É inegável o conseqüente prejuízo para as igrejas envolvidas, para a Denominação e, principalmente, para com o Reino de Deus.

Como se percebe, a lista é complexa e abrange elementos de natureza psico-social, de liderança, de capacitação técnica, de formação ético-teológica e de comportamento. Nem todos esses elementos devem receber o mesmo peso na análise, havendo alguns que mereceriam maior detalhamento e profundidade. É possível que algumas das causas do problema acima mencionadas sejam mais somente para o observador. Com toda a certeza as pessoas que ocupam posições de liderança na denominação discordarão de muitos dos problemas apontados e é bom que o façam pois precisamos da luz que nasce das discussões entre os irmãos da comunidade de fé quando feitas sob a direção do Espírito Santo.

5. Alternativas de Solução

O que se apresenta a seguir são algumas possíveis linhas de ação que pretendem responder ao quadro problemático acima apresentado. Mais uma vez, as possibilidades não se esgotam na presente lista com o debate e contribuição por parte de todos é estimulado.

Vejamos as possíveis alternativas: 1) desenvolver uma nova mística denominacional apropriada para o presente kairós em que vivemos. Essa mística e espiritualidade deve levar em conta a mística da existência da própria igreja local. Deve incluir, entre outros, elementos que permitam definir claramente a alma do negócio, a motivação básica, espírito de serviço e não de cobrança, etc.; 2) definição clara de missão em termos organizacionais: da igreja, da CBB e suas entidades; 3) definição clara dos papéis que a igreja local e as diversas agências devem desenhar no tocante ao cumprimento da missão que Jesus Cristo deixou para os seus discípulos: a igreja é a base, as agências da CBB devem servir como apoio; 4) desenvolver programas de formação e fortalecimento de liderança; 5) criar espaços a serem ocupados por lideranças emergentes nas diversas instâncias e níveis da CBB; 6) desenvolver um profundo senso mútuo de apoio e serviço como expressão do exercício da missão por parte das agências e lideranças da CBB bem como parte das lideranças e membresia das igrejas locais; 7) criar espaços e mecanismos, por exemplo, fóruns de debate, que possam absorver de forma criadora as tensões resultantes do crescimento das igrejas e da denominação em termo quantitativos e qualitativos, fornecendo, ao mesmo tempo, subsídios para o planejamento e estrutura da Denominação como um todo; 8) clarificar em termos jurídico-legais a natureza, estrutura e formas de relacionamento entre as igrejas e a Convenção e suas entidades; 9) utilizar o espaço propiciado pela discussão da filosofia denominacional para dar maior ênfase aos aspectos vitais e menor ênfase aos aspectos administrativos. A filosofia deveria constar de princípios básicos e fundamentais. Administrativo em

separado; 10) desenvolver estruturas de apoio para líderes e igrejas visando o fortalecimento mútuo, a construção de um espaço que possibilite uma melhor compreensão dos problemas compreensão dos problemas e conseqüente apresentação de propostas elaboradas de apoio mútuo em tempos de crise; 11) fortalecer a igreja local por todos os meios possíveis e disponíveis desafiando-a a encanar a sua missão de forma radical conforme o modelo de Cristo; 12) buscar outros modelos alternativos que possibilitem o desenvolvimento sustentado da máquina denominacional permitindo, assim, a maior liberação de recursos para o exercício da missão; 13) revisar de educação teológica atualmente vigente; 14) revisar o modelo e estrutura do atual sistema de educação cristã; 15) revisar o modelo administrativo da CBB definindo o âmbito e alcance das recomendações definidas em plenário. Essas definições deveriam ser de natureza doutrinária, filosófica e política. As questões de natureza mais prática e gerenciais deveriam ser definidas pelas respectivas juntas das entidades e suas respectivas estruturas administrativas; 16) estabelecer estratégias que permitam o desenvolvimento de um profundo senso de companheirismo e de organicidade (aprofundar a idéia e corpo) entre as lideranças das igrejas e da denominação como um todo.

6. Conclusão

À primeira vista pode-se ter a impressão de que o assunto foi extrapolado de sua natureza e escopo. Mas, como foi dito, o extrapolado de sua natureza e escopo. Mas, como foi dito, o problema da autonomia das igrejas locais que trata do relacionamento entre as igrejas locais, a Convenção parecer ser, à luz da análise aqui apresentada, um problema apenas de superfície que esconde um problema mais de fundo. Quem está bem alimentado não procura comida (exceção feita a desvios patológicos). Se o ambiente e clima denominacional, visto como um todo orgânico, for positivo, transparente e afirmativo, proverá os espaços de diálogo de forma a absorver as tensões e problemas naturais em qualquer organização. Pessoalmente entendo que todos os espaços da negociação devam ser esgotados quando surgirem situações de conflito. Recursos de ordem jurídico-legal deverão ser, ao extremo, evitados por amor ao bom testemunho do evangelho. Quando essa necessidade for sentida deve-se buscar no próprio princípio da autonomia da igreja local o recurso básico para a solução do problema: os membros de uma igreja local que permanecerem fiéis à tradição doutrinal histórica devem exercer seu direito e solicitar o arbítrio de uma comissão isenta, conforme natureza jurídico-legal. Devemos reservar nossas energias para combater nosso verdadeiro inimigo que é o príncipe das trevas em lugar de gasta-las batalhando entre nós mesmos.

25

Planejamento Estratégico

O Diretor Executivo convidou o Pastor Ednaldo Batista Rocha, para trabalhar na preparação de um Ante-Projeto de um Plano de Ação Pluri-Anual da CBESP, com o propósito de dinamizar e direcionar a ação da CBESP em: Missões e Evangelização, Plantação de Igrejas, Ação Social, Soerguimento de Pequenas Igrejas, Acampamento Batista de Sumaré, e Publicações, além de despertar uma mais efetiva cooperação Donominacional. O Projeto deverá conter, ainda, o planejamento das Áreas, Entidades e Instituições, às quais caberá preparar seus planejamentos.

PROJETO DO "Planejamento Estratégico"

Pastor Ednaldo Batista Rocha

Ao
Conselho Geral da Convenção Batista do Estado de São Paulo
SÃO PAULO – SÃO PAULO

REF. – Anteprojeto de Proposta de Planejamento Estratégico para a CBESP.

Antes de qualquer coisa, Minha Gratidão!

Primeiramente a Deus, de todo o meu coração, pela maneira como me guiou durante vários meses. Ele ouviu minhas orações, quando a ele supliquei e pedi; sustentou-me quando, por várias vezes, revelei-me impaciente ou desanimado; deu-me sabedoria quando me encontrei contraditório e confuso; desvendou meus olhos quando não conseguia enxergar mais do que um palmo à frente do meu nariz. Muito obrigado, Senhor!

Sou grato à minha Convenção e ao seu Conselho Geral. Têm sido tantas as oportunidades de servir que eles me têm dado, e na elaboração deste planejamento, mais uma vez o meu nome foi lembrado. Por causa deles, tive durante todo o tempo perante meus olhos seus preciosos documentos oficiais (Filosofia da Cbesp, bem como o Estatuto e seu Regimento Interno) para trabalhar assunto de suma importância. Assunto esse alvo do reclamo, não somente de muitos líderes, mas da própria situação e contexto.

Sou grato ao Pastor José Vieira Rocha, Mui Digno Diretor Executivo de nosso Conselho Geral e Convenção. Meu irmão, colega, amigo e mestre. Companheiro que me tem colocado junto ao seu coração, e, até por isso, sei que ele tem "usado e abusado" de mim, no sentido de me privilegiar com responsabilidades e tarefas que denotam confiança, respeito e credibilidade. Responsabilidades e tarefas, que fazem parte de suas funções mais estritas, que se não bem desempenhadas por aqueles que dele recebem a delegação, colocariam em risco sua credibilidade perante todos,

por sabermos de sua singularidade e primorosidade no desempenho das mesmas. Muito obrigado Vieira!

Sou grato à minha família. Edyr, André, Felipe e Sara sua esposa, e, Priscilla. Eles não somente me deram suporte quando precisei, mas também, procuraram criar as condições para que eu pudesse servir, também, à causa de Deus através de nossa denominação. Sempre foram elementos facilitadores em minha vida.

Sou grato à Primeira Igreja Batista em Vila Maria. Igreja preciosa e valorosa. Igreja que sempre compreendeu que uma das maneiras de se revelar cooperadora foi fazendo a cessão de seu Pastor para aqueles momentos em que ele foi chamado pela denominação para servir.

1. Preliminares Considerativas Que Nortearão Nossa Proposta

1.1. Fazer um Planejamento Estratégico é uma necessidade exigente e precisa ser de abrangência global. Digo isto, não só para concordar com o pensar do Pastor Valdo Romão quando afirma que "Um Planejamento Estratégico é uma Exigência", e com o Pastor Salovi Bernardo quando diz que "um Planejamento Estratégico Precisa Ser Global", mas também porque na medida em que o atual Diretor Executivo da CBESP, Pastor José Vieira Rocha, solicita ao Conselho Geral a necessidade de genializar sobre o assunto, trabalharemos de maneira convicta a elaboração de um anteprojeto. As afirmações, tanto do Pastor Valdo Romão quanto do Pastor Salovi Bernardo se encontram no livro do Centenário da Convenção Batista do Estado de São Paulo. No que tange ä solicitação do Diretor Executivo, dispensa comentários, porque afinal de contas, ele é aquele que, mais do que qualquer vive diuturnamente as realidades denominacionais. Não nos esqueceremos do que dizem, porque o dizem com muita propriedade. Eles são expoentes de nossa denominação. Sabem o que estão dizendo e porque estão.

Planejamento Estratégico CBESP

1.2. O documento intitulado Filosofia da Convenção Batista do Estado de São Paulo, em sua Introdução, diz: "A Filosofia da Convenção Batista do Estado de São Paulo é o resultado de uma reflexão sobre o que ela, Convenção é, e os princípios bíblicos que sustentam sua existência e objetivos: a) De inter-relacionamento fraterno e cooperativo entre as igrejas; b) De apoio e fortalecimento às igrejas; c) De progresso e crescimento dos leigos das igrejas; d) De, como a Convenção conduz seus relacionamentos com as igrejas; e) De como administra as entidades e as instituições que cria às quais atribui a execução de seus objetivos, programas e determinações". Portanto, já temos nessas cinco alíneas um direcionamento extraordinário que nos municiarão de condições, bastante, para o nosso trabalho.

1.3. O Planejamento é para nossa Convenção nos seus relacionamentos com igrejas, crentes em geral, instituições e entidades.

1.4. Procuraremos ouvir as lideranças que conhecem bem o nosso passado e o nosso presente. Essas lideranças têm muito a nos dizer sobre prospecções futuras e nós temos muito que ouvir.

1.5. Uma vez que a Filosofia de nossa Convenção declara: "... a Convenção objetiva explicitar o que ela é a que se propõe como realiza seus propósitos e como norteia suas atividades", todo o planejamento não pode se esquecer dessas diretrizes.

1.6. Com o objetivo de não esquecermos dos nortes filosóficos de nossa Convenção, sinto a necessidade de fazer a transcrição integral do Capítulo II da Filosofia da Convenção que trata da Sua Natureza e Objetivos. "A Convenção Batista do Estado" de São Paulo é uma entidade religiosa, sem fins lucrativos, composta de igrejas batistas que decidem, voluntariamente, se unir para viverem juntas a mesma fé, promoverem o reino de Deus e assumirem o compromisso de fidelidade doutrinária, cooperação e empenho na execução dos programas convencionais. A Convenção existe em função do propósito que o Senhor Jesus deu à igreja. Ela não substitui a igreja local, mas aglutina recursos, analisa e sugere métodos, planos e proporciona às igrejas condições melhores para o cumprimento de suas funções. A Convenção é CAUDATÁRIA das igrejas, quando recebe delas condições e motivações para existir e operar; é também CADINHO E FORO, quando em suas assembléias, constituídas de mensageiros enviados pelas igrejas cooperantes, aprecia doutrinas e práticas, relatórios das atividades dos seus órgãos e entidades, debate idéias e aprova diretrizes gerais; é ainda COORDENADORA, quando recebe planos e programas como atividades que deva implementar, visando à concretização das aspirações comuns às igrejas cooperantes. Assim, a Convenção incentiva e coordena a obra cooperativa das igrejas, buscando sempre fortalecer a visão sinóptica e a ação sinérgica de igrejas e crentes, regida sempre pelos princípios da voluntariedade, da fraternidade, da solidariedade, do incentivo e presidida pelo respeito à autonomia da igreja participante. A partir da compreensão de sua natureza, a Convenção tem como finalidade: estimular a criação de condições para abrir canais de cooperação, de congraçamento, de intercâmbio entre as igrejas da mesma fé e ordem, para que cumpram seus ideais e a missão dada pelo Senhor – o ideal de unidade da fé no pleno conhecimento do Filho de Deus, da maturidade cristã, objetivando a estrutura da plenitude de Cristo; da construção de uma sociedade justa onde cada cidadão encontre seu bem estar e o desenvolvimento pelas suas potencialidades; da formação de um povo para Deus através da ação da igreja e da glorificação do nome do Senhor em todas as esferas da sociedade. Tem, também, como finalidade ajudar no preparo do povo de Deus treinando pessoas para o cumprimento de seu sacerdócio na igreja e na sociedade a fim de que a presença do Evangelho se faça sentir influente na educação, na política, na economia, na ação social, na comunidade social, na religião, através de uma ação missionária, docente, profissional, intelectual e cristã eficaz. "Os batistas consideram este desafio com redobrada humanidade e dependência de Deus, buscando condições para responder objetivamente às necessidades deste mundo complexo e de oportunidades crescente".

2. Introdução Ao Planejamento Estratégico

Recebi com muita honra a incumbência que me foi dada, por este Conselho Geral de nossa Convenção, por indicação do Diretor Executivo, Pastor José Vieira Rocha, para elaborar e apresentar uma proposta de Planejamento Estratégico para um período de ação de nossa denominação. Tenho a convicção absoluta das seguintes verdades: 1) Existe nos arraiais de nossa denominação, bem como de nossas igrejas, cérebros extremamente competentes para tal cometimento. Pessoas com formação técnica na

área que bem poderiam ter sido nomeadas para a realização deste Planejamento; 2) O Diretor Executivo, Pastor José Vieira Rocha, poderia ser essa pessoa; 3) O último Presidente (Pastor Odilon dos Santos Pereira) e o atual (Pastor Antonio Mendes Gonçales) de nossa Convenção, mesmo, duas inteligências e competências; 4) Uma Convenção tão dinâmica quanto a nossa, mesmo que tenha um Planejamento muito coerente com suas potencialidades e inerências, exigirá uma atenção e uma vigilância contínuas da parte de seus líderes para garantir, minimamente, o êxito do planejamento; 5) Recebi a incumbência embaixo da graça de Deus, e, debaixo dela continuarei, para que não me falte nenhuma condição básica para o bom desempenho dessa tarefa; 6) Colocarei toda a experiência adquirida com Deus e com líderes (experiência de quase 30 anos convivendo com nossa denominação e com o Ministério Pastoral) a serviço dessa tarefa.

O que estou entendendo, do desejo da Convenção de ter um Planejamento Estratégico, é o de que ela quer se projetar para o futuro de maneira previsível. Nesse sentido, lembro Gary Hamel e C. K. Prahalad, no seu livro Competindo Pelo Futuro – 13a Edição – página 123, que declaram: "O futuro não precisa ser apenas imaginado, precisa ser construído; daí o termo arquitetura estratégica. Um arquiteto precisa ser capaz de sonhar com coisas que ainda não foram criadas – uma catedral que hoje é apenas um terreno empoeirado ou uma elegante ponte sobre um abismo que ainda não foi atravessado. Mas o arquiteto também precisa ser capaz de gerar uma planta que mostre como transformar o sonho em realidade. O arquiteto é um sonhador e um planejador. O arquiteto casa arte com engenharia estrutural".

Para elaboração desse planejamento, vou tomar como base principal a Filosofia de Convenção Batista do Estado de São Paulo, que é o sonho de futuro, mas, me servirei também dos contextos dos seguintes aspectos: a) as realidades e potencialidades existentes em nossa Convenção como veículos de expansão do reino de Deus; b) as realidades e potencialidades naturais de nossas igrejas (como instituições) e seus membros individualmente; c) as realidades e potencialidades que o Estado de São Paulo nos oferece (por exemplo: facilidade e celeridade de deslocamentos, potencialidade sócio-econômica de muitos dos membros de nossas igrejas, etc.); d) o conhecimento in-locum (não é muito, mas, é suficiente) que temos de uma boa parte da realidade batista em nosso Estado; e) a experiência que tivemos a oportunidade de armazenar quando, na condição de relator do GT de Revisão da Estrutura da CBESP, oferecemos uma proposta que se revelou, na prática, factível, para os destinos de nossa denominação. O futuro terminou por nos mostrar que o GT discerniu com precisão a "visão" que recebeu de Deus. Os que executaram a estrutura revisada, como votada pelo plenário da CBESP reunido na Cidade de Bauru, foram igualmente precisos e felizes na sua execução. A Deus toda honra e glória! f) a oportunidade que a Junta de Missões Nacionais me concedeu quando me convidou para coordenar a Campanha de Evangelização Urbana da Grande Florianópolis, cuja, visava plantar sete igrejas no período de dois anos (julho/78 a julho/80). Creio seja bom observar que naquela região a última Igreja plantada fora em 1968, fruto de uma divisão na Primeira Igreja Batista, portanto, o desafio era gigante, até porque estava há dez anos sem organizar uma igreja. Entretanto, quando deixamos o projeto (outubro/80), tínhamos plantado cinco igrejas. Saliento que

terminei por ficar dois anos e quatro meses em Florianópolis. Esse projeto piloto inspirou a elaboração, pela JEVAN, de um projeto chamado Decápolis, nas dez maiores capitais brasileiras (Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Vitória, Belo Horizonte, Brasília, Salvador, Recife, Fortaleza e Belém). A realidade na Grande Florianópolis (quando lá voltei em gozo de férias em julho de 1992) era outra, agradavelmente vistosa do ponto de vista do crescimento; g) a oportunidade que me foi dada pela CBESP de voltar a São Paulo para coordenar, dentro do Projeto Decápolis, a Campanha de Evangelização Urbana da Grande São Paulo (CEUGESP). Campanha esta, que visava, dentre tantos grandes objetivos, o de plantar 20 igrejas nesta região (visão, também cumprida); h) a oportunidade que os irmãos me deram de coordenar a Cruzada Sammy Tippit (2003/2004). Os resultados em nossa vida, igrejas, congregações e naqueles que foram alcançados pela graça que trás salvação ainda estão visíveis, bem visíveis, em cada um de nós. Louvado seja nosso grande Deus e Salvador Jesus Cristo!

Sigamos, portanto, com o Planejamento propriamente dito.

3. Definindo Filosoficamente Um Planejamento Estratégico

A nossa CBESP vem vivendo um momento fantástico do ponto de vista, sobretudo de ajuste e coerência com seus ideais. Entretanto, o que depreendi do que se requer, é que demos sistemicidade ao trabalho, interação adequada, viabilização de modelos organizacionais flexíveis (onde possam ser) e adequados, estabelecimento de mecanismos de controle dos resultados e da qualidade do serviço que se presta, dinamização do processo de arrecadação e aplicação dos recursos levantados, e, fortalecimento da identidade e imagem denominacional da CBESP.

O Planejamento Estratégico deve responder a perguntas como:

* Qual o propósito ou missão da CBESP? Por que ela existe?

* Qual a visão da CBESP sobre seu perfil no futuro?

* Quais serviços a CBESP oferece? E quais deveria oferecer no futuro?

* Quem se beneficia desses serviços? Que mudanças poderão ocorrer nos beneficiários, futuramente? Como a CBESP responderá a essas mudanças?

* Dadas às condições externas e a capacidade da CBESP, onde deveriam concentrar-se os esforços e recursos para concretizar a visão idealizada?

* Quais medidas de desempenho serão utilizadas para monitorar a implementação de ações prioritárias?

* Que esforços serão envidados para revisar as prioridades da CBESP à medida que as condições forem mudando?

O planejamento estratégico afeta todos os aspectos da vida de uma organização e, foi neste sentido que entendi a palavra do Pr. Salovi Bernardo quando argumentou sobre isso em seu escrito no Livro do Centenário da CBESP, inclusive seus programas e serviços, recrutamento de líderes, igrejas e colaboradores, planos de investimentos e financeiros, contratações e treinamento de pessoal (me refiro àqueles que direta e indiretamente são chamados a prestar serviços, de cujos, demandem alguma remuneração), sistemas de informação, comunicações, relações com o público em geral, sobretudo com aqueles que são e que fazem a nossa denominação ser e acontecer.

Portanto, o processo de planejamento estratégico afetará e será afetado por todos os grupos (assembléia convencional, Conselhos e Junta de Educação, igrejas, entidades e instituições) que têm interesse no êxito da CBESP, inclusive as fontes de recursos, o quadro de pessoal (funcionários, missionários e conveniados), a mídia, os fornecedores e também os "concorrentes".

O problema essencial consistirá em selecionar as questões estratégicas prioritárias que poderão interferir na CBESP em busca de sua missão e do seguir a sua visão. Algumas opções feitas nesse processo poderão ter efeito imediato; outras decisões talvez só tenham seu impacto percebido num prazo mais longo. Para ser eficaz, o Planejamento Estratégico depende da avaliação das condições internas e externas à CBESP, resultando numa imagem futura e numa visão concreta do que se pode fazer para cumprir a missão. Planejamento estratégico implica em decidir sobre prioridades e procedimentos necessários para realizar tal visão. Tentaremos fazer uma leitura, quanto possível exata, das prioridades da CBESP. Essa exatidão não tem nenhuma conotação de inflexibilidade no processo executivo, porque estamos envolvidos num trabalho em que a sua dinâmica exigirá contínua reflexão. Neste sentido, os documentos oficiais da CBESP nos ajudarão, tanto quanto o pensar da liderança denominacional.

Se encontramos nos documentos oficiais os veios políticos, filosóficos e ideológicos acerca do que a CBESP é e do que Ela pretende ser, cumpre-nos instrumentalizar e operacionalizar esses veios, em forma de Planejamento Estratégico, para que o mesmo tenha uma longevidade racional e tecnicamente aceitável, para poder passar, periodicamente, por uma avaliação e contextualização de seus objetivos (MISSÃO) e direcionamentos (VISÃO).

4. Roteiro do Processo de Construção do Planejamento Estratégico da Convenção Batista do Estado de São Paulo

Seguindo as técnicas de elaboração de um Planejamento Estratégico, as etapas que farão parte do nosso planejamento são:

1ª ETAPA – Definição e Dimensionamento do Caminho a seguir.

1.1. Estabelecimento das definições preliminares;
1.2. Construção de ambiente institucional para o planejamento;
1.3. Declaração de Missão;
1.4. Declaração de Visão;
1.5. Definição de metas estratégicas;
1.6. Definição de objetivos;
1.7. Explicitação sobre valores e princípios da instituição.

2ª ETAPA – Análise e dimensionamento do ambiente externo.

2.1. Definição do empreendimento em que a CBESP atua;
2.2. Análise de ambiente externo ou o setor em que a CBESP atua:
  2.2.1. Estrutura do Setor
  2.2.2. Públicos-alvos
  2.2.3. Relacionamento
  2.3.4. Dados

2.3. Análise e decisões sobre competências essenciais;
2.4. Análise dos outros atores similares atuantes no setor.

3ª ETAPA – Análise e dimensionamento do ambiente interno.

3.1. Definição do ponto de partida:
- 3.1.1. Análise da situação atual
- 3.1.2. Identificação de forças e fraquezas da instituição
- 3.1.3. Apreciação crítica e decisões sobre a cadeia de valor
- 3.1.4. Análise e decisões sobre a proposição de valor
- 3.1.5. Análise e decisões sobre competências essenciais.

3.2. Clientes e Clientes:
- 3.2.1. Clientes internos
- 3.2.2. Clientes externos
- 3.2.3. Outros tipos de clientes
- 3.2.4. Fornecedores
- 3.2.5. Segmentos e nichos
- 3.2.6. Questões antropológicas e sócio-psicológicas.

4ª ETAPA –Definições centrais sobre estrutura organizacional.

4.1. Tipo (s) de estrutura;
4.2. Divisão do trabalho ou departamentalização;
4.3. Natureza da liderança;
4.4. Desenvolvimento de lideranças e alocação de pessoas;
4.5. Competências funcionais e responsabilidades decisionais.

5ª ETAPA – O Futuro: Uma análise necessária.

5.1. Preparação para a mudança:
- 5.1.1. Decisões sobre as dimensões da mudança
- 5.1.2. Identificação de tendências
- 5.1.3. Projeção de cenários
- 5.1.4. Avaliação dos efeitos da mudança
- 5.1.5. Pensando estrategicamente
- 5.1.6. A escolha de estratégias diferenciadoras
- 5.1.7. Alternativas estratégicas
- 5.1.8. Ciclo de vida de produtos e serviços

6ª ETAPA – Identificação dos fatores críticos de sucesso.

7ª ETAPA – Planejamento estratégico e seus desdobramentos.

7.1. Outros níveis de planejamento
- 7.1.1. Planejamento tático
- 7.1.2. Planejamento operacional

7.2. Programas
7.3. Projetos
7.4. Plano de ação

8ª ETAPA – Consolidação dos instrumentos prescritivos e quantitativos estratégicos.

8.1. Metas e objetivos

8.2. Estratégias, políticas e diretrizes

9ª ETAPA – Planejamento estratégico e finanças da instituição.

10ª ETAPA – Sistema de comunicação e planejamento estratégico de marketing.

11ª ETAPA – Implementação de planejamento estratégico.

11.1. Preparação da instituição;

11.2. Preparação dos funcionários;

11.3. Análise e previsões financeiras, e projeção orçamentária;

11.4. O planejamento estratégico e o desenvolvimento da instituição.

Desenvolvimento do Planejamento Estratégico

1ª ETAPA – Definição e Dimensionamento do Caminho a seguir.

Todo o planejamento será orientado pela MISSÃO e pela VISÃO da CBESP, que, como já dissemos anteriormente, não está expressa, entretanto está expressada nos documentos oficiais e, por isso, estamos apresentando propostas acerca de missão e visão como seguem, imediatamente, abaixo. Precisamos clarificar esses dois aspectos antes de tudo.

1.1. Uma Proposta de Missão Para A Cbesp:

Os documentos oficiais de nossa Convenção já contemplam as respostas básicas que definem a sua missão. Se as perguntas básicas para definir uma missão são: Para que existimos? Qual é o nosso propósito? Existimos para suprir que necessidades da sociedade? Então, bastou uma simples olhada nos aludidos documentos para chegar às seguintes alternativas de propostas de MISSÃO, e assim definirmos:

1a Alternativa de Proposta:

NOSSA MISSÃO: “Promover (ao lado das igrejas) ou (juntamente com as igrejas) o desenvolvimento do Reino de Deus em todos os seus aspectos: (ou nas áreas de) missões e evangelização, ação social, música sacra, educação teológica e ministerial, educação cristã e educação secular, por todos os meios lícitos ou (tendo na fraternidade, na solidariedade e cooperatividade seus instrumentos de ação)”.

2a Alternativa de Proposta:

NOSSA MISSÃO “Servir às igrejas nela arroladas contribuindo, por todos os meios condizentes com os princípios cristãos, para aperfeiçoar, aprofundar e ampliar a ação das igrejas, visando à edificação dos crentes e a expansão do Reino de Deus”.

3a Alternativa de Proposta:

NOSSA MISSÃO: "Planejar, coordenar, administrar e executar o programa cooperativo que mantém com as igrejas batistas em áreas tais como, evangelização, missões, ação social, educação, educação religiosa (ou cristã), educação teológica e ministerial, e, comunicação".

Entendendo A Proposta de Missão

Para que a missão seja efetivada e assim promova o Reino de Deus em todos os seus aspectos, servindo às igrejas (enquanto Corpo de Cristo e instituição "secular") de maneira planejada, coordenada e bem administrada, é necessário que a CBESP esteja sempre atualizada (em todos os sentidos) e aprimorada para que o seu serviço seja com a melhor qualidade e desempenho (também em todos os aspectos) para que os objetivos de nossos "patrocinadores" alcancem os resultados propostos.

É preciso que sirvamos sempre com excelência àqueles que fazem parte do nosso círculo. É preciso que nossas respostas sejam rápidas e de qualidade inquestionável.

Assim é que, sugerimos três alternativas de propostas de missão, que podem ser optadas, ou adequadas e optadas, ou ainda, adequadas e coerentemente fundidas. Peço ajuda!

1.2. Uma Proposta de Visão Para CBESP:

De igual modo, com o que dissemos no ponto anterior, a VISÃO que a Convenção estabeleceu para si, não está expressa, mas expressada nos conteúdos gerais de seus documentos oficiais (Filosofia, Estatuto e Regimento Interno), desta forma, foi que procuramos extrair os conteúdos, para externar de maneira expressa uma proposta de visão. Antes, contudo, penso que seja bom entendermos o que seja uma visão, nas definições técnicas dos entendidos no assunto. Eles são unânimes em afirmar que um verdadeiro conceito de visão nunca despreza o bem olhar para o futuro. Então, vamos lá!

Visão é um gerenciamento de longo prazo, que busca a melhoria da instituição, promovendo o rompimento da situação atual para atingir resultados desejados, numa perspectiva de crescimento e desenvolvimento.

Deve-se introduzir, também, o princípio da influência do ambiente sobre a instituição, com o seu conjunto de tendências geradoras de oportunidades e ameaças ao alcance dos resultados almejados. Assim, chegamos à definição do que seja a Administração Estratégica.

* É uma administração voltada para o futuro, que tem um senso de direção dado pela visão.

* Ela permite organizar, dirigir e supervisionar pessoas, processos e recursos de forma sistêmica e efetiva.

* Ela considera o ambiente externo com suas tendências, oportunidades e ameaças.

* Ela viabiliza o crescimento, o compartilhamento e a transformação da situação atual para a situação desejada.

* Ela favorece a participação, o compartilhamento de objetivos, o espírito de equipe, a autonomia responsável e o comprometimento.

Assim é que, sugerimos duas alternativas de propostas de VISÃO, que podem ser optadas, ou adequadas e optadas, ou ainda, adequadas e coerentemente fundidas. Peço ajuda!

1a Alternativa de Proposta:

NOSSA VISÃO: "Ser uma instituição a serviço das igrejas e denominação batista na consecução dos objetivos do Reino de Deus, tendo como instrumento básico a cooperatividade e as referências de cooperatividade".

2a Alternativa de Proposta:

NOSSA VISÃO: "Ser uma instituição a serviço das igrejas e da denominação, tendo na fraternidade, na solidariedade e na cooperatividade as referências (de suas ações) ou (de sustentação de seus objetivos)".

Entendendo A Visão

Esse planejamento deve ir ao encontro do que as igrejas desejam e precisam, bem como apontar o que a CBESP pode fazer como resposta a essas demandas, na linha das decisões já tomadas e de outras que venham ser tomadas. Para tornar possível a identificação das demandas é necessário um trabalho na linha da construção de um Sistema de Inteligência Organizacional, o qual poderá ainda apoiar todas as áreas do nosso trabalho, oferecendo-lhes informações e análises ativas, com alta dose de inteligibilidade de fatores os mais diversos dos ambientes interno e externo.

De igual modo, precisamos de uma visão que nos mostre sem dificuldades onde, como, porque e quando queremos chegar. Não será nenhum exagero estabelecermos uma visão que nos leve a ver os próximos 10 ou 15 anos, através de uma administração competente, comprometida com resultados e voltada para o desenvolvimento dos seus ativos mais importantes.

Precisamos criar uma imagem forte, tanto para nós quanto para a sociedade em que vivemos, à qual, tem ditado a aceleração e a celeridade dos procedimentos e dos processos. Jamais os assuntos e os aspectos pararão ou desacelerarão por nossa causa, portanto, precisaremos, sim, como já dissemos de um Sistema de Inteligência Organizacional que nos auxilie a não perder nem o passo e nem o compasso.

1.3. Os Valores da CBESP

Os nossos valores estão clara e igualmente inseridos nos nossos documentos oficiais (Filosofia, Estatuto e Regimento Interno). Eles são organizados e mantidos pelas igrejas. De maneira que, salvo erro de percepção, eles são:

1.3.1. Valorizamos os seis princípios históricos dos Batistas (Documento Rumo e Prumo):

1.3.1.1. A aceitação das Escrituras Sagradas como única regra de fé e conduta;

1.3.1.2. O conceito de igreja como sendo uma comunidade local democrática e autônoma, formada de pessoas regeneradas e biblicamente batizadas;

1.3.1.3. A separação entre igreja e o estado;

1.3.1.4. A absoluta liberdade de consciência;

1.3.1.5. A responsabilidade individual diante de Deus;

1.3.1.6. A autenticidade e apostolicidade das igrejas.

1.3.2. Valorizamos a Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira em todo o seu conteúdo.

1.3.3. Valorizamos O Pacto das Igrejas Batistas (mesmo entendendo que precisa de uma revisão ortográfica e de parte do seu conteúdo).

1.3.4. Valorizamos nossos princípios de cooperatividade através:

1.3.4.1. Do Inter-relacionamento fraterno e cooperativo entre as igrejas;

1.3.4.2. De apoio e fortalecimento às igrejas;

1.3.4.3. De progresso e crescimento dos "leigos" das igrejas;

1.3.4.4. De como a Convenção conduz seus relacionamentos com as igrejas;

1.3.4.5. De como a Convenção administra as entidades e instituições que cria, às quais atribui a execução de seus objetivos, programas e determinações;

1.3.4.6. Do programa de apoio financeiro ao qual chamamos de Plano Cooperativo (10% dos dízimos da igreja);

1.4. Onde Devemos Focar Nossa Atenção (As Metas Estratégicas)?

1.4.1. No restabelecimento e no aprimoramento, em todos os aspectos, da unidade denominacional, em torno dos valores e princípios abraçados e preconizados pelos batistas.

1.4.2. No construir de um bem delineado, ajustado e integrado sistema batista de comunicação, de forma inovadora, com baixo custo e utilizando os grandes avanços da tecnologia da comunicação e da informação, objetivando viabilizar a interação entre as diversas partes do macro-sistema convencional e a mais plena sinergia dentro dele, bem como preparar-nos para estar em posição de liderança no uso e no desenvolvimento de novas mídias e em sua convergência com as mídias já existentes. Esse sistema se proporá ao que dissemos acima, mas também, à busca da integração de igrejas e de toda a denominação dentro do Estado.

1.4.3. No restabelecimento do nosso Pacto Cooperativo, com a mais plena participação das igrejas e das associações, objetivando a integração e o engajamento de todas elas nos programas e projetos convencionais, bem como no sustento e ampliação da obra cooperativa que realizam através da CBESP.

1.4.4. Na Implantação de uma grande rede de relacionamento de lideranças batistas, objetivando o desenvolvimento de líderes para a igreja e para a sociedade, além de ganhos de comunicação, de coesão, de fortalecimento da nossa identidade e de mobilização.

1.4.5. NA revitalizar o sistema batista de educação religiosa, a partir de claras definições sobre seu lugar na missão da igreja, seus fundamentos e seus propósitos, e do reconhecimento do seu papel insubstituível na formação da unidade e da identidade batistas.

1.4.6. No trabalhar o processo de formação e manutenção de uma "cultura" convencional comprometida com valores e princípios definidos, e voltada para o alto desempenho, resultados, velocidade de resposta às demandas do seu público e capacidade de identificar e enfrentar, pro ativamente, as macro-tendências que poderão modelar o seu ambiente no futuro.

1.4.7. Administrar eficaz e eficientemente nossos ativos físicos, patrimoniais e financeiros, e dar uma atenção especial ao desenvolvimento dos nossos ativos intangíveis mais importantes: espirituais e éticos, humanos, sociais, organizacionais e de relacionais.

1.4.8. No implantar um sistema de produção de serviços e produtos de alta qualidade, inovadores, funcionais, geradores de benefícios claros para seus usuários e adaptáveis às suas possibilidades e necessidades.

1.4.9. No estender e consolidar a presença batista em todos os municípios paulistas, tendo ao menos uma igreja bem organizada, viva e influente em cada um deles.

1.4.10. No continuar a implementação de nossa estrutura organizacional de forma torná-la ágil, eficaz e eficiente, focada na satisfação plena do público a que serve e comprometida com a excelência.

As metas, onde focaremos nossa atenção, deverão, obrigatoriamente ser derivadas tanto da MISSÃO quanto da VISÃO, que por sua vez servem de base para os objetivos estratégicos, para os objetivos táticos e para os procedimentos operacionais a serem estabelecidos.

2ª ETAPA – Análise e dimensionamento do ambiente externo (potencialidades e fragilidades).

Toda organização possui fatores críticos de sucesso. Eles se constituem num número limitado de áreas nas quais os resultados alcançados, se satisfatórios, garantem o sucesso da organização, se não, provocam perdas de recursos, e tempo e outros.

O entendimento da natureza da organização é um fator de transcendental importância para a qualidade da análise que dela se faça. Outro elemento também fundamental é ter dela uma visão sistêmica que possibilite separar cada uma das suas partes e, a partir daí, analisar suas forças e suas fraquezas, mantendo sempre a visão do todo.

Em todos os aspectos destacados nesta análise, a ênfase é muito mais seletiva que exaustiva. Fica muito espaço, portanto, para que surjam outros destaques e enfoques diferenciados.

2.1. A Natureza Da CBESP

A CBESP é uma organização que opera no setor terciário da economia, no setor de serviços. Mas não como empresa com fins lucrativos, e sim no campo do chamado Terceiro Setor, expressão usada para diferenciar dos setores públicos e corporativos ou empresariais propriamente ditos.

Olhada como um sistema, como são todas as organizações, a CBESP não pode ser classificada, fundamentalmente, como um sistema material e concreto. Os sistemas deste tipo são compostos principalmente de equipamentos, instalações, objetos e coisas reais. Eles podem ser descritos e são mais avaliados em termos quantitativos.

Embora real e capaz de relações com o seu público através de medições diversas, a CBESP, vista como um sistema, é mais fundamentalmente um sistema imaterial, abstrato e conceitual; muito mais “espiritual” que material. Sistemas deste tipo são

compostos principalmente de conceitos, princípios, valores, crenças, abstrações, hipóteses e idéias. Eles podem ser descritos e são mais avaliados em termos qualitativos.

Os recursos com que a CBESP trabalha (e é aí onde está a sua verdadeira riqueza), são pessoas, crenças, valores, princípios, informação, conhecimento, relacionamento e imagem, esta última fruto da sua relevância para o seu público específico e para a sociedade em geral. Isso significa, de acordo com a nova visão dos ativos, riquezas ou valor das organizações, que o verdadeiro valor da CBESP está radicado em seu capital intelectual (capitais humano, estrutural e relacional) e em seu capital social (coesão interna, capacidade de influenciação social etc.).

A CBESP, em sua natureza, muito mais do que um conjunto de prédios, máquinas, equipamentos, tecnologias, entidades executivas e auxiliares, departamentos etc., é uma rede de relacionamentos que lhe deu, lhe dá e lhe dará vida - a denominação batista, os que se denominam batistas. Tudo o que ela tem e logo acima foi citado, tem para servir a essas pessoas - esta é a sua finalidade. Ela é, sobretudo, gente. Sua natureza é, sobretudo, humana.

A CBESP é criação da denominação, não o contrário. Foi criada para servir às igrejas e à denominação. Corolário: Quanto mais forte for a denominação, quanto mais forte for a rede de igrejas e pessoas identificadas com o ser batista, mais forte será a CBESP. E o seu verdadeiro sucesso estará aí, ou não será encontrado em lugar algum.

Por isso a primeira e principal tarefa da CBESP e de suas lideranças é cuidar da identidade e da unidade denominacionais. Cuidar da saúde do seu sempre delicado "tecido" humano-social-cultural e de sua funcionalidade, sem o que ela nada é e em cuja vitalidade estará o seu êxito como organização.

2.2. O Universo Da Análise

Como a CBESP é um sistema aberto, ela interage permanentemente com o seu meio ambiente. A análise do meio ambiente geral em que ela está inserida é objeto de uma outra análise específica, em que são ressaltadas as oportunidades e as ameaças nele presentes. Apenas para este material, vamos chamar este ambiente de ECOSSISTEMA.

Nesta análise, a CBESP é vista como um ecossistema, composto de vários sistemas menores, em diversos níveis, conforme classificação abaixo:

2.1.1. O Ecossistema CONVENÇÃO BATISTA DO ESTADO DE SÃO PAULO e Seus Dois Mesosistemas

O ecossistema CBESP é constituído, basicamente, de dois mesosistemas, identificados com a sua natureza e suas áreas de missão ou de operação, cada um com sua constituição peculiar, conforme destacamos a seguir:

2.1.1.1. Mesosistema sócio-econômico e cultural;

2.1.1.2. Mesosistema estrutural.

2.1.2. Mesosistemas

Cada mesosistema, por sua vez, tem sua constituição peculiar, conforme destacamos a seguir.

2.1.2.1. Mesosistema sócio-econômico e cultural

2.1.2.1.1. sócio-econômico
2.1.2.1.2. ideológico ou conceitual
2.1.2.1.3. tecnológico
2.1.2.1.4. material
2.1.2.2. Mesosistema estrutural ou organizacional
2.1.2.2.1. Sistema de evangelização - Sistema fim. Função principal relacionada com crescimento quantitativo.
2.1.2.2.2. Sistema de educação religiosa - Sistema fim. Função principal relacionada com crescimento qualitativo.
2.1.2.2.3. Sistema de ação social - Sistema fim. Função principal relacionada com influenciação social ou, numa linguagem teológica, função relacionada com a glorificação do nome de Deus no mundo.
2.1.2.2.4. Sistema litúrgico - Sistema fim. Função relacionada com a qualidade e os resultados da adoração comunitária e individual.
2.1.2.2.5. Sistema de educação teológica - Sistema meio. Função de formação de lideranças
2.1.2.2.6. Sistema de comunicação - Sistema meio. Função de facilitar a interação e a integração entre as várias partes do sistema, de fazer emergir a sinergia entre essas partes e de impedir a emergência de forças entrópicas (tropeço, reviravolta).
2.1.2.2.7. Sistema de administração - Sistema meio - Função planejar, dirigir e controlar a ação de cada parte do sistema, para que ele tenha sucesso na concretização dos objetivos para que existe.
2.1.2.2.8. Sistema de entidades auxiliares - Sistema meio. Função de apoio aos outros sistemas e aos micro sistemas destes.
2.1.2.2.9. Sistema koinoníaco - Sistema fim. Função relacionada com a saúde da comunidade e a qualidade dos relacionamentos dentro dela, bem como com o estabelecimento dos elos que garantam o relacionamento cooperativo entre todas as suas partes, a construção e consolidação permanentes da unidade e da identidade denominacionais e convencional.

2.3. Nosso Sistema

Os nove sistemas acima identificados compõem-se, por sua vez, dos seus respectivos sistemas internos, mencionados pelos nomes das entidades integrantes das diversas áreas de trabalho da CONVENÇÃO BATISTA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim:

2.3.1. Sistema de Evangelização e Missões
2.3.1.1. Conselho de Administração e Missões
2.3.2. Sistema de Educação Religiosa e Serviços a Segmentos Especiais
2.3.2.1. UFM
2.3.2.2. UMM
2.3.2.4. JUBESP
2.3.2.4. Conselho de Educação Teológica e Ministerial
2.3.3. Sistema de Ação Social e Educativo
2.3.3.1. Junta de Educação (Sócio-Educativo):

2.3.3.1.1. Colégio Batista Brasileiro
2.3.3.1.2. Colégio batista de Bauru
2.3.3.2. Lar Batista de Crianças (Sócio-Educativo):
2.3.3.2.1. Casa Batista da Amizade
2.3.3.3. Associação de Fé Batista (Recanto dos Avós)
2.3.3.4. Associação Memorial Batista (Policlínica Batista)
2.3.4. Sistema de Liturgia
2.3.4.1. AMBESP
2.3.4.2. OPBB (Secção do Estado de São Paulo)
2.3.5. Sistema de Educação Teológica
2.3.5.1. FTBSP
2.3.5.2. FTBC
2.3.5.3. STBESP
2.3.6. Sistema de Comunicação
2.3.6.1. O Batista Paulistano
2.3.5.2. Mala Direta
2.3.7. Sistema de Administração
2.3.7.1. Conselho Geral
2.3.7.2. Conselho Fiscal
2.3.7.3. Comitê de Administração
2.3.7.4. Conselho de Administração e Missões
2.3.8. Sistema de Entidades Auxiliares
3.4.1. OPBB (Secção do Estado de São Paulo)
3.4.2. ADBESP
3.4.3. AMBESP
2.3.9. Sistema de Koinonia e Construção da Unidade Denominacional
3.9.1. Conselho Geral (Coordenação)
3.9.2. Todos os sistemas anteriores
3.9.3. Associações de igrejas

2.4. Análise De Potencialidade E Fragilidade Da Organização

O ecossistema Convenção Batista do Estado de São Paulo compõe-se de dois mesosistemas: o mesosistema sócio-econômico e cultural, e o mesosistema estrutural ou organizacional propriamente dito. Passemos à sua análise, procurando identificar suas potencialidades e fragilidades.

2.4.1. Análise do Mesosistema Sócio-econômico e Cultural

Esta parte da análise refere-se ao corpo cooperativo da CBESP, considerado em seu sentido mais amplo, incluindo as igrejas locais e seus membros, as lideranças em todos os níveis e mais, por implicações óbvias, as associações locais a que as igrejas estão também filiadas.

Neste mesosistema está a chamada cultura organizacional, no caso, depositária das crenças, dos valores e princípios, informações e conhecimentos da CBESP, com destaque para suas dimensões conceitual, tecnológica e material. Passemos à análise dos componentes deste mesosistema em consideração:

2.4.1.1. Mesosistema sócio-econômico da Convenção Batista do Estado de São Paulo:

2.4.1.1.1. Fragilidades ou Ponto Fracos Identificadas:

a) Crise de identidade alcançando alguns segmentos do povo batista.

b) Perigosas "rachaduras" na unidade denominacional.

c) Decrescentes interesse e participação dos crentes nos programas, projetos e eventos da CBESP, e no seu sistema cooperativo.

d) Inexistência de uma rede (ou redes) de interação e comunicação que fortaleça o sentido do todo, evite o fracionamento em "ilhas" diversas e junte, as porventura, existentes.

e) Inexistência de um "timing" denominacional e convencional.

f) Inexistência de um programa objetivo e administrável de construção e fortalecimento da identidade e da unidade denominacionais.

g) Incidência de intervenções reativas, em nível litigioso e jurídico que, a despeito das boas intenções, termina por realçar a importância das coisas sobre as pessoas, do patrimônio físico sobre o humano.

h) Hierarquização presente nos relacionamentos, com crescente número de títulos, eclesiásticos ou não, distinguindo alguns, em detrimento de outros.

i) Crescente distanciamento e desinteresse de lideranças (formadores de opinião) dos trabalhos convencionais e para com eles, com a respectiva influência sobre outras pessoas e a formação de barreiras "naturais" para a construção e o funcionamento eficaz de uma rede de relacionamentos e comunicação.

j) Envelhecimento das forças engajadas.

l) Incapacidade de atrair e engajar profissionais das mais diversas áreas, e falta de programas consistentes para tanto, conseqüência direta do divórcio teórico e prático da vocação com a profissão, tornando prevalecente e quase único o discurso "teologal" dos pastores que, por mais rico que seja, não tem toda a riqueza que a multidisciplinariedade pode aportar à Convenção e à vida denominacional.

m) Grande número de igrejas enfraquecidas, carentes de suporte especial para o seu fortalecimento.

n) Incidência de esforços reativos, com o intento de promover a unidade e fortalecer a identidade, mas com o esquecimento do princípio da unidade construída na diversidade, implicando na tentativa de impor a unidade na conformidade.

o) Na cultura econômica do sistema prevalece o viés de dependência. Isso significa que o sistema contenta-se em pedir e recolher ofertas e donativos, dando-se por satisfeito se bem os administrar, sem ter desenvolvido ainda um programa de geração de recursos.

p) Muita competição por espaços dentro do sistema, tendente a provocar mais divisões que unidade e dificultar a construção de uma cultura de solidariedade.

2.4.1.1.2. Potencialidades ou pontes fortes identificados.

a) Existência de um conjunto expressivo de cerca de 1.500 (um mil e quinhentas) igrejas e congregações, com presença capilarizada estimada em cerca de 403 municípios paulista, constituindo-se numa grande plataforma para a formação

de uma grande rede básica de relacionamentos e comunicação, para trabalhar o fortalecimento da unidade e da identidade denominacionais e convencional.

b) Existência de uma rede social interna, pré formada, com poder implícito de comunicação e mobilização, que uma vez explorada em sua potencialidade, poderá transformar-se numa das principais forças propulsoras do desenvolvimento de toda a denominação no Estado.

c) Bom ambiente de relacionamento e confiança existente entre as atuais lideranças oficiais dos seus diferentes órgãos.

d) Existência de um expressivo grupo de igrejas capazes que, pelo seu porte e pela riqueza de recursos de toda ordem (especialmente humanos), uma vez devidamente sensibilizadas poderão dar o suporte necessário para o início de um longo "ciclo virtuoso" de crescimento sustentado.

e) Tristeza do povo com o atual estado de coisas, somado ao desejo de muitas formas expresso de ver a denominação vivendo novos e gloriosos dias, constitui-se num facilitador para tocar o seu coração e mobilizá-lo para grandes realizações.

f) Participação engajada de líderes muito respeitados e com uma grande folha de serviços prestados à denominação, constituindo-se numa base de influência e credibilidade essencial para a reação que se pretende, bem como para consolidar os laços culturais e históricos do passado que herdamos, com o hoje que estamos vivendo e futuro a construir

g) Grande riqueza de talentos humanos podendo ter a sua força devidamente aproveitada a partir da criação de um ambiente adequado e de uma boa gestão de capital intelectual.

2.4.1.2. Mesosistema conceitual da CBESP

2.4.1.2.1. Fragilidade ou Pontos fracos identificados

a) Afastamento paulatino e crescente dos princípios batistas, alicerces legítimos da identidade e da unidade denominacionais e marcos essenciais para a vida e as práticas da CBESP.

b). Adoção de conceitos equivocados e conflitantes com os princípios acima referidos, os quais terminam influenciando o discurso e a prática da CBESP como denominação, gerando conflitos de identidade, enfraquecendo a unidade, distanciando a organização de sua missão e impossibilitando o seu êxito.

c) Inexistência de um pensar teológico vivificador e atualizado (em todas as áreas da teologia), contextualizado e autóctone, resultado do não incentivo à prática da reflexão sistemática e permanente em torno da Palavra de Deus e dos desafios da realidade em que estamos radicados.

d) Uma noção distorcida do significado, do valor e da dinâmica do tempo e da história, que supervaloriza o passado, bem como à desatenção ao hoje como o tempo em que, com a herança positiva do ontem, constrói-se para um amanhã melhor. Quanto ao futuro, há dificuldade de vê-lo em sua dimensão histórica, ficando quase reduzido à dimensão de eternidade, o que em parte explica a dificuldade com planejamento e a incapacidade de identificar as macro tendências em formação e com as quais nos defrontaremos amanhã, a tempo e para agir pro ativamente.

e) Uma visão comportamentalista da ética, a qual termina traduzindo-se em moralismo e privilegiando mais o parecer, que o ser; mais a forma e o discurso, que o conteúdo e a vida; mais a submissão en-formadora e monótona da heteronímia, que a dinâmica humanamente formadora e desafiadora da autonomia.

g) Dificuldade de aceitar as mudanças como parte integrante da dinâmica da vida.

2.4.1.2.2. Potencialidades ou Pontos fortes identificados

a) Um riquíssimo e atraente conjunto de princípios, com forte valor de atração pelas suas marcas de desafios, ideais e importância para os tempos que vivemos.

b) Sinais de uma saudável onda de reflexão que nascem nos mais diferentes pontos do Brasil paulista.

c) Uma história rica e não conhecida, cuja divulgação será muito importante no processo de fortalecimento da identidade batista.

d) Um rico acervo de conhecimentos, resultante de monografias, dissertações e teses que ficam desconhecidas do nosso povo.

e) A riqueza de ensinamentos do livro maior, a Bíblia.

f) Um rico conjunto de documentos diversos, de ordem doutrinária e filosófica, tão mais eficazes na construção de unidade e identidade, quanto a sua utilização seja orientada pelos princípios batistas.

2.4.1.3. Mesosistema Tecnológico

Tem a ver com a maneira, com os processos padronizados, com o "como": como vivemos e nos relacionamos, como conduzimos nossas práticas, como nos posicionamos em face dos desafios históricos a todo momento diante de nós, como produzimos nossos acertos e reagimos às nossas falhas, como pensamos e renovamos o nosso pensamento, como produzimos nossos serviços e produtos.

2.4.1.3.1. Fragilidade ou Pontos fracos identificados:

a) Inexistência de formas minimamente padronizadas de análise ou pesquisa da realidade interna e externa, gerando formas desorganizadas, fugidias ou meramente reativas de aproximação e enfrentamento das mesmas.

b) Adoção de "tecnologias" estranhas e incompatíveis com os conceitos e crenças legitimamente batistas, denotando a influência do sincretismo religioso presente na cultura brasileira e das novas expressões de religiosidade emergentes.

c) As tecnologias adotadas pelo sistema são quase todas importadas, e ainda referindo-se quase que totalmente à dimensão quantitativa (crescimento numérico), aparecendo a dimensão qualitativa (santificação) muito secundariamente.

d) Dificuldade de um relacionamento maduro com o mundo em que estamos radicados, manifesto na incapacidade de fazer uso legítimo, eficiente e eficaz das modernas e valiosas tecnologias resultantes do extraordinário desenvolvimento científico, especialmente das chamadas tecnologias da informação e da comunicação.

e) Incipiente uso da Internet e das TICs, surgindo o Portal Batista como uma ferramenta de grande potencial para o desenvolvimento de novas e eficazes formas de fazer as coisas com diferenciais próprios dos batistas.

2.4.1.3.2. Potencialidades ou Pontos fortes identificados:

a) Existência de belíssimas experiências de "plantação" e crescimento de igrejas em nosso país, podendo servir de exemplos de "tecnologias" desenvolvidas a partir da criatividade com que Deus também nos abençoou.

b) Exemplos criativos de novas e eficazes formas de fazer o trabalho missionário e usar os recursos disponíveis, frutos do labor das nossas associações, do CAM e de algumas igrejas.

d) O verdadeiro "milagre", fruto de dedicado trabalho abençoado por Deus, que é o como funciona (a tecnologia) a rede de relacionamento e comunicação do CG, UFM, UMM, JUBESP, CAM, CETM, JE, AMBESP, OPBB e UDBESP.

2.4.1.4. Mesosistema material

Tem a ver com coisas, isto é, com os serviços e produtos que criamos ou simplesmente elaboramos, processamos, vendemos, compramos e usamos, e que têm a ver diretamente com a fé, a vida e as práticas batistas ou com o sustento do trabalho realizado.

2.4.1.4.1. Fragilidades ou pontos fracos identificados

Inexistem, praticamente, expressões materiais específicas do povo batista, em qualquer instância da vida nacional. Ainda estamos devendo, com toda certeza, uma contribuição maior nesta área para o enriquecimento da tão diversa cultura paulista. O pouco que temos, expressa-se através da criatividade de alguns dos nossos musicistas e uns poucos escritores, cujas partituras e livros mostram um pouco da genialidade do nosso povo, apesar das reservas e, até mesmo oposição, com que são encarados.

2.4.1.4.2. Potencialidade ou pontos fortes identificados

Um bom sinal potencial observado, é a intimidade e habilidade com que alguns dos nossos jovens, em diferentes partes do estado, trabalham com as mais avançadas tecnologias da informação e da comunicação, fazendo-nos ter esperança de que esta seja uma área que, por sua influência praticamente em tudo o demais, faça-nos dar um grande salto histórico e de qualidade.

3ª ETAPA – Análise e dimensionamento do ambiente interno.

3.1. Análise do Mesosistema Estrutural/Organizacional

3.1.1. Sistema de Evangelização e Missões

3.1.1.1. Fragilidades ou pontos fracos identificados

a) Queda continuada e constante do ritmo de crescimento, seja através de batismos, seja pelo número de igrejas organizadas.

b) Queda no interesse de participar no levantamento da ofertas missionárias.

c) Dificuldade crescente para alcançar e mobilizar os crentes e as igrejas.

d) Falta de um "sonho" relativo ao sentido da nossa missão como batistas, e que funcione como fator agregador e motivador do nosso povo para uma nova fase de crescimento.

e) A ênfase quase exclusiva da "evangelização em massa" (dependentes de reuniões) que traz como resultado o enfraquecimento da ação evangelizadora da igreja na dispersão.

f) Missionários com longo tempo de trabalho, mas com resultados visíveis muito pequenos.

3.1.1.2. Potencialidades os pontos fortes identificados

a) A paixão "adormecida" dos batistas por evangelização e missões. Ela está apenas adormecida. Sem dúvida essa paixão pode ser despertada. Podemos e devemos trabalhar esse despertamento, simplesmente, decidindo fazer aquilo que nós mais sabemos fazer.

b) A imagem positiva do CAM junto à denominação.

c) Os modernos meios de comunicação e informação.

d) A criatividade. Precisamos usar a criatividade que Deus nos deu. Ela pode ser traduzida na criação de novas "tecnologias" missionárias.

e) O desafio e o sonho implícitos nos cerca de 245 municípios paulistas a serem alcançados com a mensagem e a presença de uma igreja batista.

3.1.2. Sistema de Educação Religiosa

3.1.2.1. Fragilidades ou pontos fracos identificados

a) Falta de um programa integrado de educação religiosa, com uma base teórica e conceitual sólida, cujo sentido seja formar santos e uma igreja capaz de ser presente no mundo de tal forma que se cumpra o preceito bíblico: "... que os homens vejam as vossas boas obras e glorifiquem a vosso Pai que está nos céus".

b) Crescente analfabetismo bíblico e doutrinário, agravado com a chamada "crise" da JUERP e o vazio de serviço gerado nesta área e, até hoje, não preenchido.

c) Oferta e uso de materiais didáticos e pedagógicos de origens diversas e de questionável qualidade de conteúdo e metodológica. Todos sabemos que o CETM (Faculdade Teológica Batista de São Paulo) tem colocado duas vezes por ano à disposição das igrejas um curso preparatório (Simpósio), que muitos têm aproveitado, entretanto, outros muitos não têm demonstrado nenhum interesse na preparação dos seus docentes eclesiásticos. O resultado disto, em algumas igrejas, é que em curto prazo,alguns ensinamentos têm se chocaram gritantemente com os princípios e as doutrinas batistas, gerando problemas que afetam a nossa unidade e a nossa identidade.

d) Inexistência de um programa permanente de capacitação e desenvolvimento de lideranças para as igrejas e para a sociedade.

e) Prática de uma educação heterônima, incapaz de formar eticamente e, assim, incapaz de ser um instrumento formador de vidas santas.

f) Falta de material didático básico e complementar de qualidade, especialmente para a formação devocional, bíblica e doutrinária, esteios para a formação cristã batista.

g) Uso quase que único da técnica da palestra ou conferência, a chamada "cuspe e giz", pouca interatividade e utilização quase zero dos modernos meios de comunicação nas atividades educativas.

h) Desatenção às ricas oportunidades que a vida propicia para a chamada educação informal, com a conseqüente inexistência de uma proposta pedagógica para tanto.

i) Baixíssimo investimento e pouca atenção investidos na educação de crianças, adolescentes e jovens, com os problemas disso resultantes.

3.1.2.2. Potencialidades ou Pontos fortes identificados

a) A dedicação dos que se entregam às lides educacionais em nossos espaços eclesiásticos, apesar da precariedade das condições e dos suportes à sua disposição, bem como a disposição já tantas vezes demonstrada de participar de um programa de capacitação e desenvolvimento conseqüente, atraente e continuado.

b) O altíssimo potencial de qualidade representado pelos educadores batistas em geral, com toda a certeza uma das "ilhas" de excelência profissional que temos em nossa denominação.

c) O potencial representado pelo uso que fazemos das novas tecnologias da informação e da comunicação, para darmos um grande salto no tempo e na qualidade em nosso pensar e no nosso fazer educação religiosa.

d) A existência de uma boa base, em cada associação, para ser construída uma rede de educadores e educação de alta qualidade, eficácia e eficiência.

3.1.3. Sistema Ação Social

3.1.3.1. Fragilidades ou pontos fracos identificados

a) Alguns problemas na formação histórico-cultural, aliados a conceitos equivocados nas áreas de cosmologia, eclesiologia, antropologia, ética e missiologia funcionam como obstáculos resistentes ao desenvolvimento de uma teoria e de uma prática conseqüente de influenciação social participativa.

b) A pequena importância que se dá a esta área fim do trabalho.

c) Falta de sistemicidade e, conseqüentemente, de sinergização dos esforços realizados por um grande número de igrejas, algumas entidades do sistema e quase todas as associações.

d) Inexistência de material informativo e formativo sistematizado que oriente os empreendimentos já hoje realizados e lhes aporte qualidade.

e) Falta de iniciativa e de práticas que desenvolvam competência na área de construção de parcerias com o mundo empresarial (cidadania corporativa ou empresa cidadã) para o desenvolvimento de projetos e programas sociais.

f) Uma presença social pouco relevante na sociedade paulista, produz uma fraca imagem da CBESP no meio ambiente em que está radicada.

3.1.3.2. Potencialidades ou Pontos fortes identificados

a) Um povo sensível aos apelos de natureza social e que pedem expressões práticas de amor e solidariedade, resultado do senhorio de Cristo sobre suas vidas.

b) Um trabalho de grandes proporções já em desenvolvimento, apesar das barreiras acima salientadas.

c) Um contingente de pessoas muito dedicadas (muitas delas técnicas altamente competentes na área social), representando um grande facilitador para a qualificação do trabalho realizado.

d) Um contingente muitíssimo expressivo (em número e qualidade) de profissionais em quase todas áreas do saber e de atividades, além de novos grupos em processo de formação acadêmica e profissional, constituindo-se numa base de

grande potencial para o desenvolvimento de um programa objetivo de influenciação social.

3.1.4. Sistema Litúrgico

3.1.4.1. Fragilidades ou pontos fracos identificados

a) A falta de importância dada a esta área, em termos práticos, de modo que nem lugar encontra na estrutura denominacional, apesar de ser uma área fim da missão da igreja, responsável pelo desenvolvimento do espírito devocional e de adoração, básicos no desenvolvimento da vida cristã.

b) A força limitadora de modelos de culto e de piedade levados às raias da sacralização e, assim, colocados na categoria das coisas imutáveis.

c) A falta de diálogo entre gerações e a falta de sabedoria na condução do mesmo, contribuindo para o fortalecimento de preconceitos e divisões a respeito de modelos de adoração, quando a sua prática, necessariamente, em termos cristãos, deveria conduzir ao fortalecimento da igreja e da sua unidade em Cristo.

d) A indefinição existente no âmbito da Convenção e da denominação sobre que setor e quem cuida do desenvolvimento da reflexão e da prática da avaliação dos resultados da adoração, bem como da formação devocional dos crentes.

3.1.4.2. Potencialidades ou Pontos fortes identificados

a) A AMBESP. Pode dar contribuição significativa, nos campos da reflexão e da prática, pelos Ministros de Música e pelos musicistas batistas em geral, apesar das dificuldades e da falta de suporte para tanto.

b) A qualidade da produção musical e dos eventos musicais realizados, ainda que reduzida em termos do potencial existente.

c) A grande preferência verificada no meio do povo pelas atividades de adoração da igreja, apontando para a força que esta área tem hoje e, mais ainda, pode ter amanhã, na construção da identidade e da unidade denominacionais, bem como na qualidade da vida cristã dos batistas. A música é o veículo mais utilizado para expressão de nossas doutrinas e da nossa teologia.

d) A importância e atenção crescentes (embora em ritmo lento) que estão sendo dadas a esta área fim da missão da Igreja.

3.1.5. Sistema de Educação Teológica

Em pleno funcionamento na preparação daqueles que Deus tem chamado e vocacionado para o exercício do Ministério. Esse sistema tem no CETM sua instância de execução. Todos sabemos, todos conhecemos.

3.1.6. Sistema de Comunicação

3.1.6.1. Fragilidades ou pontos fracos identificados

a) Inexistência de um sistema estadual integrado de comunicação, dificultando a emersão de sinergia dentro do sistema, criando espaços férteis para o aparecimento de forças entrópicas e se constituindo em sério obstáculo para a construção da identidade e da unidade denominacionais.

b) Não existência de um grupo grande de profissionais da comunicação, identificados, atraídos e engajados no trabalho denominacional.

c) Inexistência de uma prática de comunicação técnica e profissionalmente orientada, prevalecendo o amadorismo e/ou a contribuição do "faz-tudo", do pastor.

d) Inexistência de dados que possibilitem extrair informações sobre o que e quanto fazemos, sobre quem faz e sobre os resultados das ações isoladas desenvolvidas no momento.

e) Todos sabemos que o informativo sempre chega às igrejas, mas a informação nem sempre. Esse procedimento cria um "analfabetismo" da informação denominacional em muitas igrejas e muitos crentes.

f) Falta de mais exploração do Portal Batista, disponível ao nosso estado.

3.1.6.2. Potencialidades ou Pontos fortes identificados

a) Os profissionais da área de comunicação. Eles podem ser atraídos e devemos fazê-lo para que aportem contribuições. Ninguém como eles poderá desempenhar um trabalho primoroso nesta área.

b) Há uma rede não formal de comunicação, especialmente na mídia rádio, que pode funcionar como base para a imediata construção de um sistema batista de comunicação, junto com O Batista Paulistano e o portal acima referido.

c) O Portal Batista é o órgão de comunicação de maior potencial, cujo uso eficaz pode dar-nos o domínio de tecnologias essenciais para o desenvolvimento interno da CBESP, bem como para o trabalho de influenciação na cultura e na vida da sociedade paulista em geral.

d) A existência de programas de comunicação isolados, mas eficientes, desenvolvidos por alguns órgãos da denominação, tais como UDBESP, UMM, CBESP.

e) A consciência hoje presente na denominação sobre a importância de um sistema de comunicação para o seu desenvolvimento.

3.1.7. Sistema de Administração

3.1.7.1. Fragilidades ou pontos fracos identificados

a) Falta de planejamento estratégico e, como conseqüência, de sentido e de rumo estratégico claro para esse novo tempo em que se ajustou a vida da Convenção. Aqui é necessário fazer uma ressalva. O tempo decorrido entre a revisão da estrutura da Convenção ocorrido na assembléia convencional em Bauru até hoje, foi o tempo em que algumas coisas muito importantes foram feitas, tais como: 1) saneamento das dificuldades financeiras (muitas dívidas); 2) busca de ter a credibilidade convencional de volta; 3) implantação da nova estrutura advinda da revisão denominacional; 4) construção a nova sede e a conseqüente mudança de logradouro; 5) pagamento de compromissos devidos para com a Convenção Batista Brasileira; 6) acertos financeiros de diversas ordens com missionários; 7) acertos de diversas ordens de compromissos da Jubesp. Enfim, os irmãos sabem muito bem o que foi feito.

b) A denominação precisa decidir sobre a continuação ou não das obras no prédio da sede.

c) O Acampamento Batista de Sumaré continua uma questão importante do ponto de vista de acomodações e opções para esporte e lazer. Mas, é um acampamento. Portanto, dentro deste conceito, não podemos exigir que ele seja um hotel.

Falta de visão sistêmica e, consequentemente, de sistemicidade na administração do mesmo que o eleve à categoria de auto-sustentável. Muita coisa já está em processo, a partir da substituição do Diretor em outubro de 2004. Temos grandes expectativas.

d) Gerenciamento com desempenho e resultados comprometidos em função da falta de sistemicidade já referida.

e) Descuido no desenvolvimento das competências essenciais para o funcionamento otimizado de um sistema com as características da CBESP. Inexperiência na implementação de estratégias e de planejamento estratégico.

f) Problemas conceituais e operacionais em algumas áreas críticas, impedindo o seu desenvolvimento ou paralisando o seu crescimento.

g) Rejeição à prática de pesquisas junto ao seu público-alvo e ao ambiente em que opera, resultando em dados e informações pouco confiáveis, e ausência de um órgão que trabalhe com P&D e cuja ação resulte em serviços e produtos que respondam com pertinência e alta qualidade às demandas reais e emergentes das igrejas, das associações regionais e, até mesmo, da sociedade paulista, pois como diz Paulo, "o mundo aguarda com grande expectativa a manifestação dos filhos de Deus".

h) Sistema de comunicação inexistente, com a operação de órgãos isolados e, por isso mesmo, incapazes de promover a interação e a sinergia sistêmicas desejadas.

i) Recursos financeiros reais muito justos para o desenvolvimento do trabalho global e, o que é mais perigoso, em ritmo de relativa estagnação de crescimento nos últimos anos.

j) A CBESP dispõe hoje, para responder às demandas do seu público, de uma linha de produtos e serviços estreita, com alguns deles em estado de obsolescência, comprovado por sua baixa aceitação e pelos seus baixos resultados.

l) Falta de um programa através do qual possa identificar e mobilizar os seus talentos, tanto para o serviço intra-sistêmico, quanto para responder às demandas da sociedade paulista.

m) A CBESP, hoje, tem uma imagem institucional enfraquecida junto ao seu público-alvo real e potencial.

n) Inexistência de um programa integrado e estratégico de marketing, prevalecendo ações isoladas dos seus diversos órgãos que, salvo raríssimas exceções, concentram suas ações em propaganda e publicidade, que são a "ponta do iceberg" do marketing.

o) Inexistência e falta de cultivo de diferenciais e vantagens competitivas (vantagens de atração, conquista e retenção do seu público-alvo), além da irrelevância dada aos seus diferenciais históricos.

p) Por razões diversas, de natureza conceitual e com suas conseqüências práticas, a CBESP sofre o problema da sua baixa relevância social.

q) Nos últimos 5 anos (2000/2004) temos tido uma taxa média de crescimento 28,2 igrejas por ano. Esta média de igreja alcançou o número de 1.822 membros por ano, e, isto nos remete a uma média de 63,74 membros por igreja nesses 5 anos. Mas, não podemos deixar de reconhecer que nesses últimos anos tem havido

um crescimento nessa taxa em níveis comparados às dos últimos nos do Projeto de Adensamento. Esses dados vêm nos mostrar que temos um potencial real que poderão nos fazer crescer a níveis maiores. Vamos arregimentar esse potencial?

r) Conquanto tenhamos evoluído nos últimos anos, ainda é visível o baixo índice de envolvimento das lideranças e das igrejas no trabalho convencional, acompanhado da sua também baixa participação no sustento e na ampliação dessa obra cooperativa da qual, em tese, são participantes e mantenedores, e com a qual têm responsabilidades autônoma e individualmente assumidas.

s) Administração altamente centralizada e incompatível com a natureza da instituição, seus princípios e valores.

t) Baixo uso das modernas tecnologias da informação e da comunicação.

u) Espaços estreitos para o exercício da auto-crítica e existência de barreiras institucionais à sua prática, tão necessária para o controle da qualidade do funcionamento de qualquer organização.

3.1.7.2. Potencialidades ou Pontos fortes identificados

a) Um conjunto conceitual extremamente atual e relevante, expresso nos chamados "Princípios Batistas", com força bastante para, uma vez praticados, posicionar a CBESP de uma forma extremamente vantajosa para o enfrentamento dos desafios do tempo presente.

b) Lideranças e talentos de grande valor que, um vez localizados, atraídos, conquistados e mobilizados tornar-se-ão um ativo intangível dos mais valiosos da instituição e viabilizarão a alavancagem de outros ativos necessários ao seu desenvolvimento.

c) Alto potencial para o cultivo das competências essenciais necessárias para a criação, sustentação e desenvolvimento de diferenciais e vantagens competitivas muito significativos, e para a deflagração de um "ciclo virtuoso" de desenvolvimento sustentado, nos planos quantitativo e qualitativo.

d) Existência de uma rede social interna, pré formada, com poder implícito de comunicação e mobilização que, uma vez explorada em sua potencialidade, poderá transformar-se numa das principais forças propulsoras do desenvolvimento de toda a denominação no Estado.

e) Grande potencial de crescimento dos recursos financeiros disponíveis. Existência dos elementos embrionários necessários e suficientes para a construção de um sistema de comunicação moderno, eficiente, criativo, inovador e de baixo custo.

f) Consciência do papel preponderante da educação na construção da nossa identidade e unidade denominacionais, bem como na criação de condições para o crescimento quantitativo e o crescimento qualitativo sustentados.

g) Diminuição da resistência cultural a mudanças e ao necessário exercício da auto-crítica.

h) Existência de "ilhas de excelência" administrativa, de criatividade e de inovação, capazes de servir de suporte para a reconstrução da imagem institucional, e de agregar valor, com sinergia, ao sistema como um todo.

i) Bom ambiente de relacionamento e confiança existente entre as atuais lideranças oficiais dos seus diferentes órgãos.

j) Existência de condições, incipientes ainda, mas suficientemente necessárias para, com a devida "vontade política", implantar as essenciais dimensões de coordenação e controle na administração da CBESP.

l) Novo posicionamento da instituição, a partir da sua expressada declaração de missão, colocando-se como serva das igrejas e das associações locais de que fazem parte.

m) Criação e breve início do funcionamento do Centro de Altos Estudos, espaço que se pretende adequado para a reflexão, cristãmente orientada, sobre os grandes temas do momento, em diversas áreas do saber, das ciências e do comportamento.

n) Presença capilarizada (estimada) em cerca de 403 municípios paulistas, através de igrejas e congregações, constituindo-se numa grande plataforma para o crescimento e a consolidação do trabalho.

o) Despertamento recente e extremamente oportuno para as responsabilidades sociais implícitas na missão cristã que, bem administrado, pode resultar em ganhos inestimáveis em termos de relevância social e em despertamento do povo batista em São Paulo para fascinante e apaixonante ventura de viver esta missão em sua inteireza.

3.1.8. Sistema de Entidades Auxiliares

É muito grande o potencial das entidades auxiliares para agregar valor a todo o ecossistema da CBESP. Este potencial, infelizmente, é grandemente desperdiçado, por sub-utilização.

Atuando em um plano secundário este sistema de entidades auxiliares podem distanciar-se da CBESP e, assim, deixar de contribuir como riqueza potencial que os caracteriza para o engrandecimento da denominação e para a glorificação do nome de Cristo no Estado.

3.1.9. Sistema Koinoníaco ou de Construção e Fortalecimento da Unidade Denominacional

3.1.9.1. Fragilidades ou pontos fracos identificados

a) A falta de consciência de que a construção da identidade e da unidade denominacionais é algo permanente, é área fim da missão da Igreja e, se não devidamente cuidada, não acontece por geração própria ou por acaso, nem pode ser objeto de fuga da responsabilidade, deixando-a apenas aos cuidados.

b) A inexistência de uma rede de lideranças objetivamente formada e de programa consistente e permanente com foco voltado para a construção e o fortalecimento da identidade e da unidade batistas.

c) A inexistência de material formativo e informativo que dê suporte de qualidade às ações que se queiram realizar com o sentido já acima destacado.

d) A inexistência de um sistema de comunicação alcançando todo o povo batista, o que dificulta sobremodo o alcance dos fins implícitos nesta área de missão.

3.1.9.2. Potencialidades ou Pontos fortes identificados

a) A existência de lideranças com alta credibilidade, grande influência e poder de agregação, condição necessária para a formação e implementação de um programa que leve à realização dos fins desta área da missão.

b) A qualidade e o valor conceitual e funcional dos princípios batistas como conteúdo programático para as ações a serem desenvolvidas nesta área.
c) O despertamento de muitas das lideranças batistas para a importância de se desenvolver um programa de ação planejado, objetivo e eficaz para o enfrentamento da realidade atual e a para a construção e o fortalecimento da unidade denominacional.
d) Bons sinais de semeadura de uma cultura de solidariedade, dado por igrejas que ajudam outras a ganharem condições próprias de desenvolvimento sustentado.

4. Análise Do Ambiente Externo

Esta parte do diagnóstico estratégico objetiva identificar as ameaças e as oportunidades presentes no ambiente externo da organização, as quais devem ser consideradas com bastante atenção na definição de estratégias.

Na análise do ambiente externo podemos considerar:

a) O ambiente em geral em que todas as organizações estão situadas, isto é, o mundo globalizado dos nossos dias e, de modo especial o Estado em que a organização em análise está radicada;
b) O ambiente ou setor específico em que a organização atua, ou seja fazer um exame das marcas, tendências e características presentes nestes ambientes e destacando as ameaças e oportunidades para o futuro da CBESP, neles presentes.

5. Uma Análise Do Ambiente Externo Geral

O material contido em todo este ponto 5 foi extraído do documento Planejamento Estratégico elaborado pelo Pastor Sócrates Oliveira de Souza, Diretor Executivo da Convenção Batista Brasileira, com a permissão do mesmo, entretanto, com a permissão do citado Diretor Executivo, fizemos adaptações necessárias onde houve necessidade.

Nesta parte, importa olhar para o mundo em que vivemos, para identificar as grandes forças propulsoras de mudanças já existentes, bem como o potencial de ameaças e oportunidades nelas implícito. Importa focar a análise, também, naquelas variáveis componentes do ambiente externo que mais afetam a organização.

No caso da CBESP, o que mais nos importa é a análise das grandes tendências nas áreas espiritual, ética, social, tecnológica e cultural, sem que descuidemos das áreas econômica e científica, com suas sérias implicações éticas.

5.1. Marcas E Tendências De Alcance Global

Apresentamos a seguir algumas contribuições analíticas que tudo têm a ver com os tipos de variáveis que nos interessam analisar, e cujas implicações para o nosso presente e para o nosso futuro, são óbvias:

5.1.1. As clássicas mega tendências para o final do século XX e para os primeiros 10 anos do século XXI, destacadas por J. Naisbitt e P. Abuderne, em seu famoso livro “Megatrends”. Segundo eles, as transições críticas que estamos vivendo, são:

Da sociedade industrial, para a sociedade da informação
Da era da tecnologia do esforço, para a da alta tecnologia
Da era da economia nacional, para a da economia global
Da era do curto prazo, para a era do longo prazo
Da era da centralização, para a da descentralização
Da era da ajuda institucional, para a da auto-ajuda
Da democracia representativa, para a democracia participativa
Da era do domínio do Norte, para a da liderança do Sul
Da era da hierarquia, para a era das redes
Da era das opções exclusivistas, para a das opções inclusivistas

A seguir eles destacam as 10 macro tendências para os primeiros 10 a 15 anos do século XXI:

O auge da economia global
O renascimento das artes
A emergência do socialismo de livre mercado
Estilos globais e cultura nacional
A privatização da beneficência estatal
A emergência da China
A crescente presença da liderança feminina
A época da Biologia
O renascimento religioso resultante do novo milênio
O triunfo do indivíduo sobre as organizações.

5.1.2. Um documento da ONU destaca as 5 grandes áreas de problemas globais referentes ao desenvolvimento sustentável:

Água e saneamento
Ecossistemas e biodiversidade
Energia
Agricultura e alimentos
Saúde

5.1.3. Os 15 maiores desafios que a humanidade enfrentará para chegar bem ao ano 2050, segundo o documento "State of the Future" do Projeto Millenium:

a) Desenvolvimento sustentável: como podemos alcançá-lo?
b) Água: como todos podem ter acesso a ela sem conflitos?
c) População e recursos: como podem estar em equilíbrio?
d) Democratização: como a verdadeira democracia pode emergir do autoritarismo?
e) Perspectivas mundiais sistêmicas de longo prazo: como poderão passar a nortear a formulação de políticas mundiais?
f) Globalização e tecnologias da informação: como a globalização e as convergentes tecnologias da informação e da comunicação poderão trabalhar para o bem comum?
g) A distância entre ricos e pobres: como as economias de mercado, norteadas por uma ética social, poderão ser encorajadas a reduzir as diferenças entre ricos e pobres?

h) Doenças: como reduzir as ameaças de novas doenças e microorganismos infecciosos?
i) Capacidade de decisão: como pode ser ela aprimorada à medida que mudam as instituições e a natureza do trabalho?
j) Paz e conflitos: como novos valores éticos e estratégias de segurança podem reduzir os conflitos étnicos, o terrorismo e o uso de armamentos de destruição massiva?
l) Mulheres: como a mudança do status social da mulher pode ajudar a melhorar a condição humana?
m) Crime transnacional: como evitar que o crime organizado torne-se o mais poderoso e sofisticado empreendimento global?
n) Energia: como a demanda crescente de energia pode ser atendida de forma segura e eficiente?
o) Ciência e tecnologia: como as inovações científicas e tecnológicas podem ser aceleradas para melhorar a condição humana?
p) Ética global: como as considerações sistemicamente globais podem incorporar-se no cotidiano das decisões globais?

5.1.4. Neste contexto, vale destacar ainda, entre inúmeros documentos instigantes e extremamente pertinentes, "Futuros Possíveis: Dez Tendências Para o Século XXI", da UNESCO, cuja conclusão destaca os "Desafios Éticos da Tecnociência", e "21 Pistas Para o Século XXI" e "21 Perguntas e Respostas do Século XXI", estes últimos publicados em séries distintas pelo Jornal El País, da Espanha. Cuja conclusão aborda o tema "Que Será da Ética?".

5.2. Marcas E Tendências De Alcance Nacional

Em nosso país, podemos destacar algumas marcas já claras no momento presente e desenhando, junto com outras tendências em formação, o futuro com que teremos de nos defrontar, a não ser que ...?!

5.2.1. A perda de força do processo de urbanização causado por grandes fluxos migratórios e, até mesmo, o movimento de "volta às raízes", resultante da frustração com as grandes cidades.

5.2.2. Um acelerado processo de "urbanização cultural" das populações rurais, com toda a gama de problemas sociais e nos campos dos costumes e da ética social disso resultante.

5.2.3. O aumento da pobreza e da desigualdade social

5.2.4. O crescimento negativo do PIB nos últimos anos

5.2.5. O desemprego crescente

5.2.6. As progressivas pauperização e "favelização" de segmentos da classe média.

5.2.7. O descrédito da classe política e das instituições em geral

5.2.8. A instabilidade institucional, bem como econômica e política

5.2.9. A corrupção, um desvio de conduta que pode tornar-se um dos traços mais fortes da cultura brasileira,apoiada no famoso "jeitinho", a não ser que um sério, profundo e permanente movimento pela ética impeça a sua firme caminhada.

5.2.10. O desrespeito generalizado pelas leis e um ostensivo clima de confiança na impunidade, alimentado por maus exemplos de autoridades públicas e privadas, que ameaça jogar o país na anomia e na quebra das instituições.
5.2.11. A religião sem ética, que se torna irrelevante e instrumento do Estado, sendo por ele corrompida e, muitas vezes, operando como corruptora.
5.2.12. O crescimento do crime organizado, baseado no narcotráfico, deitando suas raízes em todas as instâncias da vida nacional, inclusive nos poderes constituídos.
5.2.13. A ineficiência e a ineficácia do Estado, em todos os níveis, a demonstrar obsolescência de modelo e uma urgente necessidade de reinvenção.
5.2.14. O atraso científico e tecnológico em áreas críticas para o desenvolvimento sustentado e para a colocação do país ao menos entre um dos 15 ou 20 mais desenvolvidos do mundo em termos sociais, econômicos, científicos e tecnológicos.
5.2.15. Uma Justiça lenta e, muitas vezes, cega.
5.2.16. Um sistema educacional ineficiente e ineficaz, lento para efetuar necessárias mudanças, defasado tecnologicamente e desencontrado em termos de missão, visão, valores, metas,políticas, estratégias etc.
5.2.17. Um sistema de saúde deficiente e caro para o que produz em termos de qualidade e quantidade, o que em parte é causado pela corrupção.
5.2.18. Baixo investimento público e privado em P&D, condenando o país a baixos índices de desenvolvimento científico, tecnológico, econômico, social etc.
5.2.19. Um sistema de segurança pública caro, extremamente deficiente, com alta vulnerabilidade à infiltração pelo crime organizado, centrado no uso da força, pobre de inteligência estratégica e completamente assistêmico.
5.2.20. A falta de perspectivas que atinge a maioria da juventude dos nossos dias, seja pelas mudanças estruturais do emprego, seja pela conjuntura de crise econômica e desemprego que ela gera.
5.2.21. A crise do sistema público de previdência, formadora de grandes déficits orçamentários e sob o risco de quebra, aliada à confiança, historicamente justificados, na previdência privada.
5.2.22. O envelhecimento da população, gerando um número cada vez maior de dependentes da previdência pública, de famílias que dependem dos recursos desses aposentados para sobreviverem, como resultado da volta dos filhos casados e suas famílias aos lares paternos, em função da crise de emprego.
5.2.23. Os baixos índices de organização política da sociedade, aliada ao fato de que muitos dos chamados movimentos ou organizações do Terceiro Setor, deixam-se cooptar pelo Estado, deixam-se aparelhar por partidos políticos, são instrumentos eleitoreiros, são os “grandes negócios” dos seus diretores e chegam sempre junto ao Estado procurando saber o que podem sugar dele. Sua ação, assim, resulta em desorganização social e em fortalecimento do autoritarismo e da alienação política.
5.2.24. O persistente compromisso com a esperança (apesar do viés messiânico e providencialista que, às vezes, assume), uma das marcas do povo brasileiro e

uma excelente base para que, diante do sonho da construção de um país melhor, integre-se nesse projeto com grande motivação.

5.2.25. O caráter em geral pacífico e cordial (não confundir com um elogio ao conformismo e às tendências fatalistas e deterministas) do povo brasileiro, muito ameaçado pelo crime organizado, pela crise de segurança pública, pela miséria e pelas desigualdades sociais existentes.

5.2.26. O momento político brasileiro, com a vitória de forças oposicionistas e de fora da tradicional elite política, ao tempo em que acende o otimismo da nação em geral, e se enriquece com a promessa de combate radical à corrupção, de uma política orientada também para o desenvolvimento social e de apresentação ao congresso de propostas de reformas essenciais ao nosso desenvolvimento, também apresenta o risco das conseqüências do não dar certo, especialmente diante das grandes expectativas criadas por essas forças e em torno delas.

5.2.27. O sucesso do atual governo em ganhar uma imagem positiva internacionalmente e junto aos organismos neste nível, aliado ao esforço diplomático para inserir o Brasil no rol dos "players" mais decisivos da política continental e mundial.

5.2.28. O sucesso das últimas safras agrícolas e seus efeitos expressivos nos resultados da balança comercial brasileira, apontando que o Brasil pode ser um dos maiores "celeiros do mundo".

5.2.29. As muitas "ilhas de excelência" existentes em diversas áreas da pesquisa e da prática científicas de ponta no país, demonstrando a capacidade brasileira, uma vez dados os suportes necessários para que se expresse, bem como as possibilidades reais de produção e exportação de um volume bem maior de produtos e serviços com alto valor agregado de conhecimento e tecnologia nacionais.

5.2.30. A criatividade e a capacidade de inovar tão presentes no povo brasileiro, e tão admiradas em suas diversas expressões:música, artes plásticas, arquitetura, dança, literatura, esportes etc.

6. Uma Análise Do Setor Em Que A Convenção Batista Do Estado De São Paulo Opera:

6.1. Marcas e Tendências do Setor em que a Convenção Batista do Estado de São Paulo Opera

O setor especifico de atividades em que a Convenção Batista do Estado de São Paulo opera é o setor religioso, com todas as características que o distinguem dos demais. Nós vamos analisá-lo nos níveis nacional e estadual.

6.1.1. Marcas e Tendências de Alcance Nacional

6.1.1.1. Crescimento do fervor e da demanda religiosa, como resultado da virada do milênio e, também, da instabilidade sistêmica nacional.

6.1.1.2. Crescimento das religiões oriundas do Oriente, denotando a atratividade do desconhecido e, ao mesmo tempo, a perda de influência dessas religiões em seus respectivos berços históricos.

6.1.1.3. Alto desgaste, em termos de opinião pública mais esclarecida, das religiões comprometidas com a exploração da miséria e desesperança.

6.1.1.4. O crescimento dos evangélicos dos mais diversos matizes de fé e denominação.

6.1.1.5. Explosão de oferta de opções religiosas, especialmente das suas expressões sincréticas e de viés espiritista.

6.1.1.6. Aparecimento de "empresas" religiosas, dirigidas autoritariamente por seus fundadores, posicionadas para a exploração das fraquezas emocionais das pessoas, com suporte de técnicas de marketing adequadas aos seus propósitos, estruturas muitíssimo hierarquizadas, amplo uso das mídias de massa, grande capacidade de mobilizar pessoas, quase fanaticamente, para a realização dos seus fins, e extrema superficialidade de conteúdo e ética.

6.1.1.7. Sinais evidentes de enfraquecimento dos programas e movimentos de evangelização em massa, seja pelo descompasso da mensagem veiculada com as novas demandas das pessoas hoje, seja pela própria crise dos meios de comunicação de massa tradicionais, seja ainda pelo próprio questionamento observado dentro das próprias igrejas.

6.1.1.8. Incursões mais felizes, ou menos felizes, dos diversos grupos religiosos, em todo o país, no uso das modernas tecnologias da comunicação e da informação, especialmente da nova e futurista mídia interativa chamada Internet.

6.1.1.9.Tendência a uma mais forte clericalização no âmbito do Protestantismo neo-pentecostal, com o uso de títulos diferentes e mais pomposos, para reforçar o poder das lideranças oficiais, frente à onda irrefreável de democratização e estruturas em rede que é presente no Brasil.

6.1.1.10. A perda de relevância social da religião em geral, relegada quase que exclusivamente ao privado (almismo) da vida dos indivíduos.

6.1.1.11. Aparecimento de organizações, serviços e produtos substitutos diversos, apoiados sobretudo na meditação, na auto-ajuda, nas terapias grupais e no foco na satisfação das necessidades (principalmente psicológicas) das pessoas, e na superação de suas fraquezas.

6.1.2. Marcas e tendências de alcance estaduais

Observando, preliminarmente, que muitas das marcas e tendências de alcance nacional acima citadas também nos afetam no âmbito estadual, aduzimos as considerações a seguir sobre o tópico em foco:

6.1.2.1. A perda de impulso de crescimento e, até mesmo, o crescimento relativo negativo da Igreja Católica e do chamado "Protestantismo Histórico".

6.1.2.2. O crescimento do movimento religioso de viés popular e populista, de natureza extremamente sincrética que, no caso dos evangélicos neo-pentecostais, é uma das causas do seu expressivo crescimento.

6.1.2.3. O desvio de rumo tomado por alguns segmentos evangélicos no estado e no Brasil, fazendo com que a sua relevância social seja buscada principalmente através da ação político-partidária, até mesmo com o aparelhamento de igrejas a partidos e candidaturas majoritárias, ao invés de por meio da influência espiritual e ética igrejas incondicionalmente

comprometidas com Cristo, e de vidas que sejam “sal da terra” e “luz do mundo”.

6.1.2.4. A inconsistência da postura de boa parte das lideranças evangélicas, na sua relação com o Estado, a cujos dirigentes “vendem a sua primogenitura”, em troca de um “punhado de lentilha”.

6.1.2.5. A ausência dos evangélicos do debate dos grandes problemas estaduais e dos esforços conseqüentes para sua superação.

6.1.2.7. A inexistência de um grupo expressivo de líderes evangélicos, espiritual e éticamente comprometidos com Cristo, na maior parte das diversas áreas da vida estadual.

6.1.2.8. A ausência das denominações evangélicas históricas nos meios de comunicação de massa, e a presença quase exclusiva dos grupos neo-pentecostais e das “igrejas” que têm um dono.

6.1.2.9. Ausência de uma instituição oficial, representativa das denominações históricas e de outros setores evangélicos éticos comprometidos radicalmente com Cristo e seus ensinos, capaz de mostrar os diferenciais próprios de posicionamentos cristãos que têm história, presente e potencial para construir um grandioso futuro que resulte verdadeiramente em vidas salvas e santificadas, e na glorificação do nome de Deus no mundo.

6.1.2.10. Absenteísmo social e fuga do “mundo”, como práticas comuns das denominações históricas, totalmente inconseqüente com o exemplo da vida de Cristo, dos seus ensinamentos e, de resto, de toda a revelação bíblica.

6.1.2.11. Uma certa rejeição das ciências em geral e, especialmente, das ciências biológicas, humanas e sociais, observada no universo evangélico em geral, o que impossibilita uma análise sistêmica das realidades internas e externas, um diagnóstico mais preciso dessas realidades e a aplicação das estratégias adequadas para a superação de problemas existentes e para a construção exitosa do futuro.

6.1.2.12. Cresce, no Brasil, e não poderia ser diferente em nosso Estado, de uma forma extremamente expressiva, o percentual daqueles que se declaram ateus. Seu crescimento, entre os dois últimos recenseamentos, por exemplo, superou o de qualquer dos grupos religiosos neles mencionados.

7. Ameaças E Oportunidades No Ambiente Externo

Antes de qualquer menção de ameaças e oportunidades, vale lembrar a ambigüidade que caracteriza a vida e as situações humanas. Deste modo, em tudo o que acima dissemos, podemos ver oportunidades e/ou ameaças implícitas. A ameaça que faz com que um se recolha e procure defender-se, é a mesma que, observada por outro como oportunidade, o faz planejar e trabalhar com ousadia para crescer.

Deste modo, mesmo salientando o caráter relativo das oportunidades e das ameaças, procuraremos destacar algumas mais importantes para este planejamento estratégico.

7.1. Ameaças Identificadas no Ambiente externo

7.1.1. A superescolha ou a multiplicidade de opções e ofertas religiosas torna muito mais competitivo o ambiente e exige que os grupos que desejem ter um lugar de destaque no mesmo mostrem diferenciais que lhe garantam grande poder de atração e de retenção junto ao público-alvo.

7.1.2. As pessoas preferem participar de grupos mais relevantes e de organizações que tenham uma imagem forte e definida, exigindo dos grupos religiosos um novo posicionamento em busca de relevância social, além de um forte senso de identidade que sustente tal posicionamento.

7.1.3. Como o ambiente religioso se tornou também um ambiente dominado pela oferta e não pela demanda, quem não souber identificar as reais demandas que a sociedade faz aos grupos religiosos tenderá a oferecer produtos e serviços para os quais não há demandas concretas, ou estará dando respostas a perguntas que as pessoas não estão fazendo.

7.1.4. A realidade das mudanças e o seu ritmo vertiginoso fazem com que haja uma grave diminuição da procura pelos serviços oferecidos por organizações refratárias a mudanças. Há, entretanto, somando-se a isso, a exigência de que as organizações mudem sem perder a sua alma, isto é, sem se afastarem dos seus princípios e valores.

7.1.5. Com a superescolha prevalecendo, cresce muito o poder das pessoas para decidir sobre aceitar ou não sobre sua adesão a um grupo religioso. Afinal, estamos no que, no mundo empresarial, se chama a "era do cliente".

7.1.6. Há várias mudanças acontecendo nos gostos religiosos do público alcançado e a alcançar, exigindo pesquisa, análise acurada e desenvolvimento inovador de novas formas de apresentar, de novos produtos e novos serviços. Outra vez, repito, sem camaleonismo, sem vender e ou perder a alma.

7.1.7. Há sérias e profundas mudanças demográficas acontecendo no Brasil em nosso Estado, de modo especial, cuja não observação pode constituir-se num fator de defasagem estratégica muito sério, com graves conseqüências futuras.

7.1.8. A nova civilização que está nascendo com a chamada "geração Net" é uma sociedade de matriz autônoma e interativa. Isso, sem dúvida, será um grande desafio para todos os grupos religiosos, caracterizados por uma cultura e uma estrutura autoritárias e por uma comunicação unidirecional e não interativa.

7.1.9. Há grandes mudanças culturais e sociais que vão de encontro aos princípios e valores cristãos tradicionais. Os grupos religiosos são desafiados a optar conscientemente por uma postura de adaptação ou de influenciação social para que possam crescer. E uma delas tem a ver com a perda ou a venda da sua alma e do seu rumo, levando paulatinamente à sua descaracterização. Resta apenas uma opção corajosa e coerente.

7.1.10. Há grandes mudanças de paradigmas também no âmbito da administração da organizações sem fins lucrativos, como as de natureza religiosa, ameaçando o futuro daquelas que não forem capazes de lidar, sem perder a integridade, com esses novos paradigmas.

7.1.11. As novas tecnologias da comunicação e da informação ameaçam deixar na "Idade do Ferro" pessoas e grupos que, sem terem o domínio das mídias convencionais, também não adquiram o domínio do seu uso. Os que dominarem

apenas as mídias convencionais, hoje prevalecentes, ficarão na "Idade Média" das Comunicação.

7.1.12. A prática cada vez mais universal da chamada "customização em massa", ameaça liquidar com qualquer tipo de empreendimento, seja empresarial ou religioso, que acostumado com a oferta massificada, uniforme e indiferenciada, não saiba atender de forma diferenciada as pessoas que atraia, nem saiba oferecer-lhes produtos e serviços que respondam às suas reais e diferenciadas demandas, necessidades e gostos.

7.2. Oportunidades identificadas no Ambiente Externo

7.2.1. Há um espaço extremamente grande para crescimento na direção de vastos segmentos sociais de bairros, municípios e estado ainda não alcançados pela Convenção Batista do Estado de São Paulo.

7.2.2. Há uma imensa oportunidade para que, com criatividade e capacidade inovadora, sejam criados novos serviços e produtos para garantir a retenção e a plena satisfação do público atualmente servido.

7.2.3. Há no ambiente uma forte demanda de expansão da linha de serviços e produtos religiosos para atender a uma faixa maior de necessidades das pessoas em geral, constituindo-se isso em um grande oportunidade de crescimento para os grupos que, mantendo a prioridade da oração, tecnologia para identificar essas necessidades e criar os serviços e produtos inovadores e diferenciados adequados, produtos.

7.2.4. Há, também, uma forte demanda de diversificação em serviços e produtos relacionados, abrindo um espaço fascinante para o engajamento de profissionais e empresas com alto senso de compromisso cristão e de vocação, de diversas áreas, que assim poderão dar sentido missionário às suas vidas, dar consistência cristã à vida da "igreja na dispersão", e ser uma nova força interna propulsora de crescimento integral da Convenção Batista do Estado de São Paulo.

7.2.5. O momento de acomodação, perplexidade e falta de iniciativa que caracteriza as chamadas denominações históricas no Estado e no Brasil, produz uma significativa oportunidade de crescimento junto ao público tradicionalmente a elas mais afeito, além de propiciar um singular oportunidade de liderança ao grupo que sair na frente nas mudanças exigidas pelos novos tempos, sem que (repitamos à exaustão) venda com isso a sua alma e perca a sua identidade.

7.2.6. Há uma procura crescente no ambiente por serviços e produtos que os batistas ofereciam com qualidade diferenciada, numa outra época, como por exemplo o de educação religiosa e moral e o de apoio pessoal e de ajuda para a integração social e a construção do senso de "pertença". Esses e outros serviços, reconstruídos com criatividade e capacidade inovadora poderão sempre ser fatores significativos de crescimento holístico (no bom sentido do terno).

7.2.7. As mudanças culturais e sociais que vêm de encontro com os valores e missão do grupo, propicia uma excelente oportunidade de afirmação da sua singularidade e de consolidação da sua identidade se, ao invés de assumir uma postura de adaptação, assumir uma postura de influenciação social.

7.2.8. As mudanças demográficas e no perfil do processo de urbanização do Estado são também uma grande oportunidade de crescimento, uma vez bem analisadas e, conseqüentemente, criados os serviços e produtos demandados em função dessas variáveis.

7.2.9. A cultura da transitoriedade criada com o avanço das ciências e das tecnologias e com o ritmo caleidoscópico das mudanças resultantes, oferece um campo sensacional para grupos criativos e inovadores que façam também da mudança um dos traços da sua cultura, mantendo-se coerente com seus princípios e valores.

7.2.10. As moderníssimas e até futuristas tecnologias da informação e da comunicação propiciam uma oportunidade de ouro para os grupos que perderam o "bonde da história" das mídias convencionais hoje dominantes e, com o aporte dessas TICs, podem dar um espetacular salto histórico e de qualidade, quem sabe até assumindo a liderança no domínio das novas mídias emergentes, para as quais (especialmente a Internet), todas as outras tendem a convergir.

7.2.11. Há no ambiente grandes demandas éticas que, entre outras coisas, denota a queda do moralismo tradicional e a falência das lideranças tradicionais e de muitas instituições. Uma demanda de transparência e integridade, denunciadora da falência dos políticos e líderes institucionais; uma demanda de justiça e eqüidade, reveladora da falência das políticas públicas; uma demanda de propósito e sentido, desveladora da falência da própria política. Empresas, governos e mesmo outras organizações do terceiro setor não poderão responder devidamente a essas demandas. Está aí uma oportunidade ímpar para a Convenção Batista do Estado de São Paulo reencontrar-se com um dos aspectos essenciais da sua missão e responder, significativamente, a um ciclópico conjunto de demandas éticas e espirituais.

7.2.12. A nascente "civilização digital" coloca em aberto um espaço muito expressivo para os grupos religiosos que, bem fundamentados espiritual, conceitual e eticamente, possam estar à altura dos seus desafios e demandas. Os batistas, mais do que qualquer outro grupo cristão, no mundo, têm nos "Princípios Batistas" uma ferramenta extremamente atual e futurista, para colocar-se vantajosamente no enfrentamento desta nova realidade emergente.

7.2.13. As emergentes tecnologias da informação e da comunicação propiciam uma grande oportunidade para a Convenção Batista do Estado de São Paulo trabalhar melhor as questões relativas à construção da sua unidade e da sua identidade, além de fornecerem o adequado suporte de sistema tecnológico para que faça a gestão do seu conhecimento e, assim, desenvolva os capitais humano, organizacional, de relacionamento, social e ético-espiritual tão vitais para o seu crescimento saudável e harmônico.

8. Análise Do Vigor Ou Fraqueza De Atratividade Da Convenção Batista Do Estado De São Paulo E Da Denominação

À luz da análise interna da Convenção Batista do Estado de São Paulo e do conhecimento de suas forças e fraquezas, somada à análise do ambiente externo

geral e do setor religioso em que a Convenção e a denominação operam, com o destaque das oportunidades e ameaças neles identificadas, podemos refletir sobre o vigor competitivo ou sua fraqueza competitiva.

Será um excelente "dever de casa" para cada um dos irmãos conselheiros que, com a sua judiciosa análise e a singularidade da sua reflexão, muito poderão contribuir na elaboração deste Planejamento Estratégico, avaliando o vigor ou a fraqueza de atratividade (competitividade) da Convenção Batista do Estado de São Paulo e das denominação através dos sinais que apontaremos a seguir.

8.1. Sinais de Vigor de Atratividade ou Competitividade

A Convenção Batista do Estado de São Paulo:

8.1.1. Desenvolveu um conjunto de competências básicas importantes. Quais são elas?

8.1.2. É um dos maiores e representativos grupos evangélico no Estado.

8.1.3. Suas estratégias são vitoriosa, pois se mostram adequadas ao ambiente interno e às forças e fraquezas da organização. Elas estabelecem vantagens competitivas ou de atratividade sustentável, e melhoram continuamente o seu desempenho.

8.1.4. Sua base de crentes afiliados às suas igrejas é muito expressiva e em crescimento contínuo, e a lealdade deles à denominação e à Convenção está crescendo

8.1.5. A viabilidade e o potencial de crescimento é acima da média das outras denominações evangélicas, porque crescemos com estabilidade e fidelidade bíblica. Temos sido capazes de não variarmos e nem abrirmos mão de nossos princípios, valores e doutrinas. Sigamos dessa maneira.

8.1.6. Seu grupo estratégico (no caso, as denominações históricas) está situado favoravelmente em relação aos outros grupos (um exemplo, o grupo de igrejas pentecostais ou o grupo de igrejas neo-pentecostais).

8.1.7. Sua atuação está concentrada em segmentos de necessidades em rápido crescimento.

8.1.8. Seus serviços e produtos são fortemente diferenciados e respondem às reais demandas dos seus membros e do seu público-alvo potencial.

8.1.9. Seus custos são baixos, o que lhe dá vantagens.

8.1.10. Seus resultados quantitativos e qualitativos estão acima da média dos grupos religiosos, especialmente evangélicos, que operam no Estado.

8.1.11. Sua gerência é criativa e empreendedora.

8.1.12. Estamos bem posicionados para aproveitar as oportunidades presentes no ambiente.

8.2. Sinais de Fraqueza de Atratividade ou Competitividade

8.2.1. Enfrenta desvantagens de atratividade.

8.2.2. Perda de terreno para outros grupos e em relação a eles.

8.2.3. Sua potencialidade financeira não tem correspondido à sua realidade. Podemos cooperar mais para crescermos mais.

8.2.4. Escassez de recursos financeiros o que nos incapacita para novos investimento.
8.2.5. Enfraquecimento da imagem e queda de reputação junto ao seu público.
8.2.6. Atraso no desenvolvimento de novos serviços e produtos e da realização de mudanças inovadores nos já existentes.
8.2.7. Grupo estratégico a que pertence com grande potencial de perder terreno.
8.2.8. Fraqueza nas áreas onde o potencial de crescimento é maior.
8.2.9. Ainda não temos a "grandeza" necessária para sermos fator de influência e destaque no setor.
8.2.10. Ainda estamos em posição desfavorável para enfrentar as ameaças presentes no ambiente externo.
8.2.11. Ainda não esgotamos nossa capacidade potencial em termos de prestação de serviço e oferta de produtos com a qualidade desejável ao nosso público real e potencial.
8.2.13. Carecemos de habilidades e capacidades em áreas chave.

A análise do vigor competitivo, junto com a definição dos chamados fatores críticos de sucesso constituem-se em exercícios de fundamental relevância para que sejam encontradas as estratégias certas para o momento e para a construção do futuro desejado da Convenção Batista do Estado de São Paulo e da denominacão.

9. Fatores Críticos De Sucesso

Agora, contribua para este Planejamento Estratégico apontando, com base em todas as análises anteriores, aqueles que você julga como pontos essenciais para que a Convenção Batista do Estado de São Paulo e a denominação potencializem suas forças, superem suas fraquezas, aproveitem as oportunidades e vençam as ameaças presentes no ambiente externo. Os pontos julgados por você como essenciais para tanto, são os fatores críticos de sucesso que precisamos identificar bem.

Os fatores críticos de sucesso referem-se às áreas de operação da organização, bem como ao seu macro sistema sócio-econômico e cultural.

Faça uma análise de cada parte do macro sistema sócio-econômico e cultural, bem como de cada parte do macro sistema organizacional e, passo a passo, vá apontando de um a três fatores que você julga decisivos para que a Convenção Batista do Estado de São Paulo e a denominação comecem um ciclo virtuoso de crescimento integral, sustentado e permanente.

Fundamento e Bases do Planejamento Estratégico

Convenção Batista do Estado de São Paulo – Capacitada Para Servir Bem

NOSSA MISSÃO

1a Alternativa de Proposta:

"Promover (ao lado das igrejas) ou (juntamente com as igrejas) o desenvolvimento do Reino de Deus em todos os seus aspectos: (ou nas áreas de) missões e evangelização, ação social, música sacra, educação teológica e ministerial, educação cristã e educação secular, por todos os meios lícitos ou (tendo na fraternidade, na solidariedade e cooperatividade seus instrumentos de ação)".

2a Alternativa de Proposta:

"Servir às igrejas nela arroladas contribuindo, por todos os meios condizentes com os princípios cristãos, para aperfeiçoar, aprofundar e ampliar a ação das igrejas, visando a edificação dos crentes e a expansão do Reino de Deus".

3a Alternativa de Proposta:

"Planejar, coordenar, administrar e executar o programa cooperativo que mantém com as igrejas batistas em áreas tais como, evangelização, missões, ação social, educação, educação religiosa (ou cristã), educação teológica e ministerial, e, comunicação".

NOSSA VISÃO

1a Alternativa de Proposta:

"Ser uma instituição a serviço das igrejas e denominação batista na consecução dos objetivos do Reino de Deus, tendo como instrumento básico a cooperatividade e as referências de cooperatividade".

2a Alternativa de Proposta:

"Ser uma instituição a serviço das igrejas e da denominação, tendo na fraternidade, na solidariedade e na cooperatividade as referências (de suas ações) ou (de sustentação de seus objetivos)".

Objetivo: "Apoiar as igrejas em sua missão evangelizadora, dicipuladora e resgatadora; Integrar as igrejas como um organismo fraterno, celebrativo e co-participativo; Servir de órgão de referência consulta as igrejas; Promover a disseminação de uma consciência cristã-batista entre os membros das igrejas e na sociedade como um todo".

Valores:

Organizada e mantida por igrejas que, em sua natureza, são essencialmente comunidades de fé, de valores, de conhecimento, de sentido, de relacionamentos e de missão, a CBESP está consciente da importância de atuar sempre orientada por um conjunto de princípios que a vertebrem ética e operacionalmente e sirvam de marcos intransponíveis, enquanto caminham para enfrentar e superar as metas e desafios estabelecidos ou com que se defronte.

Este é o conjunto geral de valores e princípios com os quais estamos comprometidos: Os valores respondem à questão "em que acreditamos" como modo de agir para que o planejamento aconteça satisfatoriamente e "como nos relacionamos" com os batistas, as igrejas e instituições que vão executar o planejamento: O Senhorio de Cristo; O Valor do Ser Humano, sua Dignidade e Autonomia; O Serviço Cristão; A Transparência; A Verdade; O Respeito; A Liderança Cristã; A Pro atividade e o Espírito Empreendedor; A Alegria; A Criatividade; A Responsabilidade; A Democracia; A Inovação; A Unidade na Diversidade; O Diálogo; A transparência e a Integridade.

Metas Estratégicas

As metas estratégicas são derivadas da missão e da visão e, por sua vez, servem de base para os objetivos estratégicos, táticos e operacionais, a serem estabelecidos num momento futuro deste planejamento. Elas podem ser assim explicitadas:

1. Restabelecer a unidade denominacional, em torno dos valores e princípios abraçados e preconizados pelos batistas brasileiros.

2. Construir o sistema batista de comunicação, de forma inovadora, com baixo custo e utilizando os grandes avanços da tecnologia da comunicação e da informação, objetivando viabilizar a interação entre as diversas partes do macro-sistema convencional e a mais plena sinergia dentro dele, bem como preparar-nos para estar em posição de liderança no uso e no desenvolvimento das novas mídias e em sua convergência com as mídias já existentes.

3. Restabelecer o nosso Pacto Cooperativo, com a mais plena participação das igrejas e associações local, objetivando a integração e o engajamento de todas elas nos programas e projetos convencionais, bem como no sustento e ampliação da obra cooperativa que realizam através da Convenção Batista do Estado e São Paulo.

4. Implantar uma grande rede de relacionamento de lideranças batistas, em todo o Estado, objetivando o desenvolvimento de líderes para a igreja e para a sociedade, além de ganhos de comunicação, de coesão, de fortalecimento da nossa identidade e de mobilização.

5. Revitalizar o sistema batista de educação religiosa, a partir de claras definições sobre seu lugar na missão da igreja, seus fundamentos e seus propósitos, e do reconhecimento do seu papel insubstituível na formação da unidade e da identidade batistas.

6. Trabalhar o processo de formação e manutenção de uma "cultura" convencional comprometida com valores e princípios definidos, e voltada para o alto desempenho, resultados, velocidade de resposta às demandas do seu público e capacidade de identificar e enfrentar pro ativamente as macro-tendências que poderão modelar o seu ambiente no futuro.

7. Administrar eficaz e eficientemente nossos ativos físicos, patrimoniais e financeiros, e dar uma atenção especial ao desenvolvimento dos nossos ativos intangíveis mais importantes: espirituais e éticos, humanos, sociais, organizacionais e de relacionamentos.

8. Implantar um sistema de produção de serviços e produtos de alta qualidade, inovadores, funcionais geradores de benefícios claros para seus usuários e adaptáveis às suas possibilidades e necessidades.

9. Estender e consolidar a presença batista em todos os municípios paulistas, tendo ao menos uma igreja organizada, viva e influente em cada um deles, além daqueles onde já temos trabalho missionário.

10. Continuar a implementação de nossa estrutura organizacional de forma torna-la ágil, eficaz e eficiente, focada na satisfação plena do público a que serve e comprometida com a excelência.

Objetivos Estratégicos

Os objetivos estratégicos aqui definidos resultam da observação aos valores implícitos na filosofia da Convenção Batista Brasileira e os objetivos fundamentais com definidos nos documentos legais da Convenção. Os objetivos são a decomposição da missão da convenção em atividades que serão desenvolvidas para atender as demandas das igrejas. O cumprimento eficaz da missão da Convenção depende prioritariamente da formulação destes objetivos. Estes objetivos irão orientar as ações, definir o ritmo das atividades, motivar as pessoas e facilitar a avaliação do desempenho.

1. Alcançar qualidade máxima no atendimento total as igrejas através das quatro áreas: Gestão e Comunicação, Evangelismo e Missões, Educação Ministerial e Educação Religiosa. (Cada uma destas áreas identificadas terá também o seu plano estratégico especifico);

2. Promover o fortalecimento e a multiplicação das igrejas com um intenso, permanente e continuo programa que leve ao progresso e crescimento espiritual e social dos membros das igrejas;

3. Consolidar nossa liderança como uma denominação voltada para a obra de expansão do Reino de Deus através da evangelização e missões no Estado, mas também no Brasil e no mundo, principalmente através das relações cooperativas com a denominação em geral.

4. Alcançar, estabelecer e manter contato permanente com todas as igrejas arroladas na Convenção através de um amplo programa com as associações regionais.

5. Fazer chegar a todas as igrejas e manter atualizadas os documentos norteadores da denominação: Declaração doutrinaria, princípios, filosofia, estrutura operacional, logomarcas.

Alvos Estratégicos

1. Construir e implementar, assim que aprovado este Planejamento Estratégico, um programa permanente de consolidação e fortalecimento da unidade denominacional, a partir dos Princípios Batistas, da consciência da missão, da visão e dos valores da CBESP, conforme conceituados neste documento, de uma atitude de serviço conseqüente, e de muita proximidade (intimidade) com as igrejas e suas lideranças.

2. Estabelecer, dentro desse programa, o Pacto Cooperativo das Igrejas Batistas Brasileiros, condição essencial para o fortalecimento do espírito cooperativo que deve existir dentro do corpo convencional, e para que a Convenção aconteça de fato como expressão da cooperação das igrejas que dela fazem parte, com o propósito de realizar os sonhos, desafios e objetivos que lhes são comuns.

3. Fortalecer, conceitual e estruturalmente, dentro do programa acima referido, o trabalho das associações de igrejas, para que sejam uma mediação efetiva para a construção da unidade denominacional e para que a CBESP realize plenamente a sua missão.

4. Trabalhar, através de um projeto de plantação de igreja com o objetivo de elevar a média de organização de novas igrejas no Estado, que nos últimos 10 anos foi de 25,7 igrejas/ano, para 30 igrejas/ano (12%). E, dentro do mesmo projeto, elevar a média de membros por igreja organizada que nos últimos 10 anos foi de 72,76 membros por igreja, para uma média de 87,31 (12%) membros por igreja.

5. Alcançar o número de 1280 igrejas organizadas com um total de 181.000 membros até o ano de 2015.

6. Garantir à Direção Executiva do Conselho de Administração e Missões as condições estruturais, políticas e funcionais para exercer a administração executiva geral da CBESP.

7. Sistematizar e compartilhar com Igrejas e organizações o banco de dados geral das igrejas arroladas a Convenção.

8. Trabalhar para alcançar com pelo com um exemplar do Jornal O Batista Paulistano cada grupo de 5 membro de nossas igrejas até o ano de 2015.

9. Manter em parceria com a Secção Estadual da Ordem dos Pastores a publicação atualizada e ampliada do Manual Rumo e Prumo distribuindo-o a preço de custo, em formato de colecionador, com folhas substituíveis anualmente, também a preço de custo.

10. Envolver as 100 igrejas mais fortes do estado, em recursos humanos e materiais, num movimento de solidariedade com as igrejas menores, de modo que, no final de 2015, todas as igrejas batistas, com mais de cinco anos de organizadas, tenham pelo menos de 150 membros e possam desenvolver o seu trabalho de forma autônoma e expressiva na realidade em que estão radicadas.

11. Implementar um programa Integrados de Evangelismo e Missões, Educação Religiosa e Educação Ministerial, de maneira que líderes e acadêmicos de educação religiosa e ministerial possam desenvolver suas capacitações no campo missionários em fins de semana e períodos de férias com o objetivo de fortalecer a proposta no ponto 10, com prioridade.

12. Ter um mínimo de 15.000 batistas paulistas engajados num programa permanente de evangelização pessoal em todas as cidades em que haja igrejas batistas.

13. Construir e implementar junto às igrejas e, assim, a todos os crentes batistas paulistas, um programa especial de integração de novos crentes e discipulado cristão, contextualizado e sistêmico.

14. Organizar um fórum permanente sobre crescimento pleno da igreja (qualitativa, quantitativa e organizacional) , objetivando a divulgação de práticas biblicamente coerentes e sistematizando-as, aduzindo-lhes enfoques conceituais para inspirar pastores e igrejas.

15. Construir, com a participação de lideranças pastorais, da AMBESP e outras, em todos os níveis do trabalho convencional e de todas as faixas etárias, um conjunto de critérios ou orientações gerais que contribuam para a qualidade da adoração comunitária batista, no âmbito da CBESP, tendo sempre em vista os seus objetivos maiores: glorificar a Deus, edificar espiritual e eticamente o povo batista paulista e

capacitá-lo para ser o corpo vivo de Cristo, a sua igreja viva no mundo, isto é, fora dos templos e no dia-a-dia.

16. Construir e implementar, com outras áreas afins do Sistema CBESP e com a participação da AMBESP, de músicos batistas em geral e do CETM, um programa intencional e criativo de desenvolvimento da música para o culto cristão, com qualidade bíblica e teológica, o qual resulte em produtos e serviços disponibilizados para as igrejas, para o enriquecimento dos seus momentos de adoração e edificação dos crentes.

17. Estabelecer um diálogo permanente com as igrejas e suas lideranças, em todos os níveis, procurando desenvolver a qualidade da adoração cristã no âmbito da CBESP, bem como agir preventivamente, antecipando-se a possíveis problemas que possam ocorrer nesta área tão sensível a manipulações conceituais e emocionais, e a desvios conceituais e práticos.

18. Criar e desenvolver projetos especiais em resposta a oportunidades e desafios específicos junto a áreas, setores ou grupos específicos da sociedade paulista, sempre com a participação das igrejas situadas na área geográfica em que esses projetos sejam desenvolvidos.

19. Desenvolver, com as demais áreas, a consciência missionária dos profissionais liberais batistas paulistas, incluindo os aposentados, para que vão para as cidades do interior do Estado, onde não há igreja batista, para iniciar um trabalho missionário através do exercício de suas profissões.

20. Colocar em operação o Departamento de Ação Social da CBESP, para que desenvolva o Programa dos batistas paulista nesta área de missão da igreja.

21. Construir com as associações e igrejas, um programa sistêmico, baseado na rede de edifícios e nos recursos humanos disponíveis em todo o estado, em parcerias com o Estado, nos níveis estadual e municipal, sempre debaixo de estritos princípios ético e orientado para a participação dos batistas paulistas na execução de políticas públicas de natureza social (educação, saúde, emprego e renda, moradia etc). Este programa terá como objetivos maiores melhorar a qualidade de vida das pessoas que possamos alcançar e de comunidades onde estamos radicados, e de oportunizar a nossa atuação como “sal da terra” e “luz do mundo”, para que os homens vejam as nossas boas obras e glorifiquem o nosso Pai que está nos céus.

22. Realizar Congressos regionais de Ação Social, objetivando criar e desenvolver com alta qualidade um programa sistêmico e integrado de ação das igrejas e dos batistas paulistas na sociedade, de modo a fazê-la repensar os seus fundamentos e entrar num processo de transformação orientado pela força dos valores e princípios cristãos.

23. Formar um grupo permanente de ações emergenciais, no nível estadual e regional (igrejas e associações), para dar respostas tempestivas, em termos de solidariedade cristã, a pessoas e comunidades atingidas por catástrofes e/ou imprevistos outros.

24. Criar e desenvolver um novo Sistema Batista Paulista de Comunicação, com alta qualidade, baixo custo e capacidade de produzir sinergia dentro do Sistema CBESP, com amplo uso das modernas tecnologias da comunicação e da informação.

25. Colocar uma página no O Portal Batista Brasileiro, objetivando e estimulando o acesso do povo batista do Estado de São Paulo a "visitação" diária, para manter-se informado e inspirado.

26. Desenvolver todo o seu programa de comunicação e marketing orientado pelas demandas das igrejas e da sociedade paulista e, sobretudo, por um forte compromisso com os princípios e valores encontrados na Palavra de Deus.

27. Engajar as entidades auxiliares na vida da CBESP, prestigiando suas lideranças e descobrindo novas formas para aproveitar o seu potencial de contribuição.

Programas:

1. Programa Global de Gestão e Comunicação
2. Programa Integrado de Evangelização e Missões
3. Programa Integrado e Educação Religiosa
4. Programa Integrado de Ação Ministerial.
5. Programa Global de Educação Teológica.

Projetos:

A serem implementados após aprovação da atual fase.

Estratégias:

Serão elaboradas em função de cada programa e projetos que dependem da aprovação da atual fase.

Plano de Ação:

Segue a mesma dinâmica das estratégias.

A Deus Toda Honra E Glória,
Amém!!!